



CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO

2



JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022



CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO

2



JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar
pelos autores

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Roger Goulart Mello
Projeto gráfico e Edição de Arte
Patrícia Gonçalves de Freitas
Revisão
Os autores

CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO: REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS EM TRANSIÇÃO, VOLUME 2.

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro



2022

Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências Sociais em diálogo [livro eletrônico] : reflexões, processos e rupturas em transição: volume 2 / Organizadores João Paulo Hergesel, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-046-7

1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Hergesel, João Paulo.
II. Freitas, Patrícia Gonçalves de.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



2022

Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada "Ciências Sociais em diálogo: Reflexões, processos e rupturas em transição, Volume 2". Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Sumário

CAPÍTULO 1	10
INTERACIONISMO SIMBÓLICO: ANÁLISES DE CASOS SOBRE O CORPO MULTIMODAL EM <i>STICKERS</i> DO <i>WHATSAPP</i>	10
	Eduardo Faria Andreza Alves José Gabriel Andrade
CAPÍTULO 2	29
OBSERVAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO (SBI) DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-CAMPINAS).....	29
	João Paulo Hergesel
CAPÍTULO 3	38
JORNALISMO, OPINIÃO E INFOTENIMENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA <i>GREG NEWS</i>	38
DOI:10.47402/ed.ep.c202213163467	Julia Fátima de Jesus Cruz Leonel Azevedo de Aguiar
CAPÍTULO 4	48
CONEXÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS INDÍGENAS <i>INỸ/JAVAÉ</i> COM OS SERES DO AMBIENTE.....	48
DOI:10.47402/ed.ep.c202213174467	Maria do Carmo Pereira dos Santos Tito Odair Giraldin
CAPÍTULO 5	69
O TELETRABALHO E SUAS CONEXÕES TECNOLÓGICAS DURANTE A PANDEMIA	69
DOI:10.47402/ed.ep.c202213185467	Peterson Gonçalves Teixeira Amaro Sebastião de Souza Quintino Jackeline Barcelos Corrêa Flavio Berriel Abreu
CAPÍTULO 6	78
REALIDADE AUMENTADA: HISTÓRICO, IMPACTO NOS NEGÓCIOS E O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR	78
DOI:10.47402/ed.ep.c202213196467	Rosiene Cristine Tondelli Cazale
CAPÍTULO 7	95
A CUSTOMIZAÇÃO DE ATRATIVOS TURÍSTICOS E A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA: ANÁLISE DO PERFIL DO TURISTA E VISITANTE QUE TEM A INTENÇÃO DE IR AOS DESTINOS DE ARACAJU/SE E SALVADOR/BA	95
DOI:10.47402/ed.ep.c202213207467	Taís Alexandre Antunes Paes Rodrigo Ladeira Maria Teresa Grimaldi Larocca

CAPÍTULO 8	115
A BRINCADEIRA DO PEGA-PEGA E SUAS QUESTÕES DE GÊNERO	115
	Alana Simões Bezerra Lucas Bezerra Alves
CAPÍTULO 9	124
A IMPORTÂNCIA DA TELENVELA COMO RECURSO PEGAGÓGICO NO RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES TRANS	124
	Gabriela Maria Dutra de Carvalho
CAPÍTULO 10	139
O ENSINO DE HISTÓRIA E ACONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES.....	139
	Anna Carolina Torezani Ronda Gianluppi André Haiske Arioli Domingos Dos Reis Helfer Laionel Mattos Da Silva Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
CAPÍTULO 11	152
A PROSTITUIÇÃO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: NOÇÕES E DIMENSÕES	152
	Eliana de Matos Paes Mariléa Borges
CAPÍTULO 12	169
O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E AS POSSIBILIDADES DE RUPTURAS NO PODER PATRIARCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	169
DOI:10.47402/ed.ep.c2022132112467	Camila Welikson Leonel Azevedo de Aguiar
CAPÍTULO 13	183
DIÁLOGOS E NARRATIVAS NA REDE: A EXPRESSÃO DO GÊNERO NA CIBERCULTURA.....	183
DOI:10.47402/ed.ep.c2022132213467	Fábio dos Santos Coradini
CAPÍTULO 14	194
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19	194
DOI:10.47402/ed.ep.c2022132314467	Fabiola Pereira Machado da Silva Mareli Eliane Graupe
CAPÍTULO 15	203
ATÉ QUE A MORTE OS SEPRE: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO RELIGIOSA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	203
DOI:10.47402/ed.ep.c2022132415467	Thaís de Matos Barbosa Rita Cristiana Barbosa

CAPÍTULO 16.....	221
RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA E INFÂNCIA: REVISÃO SISTEMÁTICA E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS	221
	João Paulo Hergesel
CAPÍTULO 17.....	234
O IMPACTO DA DINAMIZAÇÃO DA CIRCULAÇÃO PARA A ANÁLISE GEOPOLÍTICA.....	234
	Leonardo Luiz Silveira da Silva Larissa Santos Rocha da Silva
CAPÍTULO 18.....	250
DIAMANTINO: ENTRE A HISTÓRIA DO ESPLENDOR DO OURO E DIAMANTE ÀS MEMÓRIAS PERDIDAS	250
	Jaqueline Da Silva Alencar Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad Kauane De Oliveira Loreny França De Ratier Emily Camille Alves Rosário

CAPÍTULO 1

INTERACIONISMO SIMBÓLICO: ANÁLISES DE CASOS SOBRE O CORPO MULTIMODAL EM *STICKERS* DO *WHATSAPP*

Eduardo Faria
Andreza Alves
José Gabriel Andrade

RESUMO


Este estudo consiste numa tentativa de refletir sobre a representação do corpo na construção dialógica nas aplicações de mensagens, com ênfase no *WhatsApp*, como também nos dispositivos tecnológicos, considerando a conversão dos corpos em mensagens multimodais. Para tanto, fazemos uso do que denominamos aqui como “corpos-stickers”, como objeto de análise e reflexão - que nada mais são do que as figurinhas presentes na aplicação em estudo - e que na contemporaneidade participam na construção dos diálogos nos aparelhos tecnológicos e no ciberespaço. Dividindo o mesmo espaço ocupado há anos pelos *emojis*, *emoticons* e *smiles*, os *stickers* correspondem às novas evoluções na construção dos diálogos que fazem uso das representações dos corpos e das expressões humanas. Sendo assim, os corpos, enquanto imagens, dizem tanto quanto as palavras, revelando informações codificáveis de formas objetivas e subjetivas através de diferentes modos semióticos encontrados na multimodalidade. Neste caminho seguimos com o aporte bibliográfico dos estudos da semiótica social de KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 1998; 2001) para realização da análise verbo-visual dos *corpos-stickers* em diálogos dentro da aplicação do *WhatsApp*.

PALAVRAS-CHAVE: Multimodalidade; *WhatsApp*; *Stickers*; Linguagem multimodal; Corpo multimodal.

INTRODUÇÃO

Em tempos em que a imagetização das palavras ganha novos contornos e significações em contextos digitais, alterando essencialmente as formas semióticas empregadas na construção dos discursos nos ecrãs. Este estudo pretende refletir sobre as práticas discursivas encontradas nas aplicações de mensagens, mais especificamente no *WhatsApp*, que fazem uso dos *stickers* na manutenção dialógica entre os usuários. Considerando esta perspectiva, ponderamos sobre a ascensão do *corpo-sticker* refletido nos ecrãs como uma nova forma de linguagem e construtor de sentidos.

Os *corpos-stickers* que, alterados digitalmente, materializam-se em corpos multimodais que alteram e ressignificam os discursos encontrados nas aplicações de mensagens, nos suportes tecnológicos e nas plataformas digitais, sendo necessárias novas perspectivas para a sua leitura, que atravessam à literalidade e à subjetividade.



Como observa GUTEN KRESS (1988), os discursos constituídos a partir da integração de diferentes modos semióticos com uso tecnológico são, em sua essência, multimodais. Sendo assim, uma imagem pode ser combinada com o texto escrito, com som, com filtros e com outros elementos do *design*.


Para Renata da Fonte e Adriana Caiado (2014), “o bate-papo no *WhatsApp* é multimodal uma vez que a aplicação possibilita a integração de diferentes modos semióticos: som, imagem, vídeo e texto verbal refletido na tela” (FONTE & CAIADO, 2014, p. 2). Já os *stickers* do *WhatsApp* apresentam novas formas de leitura dos corpos nos ecrãs, pois estes também podem integrar diferentes modos semióticos. Neste sentido, como observa Ivani Santana (2006), “o corpo passa a ser compreendido como um sistema aberto que troca informação com o ambiente que habita. De forma mútua, os dois sistemas, corpo e meio, contaminam-se” (SANTANA, 2006, p. 46).

No século XXI, os corpos tecnológicos representam uma extensão do corpo biológico nos suportes digitais e nas aplicações de mensagens. Contudo, ao fazerem parte destes ambientes digitais, ganham novos contornos explícitos e subjetivos, provocados por diferentes formas de edição, alterando desta forma sua leitura semântica original, para qual é necessária uma interpretação semiótica em contexto multimodal. Sendo assim, o leitor precisará de novas competências de leitura para relacionar o verbal e o visual e ser capaz de compreender a mensagem.

Inseridos numa era marcada pela linguagem multimodal, a reflexão acerca da multimodalidade presente nos meios tecnológicos permite-nos pensar sobre as (re)significações atribuídas às imagens ao longo das décadas, como também ao texto verbal e não-verbal, e aos outros diferentes modos semióticos encontrados em dispositivos como *Smartphones*, *Tablets*, relógios *Smartwatch*, entre outros, além das aplicações de mensagens como o *WhatsApp*.

Contudo, a partir destas ponderações, avançamos também em direção ao conceito de literacia digital, no qual os indivíduos que recorrem a estes recursos tecnológicos podem, como salienta Antônio Carlos Xavier (2009), assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos. Isto verifica-se porque esta forma de escrita em suporte digital requer conhecimentos que não dependem da literacia em formato analógico, como sempre fora, nos livros e nos impressos.

Como veremos mais adiante, a presença da multimodalidade na construção de um discurso pode recorrer à utilização de diferentes modos semióticos. Entretanto, estes modos



semióticos não operam sempre em sincronia, podendo prevalecer um sobre o outro, fazendo com que uma ideia seja reforçada ou adquira outra conotação, como observa KRESS e VAN LEEUWEN (2001).


Assim, nas relações multimodais devem ser consideradas as articulações das palavras no texto escrito, juntamente com a leitura imagética, a fim de contribuir para o processo de significação. Atualmente, a construção dos diálogos nos suportes digitais faz uso desmedido de imagens, que seja na utilização dos *emoticons*, *emojis*, *smiles* e, mais recentemente, nos *stickers* presentes em aplicativos de mensagens como é o caso do *WhatsApp*.

A partir destas considerações sobre o corpo convertido em imagem multimodal, e com o uso da semiótica social proposto por KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 1998; 2001), propomos refletir sobre o uso dos *corpos-stickers* nas interações dialógicas do *WhatsApp* a partir de algumas questões: O que dizem tais *corpos-stickers*? É possível que os *corpos-stickers* surjam como uma necessidade humana de alcançar a subjetividade do corpo biológico ao ignorar uma suposta objetividade do texto verbal dentro do *WhatsApp*? Além destas indagações, tais *stickers* podem ser pensados como uma forma de (re)contextualização da linguagem multimodal em contexto-social-tecnológico, uma vez que este permite que pessoas muito próximas sejam convertidas em imagens, ou corpos tecnológicos, carregados de significados.

Em síntese, esta análise verbo-visual realizada nos *corpos-stickers* procurou descrever o sentido de (re)significação e codificação que os corpos simbólicos multimodais podem assumir enquanto discurso - seja objetivo, subjetivo ou controverso aos outros módulos de linguagens aplicados à imagem dos corpos. Entretanto, a análise descrita neste estudo tem caráter experimental, uma vez que faz parte da pesquisa de mestrado que aborda a importância da literacia mediática em leituras multimodais. Assim, esta pesquisa converte-se num exercício reflexivo menos sistematizado, mas que pretende ser aprofundado em pesquisas posteriores.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Para percorrer os caminhos desta reflexão, este estudo de caso qualitativo recorreu à análise verbal e visual dos diálogos disponíveis em grupos de universitários dentro da aplicação *WhatsApp*, considerando principalmente os estudos multimodais KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 1998; 2001), juntamente com as ponderações sobre multimodalidade dentro do *WhatsApp* propostas por FONTE e CAIADO (2014) – que nos inspirou nesta pesquisa. Segundo as aspirações de VENTURA (2007), o estudo de caso como metodologia poder ser pertinente para observar os *corpos-stickers* enquanto fenómeno que pode ser estudado em



profundidade, especialmente neste momento em que o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos e seguem em constante evolução (YAN, 2001, p. 32).

Para tal, foi selecionado um grupo do *WhatsApp* com estudantes de mestrado entre 20 e 35 anos, que utilizam com frequência a aplicação e recotrem aos *stickers* na construção dos discursos. O grupo foi selecionado espontaneamente a partir de uma conversa prévia com alguns integrantes do mesmo, que estudam na Universidade do Minho, em Braga, Portugal. As capturas dos diálogos na aplicação foram cedidas com o consentimento de todos os membros do grupo analisado.


Nesta tentativa de relacionar a construção multimodal dos corpos nos *stickers*, fazemos uso bibliográfico das conceções sobre o corpo como sintoma de uma cultura marcada pela exploração dos corpos, proposto por SANTAELLA (2004), corpos tecnológicos como sistema de informação postulado por SANTANA (2006), juntamente com as ponderações sobre o uso da tecnologia na invenção e manutenção do corpo na atualidade referida por REZENDE (2004).

IMAGETIFICANDO AS PALAVRAS: DO CORPO RUPESTRE AOS *CORPOS-STICKERS*

O uso da imagem, bem como a representação do corpo, sempre esteve presente no processo de comunicação humana muito antes da invenção das palavras. Através de uma linha cronológica e antropológica que nos possa conduzir a esta associação, podemos relembrar da arte rupestre na pré-história. Desenhada nas paredes das cavernas, a arte rupestre representa a primeira forma de comunicação humana, exprimindo de maneira primitiva a tentativa do homem em reproduzir a linguagem verbal através da linguagem não-verbal. Além disso, apresenta-nos a necessidade primária do homem pré-histórico em reproduzir o corpo como uma forma de linguagem que nos informa e nos aproxima da ação e da emoção - do corpo real e orgânico em movimento.

Passados centenas de milhares de anos, após a invenção da palavra e da escrita, o corpo enquanto representação através da imagem sempre foi motivo de obsessão e fascínio, como afirma Santaella: “o corpo está em todos os lugares. Comentado, transfigurado, pesquisado, dissecado na filosofia, no pensamento feminista, nos estudos culturais, nas ciências naturais e sociais, nas artes e literatura. Nas mídias [nos media], suas aparições são levadas ao paroxismo” (SANTAELLA, 2004, p. 02).

Baseado nos estudos psicanalíticos de Sigmund Freud e Jacques Lacan, SANTAELLA (2004), no seu estudo “O corpo como sintoma da Cultura” pondera sobre a obsessão



característica do século XXI, em que o corpo transcende a capacidade de ser/estar presente, como sempre foi, nas artes, na filosofia, nas mais variadas áreas da ciência e estudos científicos. Isto deve-se principalmente à integração do corpo no contexto digital e tecnológico, onde este circula livre e distante do peso orgânico e real em que o corpo foi condicionado desde à gênese do Homem. Contudo, os corpos tecnológicos encontrados nas redes digitais e nos suportes que recorrem à tecnologia são passíveis de ser editados, manipulados graficamente e reconfiguram-se como novos corpos que demandam uma nova forma de leitura, pois produzem outros significados.

Para Erick Felinto e Vinícius Andrade (2005), atualmente vivemos um modelo de cultura que se distancia da visão do corpo num sentido espiritual, para um modelo que privilegia o corpo, colocando-o como objeto central, com todas as especificações nas suas relações, passando pelas relações sociais, de poder e reconfigurando-se através do uso dos dispositivos tecnológicos. Mas o significado atribuído ao corpo pode também ser alterado de acordo com o contexto social e cultural ao longo da história. Pensando nisso, REZENDE (2004) avalia esta transição de significação e ressignificação dos corpos através dos séculos por meio da ótica pautada na sociedade capitalista em três eixos: industrial, consumista e informacional.

Enquanto o primeiro centraliza o corpo na era da Revolução Industrial, considerando-o como uma máquina forte e necessária para a produção de capital, o segundo converte-se em produto de contemplação, passível de investimento estético, alterações médicas, objeto de *marketing* pessoal e passaporte para o sucesso. Por último, na sociedade da informação – onde contemplamos os *corpos-stickers* - os corpos necessitam de conexões, tornam-se imagens que reproduzem sensações e são passíveis de serem lidas e codificadas. Assim, podemos chamá-los de corpos multimodais, “que atravessam fronteiras geográficas, culturais, profissionais, hierárquicas, capazes de estabelecer contactos pessoais com atores dos mais diferentes” (REZENDE, 2004, p. 09). Desta forma, na contemporaneidade o corpo tecnológico é, na sua maioria, multimodal. São raras as vezes em que a imagem de um corpo refletido no ecrã não foi passado por um processo de edição, com aplicação de filtros, frases e efeitos que extrapolam a sua relação com a realidade.

Para DIONÍSIO (2005), a multimodalidade se verifica a partir da utilização de pelo menos dois modos de representação que agem de forma consoante ou dissonante. “Palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipografias, palavras e sorrisos, palavras e animações, etc” (DIONÍSIO, 2005, pp.160-161).

KRESS e VAN LEEUWEN (2001) exprime que

os recursos multimodais estão disponíveis em uma cultura acostumada a construir significado em cada um dos diferentes sinais, em todos os níveis e de qualquer forma. Onde a linguística tradicional tinha um idioma definido como um sistema que funciona através de dupla articulação, onde uma mensagem era uma articulação entre significante e significado, vemos os textos multimodais como construtores de sentidos em múltiplas articulações (KRESS & Van LEEUWEN, 2001, p. 03).

Sendo assim, numa sociedade cada vez mais digital - e que prioriza cada vez mais o que é representado por imagens -, a elaboração dos seus significados nos contextos sociais em que estas se inserem, além das novas interpretações que as imagens alcançam nas paisagens semióticas, denotam a necessidade de se pensá-las considerando a sua multimodalidades que representa novas ordens semióticas de significação e de leitura.


FIGURINHAS: CORPOS DE *STICKERS* NO *WHATSAPP*

Stickers (ou adesivos, em tradução livre) ou mesmo “figurinhas” são recursos comunicacionais que integram a aplicação *WhatsApp*. Desde outubro de 2018, quando anunciou a novidade no seu seu *blogue*, a plataforma de mensagens passou a disponibilizar esta nova forma de comunicação entre os usuários. De maneira simplista, este novo método de comunicação nada mais é do que a evolução dos *emoticons*¹, *emojis*² e *smiles*³ que, desde que surgiram, passaram a fazer parte dos códigos de comunicação nas plataformas digitais. Os *stickers* são, portanto, desenhos ou imagens que representam expressões digitais próximas das expressões humanas, como também podem ser os próprios humanos imbuídos de emoções representados em imagens multi-modais.

¹ *Emoticon* é um termo criado a partir das palavras inglesas "*emotion*" e "*icon*" - ou "ícone de emoção" em tradução livre. Eles foram criados com a intenção de expressar emoções próximas do comportamento humano, fazendo uso essencialmente de caracteres tipográficos. O ícone foi criado em 1982, por Scott Fahlman, professor assistente de pesquisa de ciência da computação da Universidade Carnegie Mellon, nos Estados Unidos.

² Os *emojis* surgiram no Japão da década de 90 e foram concebidos por Shigetaka Kurita, que elaborou a palavra a partir das expressões japonesas “*e*” (imagem) e “*moji*” (personagem), que em português tem significando de pictograma. Os *emojis* são a evolução dos *emoticons*, que tomaram forma e corpo digital, agregando elementos simbólicos como o coração e as lágrimas, além de adereços como óculos de sol, roupas e acessórios.

³ Os *smiles* são uma espécie de evolução dos *emojis*, mas estes, por outro lado, não são estáticos. Eles são ícones em movimento que representam expressões faciais, corporais ou alguma expressão da emoção humana.



Podem ser construídos a partir da captura de imagens fotográficas e ser manipulados e criados em aplicações para *Smartphones*, como também podem ser fabricados a partir das imagens disponibilizadas na *internet* ou em aplicações destinadas à criação de figurinhas.


É importante ressaltar que, bem antes do *WhatsApp*, quando a pontuação gráfica dois pontos [:] se juntou com o parênteses [)], por exemplo, chegamos semioticamente mais próximos da representação da expressão de felicidade [:)]. Portanto, estas possibilidades revelam a incansável busca do Homem em tornar a comunicação digital e tecnológica mais humanizada, sensorial e próxima do real.

Sendo assim, o que a aplicação do *WhatsApp* fez foi democratizar e facilitar a produção e distribuição dos *stickers* em escala mundial. O relatório da *Global Messaging Apps 2019*, que analisa o setor de aplicações de mensagens no mundo, produzido pela consultoria americana *eMarketer*, aponta que o *WhatsApp* é uma das aplicações mais usadas no mundo para enviar mensagens. Apenas no Brasil mais de 120 milhões de pessoas enviam mensagens pela aplicação mensalmente. No mesmo ano em que o *WhatsApp* inaugurou a função dos *stickers*, ele criou também um guia disponível no *Google Play Store* ou na *Apple App Store* para ensinar quem quisesse criar e disponibilizar os próprios pacotes de figurinhas.

Isso demonstra que, reconhecido por ser constituído por linguagem multimodal, como afirmam FONTE e CAIADO (2014), o *WhatsApp*, desde que passou a operar em 2009, tem possibilitado constantemente novas formas de linguagens semióticas que produzem estímulos sensoriais próximos às expressões reais do comportamento humano.

E esta procura pelo corpo virtual como forma de comunicação próxima da realidade também pode ser entendida através da reflexão de FELINTO e ANDRADE (2005) de que “o corpo é o suporte fundamental para as formas de comunicação prese iniciais, que requerem linguagens tais como a fala e os gestos. O corpo, nesse sentido, é a [o] primeira [o] mídia [media]” (FELINTO & ANDRADE, 2005:15). A partir desta visão mais orgânica do corpo como primeiro meio de comunicação e produtor de informação no contacto físico, podemos contemplar a necessidade cada vez mais presente de o transportar, também, para o espaço digital.

Apesar das semelhanças com seus os antecessores *emoticons*, *emojis* e *smiles*, os *stickers* permitem transformar em figurinhas personagens e pessoas diversas (televisão, banda desenhada, música, cinema, atores e atrizes de séries, entre outros), ou até mesmo pessoas próximas como familiares e amigos. Uma vez criadas no meio digital, estas figurinhas editadas



com amigos e familiares podem ser compartilhadas com centenas de milhares de pessoas que utilizam o *WhatsApp*.

Há uma década, quando ainda não se falava em *stickers* e pouco se conhecia sobre o *WhatsApp*, na sua pesquisa sobre o Discurso da Afetividade nos *emoticons*, Audrey Danielle Brito (2008) recorre à Pierre Lévy (1998:15) ao afirmar que nós “vivemos em uma civilização da imagem.” Portanto, na ocasião, o pesquisador associava o advento dos *emoticons* como uma tentativa de aproximação da expressão humana denotada de afetividade em contexto digital.


Os emoticons são signos de imagem digital utilizados com frequência em Chats, principalmente pelos adolescentes, para expressar seus sentimentos. Além disso, são vistos pelos usuários da Internet como uma alternativa de interação comunicativa descomplicada, informal, lúdica; conseqüentemente, mais atrativa (BRITO, 2008, p. 02).

Sendo assim, na contemporaneidade, podemos acrescentar que os *corpos-stickers* assumem a responsabilidade própria e simbólica dos corpos orgânicos de representar imagetivamente as suas emoções nos ecrãs dos *smartphones*, computadores, entre outros dispositivos tecnológicos.

CORPOS MULTIMODAIS: DAS OBJETIVIDADES ÀS SUBJETIVIDADES

Introduzidos na sociedade da informação, na qual o uso das tecnologias dita o dia a dia das pessoas, seja pelo uso dos dispositivos tecnológicos como *Smartphones*, *Tabletes*, computadores, ou mesmo conectados à *internet* via *Wi-fi* pela TV a cabo, as imagens são convertidas em comunicação. Sendo assim, os *corpos-stickers*, enquanto imagens, dizem tanto quanto as palavras, revelando informações codificáveis de formas objetivas e subjetivas através de diferentes módulos de linguagem. Isto indica, como enfatiza FONTE e CAIADO (2014), a relevância de refletir a inter-ligação da mensagem multimodal através da imagem e o texto verbal nas aplicações de mensagens como o *WhatsApp*.

Como reforçam Ana Maria Pereira Lima; Benedito Francisco Alves e Jaime de Oliveira Paiva (2017), recorrendo a ALMEIDA (2000), é notável cada vez mais o entendimento de que as imagens não são utilizadas apenas como apoio aos textos verbais, mas estão tão impregnadas de significados quanto o próprio texto escrito. “Nota-se que a cada dia mais, é preciso dado nosso entendimento de as imagens não se constituírem apenas enquanto suportes para textos verbais, mas que são tão carregadas de sentido quanto o texto escrito” (LIMA et al, 2017, p. 120, apud ALMEIDA, 2000). Por isso, é necessário pensar nas formas de leituras das imagens, nas quais os corpos também são contemplados, recorrendo-se a um modelo de leitura visual mais crítico.




Renata Francisco Baldanza (2006) refere que as novas tecnologias de comunicação transformam a experiência do corpo. Para ela, “este ambiente, onde a comunicação é realizada por meio de aparatos técnicos, o corpo real dá lugar a outros tipos de representação de emoções, uma vez que na comunicação mediada não há contacto físico e interação entre corpos reais” (BALDANZA, 2006, p. 08). Ou seja, onde o corpo orgânico se limita por sua natureza a ficar em frente aos ecrãs dos *Smartphones*, *Tabletes*, computadores, entre outros aparatos provenientes das tecnologias, é o corpo tecnológico que liberta o corpo real para navegar nas redes e equipamentos técnicos.

Entretanto, na era da reproduzibilidade técnica antecipada por BENJAMIN (1985), a reprodução da imagem característica do sistema capitalista distancia-a do seu sentido original enquanto única. Sendo assim, a reprodução de uma imagem pode colocar a cópia num contexto nunca imaginado pelo original. Sob esta ótica, os corpos tecnológicos, enquanto informação, através da reprodução pautada pela multimodalidade que figura no ambiente tecnológico e digital, modificam-se, transfiguram-se ou metamorfoseiam-se a outros significados que requerem novas formas de leituras.

Para Juliana Cunha Costa; Camila Xavier Nunes e Aline Aver Vanin (2012, p. 04), as relações humanas refletidas na linguagem - e pautadas pela tecnicidade inerente às sociedades tecnológicas em rede -, sofreram alterações ao longo dos anos, sendo intensificadas pela multimodalidade. Desta forma, promoveram mudanças sociais e técnicas que alteram não apenas o próprio indivíduo, como também o sistema cognitivo através da leitura de um mundo com múltiplos modos de ser lido.

Os *stickers*, enquanto corpo tecnológico multimodal, apresenta-nos uma nova oportunidade de repensar a atuação dos corpos-informação. Em alguns casos, a linguagem corporal ou a representação da emoção exposta na imagem age de forma dissonante com outros modos semióticos como a escrita ou colagem digital - como veremos mais adiante na análise. Assim, é necessária uma leitura ora objetiva ora subjetiva dos elementos multimodais consolidados na composição da imagem, priorizando as concepções teóricas sobre a leitura multimodal.

Para REZENDE, “o corpo é o lugar privilegiado da subjetividade e se caracteriza como conjunto de possibilidades interligadas: como as experiências de prazer ilimitado, as práticas estéticas [...]” (REZENDE, 2004, p. 01). Nesta ótica, se o corpo biológico na sua relação com a realidade e com todas as linguagens inerentes ao comportamento humano é privilegiado pela



subjetividade, na sua atuação multimodal no meio tecnológico, esta subjetividade é consideravelmente ampliada pelas práticas de manipulações proporcionadas pela multimodalidade.


Portanto, o corpo informação é o corpo livre nas redes e expostos nos dispositivos tecnológicos responsáveis por potencializar as suas subjetividades por meio da integração de diferentes tipos de linguagens multi-modos, seja através da incorporação do som, do texto escrito, das colagens, bricolagens e sobreposições de imagens, como também através das aplicações de filtros que alteram a estética e o *design* de uma imagem. Como observam KRESS e VAN LEEUWEN (2006), referido nos estudos de FONTE e CAIADO, “a maneira como esses modos são combinados pode reforçar a mesma ideia, desempenhar papéis complementares ou hierárquicos, nos quais um determinado modo semiótico predomina em relação ao outro” (FONTE & CAIADO, 2014:477).

Sobre o uso massivo dos recursos multimodais na contemporaneidade, DIONÍSIO (2005) pondera que

com o advento de novas tecnologias, com muita facilidade se criam novas imagens, novos layouts, bem como se divulgam tais criações para uma ampla audiência. Todos os recursos utilizados na construção dos gêneros textuais exercem uma função retórica na construção de sentido dos textos. Cada vez mais se observa a combinação de material visual com a escrita; vivemos, sem dúvida, numa sociedade cada vez mais visual. Representação e imagens não são meramente formas de expressão para divulgação de informações, ou representações naturais, mas são, acima de tudo, textos especialmente construídos que revelam as nossas relações com a sociedade e com o que a sociedade representa (DIONÍSIO, 2006, pp. 159-160).

CAMINHOS PARA A ANÁLISE VERBO-VISUAL DOS *CORPOS-STICKERS*

Como mencionado na introdução, esta reflexão que contempla a análise verbo-visual dos *corpos-stickers* no *WhatsApp* tem como base os preceitos da multimodalidade no contexto da Semiótica Social cunhado por KRESS e VAN Leeuwen (1996; 1998; 2001). Nestas indicações postuladas pelos estudiosos, para compreender a língua ou uma linguagem em diferentes contextos comunicativos, é preciso considerar como estas interagem com os outros modos semióticos com que se relacionam. Sabendo que a língua faz parte de uma construção social e que a linguagem visual exerce uma função importante no texto e na sociedade, os autores criaram, na década de 80, esta linha de estudos com base na semiótica social, na qual a leitura das linguagens em diferentes contextos é norteadada pela multimodalidade. Tendo em vista estas diretrizes, KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 2006) elaboraram o quadro teórico-metodológico conhecido como *The Grammar of Visual Design*, partindo do entendimento de que existe correspondência entre as estruturas linguísticas e as estruturas visuais, uma vez que estas



expressam experiências particulares e constituem formas de interações sociais. Sendo assim, segundo KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 2006) existem três metafunções que eles chamam de significados: representacional, interativa e composicional. Estes significados operam dos seguintes modos:


- a) representacional – diz respeito à relação entre os participantes e indica o que está a ser apresentado no contexto comunicativo;
- b) interativa – avalia a relação entre a imagem e o observador participante;
- c) composicional – indica a relação entre os elementos da imagem, a estrutura e a construção textual e seus respectivos significados.

Muito antes das concepções de KRESS e VAN LEEUWEN, Roland Barthes (1997), que serviu de inspiração para os autores, elaborou alguns trabalhos significativos sobre as relações entre a imagem e o texto e as formas como estes se inter-relacionam. Como base nos conceitos propostos pelo autor, temos três conjecturas significativas que nos permitem fazer uma leitura multimodal através da relação verbal e visual. A primeira forma é a ancoragem, em que o texto apoia a imagem para fazer com que o contexto imagético faça sentido. Podemos citar neste caso as legendas de uma fotografia ou gráficos, no qual têm a função de direcionar a leitura da imagem.

Em segundo lugar temos, de acordo com BARTHES (1977), a relação de ilustração, em que a imagem é quem apoia o texto. Neste caso podemos citar como exemplos os *outdoors*, no qual a imagem é quem esclarece o texto e amplia a informação verbal. E, por último, temos a relação de *relay*, em que o texto e a imagem atuam de forma complementar, porque ambos são insuficientes, sendo mais difícil compreender o contexto sem a integração destas linguagens. Temos como exemplos as *charges* e os *cartoons*, em que tanto a imagem como o texto dependem um do outro para que o contexto tenha significado.

Para Luís Fernando Gomes (s.d.), uma análise multimodal gira em torno de duas perspectivas. A primeira perspectiva parte da “descentralização da linguagem como favorecedora da construção de sentido”, já a segunda concepção parte de “um novo olhar sobre os cada vez mais ténues limites entre os papéis da linguagem, da imagem, do suporte, do leiaute [*layout*], do desenho do documento, etc “ (GOMES, s.d, p. 02).

LIMA, ALVES e PAIVA (2017) observam que a gramática visual concebida KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 2006) procura estruturar uma síntese visual para imagem em que os leitores/participantes são considerados através da relação com o espaço para produção de



sentido, “tanto interferindo nas possibilidades de interpretação, quanto garantindo sua função comunicativa” (LIMA et al, 2017, p. 116). Ou seja, além dos elementos semióticos contidos na construção dos *corpos-stickers* em grupos de *WhatsApp*, é preciso considerar a composição do grupo (quem são os membros?) e o espaço geográfico e cultural (de onde são os membros?) em que os grupos se estabelecem, para que a leitura dos corpos faça sentido ou produza algum significado.

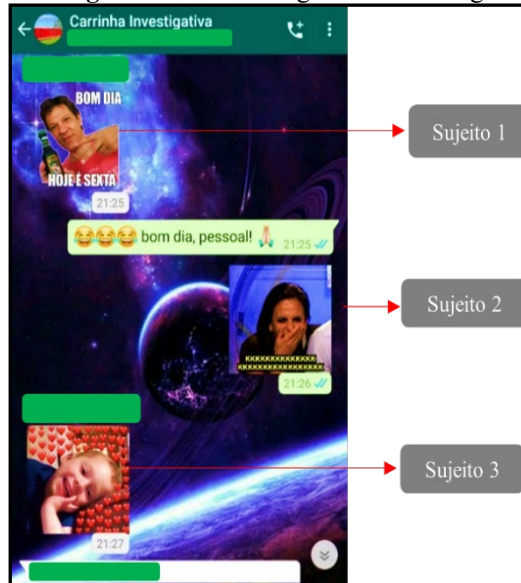
Posto isto, os fragmentos das mensagens analisados a seguir correspondem a um grupo de mensagens no *WhatsApp* de estudantes de Mestrado da Universidade do Minho, em Braga, Portugal, com membros entre 23 e 35 anos de idade, todos provenientes do Brasil. Acrescenta-se ainda a forte relação cultural dos brasileiros quanto ao uso dos *memes* e a manutenção destas linguagens que circulam nas plataformas digitais, dispositivos tecnológicos e navegam dispersas na *internet*. *Meme* é uma expressão característica do meio digital para referir-se aos conteúdos - imagens, vídeo, gifs, entre outras linguagens que viralizam na Internet. No Brasil, os *Memes* têm ganhado importância acadêmica nas pesquisas sobre o uso das linguagens e seu valor no contexto social e histórico, tanto que ganhou um museu com acervo digital idealizado por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense.

Ao realizar esta análise experimental, priorizamos a exposição e exploração dos corpos enquanto linguagem e a sua relação com a multimodalidade para o ganho de compreensão semiótica. Desta maneira, consideramos a análise dos *corpos-stickers* em dois eixos: (a) corpos com imagens objetivas, que descrevem o contexto e podem ser tão elucidativos quanto o texto, não dependendo da linguagem escrita para que tenha sentido; (b) corpos subjetivos, em que o texto escrito favorece a construção semiótica para compreensão do contexto.

ANÁLISE DE CASO

A Figura 1 apresenta-nos fragmentos de mensagens cujos diálogos envolvem seis integrantes do grupo “Carrinha Investigativa”, no *WhatsApp*. Visualmente, é possível identificar múltiplos modos de linguagens semióticas na manutenção dialógica, que passa pela representação dos corpos, colagens, e sobreposições digitais e o uso das linguagens verbal e não-verbal.

Imagem 1: Primeiro fragmento do diálogo.



Fonte: imagem elaborada pelos autores a partir da captura dos diálogos no WhatsApp.

O diálogo inicia-se com o *corpo-sticker* de Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo – que disputou a última corrida presidencial no Brasil em 2019 -, a segurar uma garrafa de bebida alcoólica, e a fazer o sinal de paz e amor, com a mensagem “BOM DIA, HOJE É SEXTA”. Pelo contexto, observa-se que a abertura da interação no grupo inicia-se numa sexta-feira de manhã e sugere uma certa alegria pela chegada do fim de semana. No entanto, para que esta interpretação fosse possível, foi preciso que houvesse uma leitura composicional sugerida pela Gramática Visual de KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 2006) de todos os elementos da imagem, desde a expressão do corpo, sinónimo de contentamento, até ao texto verbal da imagem. Sem a ajuda textual, este *corpo-sticker* seria apenas a imagem subjetiva de Fernando Haddad com uma bebida, sem qualquer conexão com o tempo (de manhã) e espaço (sexta-feira). Esta relação de dependência da imagem com o texto é encontrada nos estudos semióticos de BARTHES (1977), referido por GOMES (s.d.), em que ele denomina esta dependência da imagem em relação ao texto como *relay*, sendo necessário que haja a junção dos dois módulos semióticos, verbal e visual, para que a leitura imagética seja compreendida.

Em seguida, após uma sequência de três *emoticons* que enfatizam o riso pela mensagem anterior, o segundo sujeito responde: “bom dia, pessoal!”, encerrando a sentença com o *emotion* das mãos juntas, sugerindo o agradecimento pelo dia, para então finalizar a sua participação com um *sticker*. Neste, temos a imagem da Gretchen, cantora brasileira que fez sucesso nos anos de 1980 e que, após anos fora dos *media*, regressa através da disseminação dos seus *memes* enquanto participava num *reality show*. No *sticker* de Gretchen, a cantora está posicionada com uma das mãos na boca, como se estivesse a tentar esconder a gargalhada, acompanhada do texto

verbal em sequência de “kkkkkkkkkkkkkk”, muito usado nas relações sociais mediadas pela tecnologia para expressar o riso. Entretanto, neste caso, mesmo sem o apoio da linguagem textual seria possível compreender a resposta pelo *corpo-sticker* de Gretchen em relação ao início do diálogo com a imagem de Haddad. De acordo com GOMES (s.d), esta relação em que a imagem é quem esclarece o texto, não sendo necessária a contribuição textual - mas em que este, por sua vez, amplia a informação não-verbal – é denominada ilustração pela ótica barthesiana.


O terceiro *corpo-sticker* presente neste diálogo mostra um menino feliz, com umas das mãos no rosto e com o sorriso que nos direciona para um estado de felicidade. No entanto, além da leitura imagética do corpo que nos remete à expressão de felicidade, a imagem apresenta-nos a colagem digital de corações. Voltando às aceções de KRESS e VAN LEEUWEN (1996; 2006) sobre a linguagem enquanto acordo de convenção social, observamos que a imagem, ao fazer uso dos corações, reforça a relação de afeto na participação do interlocutor na mensagem. Isto acontece porque o desenho/imagem do coração desempenha um papel de ícone do amor nas relações sociais em diferentes culturas.

Imagem 2: Segundo fragmento do diálogo.



Fonte: imagem elaborada pelos autores a partir da captura dos diálogos no WhatsApp.

O terceiro integrante a participar no diálogo, ao enviar a mensagem: “Boa sexta e bom teste pra todos mais tarde”, além do *emoticon* com as mãos juntas, que indica sorte e agradecimento, termina a sua participação com o *corpo-sticker* de duas mulheres com a frase: “ninguém solta a mão de ninguém.” Este é o *sticker* mais emblemático do diálogo, pois, para compreendê-lo, é preciso recorrer primeiramente à ótica de BARTHES (1977), no qual pode existir na imagem uma relação de *relay*.




Neste caso, FONTE e CAIADO (2014) postulam que no *relay* o texto e imagem são complementares, sendo preciso a integração das linguagens semióticas, verbal e não-verbal, para a compreensão da mensagem, visto que ambos - texto e imagem - são necessários, e separados se tornam insuficientes. Entretanto, além das reflexões barthesianas, é preciso recorrer às concepções da Semiótica Social de KRESS e VAN LEEUWEN (1996;2006) para entender o contexto da imagem e a sua relação com o texto. Visualmente as duas mulheres denotam uma certa satisfação e esboçam alegria. Uma delas, a que segura a mão da outra, usa uma máscara e segura a mão como se quisesse mostrar algo – que supomos ser as unhas feitas. Portanto, é possível que haja no *corpo-sticker* em questão uma relação entre a manicure e a cliente. Contudo, esta imagem nada diz em relação ao texto na montagem, e é neste caso que fazemos uso da Semiótica Social.

“Ninguém solta a mão de ninguém” foi um movimento que viralizou na *internet* após o resultado das últimas eleições no Brasil. Com o advento da gestão bolsonarista, centenas de milhares de pessoas passaram a compartilhar *memes* de mãos apertadas como uma espécie de ato em prol da solidariedade, empatia e da força provocada pela união.

Nesta construção multimodal, o *sticker* recorre à ironia e à subjetividade ao unir a imagem das duas mulheres com o texto que viralizou no Brasil no último ano. Sendo assim, ponderamos que, além de fazer a leitura imagética e textual deste *corpo-sticker* seria necessário o conhecimento do contexto político do Brasil e dos seus desdobramentos nas plataformas digitais, para que este fizesse sentido semântico na interpretação do discurso no ecrã.

O penúltimo sujeito a participar no diálogo do grupo reage à mensagem que deseja “boa tarde e bom teste”, replicando novamente a imagem da cantora Gretchen no grupo. Desta vez, a cantora aparece com as mãos cruzadas e juntas à boca, como se estivesse a refletir sobre algo, juntamente com o apoio textual da pontuação gráfica reticências. Este género de pontuação pode indicar pausas ou continuação de diálogos, interromper situações para que o sujeito imagine o que seria dito, como também tende a exprimir a intenção de pensamento ou ideia. Assim, com a junção da linguagem verbal e visual neste *corpo-sticker*, presenciamos novamente a concepção de ilustração, sendo que a imagem do *corpo-sticker* já nos remete pela linguagem própria do corpo que Gretchen se mantém reflexiva na imagem. Assim, a pontuação de reticências apenas reforça a ideia do comportamento pensativo. No contexto em que esta imagem opera no diálogo, nota-se a preocupação do sujeito 6 em relação à mensagem do sujeito 4, quando este último o lembra do teste que seria aplicado à tarde, no dia em que ocorre a conversa no grupo.



O último sujeito, 6, ao interagir no grupo, responde ao penúltimo interlocutor com um *corpo-sticker* da apresentadora brasileira Luciana Gimenez acompanhada da legenda: “mas cê tá brava?”. A palavra “você” e “está” estão grafadas compactamente na forma “cê” e “tá”, variação comum da escrita nos dispositivos digitais e na *internet*.

Quanto ao contexto da imagem, aparentemente sem entender o posicionamento reflexivo do último participante quanto ao teste a ser aplicado, o sujeito 6 finaliza a sua participação com o *sticker* da apresentadora. Entretanto, neste caso, observamos que não existe uma ligação entre texto e imagem ou imagem e texto, que nos possa direcionar ao entendimento do contexto imagético. Visualmente Luciana está no exercício da sua função, utilizando um microfone, o que nos remete para uma possível entrevista no seu programa. Mas a legenda escolhida não figura entre os jargões da apresentadora, nem a um possível *meme* que nos direcione à compreensão do real significado da construção deste *sticker*. Assim, caberá à subjetividade e abstração de cada um a quem esta imagem alcança a conceção de um significado próprio para que esta faça sentido.


“Onde a linguística tradicional tinha um idioma definido como um sistema que funciona através de dupla articulação, onde uma mensagem era uma articulação entre significante e significado, vemos os textos multimodais como construtores de sentidos em múltiplas articulações” (KRESS & VAN LEEUWEN, 2001, p. 03).

CONSIDERAÇÕES

Nesta tentativa de refletir acerca da construção dialógica a partir dos *corpos-stickers* no *WhatsApp*, tencionamos contribuir cientificamente para a necessidade constante de se pensar o corpo e a multimodalidade, e o que ambos representam na sociedade da informação e da tecnologia.

COSTA; NUNES E VANIN (2012) expressam que o “conceito expandido de corpo é uma totalidade; ele não é apenas objeto, mas é também sujeito e, sob essa perspectiva, outras dualidades são diluídas – corpo/mente, razão/emoção, ambiente/sociedade, natureza/cultura, digital/analógica” (COSTA, NUNES & VANIN, 2012, p. 09).

Como referimos, existe uma procura contínua dos meios e dispositivos tecnológicos em humanizar as relações do homem com a tecnologia, convertendo cada vez mais tais relacionamentos numa extensão do real para o digital, do orgânico para o tecnológico. Neste sentido, o corpo físico, matéria orgânica que nos define enquanto seres humanos, transforma-se em matéria-prima para esta simbiose do real para o virtual - assim como o contrário.



Consideramos que todas as mudanças que ocorrem nas mais diferentes formas de linguagem tecnológica são passíveis de serem refletidas, pois estas dizem muito em relação às novas formas de construir a comunicação em sociedade.

Sendo assim, ao substituir a linguagem verbal do texto escrito nos ecrãs através da exploração da imagem dos corpos e suas linguagens, testemunhamos os avanços tecnológicos na busca pela comunicação mais próxima da realidade - lugar ocupado há décadas pelos *emojis*, *emoticons* e *smiles*.

Desde que os estudos da semiologia, da semiótica e da linguística passaram a postular sobre a comunicação multimodal, vislumbramos novas formas de se pensar a comunicação humana. Assim, o corpo, com os seus gestos, as suas expressões faciais e corporais, as suas modificações estéticas, artísticas e tudo o que marca o corpo, juntamente com a fala, tornou o ser humano - e a sua linguagem -, de facto, multimodal.

Todavia, apesar de o ser humano ser essencialmente multimodal na sua forma de se comunicar, presenciemos limitações em relação ao entendimento da multimodalidade enquanto teoria e práxis, pela ausência de literacia digital da sociedade fora do âmbito académico.


Ao refletir sobre os *corpos-stickers*, torna-se também possível ponderar sobre a lacuna existente entre o uso socialmente trivial desta linguagem e a ausência da literacia digital em que se assenta o reconhecimento da linguagem multimodal. Neste ponto, ocultam-se os riscos que partem desde o não entendimento do contexto, como vimos na análise verbo-visual em alguns casos, até mesmo na percepção equivocada da mensagem visual dos corpos no ecrã.

Em suma, embora a análise seja mais exploratória do que sistematizada, observamos que os corpos convertidos em *stickers* podem apresentar uma diversidade de significados e por vezes necessitam de uma leitura narrativa com base na sua representação social, não apenas imagética e não-verbal. Por esta razão, por vezes são incapazes de oferecer significados mais concretos ao terem os seus modos de linguagem interpretados de maneira isolada, sendo indispensável a leitura multimodal.

Por fim, consideramos importante referir que os *corpos-stickers* constituem novos códigos sociais num mundo cada vez mais ciberconectado e portanto não devem ser negligenciados ou pouco aproveitados como elementos educativos, de reflexão e de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BALDANZA, R. F. A Comunicação no Ciberespaço: Reflexões Sobre a Relação do Corpo na Interação e Sociabilidade em Espaço Virtual. Anais do IV Encontro do Núcleo de Pesquisas em Comunicação. Brasília-DF, Rio de Janeiro: Intercom, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000110&pid=S0101-3289201000020000700001&lng=pt
- BENJAMIN, W. Magia e Técnica, arte e política – Obras escolhidas, vol.1, trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRITO, A. O discurso da Afetividade e a Linguagem dos Emoticons. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua portuguesa, Linguística e Literatura. Ano. 04, n. 9. ISSN 1807-5193, 2008
- COSTA, C. J.; NUNES, C. X. & VANIN, A. A. A Multimodalidade Tecno-Comunicacional nas Interfaces do Corpo Expandido. In: RIOS, José; BOCCIA, Leonardo; COIMBRA DE SÁ, Natalia. (Org.). Desafios Intermodais: leituras da composição. 1ed. Simões Filho, BA: Editora Kalango, 2012, v. 1, p. 63-80.
- DIONÍSIO, Â. P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: Brito, K. S.; Gaydeczka, B; Karwoski, A. M. (Orgs). Gêneros textuais: reflexões e ensino. Palmas e União da Vitória, PR: Kayagangue, 2005.
- FELINTO, E. & ANDRADE, V. A vida dos objetos: um diálogo com o pensamento da materialidade da comunicação. Revista Contemporânea. vol. 3, n.1, pp. 75-94, 2005.
- FONTE, R. & CAIADO, R. Práticas Discursivas Multimodais no WhatsApp: uma análise verbo-visual. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. V.10, n.2, pp.475-487, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v10i2.4147>
- GOMES, L. F. Explorando a Potencialidade das Relações Imagem– Texto em Textos Didáticos: Um exercício de Ressignificação. Uniso- Universidade de Sorocaba. São Paulo, (s.d). Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/txtcompletos/sem05/COLE_1749.pdf
- SANTAELLA, L. O corpo como sintoma da cultura. Revista Comunicação, Mídia e Consumo . ESPM. V1, n.2, p. 139-157, 2004.
- DOI: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/17/17>
- SANTANA, I. Dança na cultura digital. Salvador: EDUFBA [ebook]. ISBN 85-232- 0415-6. SciELO Books, 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org>
- REZENDE, R. A Tecnologia e a Invenção do Corpo Contemporâneo. Anais do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre: Intercom, 2004.
- KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. Reading images: The grammar of visual design. London: Routledge, 1996.



KRESS, G. & LEEUWEN, T. Visual and verbal modes representation in electronically mediated communication: the potentials of new forms of text. In: Snyder, I. Page to Screen: Taking Literacy Into the Electronic Era. London: Routledge., pp. 53-79, 1998.

KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001.

LIMA, A.M.L. ALVES, B.F & PAIVA, B. F. As Práticas de Letramento(s) Crítico(s): Uma Análise Sociosemiótica Aplicada em Atividades de Produção de Textos Multimodais em Aulas de Língua Portuguesa. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 5, n. 2, p.107-126, ISSN: 2318-986X, 2017

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Revista SOCERJ. Pedagogia Médica, Rio de Janeiro, pp. 383-386, 2007.

XAVIER, A. C. A Era do Hipertexto: Linguagem & Tecnologia. Recife: Ed. Universitária de UFPE. ISBN: 978-85-7315-629-4, 2009.

WHATSAPP. Apresentando as figurinhas. Blog do WhatsApp. 25 de outubro, 2018. Disponível em: <https://blog.whatsapp.com/introducing-stickers>

YAN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. (trad.) Daniel Grassi, (2ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

CAPÍTULO 2

OBSERVAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO (SBI) DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-CAMPINAS)

João Paulo Hergesel

RESUMO

Este capítulo registra as atividades realizadas para o Estágio Supervisionado I do curso de Bacharelado em Biblioteconomia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), no 1.º semestre de 2021, que contou com orientação do professor tutor Jean Fernandes Brito. O objetivo do estágio foi observar e diagnosticar uma unidade de informação, a partir de dados coletados em páginas eletrônicas. Como objeto de estudo, selecionou-se o Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). O percurso metodológico envolveu duas etapas: a observação e o diagnóstico. Para isso, utilizou-se como embasamento teórico o livro de Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas Mattos (2019). A fundamentação teórica contou, ainda, com uma revisão bibliográfica das ideias de Wendi R. Bukowitz e Ruth L. Williams (2002), Paulo Sérgio Vilches Fresneda, Sonia Maria Goulart Gonçalves, Marcos Papa e Ana Flávia Fonseca (2009) e Gardenia de Castro (2005). Fez-se o registro da vivência do estágio (resultados) e das impressões do estágio (considerações finais). Por fim, inferiu-se que a realização do estágio permitiu uma experiência focada na gestão de uma unidade de informação instalada em ambiente universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteconomia. Observação. Diagnóstico. PUC-Campinas.

INTRODUÇÃO

Este capítulo registra as atividades realizadas para o Estágio Supervisionado I do curso de Bacharelado em Biblioteconomia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), no 1.º semestre de 2021, que contou com orientação do professor tutor Jean Fernandes Brito. Devido à necessidade de distanciamento social ocasionada pela pandemia de covid-19, o objetivo do estágio foi observar e diagnosticar uma unidade de informação, a partir de dados coletados em páginas eletrônicas.

Como objeto de estudo, selecionou-se o Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Trata-se de uma biblioteca composta por quatro unidades – sendo três universitárias e uma escolar – e mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI). A escolha por essa instituição ocorreu devido ao discente/estagiário atuar como colaborador (professor/pesquisador) na PUC-Campinas e, portanto, ser um dos usuários de tal biblioteca.

O percurso metodológico envolveu duas etapas: a observação e o diagnóstico. A etapa de observação consistiu em uma visita ao website oficial da instituição e na sondagem de informações como nome, localização, histórico, áreas de atuação, objetivos e finalidades. Também houve um levantamento para identificar a estrutura organizacional, o sistema de gerenciamento, os serviços oferecidos e demais informações pertinentes para uma boa compreensão do local.

Já a etapa do diagnóstico teve como base três pontos principais: verificar os recursos existentes; levantar os objetivos e cenários; e avaliar o alcance das ações realizadas até o momento. Para isso, utilizou-se como embasamento teórico o livro *Organização, Sistemas e Métodos*, elaborado pela Prof.^a Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas Mattos (2019).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A observação e o diagnóstico de uma unidade de informação correspondem a uma etapa fundamental para o processo de organização e gerenciamento de bibliotecas, itens que devem ser de conhecimento de todo bibliotecário em formação. Com o objetivo de exercitar esse tipo de abordagem junto a uma instituição real, elegeu-se como objeto de estudo o Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

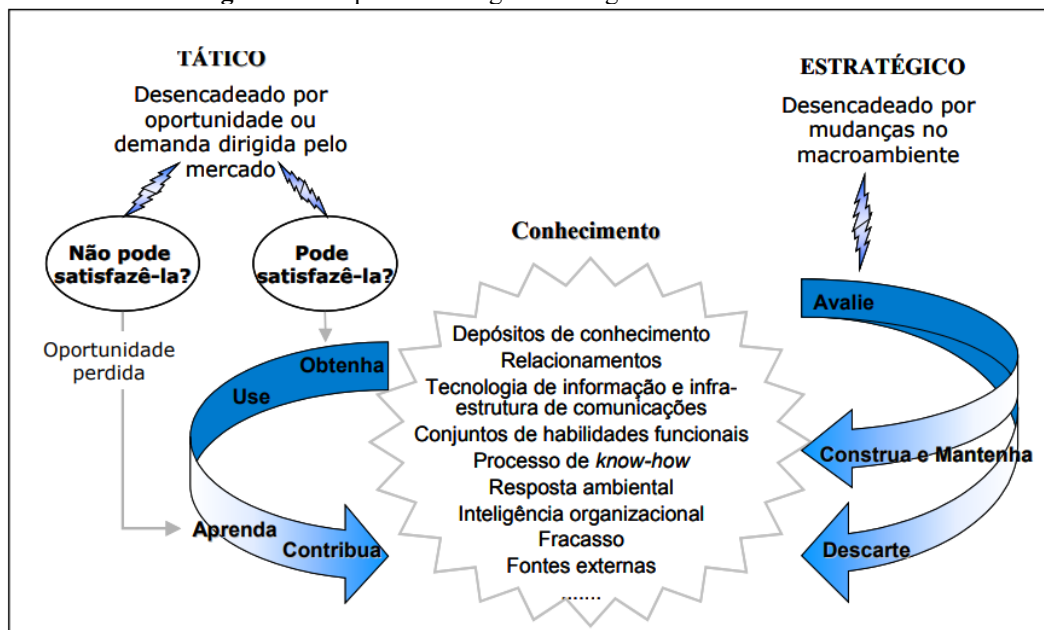
A respeito desse processo inicial para o planejamento de gestão em uma biblioteca, Mattos (2019) explica:

Como o próprio nome já expressa, é o diagnóstico que vai apresentar um “Raio X” da situação atual da organização. Conhecendo essa situação, são definidos o objeto do planejamento, suas metas e objetivos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações e análises que podem auxiliar os gestores na avaliação da organização. Nessa etapa, é possível detectar seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, sendo possível identificar e, até mesmo, prevenir problemas, bem como encontrar soluções. (MATTOS, 2019, p. 11).

Como exposto pela autora, percebe-se a relevância da observação seguida de diagnóstico, tendo em vista que é nesta etapa inicial que ficará evidente o que é e como se configura da unidade de informação com a qual deseja se trabalhar. Também é nessa etapa que se é possível averiguar os pontos positivos e negativos, permitindo que o gestor da instituição possa enfatizar ou redirecionar os esforços.

Wendi R. Bukowitz e Ruth L. Williams (2002) são nomes de referências no que diz respeito ao diagnóstico de gestão de conhecimento. Com base no que entendem sobre o assunto e numa proposta de observação de sistemas e instituições de informação, as autoras propõem o seguinte esquema (Figura 1):

Figura 1 – Esquema de diagnóstico e gestão do conhecimento.



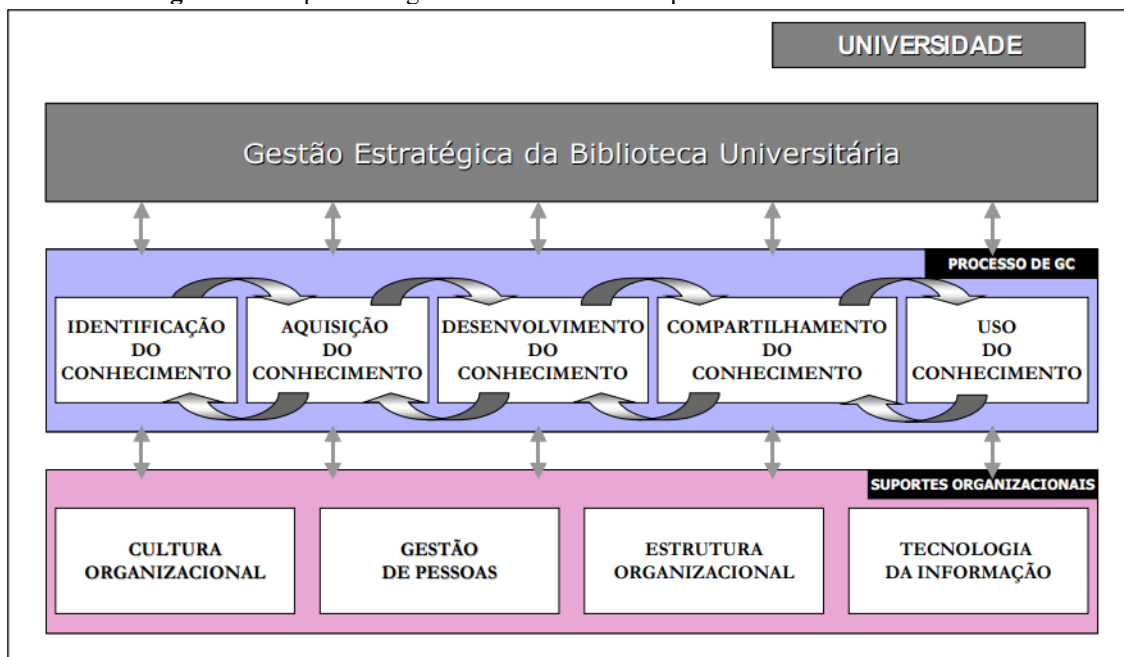
Fonte: Bukowitz e Williams (2002, p. 24).

Esse, no entanto, não é o único meio para se fazer um diagnóstico no campo da gestão do conhecimento. Paulo Sérgio Vilches Fresneda, Sonia Maria Goulart Gonçalves, Marcos Papa e Ana Flávia Fonseca (2009), por exemplo, citam os benefícios de se utilizar o método Organizational Knowledge Assessment (OKA), desenvolvido pelo Banco Mundial e utilizado na administração federal pública brasileira.

O diagnóstico da Gestão do Conhecimento utilizando o método OKA está voltado para a avaliação da capacidade das organizações em ampliar seus ativos intelectuais através dos elementos de pessoas, processos e sistemas, uma vez que a GC depende fundamentalmente desses componentes para gerar diferencial competitivo e atingir os objetivos organizacionais. (FRESNEDA; GONÇALVES; PAPA; FONSECA, 2009, p. 12).

Em dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Gardenia de Castro (2005) aplica as teorias de Gestão do Conhecimento em uma proposta para diagnóstico de bibliotecas universitárias. Dessa forma, a autora apresenta o seguinte esquema (Figura 2):

Figura 2 – Esquema de gestão do conhecimento para bibliotecas universitárias.



Fonte: Castro (2005, p. 100).

Para fins de realização do estágio, recorreremos novamente a Mattos (2019), que amplia sua definição de diagnóstico e explica:

O diagnóstico estratégico é um processo formal e estruturado que procura avaliar a existência e a adequação das estratégias vigentes na organização em relação ao andamento de transformações para a construção de seu futuro. É o primeiro passo de um planejamento, nessa etapa é possível detectar seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, sendo possível identificar e, até mesmo, prevenir problemas, bem como encontrar soluções. (MATTOS, 2019, p. 126).

Desse modo, ao selecionar como estudo de caso o Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas é mantido pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), elencamos alguns tópicos fundamentais para observação. A descrição pormenorizada dos resultados pode ser confeirda no próximo item.

RESULTADOS

O Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas é mantido pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI). Tal entidade também é mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do Hospital e Maternidade Celso Pierro é uma Entidade Beneficente de Assistência Social, dedicada à educação, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – Educação.

O presidente da mantenedora é o Arcebispo da Arquidiocese de Campinas, Dom João Inácio Müller, e seu vice-presidente é o Prof. Dr. Pe. José Benedito de Almeida David. O

endereço físico da SCEI é Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas, SP, CEP: 13087-571. O contato com a entidade pode ser feito pelo telefone (19) 3343-7256 ou pelo e-mail mantenedora@puc-campinas.edu.br.

De acordo com informações do website oficial da universidade:

A Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI) é uma associação civil de direito privado, de natureza comunitária, beneficente, filantrópica e confessional católica, fundada aos 7 de junho de 1941, tendo como sua atividade preponderante a Educação Superior.

A referida Associação é Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e do Hospital e Maternidade Celso Pierro.

Conforme preceitua o artigo 3º do seu Estatuto tem por finalidade, manter, dirigir, supervisionar e administrar as suas Mantidas e outras organizações de caráter cultural, científico, filantrópico, que venha a criar ou incorporar para o desenvolvimento de suas finalidades. (PUC-CAMPINAS, 2021b, on-line).

Os valores que orientam a SCEI, em suas finalidades estatutárias são: “I. Respeito à orientação Católica; II. Postura Ética; III. Responsabilidade Social; IV. Sustentabilidade; V. Profissionalismo; VI. Respeito às diferenças; VII. Transparência; VIII. Beneficência e; IX. Justiça” (PUC-CAMPINAS, 2021b, on-line).

Declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual n.º 40.685, de 6 de setembro de 1962, e de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal n.º 6.801, de 4 de dezembro de 1991, a SCEI é detentora do antigo Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido em 1966 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com base no processo n.º 45.988/1965. Hoje, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), disciplinado pela Lei n.º 12.101/2009.

Atualmente, a equipe é composta por: Dra. Edna Nyara Couto Cappa (secretária); Prof. Dr. Pe. José Benedito de Almeida David (coordenador administrativo); Dr. André Nicolau Heinemann Filho (coordenador jurídico); Sergio Carlos Costa (supervisor do departamento pessoal); Andrea Pierre Sforça (supervisora do departamento financeiro); Edilson Baqueiro (escriturário de relações corporativas); Paulo Hirata (gerente de contabilidade, custos e orçamentos); e Maria Angélica F. Braga Dia (gerente de projetos).

O Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas é uma biblioteca que se divide em quatro unidades, sendo três universitárias (duas no *campus* I, uma no *campus* II) e uma escolar (situada no Colégio Pio XII). Sua sede, porém, está no *campus* I da PUC-Campinas, mais especificamente no Prédio H13 – Portão 2, situado à Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque das Universidades, Campinas, SP, CEP: 13087-571.

De acordo com informações do website,

[...] o Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas é um órgão vinculado à Reitoria e sua origem remonta à Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1941, que teve sua coleção acrescida de novos acervos a medida em que foram sendo criados novos cursos. Em 1955, estruturou-se como Biblioteca Central. Em 1985, foi criado o Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) formado atualmente por uma rede de 4 bibliotecas, sendo 3 universitárias e uma escolar. Sua estrutura é formada por – Coordenadoria Central, Unidade de Atendimento/Bibliotecas e Unidade de Serviços e Produtos: Biblioteca Digital Multimídia, Núcleo de Editoração e Área Técnica: Aquisição, Catalogação e Periódicos. (PUC-CAMPINAS, 2021a, on-line).

Trata-se de uma biblioteca universitária, institucionalizada em uma instituição de ensino superior comunitária. Seu principal objetivo é “prestar atendimento ao corpo docente, discente e funcionários da PUC-Campinas e pode ser utilizado pelo público em geral, observado seu regulamento” (PUC-CAMPINAS, 2021a, on-line).


Os usuários da biblioteca são: alunos de Graduação da PUC-Campinas (tecnológicos, licenciaturas e bacharelados); alunos de Pós-Graduação *lato sensu* (especialização e MBA); alunos de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado); alunos da Educação Básica do Colégio Pio XII (ensino infantil, fundamental e médio); professores vinculados à Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI); demais funcionários da PUC-Campinas, do Colégio Pio XII e da SCEI; e membros externos da comunidade em que a PUC-Campinas se encontra.

A biblioteca funciona de segunda a sexta, das 7h30 às 22h45, e aos sábados, das 8h às 17h. No período de férias, o seu horário de funcionamento é alterado, sendo das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira. O coordenador chama-se Sergio Eduardo Silva de Caldas, e a bibliotecária responsável chama-se Ana Paula dos Santos Galletta. Não há informações sobre o número total de funcionários que compõem o quadro funcional da biblioteca.

O sistema de gerenciamento adotado é o do Catálogo LVMEN, que por sua vez utiliza o sistema PERGAMUM. Trata-se de um sistema externo à PUC-Campinas. A catalogação é realizada pela Classificação Decimal de Dewey (CDD), bem como pela Tabela Cutter. A indexação é feita por unidade de informação (1, 2, campus II ou PIO), pelo tipo de obra (livro, e-book, folheto, etc.), pela data de publicação, por nome de autor e por assunto.

Em sua política de desenvolvimento, o SBI registra o seguinte objetivo único:

Adquirir, manter e atualizar as coleções de livros, periódicos e materiais não convencionais em qualquer suporte físico (papel ou meio magnético) através de compra, permuta e recebimento de doações, de acordo com o orçamento da Universidade e atendendo critérios específicos dos órgão regulamentadores da Educação no nível nacional. (PUC-CAMPINAS, 2021a, on-line).



O SBI salvaguarda das seguintes coleções especiais: Mário Erbolato (localizada na unidade 1 do *campus* I); Odilon Nogueira de Matos (localizada na unidade 2 do *campus* I); Mauricio Knobel (localizada na unidade do *campus* II); Nasser Zacharias Alves (localizada na unidade do *campus* II); Mário Gatti (localizada na unidade do *campus* II); e Joaquim Ferreira Lima (localizada na unidade do *campus* II).

São os serviços oferecidos pelo SBI: EEB – Empréstimo Entre Bibliotecas, com instituições externas, facultado apenas ao aluno e docente da PUC-Campinas; acesso à internet (WiFi); empréstimo de fitas de vídeo do acervo da EPTV, facultado apenas ao aluno e docente da PUC-Campinas; busca bibliográfica; orientação bibliográfica; treinamento para o uso de recursos eletrônicos disponíveis no SBI; acesso à informação e a documentos não existentes no SBI; comutação bibliográfica (COMUT, SCAD); e uso da sala de estudo em grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizado para a disciplina Estágio Supervisionado I do curso de Biblioteconomia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), este trabalho adotou como unidade de informação o Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Por ter sido realizado durante o período pandêmico, fez-se uma leitura reflexiva do website da instituição.

A etapa da observação possibilitou levantar os dados básicos do SBI, evidenciando seu tamanho e relevância não apenas para a instituição universitária como para a comunidade externa. Já a etapa de diagnóstico permitiu, como previsto na introdução, verificar os recursos existentes, levantar os objetivos e cenários, e avaliar o alcance das ações realizadas até o momento.

Quanto aos recursos existentes, viu-se que o SBI tem total integração com a tecnologia, disponibilizando não somente o catálogo on-line como também dispendo de acesso à internet aos usuários, de aconselhamento on-line para elaboração de documentos bibliográficos e de treinamento para os recursos eletrônicos de uso da universidade e de sua mantenedora.

Quanto aos objetivos e cenários, atestou-se que o objetivo principal do SBI é prestar atendimento de qualidade ao público acadêmico (estudantes, docentes e demais funcionários) e servir como apoio à comunidade externa, estando aberta a consultas por usuários que não tenham vínculo institucional. Nesse sentido, seu cenário tem caráter interdisciplinar e extensionista, tanto no atendimento físico como no digital.

Quanto às ações realizadas até o momento, averiguou-se que o SBI destaca-se por manter coleções raras e de importância sócio-histórico-cultural, bem como zelar pelo acervo de fitas de vídeo da EPTV, uma das principais emissoras de televisão da Região Metropolitana de Campinas. Também se evidencia a digitalização de seu acervo, com uso do catálogo LVMEN, utilizando o sistema PERGAMUM.

A realização do estágio permitiu uma experiência focada na gestão de uma unidade de informação instalada em ambiente universitário. Embora não tenha sido possível comparecer presencialmente ao local como estagiário, a visita ao website oficial foi uma estratégia plausível para superar os desafios impostos pelo período pandêmico.

Com uma página eletrônica muito bem-organizada e facilmente acessível, foi possível encontrar sem muita dificuldade as informações fundamentais para compreensão do funcionamento da instituição. Dessa maneira, foi também possível refletir sobre o modo como ela é gerenciada, detectando os aspectos positivos desse gerenciamento, capazes de inspirar qualquer bibliotecário em formação.

REFERÊNCIAS

BUKOWITZ, Wendi R.; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa.** Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CASTRO, Gardenia de. **Gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias: um instrumento de diagnóstico.** 2005. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101846>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FRESNEDA, Paulo Sérgio Vilches; GONÇALVES, Sonia Maria Goulart; PAPA, Marcos; FONSECA, Ana Flávia. Diagnóstico da gestão do conhecimento nas organizações públicas utilizando o método Organizational Knowledge Assessment (OKA). *In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA*, 2., 2009, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CONSAD, 2009. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/DIAGN%C3%93STICO-DA-GEST%C3%83O-DO-CONHECIMENTO-NAS-ORGANIZA%C3%87%C3%95ES-P%C3%9ABLICAS-UTILIZANDO-O-M%C3%89TODO-ORGANIZATIONAL-KNOWLEDGE-ASSESSMENT-OKA2.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MATTOS, Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas. **Organização, sistemas e métodos.** Indaial: Uniasselvi, 2019.

PUC-CAMPINAS. **Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI).** 2021a. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/biblioteca/>. Acesso em: 13 jul. 2021.



PUC-CAMPINAS. **Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI)**. 2021b. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/scei/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CAPÍTULO 3

JORNALISMO, OPINIÃO E INFOTENIMENTO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA *GREG NEWS*

Julia Fátima de Jesus Cruz
Leonel Azevedo de Aguiar

RESUMO


Este estudo de caso sobre um programa audiovisual autodenominado “noticioso humorístico” visa discutir as relações entre jornalismo e entretenimento na sociedade contemporânea, mediante a estratégia de infotenimento. A partir de uma pesquisa bibliográfica que descortina uma contradição histórica constitutiva do campo jornalístico na Modernidade – a polaridade entre cumprir uma função educativa ou uma função de entretenimento –, apontamos que o infotenimento é compreendido como um formato híbrido contemporâneo que funde informação jornalística com entretenimento. O corpus de pesquisa é composto por um recorte dos 14 episódios do programa *Greg News* (2018) reproduzido no *YouTube*.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; teorias do jornalismo; infotenimento; opinião; programa *Greg News*.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar um estudo de caso sobre o programa audiovisual *Greg News*, reproduzido no *YouTube* em episódios semanais, no qual o humorista Gregório Duvivier tece comentários sobre fatos do noticiário. Nossa análise tem como base um recorte de 14 episódios de 2018, divididos em temas políticos/econômicos e sociais. A cada capítulo, um tema é detalhadamente recontado e criticado, com comicidade. Ao ser definido como um “noticiário humorístico”, trafegando entre o informativo e o humorístico, levantamos a hipótese de que as estratégias do infotenimento (KELLNER, 2001) presentes na cultura das mídias podem atuar como um modo de reconfiguração do jornalismo na Contemporaneidade. Que função o programa desempenha dentro de um contexto midiático historicamente específico?

Com o slogan “Estar bem informado não é coisa do outro mundo”, o programa audiovisual *Greg News*, exibido às sextas-feiras no canal HBO e veiculado livremente no canal da emissora no *YouTube*, é uma produção do grupo humorístico Porta dos Fundos com base em uma adaptação do programa original exibido pela matriz HBO nos Estados Unidos, o *Last Week Tonight with John Oliver*. Apenas um ator entra em cena, que se caracteriza como apresentador de telejornal e aborda, a cada episódio, um tema de relevância nacional, como uma espécie de análise crítica das últimas ações políticas, econômicas e sociais verificadas no Brasil. Reina



uma aura de telejornal, quebrada por pitadas de humor intercaladas com informações e opiniões. Há uma interação local com a plateia, responsável por marcar os momentos de humor garantindo as reações às piadas, com as tradicionais risadas, uma característica deste tipo de programa.

As características jornalísticas estão presentes em narrativas e o arquétipo do jornalista âncora televisivo, acompanhado de cenário e bancada que remetem ao formato tipicamente de telejornais. Todo este conjunto concede ao espectador do programa *Greg News* uma sensação de que estaria diante de um telejornal. O roteiro, apesar de ser redigido para um programa humorístico, segue algumas características de um programa jornalístico dentro do que Traquina define como o “saber de narração”, que faz parte do conjunto de saberes destacados por Ericson, Baranek e Chan (*apud* TRAQUINA, 2008, p. 113) no exercício da competência jornalística. Traquina (2008) discorre sobre a capacidade do jornalista de compilar informações e dados e reunir em uma narrativa noticiosa em tempo útil e de forma interessante para o público. *Greg News* é um programa que utiliza o humor, mas se autorreferencia como um programa jornalístico. Pelas teorias do jornalismo, os jornalistas cumprem papel de educador, dentro de um prisma iluminista, e de formadores de opinião. É por esse viés que o programa se autointitula “o humorístico que é jornalístico”.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os conceitos que amparam nossa pesquisa abordam a questão contemporânea da cultura da mídia como a que possibilita a união entre informação e entretenimento, resultando no infotimento (KELLNER, 2001), e do humor enquanto elemento da crítica social. A obra clássica de Berger e Luckmann (2014) baliza a noção do texto informativo enquanto dispositivo que contribui para o processo de construção social de realidade e da opinião pública. Nosso referencial teórico em relação ao jornalismo utiliza conceituações advindas das obras de Kovach e Rosenstiel (2004) e de Groth (2011). Trouxemos para a nossa pesquisa pontuações de Traquina (2008) sobre o papel de mediador desempenhado pelo jornalista como parte da engrenagem das sociedades democráticas e a visão de que o entretenimento no jornalismo representa um estímulo ao público (KUNCZIK, 2002).

Em *INFOtenimento: informação + entretenimento no jornalismo*, Fábila Dejavitte (2006) destaca o infotimento enquanto estratégia de atração da audiência que acaba cumprindo um excelente serviço à divulgação da informação relevante. A narrativa jornalística deve constar do inusitado e do diferente para chamar a atenção da audiência e esse é o ponto chave para a


caracterização do fenômeno. Dejavite conceitua o infotenimento e defende sua importância para o jornalismo afirmando que

não podemos esquecer que o infotenimento é sinônimo de jornalismo ético, de qualidade e que, por isso, não deve ser tomado como um jornalismo menor por explorar o entretenimento. Devemos admitir que a atividade jornalística tem, sim, a função de divertir (apesar de quase sempre ser apresentada ao público como algo sem humor e pesado). Esse papel interage perfeitamente com a sua função de órgão fiscalizador que promove a sociedade e os seus cidadãos (DEJAVITE, 2006, p. 89).

Carlysângela Falcão (2017), em sua tese *O infotenimento jornalístico em rede: reconfigurações e desafios do jornalismo contemporâneo*, aponta que o termo infotenimento pode ser analisado por meio de duas perspectivas: uma que o vê como tendência global e outra que o percebe como um gênero em si mesmo. Os dois pontos de vista se complementam diante da ideia de um gênero híbrido de narrativa jornalística. Autores da primeira perspectiva avaliam que o infotenimento se manifesta não só no jornalismo, mas também em outros campos, como política e economia. O fenômeno seria parte integrante do que Gabler (1999) chamou sociedade do entretenimento: uma sociedade hedonista que busca constantemente por prazer e diversão.

Gabler (1999), a partir de seu conceito de sociedade do entretenimento, mostra que a utilização de técnicas teatrais em diversas áreas, como política, educação, literatura, religião, comércio, guerras e crimes, faz com que todas sejam influenciadas pela indústria do entretenimento. Segundo o autor, em cenários de escândalos de famosos, casos inusitados dominam as narrativas midiáticas e isso vai além do jornalismo. Nesse contexto, o infotenimento é um valor que faz com que a sociedade tenha um apego especial pelo que dá prazer e apela aos sentidos. Temos, portanto, a ideia de uma sociedade hedonista, na qual o infotenimento é representado de várias formas, além do texto jornalístico. O infotenimento, nesse contexto, funciona como fator para diversas mudanças nos conteúdos e no consumo dos produtos apresentados pela mídia. Em resumo, o autor avalia o infotenimento como uma forte tendência no jornalismo atual, mas também ressalta que essa crescente fluidez encontrada nas fronteiras entre informação e entretenimento abrange a sociedade contemporânea.

Segundo Carlysângela Falcão (2017), o teórico alemão Udo Michael Krüger (1988) é considerado o criador do termo e o neologismo infotenimento (*infotainment*), conforme ele esclarece, surgiu “na década de 1980 nos Estados Unidos, mas passou a fazer parte do vocabulário das pesquisas acadêmicas sobre jornalismo e dos profissionais da área nos anos 1990” (FALCÃO, 2017, p. 48). Já Neveu ressalta a palavra composta a partir de informação e *entertainment* como uma “tendência a veicular informações atraentes a qualquer preço” (NEVEU, 2005, p. 19).



Há toda uma caracterização jornalística tanto na apropriação da narrativa própria das práticas do profissional de jornalismo, quanto da formatação do programa, que inclui um cenário bem característico de uma bancada de telejornal, com um apresentador vestido a caráter e símbolos como caneta e papéis, que representam o script, sobre a mesa, sem contar com os recursos também muito utilizados no jornalismo televisivo que são os selos e infográficos, artes e animações. Além da caracterização, há também a apropriação de algumas tarefas e regras próprias do jornalismo informativo que são descritas pelas Teorias do Jornalismo presentes nas obras de Traquina (2008) e Groth (2011), revisitadas neste trabalho. Inicialmente, o programa *Greg News* atende a três características apontadas por Otto Groth (2011): periodicidade, atualidade e universalidade.


METODOLOGIA

A metodologia consistiu na decupagem do programa e a separação dos minutos em três classificações de modalidades narrativas – informação (nas modalidades jornalística e institucional – neste caso, obtida em sites oficiais), entretenimento (humor) e opinião (que defende a linha editorial e política do programa). O estudo de caso segue conceito de Goode e Hatt (*apud* DUARTE, 2011, p. 216), que definem “o estudo de caso como um método para olhar para a realidade social”. Merriam (*apud* DUARTE, 2011, p. 217) ressalta o “particularismo” do estudo de caso e Yin (2015, p. 16) ressalta a importância da investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo em profundidade.

O desenvolvimento deste trabalho tem como base a abordagem metodológica do objeto de estudo ancorada na análise de conteúdo em jornalismo. Bernard Berelson definiu o método como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (*apud* HERSCOVITZ, 2007, p. 124). Para Herscovitz (2007), a análise de conteúdo jornalístico é

o método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p. 124).


Em nosso estudo, seguiremos a combinação operacional de aspectos quantitativos e qualitativos, sugerido pelo professor de Harvard Robert Weber, “promovendo uma integração entre as duas visões de forma que o conteúdo manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido)” (HERSCOVITZ, 2007, p. 125). O objetivo é compreender os significados



explícitos e implícitos que carregam ocultos a forma, o contexto da produção e para quem o objeto é produzido.

Foram selecionados para esta pesquisa 14 dos 21 episódios da segunda temporada do *Greg News*, exibida em 2018, pelo canal de assinatura HBO, e, posteriormente, para não assinantes, via *YouTube*. Seis episódios se destacaram com maior número de visualizações no *YouTube*, de “curtidas” (*likes*) e “descurtidas” (*dislikes*) e de interações por meio de comentários, e, por isso, foram escolhidos. Além destes, que foram escolhidos porque se destacaram no quesito interatividade, selecionamos outros oito episódios cujos temas são considerados fundamentais para o desenvolvimento de um país. Destes oito, quatro se destacam por registrarem os menores índices de interatividade, principalmente no quesito “visualizações” (*views*), embora abordem temas de grande relevância, tais como saneamento básico e preservação do meio ambiente. Os temas mais ligados à sobrevivência humana que, portanto, figuram entre prioritários nas pautas sociais, curiosamente estavam entre os de menor procura pelo público. Nossa análise partiu dos mais visitados para os menos visitados, contemplando duas linhas de condução: a pauta política e econômica, cujos episódios mais apreciados figuravam entre os escolhidos, e a pauta socioambiental, cujos episódios não foram tão aclamados pelo público. Todos os 21 episódios foram analisados, mas nem todos estão reproduzidos aqui, neste capítulo. Dentro da pauta política e econômica, foram analisados, nesta ordem, os episódios sobre direitos humanos, regime militar, liberalismo, Lula e a conciliação, Bolsonaro, Campanha Eleitoral e Centrão. Dentro da pauta social e ambiental, foram alvo desta pesquisa os episódios que abordaram os temas: saúde, prisão, alimentos, moradia, plásticos, tráfico e saneamento básico.

Escolhemos realizar o estudo de caso a partir dos episódios que são exibidos via *YouTube*. Trata-se do bloco central do programa que aborda um tema por semana. O *YouTube* permite a interatividade com o telespectador, por meio de comentários, elogios e críticas, tanto de apreciadores como de opositores ao posicionamento político pontuado ou à ideologia demonstrada pelo programa. A interatividade, que revela a popularidade ou não dos vídeos, e a praticidade de acesso foram fatores que nos influenciaram para optarmos por analisar somente o programa quando exibido por esta plataforma. A escolha por analisar o material disponível no *YouTube* incluiu a preocupação em contribuir para a pesquisa acadêmica sobre Comunicação com base em dois pontos: a partir de uma plataforma ainda pouco explorada em estudos científicos, até por ser um meio jovem diante das histórias dos veículos de comunicação, e também a partir de um objeto que se mantém acessível a qualquer momento, no mundo virtual.



Para obter parâmetros de comparação, escolhemos dividir as modalidades discursivas presentes na narrativa dos programas em três: ‘informação’, ‘entretenimento’ e ‘opinião’. Os episódios analisados foram decupados para extrairmos o tempo destinado a cada modalidade discursiva dentro destas três classificações. Dentro da modalidade ‘informação’, foi separado o conteúdo que apresentasse o viés informativo, essencialmente jornalístico ou não. A modalidade discursiva chamada aqui de ‘entretenimento’ contemplou os momentos de narrativa humorística que despertasse a sensação no espectador sob diversos formatos linguísticos apresentados no programa. Dentro de ‘opinião’, foram alocados todos os tempos da narrativa, de cada episódio, que tornavam claro o posicionamento político editorial e os ideais sociais defendidos pelo programa. As três modalidades narrativas são intercaladas ao longo do programa, inclusive a opinião, que é colocada claramente ao espectador. Os números extraídos permitiram diversas observações válidas ao nosso estudo.

RESULTADOS

Gregório Duvivier interpreta, a cada episódio, o papel de jornalista combatente, a serviço do público, com características de um jornalismo politicamente engajado. Se por um lado, a sequência de apresentação das narrativas humorísticas, informativas, opinativas, complementada pela exibição de vídeos, que, por vezes, também são fragmentos de matérias televisivas, se aproxima do que é denominado infotenimento, por outro lado, o programa parece ter a missão de reacender, na memória do espectador, fatos públicos exibidos ou dispostos em canais e redes sociais que, eventualmente, não foram interpretados ou absorvidos da forma como o programa deduz. É uma forma de comunicar que faz do humor aspecto importante de uma narrativa que, pelas brechas e pelas fórmulas de aproximação com o público, constrói uma nova narrativa ativista.

O programa *Greg News* resgata notícias que foram veiculadas em diversos meios de comunicação para exemplificar ou consolidar uma versão defendida pelo programa e seu apresentador sobre o tema que está em análise. Fragmentos de matérias entram em cena como coadjuvantes para consolidar, não só a posição defendida pelo programa, como a história recontada e revisitada, a cada episódio, sobre o tema ou fato escolhido. Há uma apropriação da narrativa jornalística para embasar e respaldar a narrativa opinativa. São usados fragmentos de notícias, manchetes, pedaços de textos oficiais governamentais ou de instituições de pesquisa, vídeos que espalhados nas redes que potencialmente já foram absorvidos pelo telespectador em um passado recente, que teria criado por mensagens veiculadas por meios de comunicação de massa uma “opinião pública” ou mesmo um “senso comum” sobre o tema ou o fato ocorrido


na sociedade. Todos esses fragmentos são revisitados e inseridos no contexto sob a nova ótica conduzido pela narrativa informativa, humorística e opinativa.

A análise numérica do conteúdo veiculado pelo programa mostra a dominante presença do infotenimento – que, neste caso estudado especificamente, representa o estreito casamento entre notícias e humor. A presença do infotenimento no programa corresponde, na quase absoluta maioria dos episódios, a mais de 70%, e chega, em alguns casos, a quase 90% do tempo total de cada episódio. Na média geral, somando todos os tempos utilizados em cada modalidade e obtendo a média simples dos episódios analisados da segunda temporada, encontramos os seguintes dados: a modalidade narrativa informação tem, em média, 43,5% do tempo; a modalidade narrativa entretenimento, 35,4% do tempo, em média; e a modalidade narrativa opinião, 21,2% do tempo. O tempo médio utilizado em infotenimento é de 78,9%, entre os episódios analisados da segunda temporada apresentada em 2018.

As modalidades narrativas – informação, humor e opinião –, que são entregues ao público em pequenas doses intercaladas, parecem ser o segredo para manter o espectador atento até o fim. Entre doses de humor e informação, o programa *Greg News* entrega ao consumidor uma opinião e uma nova forma de enxergar o tema central abordado. A análise numérica do conteúdo mostra a dominante presença do artifício do infotenimento (KELLNER, 2001) – que aqui une notícia e humor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as críticas elaboradas por certos autores, seja ao infotenimento ou ao sensacionalismo, parecem querer opor uma imaginária constituição democrática do espaço público e da cultura legítima a uma suposta disfunção narcotizante do entretenimento, que promoveria o conformismo social e reforçaria as normas sociais. O infotenimento veicularia apenas a ampla trivialidade e o excesso de entretenimento e diversão estariam colocando em riscos os ideais iluministas da sociedade moderna, conforme analisa Aguiar (2008). Do ponto de vista da história do jornalismo, a capacidade de entretenimento constitui-se como um valor-notícia fundamental para que um acontecimento possa adquirir os requisitos necessários para ser construído enquanto narrativa jornalística. Entendemos aqui que os valores-notícia são qualidades dos acontecimentos que produzem as condições de possibilidades para que sejam transformados e contidos em um produto informativo. Notícia, nesse sentido, é entendida como produto (pós)industrial resultante de um processo empresarial organizado que implica em uma perspectiva prática dos acontecimentos, reunindo-os e fornecendo avaliações simples e diretas




acerca das suas relações, além de realizar esse processo interpretativo dos acontecimentos de modo a entreter o público.

Ao sistematizar as conceituações dos critérios de noticiabilidade, Wolf (2003) enumera cinco pressupostos implícitos dos quais os valores-notícia são derivados, dentre os quais, os critérios substantivos, relativos ao conteúdo e que articulam a importância e o interesse da notícia. Os valores-notícia são as qualidades da construção jornalística dos acontecimentos e funcionam como “óculos” (BOURDIEU, 1997) através dos quais os jornalistas operam uma seleção e uma produção discursiva daquilo que é selecionado. Ou seja, são as condições de possibilidades de ver e dizer sobre a realidade social que estão estratificadas na comunidade interpretativa dos jornalistas. Os acontecimentos avaliados como importantes são, obrigatoriamente, selecionados para se tornarem notícias, enquanto que o interesse está vinculado à representação que os jornalistas fazem de seu leitor e também ao valor-notícia definido como capacidade de entretenimento. As notícias interessantes são as que procuram narrar um acontecimento com base na perspectiva do “interesse humano”, das curiosidades que atraem a atenção e do insólito. É esse critério de relevância – notícia interessante com potencialidade de entretenimento – que se coloca em contradição com o critério da importância própria dos acontecimentos. Para resolver essa contradição, é possível trocar um valor-notícia por outro: “a capacidade de entreter situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, quer como um fim em si mesma, quer como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos” (GOLDING e ELLIOTT, 1979, p. 114). A questão pode ser resolvida com a associação desses dois valores-notícia: para informar o público é necessário produzir um jornal que desperte seu interesse, não havendo utilidade em fazer um tipo de jornalismo aprofundado, se os leitores não se sentem atraídos.

Mais do que o interesse em despertar sensações, *Greg News* chama a atenção do público para os fatos jornalísticos que não ficaram, na visão do programa, muito bem esclarecidos para o debate público. O programa leva o espectador a rememorar fatos jornalísticos dentro uma múltipla lógica narrativa que reconta o acontecimento a partir de novas perspectivas de enquadramentos jornalísticos. *Greg News* estimula o retorno ao jornalismo ativista, reforça o arquétipo do jornalista defensor da sociedade e procura cumprir a função de educador social.

O uso do infotainment no programa *Greg News* cumpre mais do que o papel de chamar e manter a atenção do público. O programa contém premissas atribuídas ao lazer, o humor, e que informa, com práticas do jornalismo, mas que também havia um outro componente em sua fórmula que agrega peso à opinião emitida. A base do roteiro do programa tem, como



sustentação ao argumento, o resgate de fatos históricos de um passado recente por meio de recortes extraídos da mídia. Ele busca na memória registrada pelo jornalismo aquilo que submergiu ao esquecimento popular e resgata pegadas impressas na mídia para reordenar, em uma sequência lógica, e apresentar uma outra versão do tema central do programa. Desta forma, cria uma nova premissa sobre a opinião pública já estabelecida sobre o tema central e provoca uma reflexão alternativa.

Ao *mix* das três modalidades narrativas (jornalística, humorística e opinativa) se reúne outras características do programa: ensinar/educar o espectador. O programa *Greg News* apresenta uma didática própria que resgata notícias antigas para reconstruir uma “nova verdade” a partir de um ponto de vista, que podemos chamar de opinião editorial do programa. Este ponto de vista é reafirmado pela apresentação de recortes jornalísticos, selos e infográficos, artes e animações com recortes de fatos ocorridos no passado recente e que representam rastros históricos suficientes para reconstruir e recontar um segmento do passado recente. Na maioria dos episódios, o tema central é recontado sob outro aspecto que leva o leitor a ter uma segunda visão sobre o mesmo fato, ressuscitando questões que pareciam esquecidas pela sociedade.

O roteiro, apesar de ser redigido para um programa humorístico, segue algumas características de um programa jornalístico dentro do que Traquina diz ser o “saber de narração”, parte integrante de um conjunto de saberes que são acionados no exercício da competência jornalística, ou seja, “consiste na capacidade de compilar todas essas informações e empacotá-las numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante” (TRAQUINA, 2008, p. 41). É dentro desta rotina de produção – ou “fórmula” – que o programa apresenta seu conteúdo, enquadrado em um formato jornalístico que une entretenimento, informação e opinião.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental no jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 5, n.1, p. 13-23, jan./jun. 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DEJAVITE, Fabia Angélica. **INFOtenimento: informação+entretenimento no jornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2006.

DUARTE, Marcia. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

FALCÃO, Carlysângela Silva. **O infotainment jornalístico em rede: reconfigurações e desafios do jornalismo contemporâneo**. 2017. 213 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

GABLER, Neal. **Vida, o filme: como o entretenimento conquistou a realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOLDING, Peter; ELLIOTT, Philip. **Making the news**. Londres: Longman, 1979.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamento da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HERSCOVITZ, Heloísa. Análise de conteúdo em jornalismo. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010. P. 123-142.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EdUSC, 2001.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. São Paulo: EdUSP, 2022.

KRÜGER, Udo Michael. Infos-Infotainment-Entertainment? Programmanalyse 1988. **Media Perspektiven**, v. 10, p. 637-664, 1988.

NEVEU, Erick. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CAPÍTULO 4

CONEXÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS INDÍGENAS *INỸ/JAVAÉ* COM OS SERES DO AMBIENTE⁴

Maria do Carmo Pereira dos Santos Tito
Odair Giralдин

RESUMO


Diferentes formas de expressões se configuram em mecanismos de comunicação, essenciais na construção das relações dos humanos com a paisagem e seus elementos. Este estudo teve por objetivo descrever as concepções sociocsmológicas dos *Inỹ/Javaé* e discutir aspectos das relações desses indígenas com o meio ambiente e os seres que os compõem, a partir de um enfoque etnoecológico vinculado às percepções culturais. Trata-se de uma pesquisa etnográfica, com a participação de cinquenta e sete indígenas incluindo xamãs, anciãos e professores residentes no território indígena. É um estudo exploratório, descritivo com percurso metodológico ancorado em pesquisa de campo com utilização da técnica de observação participante e entrevista aberta com roteiro semiestruturado. Para obtenção das informações, foram utilizados registro e análise das narrativas, histórias e mitos. Os resultados foram categorizados em: perfil socioeconômico dos participantes, narrativas sobre suas concepções cosmológicas, a especificação dos reservatórios hídricos como lugares especiais e a singularidade das matas, bem como as interações **entre os seres** do ambiente. Esses ecossistemas foram concebidos como lugares peculiares e de conectividade entre humanos, animais, não humanos e espíritos. O estudo revela a importância desses ambientes e dos seres inerentes a ele, para os indígenas que têm suas práticas tradicionais diretamente associadas aos conhecimentos ancestrais. Conclui-se que as formas de interação desses indígenas com os demais componentes do ambiente, fazem desses ecossistemas **ponto de encontro dos seres de diferentes dimensões a partir de uma perspectiva cultural humanizada que parte das** noções de unidade, sensibilidade, sustentabilidade e conservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas *Inỹ/Javaé*, Etnoecologia, Concepções, Relações ambientais, Ilha do Bananal.

INTRODUÇÃO

Em tempos de globalização e consistente inovação tecnológica, existem distintas vias de comunicações. Uma delas está associada à relação que povos de diversas culturas utilizam para interagir com o meio ambiente, fato esse que acontece de acordo com a forma que concebem, compreendem e interpretam os ciclos da natureza.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins/UFT - Campus de Palmas/TO.



As pessoas mantêm relações de dependência com o ambiente e seus recursos, desde os primórdios tempos da história da humanidade. Ao compartilhar o mesmo espaço físico natural, diferentes seres vivos e não vivos estabelecem inter-relações, que na cultura de distintos povos, são mediadas por conhecimentos associados aos costumes, tradições e crenças (BERKES, 1999; HUNTINGTON, 2000).

De forma geral, esses conhecimentos socioambientais são construídos no âmbito cultural “concreto” ou “abstrato” proporcionando conectividade entre os seres (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 269). Assim, ao conjunto de saberes ambientais que delinea as práticas tradicionais e as relações culturais das sociedades humana com o ambiente, é denominado de conhecimento ecológico local ou tradicional (BERKES *et al.*, 2000; BEGOSSI, 2000).

As diferentes paisagens, assim como seus elementos, convergem com a dinâmica do equilíbrio dos ecossistemas, desempenhando importantes funções ecológica e sociocultural. Além disso, constituem áreas de produção de alimentos para a subsistência alimentar, produção de renda e contribuem para o fortalecimento de vínculos, ao passo que agrega saberes, costumes e tradições dos povos tradicionais (DIEGUES, 2001).

A sociedade ocidental moderna tende a polarizar a relação homem/natureza, colocando de um lado a cultura humana e o que ela representa e, do outro, de forma minimalista, o que se denomina de meio ambiente. As causas deste reducionismo em torno da ideia de ambiente natural na concepção de Diegues (2001) estão associadas ao ideário que impulsionam: o desenvolvimento tecnológico, acelerado com a Revolução Industrial do século XVIII; a filosofia econômica liberal, que inspira políticas de governos e empresas; e o sistema econômico capitalista, que orienta em grande medida as relações de produção. Essa tríade formou um arcabouço caracterizado pelas relações objetivas do homem com o ambiente, numa perspectiva utilitarista. Esse modelo rompeu com as possibilidades de construção na sociedade moderna ocidental, de uma concepção ampliada da relação homem/ambiente.

Por outro lado, as sociedades indígenas embora não sejam hegemônicas, tendem a possuir essa visão holística e a elaborar suas concepções de mundos sustentados em ideias e saberes próprios, historicamente constituídos.

No Brasil, tanto a pluralidade étnico-cultural, quanto à diversidade biológica faunística e florística, despertam a atenção para relação humano/ambiente (MARTINELLI e MORAIS, 2013). No Tocantins essa diversidade cultural é também extensiva a oito grupos indígenas e entre eles os *Iny/Javaé*, alvo deste estudo. Estes indígenas pertencem ao tronco linguístico

Macro-Jê, são falantes da língua *Iny* e vivem na Ilha do Bananal, região do sudoeste tocaninense (MAIA, 1998; TORAL, 1992a). Em seu território, vivenciam constantes tensões ambientais, porém, tentam viver em harmonia com os seres do ambiente conforme sua cultura ensina. A partir disso, se questiona: Como são estabelecidas as relações ambientais entre *Iny*/Javaé e seres do ambiente?

Nessa interface, este estudo se insere no campo da etnoecologia, a qual busca compreender as interações entre os humanos e o seu meio natural, incluindo aspectos socioambientais e socioculturais, associados aos conhecimentos dos povos sobre as condições ecológicas locais e suas implicações cotidianas (MARQUES, 2001).

Diante do exposto, este estudo objetivou-se descrever as concepções sociocosmológicas dos *Iny*/Javaé e discutir aspectos das relações desses indígenas com o meio ambiente e os seres que os compõem, a partir de uma perspectiva etnoecológica.

MATERIAL E MÉTODOS

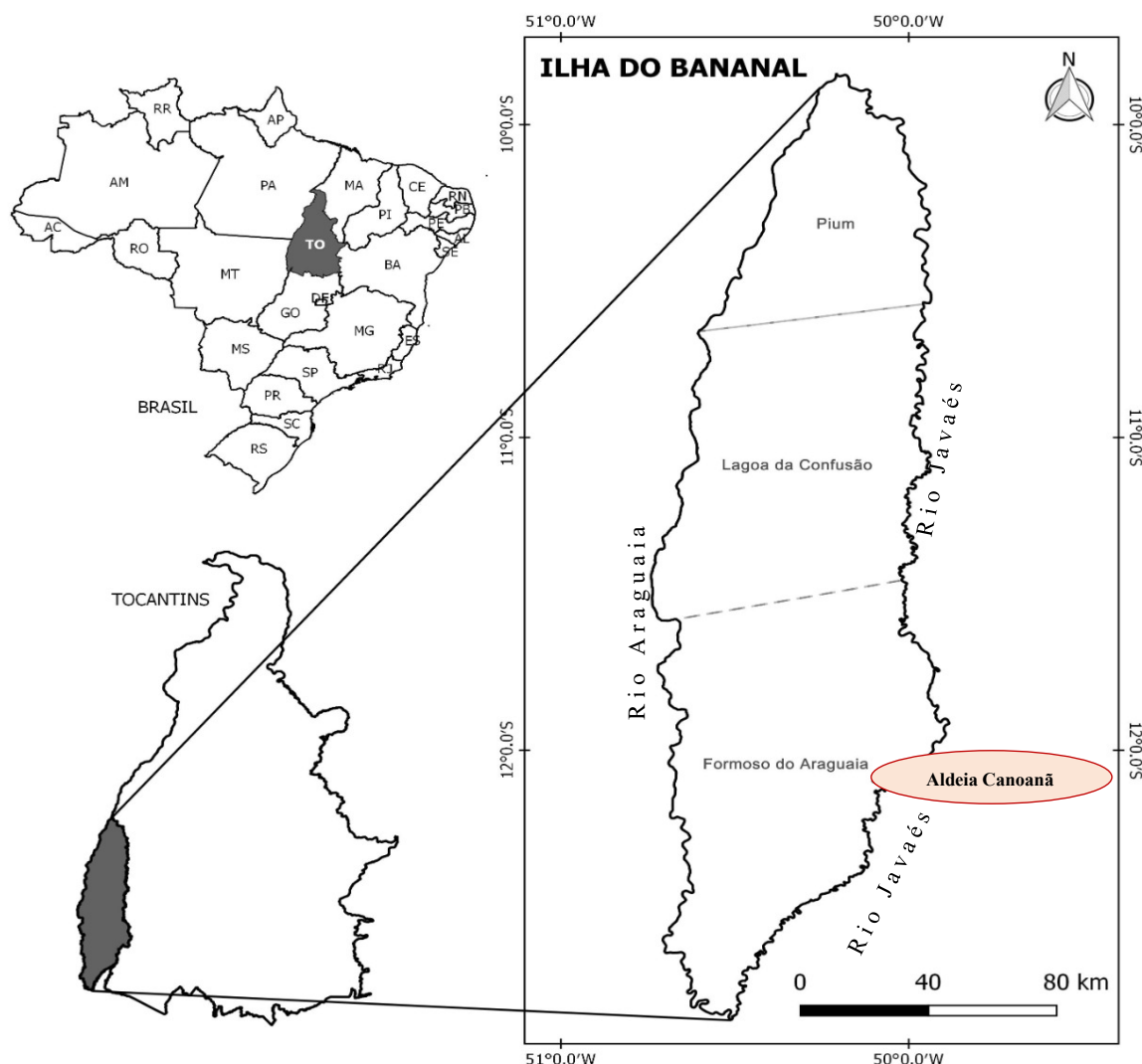
Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa, e integralização dos métodos, etnográfico e etnobiológico, com a utilização das técnicas de observação direta e de entrevistas em campo (CRESWELL, 2010; MALINOWSKI, 1978; OLIVEIRA, 1996). Esta pesquisa foi aprovada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa/CONEP sob CAAE nº 29322320.8.0000.5519 e Processo FUNAI nº 08620.000373/2020-47. O anonimato dos participantes foi preservado e quando mencionados no texto, foram identificados por ordem alfanumérica. Assim, “A” representa ancião, “P” (professor) e “X” (xamã) e a sequência da entrevista é indicada da seguinte forma: (A1, A2...), (P1, P2...), (X1, X2...), seguida da idade do participante. Os idosos com dificuldades de ler, escrever ou entender, tiveram a intermediação do informante-chave e intérprete, mediante presença de algum adulto da família para autorizar e acompanhar a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi obtido o consentimento informado de todos os participantes.

Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado com indígenas *Iny*/Javaé da Aldeia Canoanã, localizada no território indígena do Parque do Araguaia, na Ilha do Bananal (Figura 1), a 34,6 km da sede do município de Formoso do Araguaia e a 313 km de Palmas, capital do estado do Tocantins, Brasil. Esta Aldeia fica situada à margem esquerda do rio Javaés e foi fundada no ano de 1946 (RODRIGUES, 2008b). Possui uma população de 492 indígenas residentes, distribuídos em

114 famílias, (DSEI/TO, 2020). Em termo de localização, possui coordenada que situa entre o paralelo 11°58'17"S e o meridiano 49°54'59"W.


Figura 1: Localização da Aldeia Canoanã na Ilha do Bananal, Tocantins, Brasil.



Fonte: IBGE, 2019 e MMA, 2018, **Sistema de Coordenadas:** Geográficas, **Datum:** SIRGAS2000 Maria do Carmo P. Santos Tito (Org.) e Renato Glauber de Almeida (Editor).

Conhecida como a maior ilha fluvial do mundo, este ambiente insular é formado pelo rio Araguaia a oeste e o seu braço menor, o rio Javaés a leste (TORAL, 1992a). Neste cenário natural, há também uma diversidade sociocultural inerente aos povos tradicionais, entre eles, ribeirinhos e os indígenas das etnias Avá-Canoeiro, Tuxá, *Inỹ/Karajá* e *Inỹ/Javaé* (LOURENÇO, 2009).

Participaram diretamente do estudo 57 indígenas, sendo um mediador local, intérprete/interlocutor com domínio da sua língua *Inỹ* e também do idioma português. Foram informantes-chaves aqueles considerados localmente como sábios da cultura, os anciãos (42), os xamãs (6) e professores (8), de ambos os sexos com faixa etária entre 40 e 80 anos. Além da



idade, outros quesitos de inclusão foram observados, como: ser indígena, residir na aldeia, ter condições cognitivas para responder as perguntas da entrevista e ter disponibilidade para participar. A amostragem correspondeu a 90% do universo de 66 participantes que se incluía nos grupos mencionados e atendia aos critérios.


Entre os instrumentos para coleta de dados em campo, utilizou-se caderno de campo, câmera e gravador para o registro das narrativas e das histórias contadas pelos anciãos, bem como as anotações relacionadas ao cotidiano, às cerimônias e os rituais. O roteiro da entrevista semiestruturada, foi organizado em duas partes. A primeira contemplava informações referentes à cosmologia e o modo de vida desse povo. A segunda parte incidiu em questões abertas sobre concepções e interações com os ecossistemas e os seres do ambiente no âmbito cultural desses indígenas.

As estratégias para realização da coleta dos dados compreenderam os procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico, com buscas em bancos de dados e catálogos online por textos científicos sobre o tema, independente do idioma e com busca pelos descritores: “relações ambientais, indígena Javaé, interações socioambientais, etnoecologia, etnozologia”; b) vivência em campo/aldeia incluindo anuência prévia e posteriores coleta de dados, no período de julho de 2019 a fevereiro de 2020; c) Análise e discussão dos resultados.

Ancorada em um roteiro semiestruturado, foram realizadas 57 entrevistas individuais, com duração média de 20 minutos, em local sugerido pelos participantes. A técnica *Snowball* ou ‘bola de neve’ foi utilizada para seleção dos participantes, na qual o entrevistado indica o próximo, de acordo com o conhecimento que têm sobre a temática abordada (BAILEY, 1982; GOODMAN, 1961). Alguns professores entrevistados ilustraram livremente por meio de desenhos manuais, mapas representativos dos ecossistemas importantes do seu território tradicional.

Em relação ao tratamento dos dados, as histórias, as narrativas, mitos e as entrevistas foram gravados em áudio e transcritos na íntegra, por terem relevância tanto para aquisição de informações, quanto permitir aprofundamento do assunto abordado (MARQUES, 2001). Essas informações foram interpretadas qualitativamente e discutidas, inspiradas na pesquisa etnográfica, em que prevalece o ponto de vista, a imagem e o imaginário projetadas pelos participantes (MALINOWSKI, 1978; OLIVEIRA, 1996; ANGROSINO, 2009).

O registro de atividades cotidianas, festividades e rituais, foram viabilizados por meio de filmagens, fotografias e gravações, mediante autorização dos participantes dos quais foram



obtido consentimento informado. Por se tratar de concepções e observações de atividades tradicionais, não houve captura de seres vivos para fim de experimentação laboratorial. Os dados que caracterizam o ambiente e os seres que dele fazem parte foram descritos conforme a percepção subjetiva dos participantes com base em padrões de semelhanças e sentidos culturais, sendo a descrição e classificação dos seres observados conforme a percepção local (POSEY, 1986). A identificação dos ecossistemas e dos seres a eles subjacentes culturalmente foi **categorizada em: pequeno, médio e grande porte e em baixa, moderada ou elevada atividade antrópica**. Em atenção à ética e lisura, os nomes dos participantes foram mantidos em sigilo. As entrevistas foram descritas, analisadas e discutidas embasadas em fontes primárias e secundárias relacionadas ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos estão organizados em categorias que favorecem a compreensão do vínculo desses indígenas com o ambiente natural e dos seres que os compõem em diferentes dimensões.

A sociocosmologia *Iny*/Javaé

Em diferentes sociedades, é recorrente o uso de frases que conferem aos vegetais e aos animais qualidades ou estado que, a rigor, são peculiaridades da condição humana. Trata-se de atributos que no imaginário popular humaniza os seres não humanos (CASTRO, 1996). Entretanto, expressões como “a planta sente”, “as árvores choram” ou “a natureza se vinga”, são empregadas, nas formas de comunicações ocidentais, quase sempre no sentido figurado, com pouca ou nenhuma intenção de atribuir verdadeiramente sensações para os seres do ambiente. Esse ceticismo é fruto do processo que Max Weber (1982, p. 165) chamou de “desencantamento do mundo”, advindo da racionalização europeia do início da Idade Moderna, que transformou a forma da sociedade ocidental se relacionar com o que está a sua volta (meio ambiente) e com o sobrenatural (aquilo que não é visível).


Viveiros de Castro (2002) afirma que as sociedades formulam mundos específicos e a diversidade cultural possibilita outras formas de se conceber o meio ambiente nos seus respectivos mundos (DESCOLA, 1986). É neste contexto que se insere o povo indígena *Iny* Javaé, cuja relação com o ambiente (natural e sobrenatural) forja sua cosmologia (percepção do cosmo) e sua sociocosmologia (a prática da cosmologia exercida nos rituais e no seu modo de ser e de viver). Nesse sentido, a sociocosmologia Javaé é orientada por uma concepção holística

na qual o espaço físico natural, assim como cada elemento que constitui o ambiente, tem seu significado e relevância.

Dessa forma, as narrativas, as histórias, os mitos e as cerimônias rituais observadas, mostraram que nessa cultura as práticas tradicionais e ambientais são articuladas, revelando relação de vínculo ambiental (ROSZAK, 1992). Tem-se nesse processo a constituição de três níveis cósmicos, coabitados por seres vivos e inanimados, com características humanas ou não, com ou sem poderes mágicos, mas que compartilham entre si diferentes combinações e trocas de energias, formando um universo complexo.

Nesse sentido, as narrativas que versam sobre a origem do povo *Inỹ/Javaé* ajudam compreender que culturalmente o cosmos é estruturado a partir de uma concepção espacial representada por três esferas: 1) O Mundo de Baixo, além do subaquático ou *Bèrahãtxi*, caracterizado como um ambiente escuro, lamacento, com insuficiência de alimentos e coabitado por seres mágicos e espíritos. 2) O Mundo de Cima, além do céu ou *Biu*, descrito por Rodrigues (2004), como um ambiente iluminado onde impera harmonia, com abundância de alimentos, povoado por seres poderosos, os *Xiburè*, sendo este o patamar cósmico almejado pelos humanos vivos. 3) O Mundo do Meio, terrestre ou *Ahãna Obirá*, compreende o meio terrestre e ocupa uma posição intermediária entre os mundos além do céu e aquele além do fundo das águas. Percebido como um ambiente iluminado pelo sol, onde vivem plantas, animais e humanos sociais, todos mortais e também onde há interferência de espíritos dos outros dois planos cosmológicos (TORAL, 1992a; RODRIGUES, 2008b).

Estes três níveis, espacialmente bem definidos, estão interligados através das conexões existentes entre os seres que habitam estes patamares cósmicos (TORAL, 1992a; RODRIGUES, 2004; 2008b; PANOSSO, 2011). Os humanos ancestrais míticos desses indígenas ascenderam do mundo além do subaquático, para conquistarem o Mundo do Meio ou nível terrestre, surgindo em diferentes pontos do solo da Ilha do Bananal. Conforme Tewaxi Javaé (2019), a formação do povo *Inỹ* aconteceu em detrimento das aproximações e relações estabelecidas entre os diferentes povos que inicialmente surgiram e compartilharam conhecimentos distintos associados aos saberes mágicos, às técnicas de plantio e colheita, conhecimento das ervas medicinais e aos artefatos. Os humanos, ao ocupar o ambiente terrestre, adquiriram alteridade com necessidades físicas e orgânicas, ligadas ao sexo e as atividades práticas, sobretudo relacionadas à subsistência alimentar, como o manejo de roças, da caça e da pescaria. Segundo Panosso (2011), os Javaé se consideram herdeiros dessas práticas de compartilhamento.



Também no Mundo do Meio, as narrativas imemoráveis dos Javaé mencionam o herói mítico *Tanyxiwè*, um ser dotado de poderes capazes de fazer transformações no ambiente realizando tanto ações bondosas quanto maliciosas. Atribuem a ele a ousadia de capturar o sol definindo dia e noite na superfície terrena. Além de outras conquistas e melhorias para determinados seres do ambiente, a ele também, atribuem a forma física dos animais, antes seres mágicos - inclusive a implantação dos aguilhões nas arraias (*Potamotrygonidae*) e o esporão dos marimbondos (*Vespidae*), como instrumentos de defesa (TORAL, 1992a).

Embora esses três planos sejam habitados por seres mágicos na concepção desse povo, é no nível terreno, ou seja, no Mundo do Meio (superfície da Ilha do Bananal), que a sociocosmologia *Inĩ/Javaé* se efetiva em sua plenitude. É neste nível cósmico que praticam as ações do cotidiano e exercem suas concepções sobre o seu ambiente, elaboradas por uma forma própria de entender sua inter-relação entre os três níveis cósmicos (RODRIGUES, 2008b; TORAL, 1992a). Entretanto, a situação delineada no presente é resultante de um processo que se deu em tempos imemoráveis, quando se passaram os eventos que se tornaram base da explicação cultural da formação dos mundos, da criação dos elementos da natureza e das origens do povo Javaé.

Importa observar que nas três dimensões concebidas pela cosmovisão Javaé coexistem elementos e fenômenos, tais como água, escuridão, plantas, animais, humanos e espíritos. Considerando as descrições físicas, climáticas e ambientais presente na memória dos Javaé, observa-se que independente do estado sobrenatural dos níveis subaquático, celeste, ou natural, físico e visível do plano terreno, os componentes que se concebe como elementos do ambiente estão presentes, seja por meio da água pouco límpida ou lamacenta, peixes e caça do mundo subaquático, seja do clima agradável do céu, ou mesmo dos mortais do nível terreno (humanos, vegetais e animais).

A paisagem na perspectiva *Inĩ/Javaé*

Embora interconectados por uma percepção que perpassa os demais patamares cósmicos, é no plano terrestre (mundo do Meio), que correlacionam com maiores evidências as singularidades que dão sentido às relações sociais e ambientais, manifestadas por meio de suas práticas cotidianas. Conforme as narrativas e observação da vivência em campo verifica-se certa categorização da paisagem do território desses indígenas, à medida que os referenciais a determinados espaços físicos denotam vínculos que remetem maior apreço, quando se trata de relevância, no conjunto geral da Ilha e do seu entorno. O quadro 1 apresenta os ambientes da

Ilha do Bananal, identificados pelos *Iny/Javaé* como “lugares especiais” (RODRIGUES, 2008, p. 211).

Quadro 01: Lugares especiais do ambiente na concepção *Iny/Javaé* e respectivas ocorrências míticas.

Nome do lugar	Identificação/ Acontecimento mítico
1. <i>Marani Hãwa</i> (Aldeia mítica)	Maior aldeia dos Javaé antes do contato com o não indígena. Onde ocorreram diversos episódios míticos. Situada no centro-sul da ilha.
2. Lago <i>Sòhoky</i>	Grande lago situado no centro da Ilha, diferenciado pela diversidade de peixes. <i>Refere-se ao lugar onde se escondeu Buritxiwana</i> (único sobrevivente do episódio mítico da criação deste lago).
3. <i>Anirahu</i> (ilha do rio)	Ínsula do rio <i>Lòreky</i> a sudeste da Ilha. Presente no mito <i>Anirahu mahãdu</i>, em que os homens abatem o jacaré encantado que seduzia as mulheres.
4. <i>Iny Wèbòhona</i> (Cemitério)	Cemitério mítico. O lugar retrata o extermínio de indígenas e sepultamento coletivo próximo à aldeia Bota Velho, a norte da Ilha.
5. Lago do Bananal	Extenso lago ao sul da Ilha. Abundante em peixes e quelônios. O mito de origem dos rios e lagos criado por <i>Kwely</i> retrata este evento mítico.
6. <i>Iròdu Iràna</i> – (Aldeia mítica dos animais)	Lugar onde o herói mítico <i>Tanỹxiwè</i> tomou o fogo dos animais mágicos para dá a humanidade e os transformou na forma física que têm.


Fonte: Elaborada pela autora, adaptada de Rodrigues (2008).

Verifica-se que se trata de uma relação de lugares que associam ambiente físico a histórias e acontecimentos míticos do povo Javaé. **Rodrigues (2008b) lembra que, o ambiente local desses indígenas, está associado à esfera do simbólico, principalmente no que se refere aos mitos.** Os ambientes extraordinários da Ilha e mencionados por esses indígenas como “sagrado”, correspondem aquilo que se costuma atribuir o termo “sagrado para os não indígenas”⁵, ou seja, refere-se a ambientes que deve se respeitar, por seu valor histórico (aldeia *Marani Hãwa* e Lago *Sòhoky*), ou que transmite tranquilidade e paz, como o rio Javaés. Por isso, os lugares possuem seus respectivos significados. Por outro lado, não se questiona se estes espaços ocupam efetivamente a memória, os ritos, os mitos, as representações e as práticas sociais deste povo, como se observa no fragmento a seguir:

“Lugar sagrado para nós Javaé, é lugar de tranquilidade, bonito, de paz. É lugar de proximidade com os animais, com as plantas e também é morada de espíritos. São lugares de tradição, como o rio Javaés, os lagos... Também as matas do *Sòhoky*, os cemitérios”... (P2, 53 anos).

Cabe destacar que o levantamento realizado por Rodrigues (2008b), busca relacionar os lugares “especiais” entendidos como “sagrados” conforme mencionado na fala do entrevistado, mas que também não deixa de associá-los aos seus ambientes míticos e cosmológicos.

⁵ Como mencionado anteriormente, o termo “sagrado” não ocupa aqui o tradicional significado empregado pela tradição cristã (conotação religiosa). É utilizado entre os *Iny* como representação de lugares de destaques da paisagem, por ter um significado cultural relevante sendo ele mítico ou histórico.



Entretanto, quando se observa o cotidiano deste povo no tempo presente, verifica-se que alguns destes lugares especiais possuem outros significados, além dos já explorados pela autora, que não necessariamente estão relacionados ao campo mitológico.

A extensão da esfera da subjetividade para a vida cotidiana permite buscar entre os Javaé outros lugares da paisagem que ocupam papéis relevantes em sua visão de mundo e, conseqüentemente, orientam suas ações e manifestações culturais. Estes espaços naturais podem ser subdivididos em dois grupos: os pertencentes aos reservatórios hídricos [rios, lagos e suas águas] e os associados ao ambiente terrestre com ênfase nas florestas [matas].

Ecosistemas aquáticos especiais do território *Inỹ/Javaé*

Os *Inỹ/Javaé*, concebem o ambiente a partir de uma perspectiva **mítica** associada as suas concepções de universo. Entre os participantes da pesquisa, 85% concebem a paisagem e os ecossistemas como uma criação do seu herói mítico *Tañxiwè* e 15% o apreendem como um dos componentes da criação divina. No plano terrestre que chamam de Mundo do Meio, correlacionam com maior evidência as singularidades que dão sentido às relações sociais e ambientais, manifestadas por meio de suas práticas tradicionais.

As narrativas revelam aspectos da concepção que os Javaé fazem da água, bem como dimensionam a importância que a ela atribuem. Para isso, recorre-se a um fragmento reduzido do mito de origem dos mananciais locais (Figura 2), que também ilustra princípios e valores que orientam a vida desses indígenas. A narrativa exhibe o personagem mítico *Kwely*, o qual consegue superar uma trágica seca e cria os mananciais hídricos do Mundo do Meio na Ilha do Bananal. O mito revela que numa época remota de escassez intensa de água, todos os mananciais haviam secado, levando à morte praticamente de toda a humanidade *Inỹ*, restando apenas *Kwely*, sua esposa *Bòròrèkuni* e sua cunhada.

Estes sobreviventes eram seres mágicos e **se alimentavam de frutos nativos e mel**. Em suas andanças pela ilha, a esposa de *Kwely* descobre um grandioso pote de barro com água na região central da Ilha, onde todos os tipos de animais, inclusive exuberantes gaivotas, iam beber. *Bòròrèkuni*, descrita como muito individualista, não contou nada ao marido, o qual ficou desconfiado após ver rastros molhados no chão. Foi assim que ele passou a seguir sua esposa, de forma secreta, até descobrir o segredo que ela ocultava: o pote de barro. Certo dia, *Kwely*, cheio de curiosidade, se dirigiu sozinho para descobrir o que tinha dentro do pote que tanto sua esposa procurava ocultar.

Figura 02: O pote - Mito de origem dos rios e lagos da Ilha do Bananal.




Fonte: Samuel Saburuá Javaé. Desenho à mão livre, Aldeia Canoanã, nov. 2019.

Ao chegar ao local, utilizando-se de sua borduna [arma artesanal de madeira], deu um forte golpe contra o pote e o quebrou. Com isso, a água saiu do pote com tanta intensidade que fez surgir todos os rios da Ilha do Bananal, inclusive o grande Lago do Bananal, ainda existente no tempo presente e frequentado pelo povo *Iny*. Por isso, este personagem mítico é retratado como o herói que tornou o Mundo do Meio livre da carência de água.

Convém enfatizar que na cultura deste povo, este mito está associado à origem dos lagos e rios da Ilha do Bananal e as narrativas dos anciãos chamam atenção para o comportamento individualista da esposa do herói frente à descoberta da água. Em detrimento da condenação que fazem a este posicionamento, aclamam a atitude de quebrar o pote, possibilitando o compartilhamento da água com os demais seres. Nota-se um aspecto relevante elaborado a partir deste evento transcorrido em tempos mítico, mas, que orienta as ações no presente: a ideia de usufruto coletivo deste recurso natural.

Diante dos problemas ambientais vigentes, os *Iny/Javaé* conferem à água importância cultural quando afirmam em seus depoimentos “O rio é tudo para nós” (43 - 72 anos). Assim, nesta cultura, a água possui valor simbólico que vai além de dessedentar, limpar e higienizar. Mais do que isso, ela é componente fundamental nos processos de preparação integral, física, psicológica/emocional e espiritual dos homens lutadores, atletas e trabalhadores com a finalidade de tornarem resistentes à dor, ao frio e ao sono. A escarificação é exemplo dessa prática, e consiste em riscar a pele dos músculos com dentes do peixe cachorra (*Hydrolycus scomberoides*) e depois permanecerem longos períodos dentro das águas, por



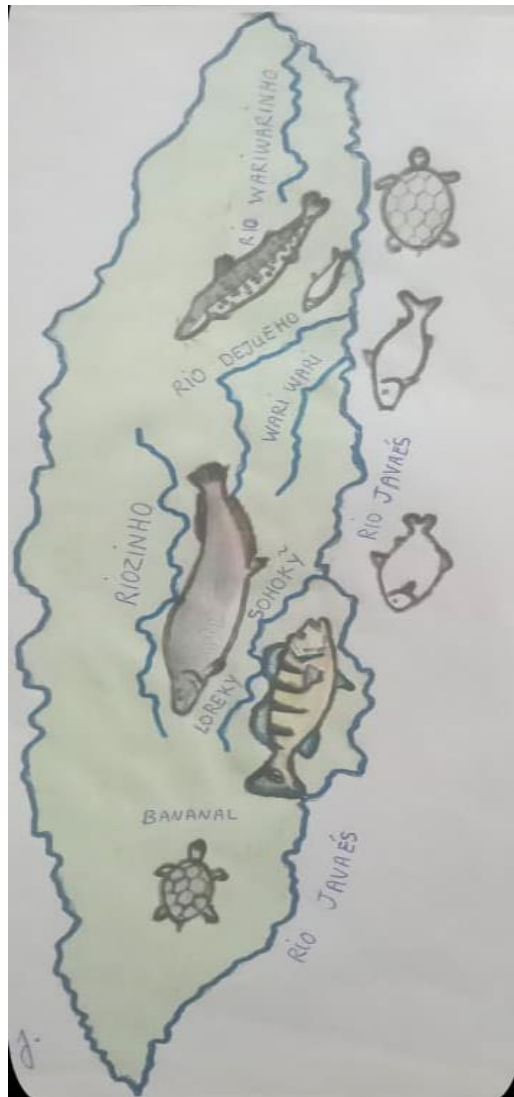
acreditar na renovação das energias. Esse procedimento é descrito como um costume tradicional do povo Javaé, principalmente praticado pelos seus antepassados (TEWAXI JAVAÉ, 2019).

Convém ressaltar, que a água também, tem função relevante no *post-mortem* para esses indígenas, pois as almas fazem o movimento de retorno ao seu lugar de origem ou podem permanecer em qualquer um dos seus três mundos cósmicos, seja o nível terreno ou se refugiando nos patamares oculto aos olhos da maioria dos humanos, no Mundo de Cima ou no Mundo além do Subaquático. Para os que têm como destino o “Mundo de Baixo, os rios e lagos funcionam como lugares de passagem” (X3, 68 anos). Assim, as águas que abastecem os mananciais têm expressiva importância cultural, sendo os ecossistemas de rios e lagos declarado como lugares extraordinários. Dessa forma, o banho no rio simboliza higienizar o corpo externo, mas, a limpeza interna também ocorre nas águas com a regurgitação, após um intenso preparo com dietas regadas a comidas e bebidas típicas.

Conforme já mencionado, os elementos do ambiente são repletos de significados para os Javaé, mas a água tem lugar ainda, mais especial. Há uma estreita relação entre os espaços sagrados contemplados por este povo (seja por sua conotação histórica, seja por sua relevância utilitária) dos rios e lagos da Ilha do Bananal.

Observa-se que para esses indígenas os reservatórios hídricos constituem, lugares de destaque em que o ambiente físico é associado às histórias e acontecimentos míticos do seu povo, presente em afirmações como: “A água é sagrada para nós Javaé. Rios e lagos é lugar de morada e passagem dos espíritos que vem nos rituais. É lugar de tranquilidade e beleza... São lugares de tradição, como o rio Javaés e lagos...” (P1, 52 anos). Diante de declarações como esta, percebe-se não apenas a importância utilitária, de onde extraem o peixe e a tartaruga sua principal fonte de proteína, mas mítica e ritual desse líquido e suas fontes, sobre os quais tecem relações culturais integradas ao território, comum também em outras culturas indígenas (CARVALHO & STEIL, 2008).

Figura 3: Ilha do Bananal - Rios e lagos especiais.




Fonte: Ivan Ikukanã Javaé - Desenho à mão livre, Aldeia Canoanã, fev. 2020.

As narrativas reiteraram o apreço, a consideração e o respeito para com esse recurso hídrico, cujas fontes, os mananciais, se tornam também lugares de memória afetiva. Independente dos aspectos culturais, a escassez desse recurso natural tem sido alvo de inquietação e temor. A crise hídrica, em especial aquela potável própria para o consumo humano e sua disposição, qualidade e acessibilidade, tem sido motivo de reflexões e discussões políticas, econômicas, sociais e ambientais especificada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2018). Assim, para os participantes, as águas figuram como um elemento natural repleto de significados, tendo como fonte os lagos e rios, enquanto ambientes sagrado do seu território.

As matas como lugar singular e a conexão entre os seres do ambiente

Assim como ocorre nos ecossistemas aquático, no meio terrestre os Javaé também elaboram ambientes especiais, em distintos pontos da Ilha do Bananal, tidos no imaginário coletivo como espaços formidáveis, respeitados e mencionado em suas falas como lugares



sagrados que remetem às crenças (BERKES, 1999; CARVALHO & STEIL, 2008). Entre estes, a mata, formação vegetal típica da ilha, ocupa um espaço de destaque, que merece algumas considerações.

Ao longo de toda Ilha do Bananal, a paisagem desperta atenção pela sua singularidade apresentando características ambientais dos biomas Cerrado, Amazônico e Pantanal. Além dos varjões alagadiços que atendem uma dinâmica sazonal, possui vegetação diversificada com formação fitofisionômicas típicas desses ecossistemas contendo: campos, matas de galeria e floresta densa com árvores que alcançam 30 a 40 metros de altura e outras abundantes variedades florística (BRASIL, 2001). É nesse cenário de junções de ecossistemas que as matas de galeria e as florestas densas compartilham sua beleza, servindo de abrigo para a diversidade faunística e contribuindo com a qualidade atmosférica. Essas áreas naturais de relevantes funções ecossistêmicas, também agregam valores culturais dos indígenas *Iny*/Javaé que as percebem como lugares peculiares e significativos, para além da qualificação utilitarista. A figura 4 identifica e delinea as matas do território indígena que mais se destacam na percepção cultural dos participantes.

As florestas densas nomeadas localmente de matas, são descritas como de grande porte e normalmente apresenta de moderada a elevada atividade antrópica. Isso denota que embora não sejam frequentadas constantemente em razão dos alagamentos sazonais que dificultam o acesso, são de usos múltiplos, pois delas extraem madeiras para construções de suas casas, canoas, remos, arco e flechas entre outros. Também coletam palhas, embiras e plantas medicinais como o jatobá (*Hymenaea courbaril*), o tucum (*Astrocaryum campestre*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*) utilizados por esses indígenas como fitoterápicos na cura de enfermidades diversas (SANTOS TITO e SILVA, 2021). As narrativas revelaram que as matas são concebidas pelos Javaé como ambientes especiais, pois adquirem contornos simbólicos e míticos, ou seja, a paisagem também é espiritualizada, a exemplo de *Oworu-tyby*, espírito das áreas específicas de roças antigas.

Figura 04: Ambientes terrestres considerados “sagrados” pelo povo *Inȳ Javaé*.

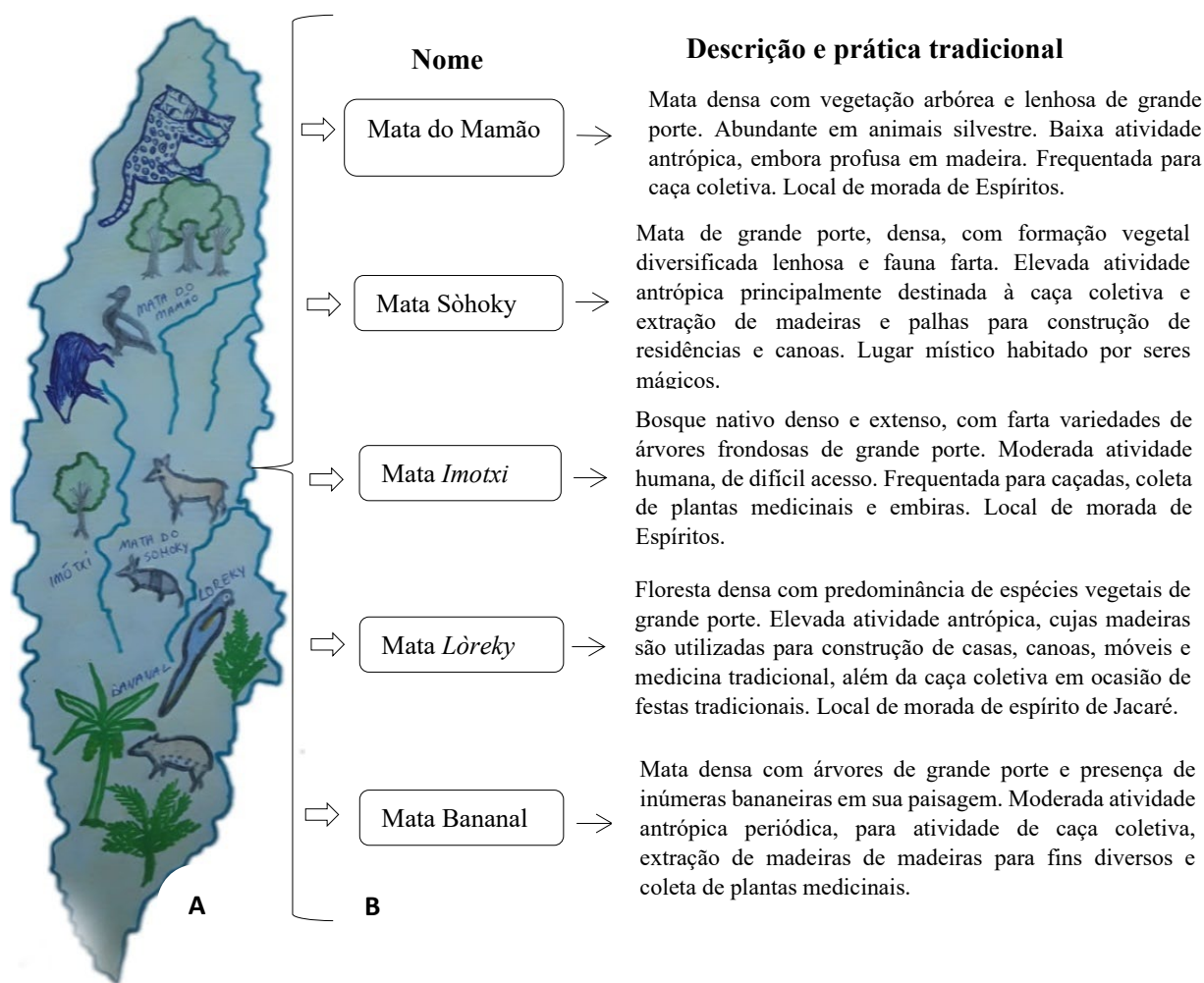



Figura 4: Matas especiais do território indígena: A) Ilha do Bananal e suas florestas. Ilustração à mão livre de Ivan Ikukanã Javaé. B) Identificação, descrição e utilidade das matas. Elaborado por Maria do Carmo P. S. Tito

As matas são consideradas culturalmente como pontos de unidades, onde há convergência entre os seres do ambiente e por isso são assimiladas também como lugar onde se estabelecem relações espirituais (COSTA NETO, 2020), como evidencia o fragmento relatado por um xamã:

“As matas são lugares de encontros. Têm os bichos [animais], têm muitas árvores [...] é morada de *kuni*, de *aõni* e *Worosȳ* [almas e espíritos]. É lá onde vive *Korerá*, [espírito de jacaré-açu] no buraco dos cupinzeiros... têm também os *Ix̄ydu kuni* de *tori* [espíritos de não indígena ou de outras etnias], tudo lá. É assim: nos rituais vêm os espíritos de que sai das águas dos rios e outros espíritos que vêm das matas alegrar a aldeia e trazer fartura de peixes e da colheita...” (X2 – 68 anos).

Menos clara, porque bem mais complexa, é a relação de conectividade que ocorre na mata, no plano cósmico terreno, entre os seres vivos (humanos, animais e vegetais) e os espíritos. Aspectos dessa consistência são também observadas em Descola (1996), Àrhem (1996) e Viveiro de Castro (1996), ajudando compreender este processo, quando se parte da



perspectiva de que a cosmologia indígena não se manifesta apenas no campo do invisível, mas está efetivamente imbricada nas práticas sociais e cotidianas destes povos.

O elo que conecta esses indígenas com o meio ambiente se associa à forma como concebem e percebem a si, o ambiente com seus seres e o universo em sua totalidade, a partir da sua perspectiva cultural. Assim, os seres do ambiente incluem a paisagem com a flora, os animais humanos, os não humanos e os espíritos, capazes de constituírem vínculos onde tanto as formas físicas [tangível], quanto simbólica [intangível] se conectam.

Essas relações vão além da intenção de se obter alimento ou outra finalidade utilitária, como interpretada pelo pensamento ocidental moderno. Ela adquire relevância por se estender ao universo simbólico, intermediado por um conjunto de subjetividades envolvendo aspirações, intenção, vontades, elucidações míticas e interações com os seres que os coabitam em suas dimensões visíveis ou não. Nesse contexto, os ecossistemas e seus componentes da flora e da fauna são percebidos de forma humanizada e espiritualizada, capazes de pensar e reagir às diferentes intervenções (CARVALHO & STEIL, 2008; CASTRO, 1996; ARVAY, 2018).

Verifica-se que, na concepção desse povo, os humanos vivos não são seres estranhos à floresta. Pelo contrário, sentem-se interligados aos seres do ambiente: fauna, flora, seres mágicos e espíritos, em um processo que envolve compartilhamento de energias e saberes. Essas interconectividades podem ocorrer de forma orgânica entre humanos vivos - quando trocam fluidos corporais que podem ser expelidos através do sêmen, do suor, saliva e do leite materno (RODRIGUES, 2008b). Ocorre também entre humanos vivos com as plantas (como o ato de passar folhas no corpo para tirar o cheiro corporal para confundir os animais durante a caçada). Uma terceira forma de interconectividade se dá por meio da subjetividade, a exemplo das conexões entre humanos vivos com os seres mágicos e espíritos, presentes nos rituais, especialmente nas práticas xamânicas.

Há também a interconectividade entre humanos vivos e animais vivos - como nos casos de captura de animais destinados à alimentação, mas perceptível também em relação aos “animais mensageiros”. Ao ver estes animais, ou ouvir seus sons, são interpretados tradicionalmente como prenúncio de notícia relacionada à doença ou morte de alguém, como é o caso do canto do pássaro acauã (*Herpetotheres cachinnans*). Essa relação pode ser identificada no fragmento que expressa à percepção de um ancião entrevistado.

“Os animais ajudam nós, os seres humanos [...]. Em nossa cultura, cada animal serve para alguma coisa. Eles comunicam com a gente, não do mesmo jeito do pajé [...] mas, são mensageiros, porque dá sinais anunciando alguma coisa. Uns servem para artesanato, outros para alimentação e outros ajuda espiritual dando sinais. Uns cantam de madrugada anunciando que o dia está amanhecendo. Outros avisando acontecimento ruim na aldeia ou com pessoas da aldeia [...]. Tem animais que avisa isso, como o canto do pássaro acauã. O latido do lobo-*guará* e o grunhido da raposa [...] Também se uma pessoa avistar uma serpente grande em local que não é de costume vê, é sinal de luto para nós aqui da aldeia. Assim, os animais são mensageiros, comunicam com a gente desse jeito.” (A1 - 66 anos).

Os *Inỹ/Javaé* possuem essa forma peculiar de se comunicar e relacionar com os recursos naturais, sentindo-se integrados subjetivamente a um complexo mosaico formado por partes que se fundem em um todo integrado. Esta justaposição resulta das imbricações dos ecossistemas e dos seres que se integram por fluxos contínuos de energias, essenciais para a vida (PANOSSO, 2011).

Do ponto de vista cosmológico, é no plano terreno, especialmente nas matas que as inter-relações entre os seres do ambiente se estabelecem (TORAL, 1992a). Esse contexto de conexões subjetivas permeiam as três dimensões do seu universo cosmológico coabitados socialmente. Historicamente os humanos aprenderam diferentes técnicas de manejo da paisagem (POSEY, 1985), e por isso a transforma e a utiliza, podendo favorecer ou não o aumento da biodiversidade, mas também, estabelecem vínculos, como é caso das matas na cultura *Inỹ/Javaé*, tidas como florestas culturais (BALÉE, 2013).

Diante dessa forma cultural *Javaé* de ver o mundo e de se comunicar com os seres do ambiente, os ecossistemas constituem sistemas interligados e conectados com funções múltiplas de usos, memória afetiva e vínculos. Embora não estejam isentos dos impactos ambientais locais, há preocupação e temor quanto à exaustão dos recursos naturais, cujos efeitos são aparentes, como o desmatamento que, conforme Fearnside (2006) conduz à queimada, à diminuição da fauna e da flora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentar as relações socioambientais dos indígenas *Inỹ/Javaé*, enquanto forma de expressão das suas interconectividades com o ambiente e demais seres que coabitam em diferentes domínios. Essa forma de interação com as dinâmicas instituídas pela natureza parte de uma sociocosmologia que se materializara nas práticas tradicionais, seja nos rituais ou nas atividades práticas do cotidiano. Assim, as percepções sobre o seu território, a paisagens, os rios, as matas e os seres vivos, não vivos e espirituais, alcançam dimensões de relevância ecosociocultural. Dessa forma, os ecossistemas de reservatórios hídricos e as matas são considerados culturalmente pelos participantes como lugares especiais. Estes lugares são

concebidos como extraordinários, onde são apreendidos valores históricos, míticos e por isso são compreendidos como mantenedores da subsistência alimentar, econômica, social e cultural.

Um fator limitante observado na pesquisa refere-se aos grupos de participantes [xamãs, anciãos e professores], cujas concepções poderiam diferir, caso se estendesse a participação a membros da comunidade de diferentes faixas etárias. Constatou-se também a resiliência cultural desse povo para manter seu modo de vida, suas tradições e uso dos recursos naturais.

Este estudo contribui com as pesquisas no âmbito das etnociências inclusive as articuladas à etnoecologia, instigando novas iniciativas voltadas para a difusão do conhecimento enquanto fonte de informação, sensibilizando para a necessidade de mudança de comportamento e atitudes ambientais. Além disso, sinaliza para outros estudos associados à temática abordada, inclusive àquelas relacionadas ao apego ao lugar, assim como as interações etnoflorísticas e etnofaunísticas desses indígenas na Ilha do Bananal e comunidades do entorno. Contudo, os indígenas *Inỹ/Javaé* estabelecem comunicação com a paisagem e com os seres que a compõem, tanto por necessidade de subsistência alimentar, quanto por estratégias de manutenção do ambiente, caracterizando assim, suas relações eco socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALCORN, J. B. Indigenous peoples and conservation. **Conservation Biology**, vol. 7, n. 2, p. 424-426, 1993.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Artmed, Porto Alegre, Brasil, 2009.

ÂRHEM, K. The cosmic food web: human-nature relatedness in the Northwest Amazon, in: DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (Org.). **Nature and Society: anthropological perspectives**. Routledge, London, 1996.

ARVAY, C. G. **The biophilia effect: A scientific and spiritual exploration of the healing bond between humans and nature**. *Sounds True*, Boulder - States United of America, 2018.

BAILEY, K. **Methods of social research**. 2. ed. Nova Iorque: Free Press, 1982.

BALÉE, W. **Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2013.

BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciência**, Vol. 18, n.3, p. 121-132, 1993. Acesso em: 04 out., 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Pc/Downloads/Begossi%201993.pdf>.

BERKES, F. **Sacred Ecology - Traditional Ecological Knowledge and Resource Management**. *Taylor & Francis*: Philadelphia, PA, United States of America, 1999.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, vol. 10, n. 5, p. 1251-1262, out. 2000.

BRASIL. Plano de manejo do Parque Nacional do Araguaia. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, 2001.

CASTRO, E. V. de. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. **Mana**, Vol., 2, n.2, p. 115-144, 1996.

CARVALHO, I. C; STEIL, C. A. "A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade". **Ambiente e Sociedade**, Vol. 7, p. 289-305, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200006>.

COSTA NETO, E. M. Ecologia espiritual e patrimônio biocultural. **Travessias**, v. 14, n. 1, p. 14–23, 2020. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/24180>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, 2 ed. Porto Alegre, Brasil, 2010.

DESCOLA, P. Constructing nature's: symbolic ecology and social practice. In: DESCOLA, P.; PÁLSSON G. **Nature and Society: anthropological perspectives**. *Routledge*, London, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. [S.l: s.n.], USP, São Paulo, 2001.

DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins. Secretaria Especial de Saúde Indígena. SESAI, 2020.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta amazônica**, vol. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

GOODMAN, L. A. **Snowball Sampling**. *Annals of Mathematical Statistics*, vol. 32, n.1, p. 148-170, 1961.

HUNTINGTON, H. Using Traditional Ecological Knowledge in Science: Methods and Applications. **Ecological Applications**. Vol. 10, n. 5, p. 1270-1274, 2000. Disponível em: <https://www.fws.gov/nativeamerican/pdf/tek-huntington-2000.pdf>. Acessado em: 6 ago. 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **La pensée sauvage**. Librairie Plon, 1962.

LOURENÇO, S. R. Brincadeiras de Aruanã: performances, mito, música e dança entre os Javaé da Ilha do Bananal (TO). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92488>. Acessado em: 07 de jun. 2021.

MAIA, M. A. R. **Aspectos tipológicos da língua Javaé**. *Lincom Europa*, Universidade do Texas, United States of America, 1998.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. **Abril cultural**, 2 ed. São Paulo, 1978.

MARTINELLI, G; MORAIS, M. Á. (Orgs). **Livro vermelho da flora do Brasil**. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, J. G. O Olhar (Des) Multiplicado: O Papel do Interdisciplinar e do Qualitativo na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. In: **Anais do Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste**, 1. ed., , p. 47-92, Rio Claro: UNESP, 2001.

OLIVEIRA, R. C. de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. O Trabalho do Antropólogo. **Revista de Antropologia**, Vol. 39, n. 1, 1996.

ONU - Organização Das Nações Unidas. **Glossário do ODS 6: água potável e saneamento**. Brasil, 2018.

PANOSSO, C. E. Energia vital e socioambiente: Interfaces entre o pensamento ocidental e a cosmologia indígena – O caso Javaé. **Espaço Ameríndio**, vol. 5, n. 3, p. 39-65, 2011.

POSEY, D. A. Entomology of indigenous tribes of the Amazon. In: RIBEIRO, D. **Suma Etnológica Brasileira**. Vol. 1, p. 251-271, 1986.

POSEY, D. A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, vol. 3, n. 2, p.139-158, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00122640>

RODRIGUES, P. de M. A caminhada de *Tanÿxiwè*: uma teoria Javaé da história. **Tese de doutorado**, Universidade de Chicago. Chicago, Illinois, United States of America, 2008b. Disponível em: http://www.uft.edu.br/neai/file/a_caminhada_de_tanyxiwe.pdf. Acesso em: 20 de abr. 2020.

RODRIGUES, P. de M. O povo do meio. Uma paradoxal mistura pura. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 11-63, 2004.


ROSZAK, T. **The Voice of the Earth: An Essay of Ecopsychology**. 2. Ed. Grand Rapids, Phane Press, 1992.

SALERA JÚNIOR, G.; MALVASIO, A.; GIRALDIN, O. Relações cordiais. **Ciência Hoje**, vol. 39, n. 226, p. 61-63, 2006.

SANTOS TITO, M. C. P.S.; JONAS, C. S. Ethnobotany and Indigenous Traditional Knowledge in Brazil: Contributions to Research in Ecopsychology. **Journal of Psychological Research**, vol. 3, n.1, p. 49-60.

TEWAXI JAVAÉ, R. Nas águas do rio Javaés. Histórias, cosmologia e meio ambiente. **Dissertação de Mestrado em Ciência do Ambiente** (PPG/Ciamb). Universidade Federal do Tocantins/UFT. Palmas/TO, 2019. Acesso em: 07 jul., 2021. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1924>.

TORAL, A. A. de. Cosmologia e Sociedade Karajá. **Dissertação de Mestrado em Antropologia Social**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro/RJ,



1992a. Acesso em: 02 abr., 2021. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Atoral-1992/cosmologia_e_sociedade_karaja.pdf.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática. p. 79-127, 1982.

CAPÍTULO 5

O TELETRABALHO E SUAS CONEXÕES TECNOLÓGICAS DURANTE A PANDEMIA

Peterson Gonçalves Teixeira
Amaro Sebastião de Souza Quintino
Jackeline Barcelos Corrêa
Flavio Berriel Abreu

RESUMO


Com a pandemia da COVID-19, o isolamento social constitui-se como medida protetiva emergencial para que haja preservação da integridade humana. Com isso, novas formas de interação despontam com a utilização das ferramentas tecnológicas que já existiam e se reforçam com o momento pandêmico. O objetivo do trabalho é conceituar e diferenciar o teletrabalho do *home office* e fazer uma revisão breve sobre o artigo 75 da lei 13.467 de 2017, onde insere o teletrabalho nas consolidações das leis trabalhistas no Brasil. É importante ressaltar que o tema abordado já era antes mesmo da pandemia, mas neste momento pandêmico está sendo evidenciado com o isolamento social. A metodologia se dá por meio de uma revisão bibliográfica amparada pelos estudos do Gil (2012) e documental embasado no Código de Leis Trabalhistas (CLT). Como aporte teórico foram utilizados: Cassar (2017), Rocha; Amador (2018) e Campos; Bigarelli (2020). Considera-se que se tenha um olhar mais minucioso para o teletrabalho, com o intuito de reconhecer a sua importância, pois, esta forma de trabalho é uma tendência no atual cenário do mundo do trabalho. Diante desta realidade, há diversidade de pontos de vista. Existem os dois lados do teletrabalho, sendo o lado positivo que se propagam os benefícios às empresas, aos trabalhadores e à sociedade, e o negativo que abrange uma série de riscos envolvidos, dizendo respeito, principalmente, à individualização do trabalho que pode acarretar o isolamento social, profissional e político dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVES: Teletrabalho, Leis Trabalhistas, Conexões Tecnológicas, Pandemia.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 tem gerado impactos diversos e provocado mudanças que vêm exigindo das organizações e de seus trabalhadores maior adaptação às novas formas de trabalho. Tendo em vista a necessidade de continuar a rotina, houve a necessidade de aderir o *home office* ou teletrabalho para dar prosseguimento às atividades de forma remota.

A tecnologia traz perspectivas de novas conexões com o mundo, dentre elas pode-se destacar os trabalhos realizados em ambientes informais por meio de celulares, *smatphones*, *tablets* entre outras tecnologias. O uso de aparelhos conectados ao ciberespaço constitui atualmente algo essencial e não se pode viver fora do universo digital.



O trabalhador não precisa mais se locomover até a empresa para trabalhar, pois, o teletrabalho se concretiza com o desenvolvimento das atividades a distância conectado à empresa. Sendo assim, nesta nova realidade se torna cada vez mais presente, e é importante que se faça um estudo detalhado sobre o conceito do tema, a sua natureza jurídica, suas modalidades e as vantagens e desvantagens de se trabalhar remotamente, com base na sua regulamentação necessária para o desenvolvimento das atribuições.

Esta pesquisa pretende fazer uma revisão breve sobre o artigo 75 da lei 13.467 de 2017, onde insere o teletrabalho nas consolidações das leis trabalhistas no Brasil. Percebe-se que a modalidade de teletrabalho já era realizada antes da pandemia, mas só agora está evidenciada devido às diversas demandas acarretadas mediante ao isolamento social durante a pandemia.

Metodologicamente o trabalho se dá por meio de uma revisão bibliográfica orientada pelos estudos do Gil (2012) e documental embasado no Código de Leis Trabalhistas (CLT).

Os teóricos selecionados que foram utilizados na pesquisa contou com os estudos do Cassar (2017), Rocha; Amador (2018) e Campos; Bigarelli (2020).

Considera-se que novas formas de trabalhos vão surgindo e algumas empresas buscam mimimizar gastos com contratos e novos trabalhos, pois a demanda profissional cresce a cada dia, porém, as mesmas não querem aumentar os custos com ampliação do ambiente, compra de materiais, mesas, entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito de Teletrabalho

O teletrabalho não é apenas a modalidade na qual o trabalhador utiliza os meios de telecomunicações para realizar suas atividades em casa, pode ser também em um escritório dentro da empresa, onde ele realizará suas atividades apenas neste ambiente determinado por ele ou pela organização.

A tecnologia sempre exerceu influência sobre o trabalho, facilitando suas práticas nos mais distintos modos produtivos, modificando ou mesmo excluindo algumas formas de trabalhar (SAKUDA, 2001).

A internet inova as possibilidades de trabalho com novas perspectivas tecnológicas, tendo como medidas paliativas a intensificação de regimes de *home office ou teletrabalho*, entre os colaboradores que podem exercer suas atividades dentro de suas casas, ou seja, trata-se de

um regime plausível para aqueles que, com um computador, acesso à internet e comunicação com os outros membros de sua equipe, conseguem trabalhar fora das dependências da empresa.

Não há uma definição pronta para o termo “teletrabalho”, mas nos aportes teóricos de acordo com a literatura nacional e internacional, utilizam-se termos distintos para se referir a esta forma de trabalho. Segundo Freitas (2008), percebe-se que o teletrabalho é uma forma de realizar o trabalho de forma ampla e atualizada, usando os mecanismos tecnológicos vigentes e estabelecendo regras para que sua caracterização leve segurança tanto ao empregado quanto ao empregador. É importante ressaltar que não se deve confundir teletrabalho com *home office*.

No intuito de esclarecer algumas inconsistências e divergências terminológicas, Rocha e Amador (2018) recorrem ao uso dos termos na língua inglesa, que estão associados à compreensão do que se denomina no Brasil de teletrabalho:

Nos EUA, é mais frequente o uso do termo *telecommuting*, enquanto na Europa sobressai o uso do *telework*. O primeiro termo enfatiza o deslocamento entre o centro demandante do trabalho e o local onde é realizado, sendo substituído pelo uso de ferramentas telemáticas. O segundo enfoca as atividades realizadas por tais meios tecnológicos. Ambos os termos, porém, dizem respeito a um mesmo universo de organização do trabalho, referindo-se à atual tendência das atividades laborais serem realizadas com uso de meios telemáticos sem necessidade de deslocamento do trabalhador ao local onde os resultados devem ser apresentados. Também se encontra com frequência o termo *home office* contudo, diz respeito a uma categoria específica dentro do contexto maior do *telework* ou *telecommuting*, que trata da peculiaridade de ser realizado na casa do trabalhador (ROCHA; AMADOR, 2018, p. 153).

Apesar de buscar soluções em razão da pandemia, muitas empresas já adotaram esse modelo de *teletrabalho* permanente, tendo em vista que este regime pode facilmente caracterizar teletrabalho, enquanto outras procuram implementar um modelo híbrido de trabalho, intercalando o regime presencial com o *home office* durante alguns dias na semana. (CAMPOS; BIGARELLI, 2020).

Barros (2016), enfatiza que:

O teletrabalho é a modalidade especial de trabalho a distância, subvertendo a relação de trabalho clássica, sendo responsável por novos tipos de atividade descentralizada, que reúne informação e comunicação, podendo ser executado por pessoas com média ou alta qualificação, as quais se utilizam da informática ou da telecomunicação no exercício das atividades (BARROS, 2016, p. 4).

O termo teletrabalho se associa ao trabalho realizado remotamente, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), que possibilita a obtenção de resultados satisfatórios e rentáveis minimizando os custos para quem executa e para a empresa que disponibiliza a proposta de atividade abrangendo vários setores de trabalhos, principalmente, nos Estados Unidos, que estão adotando este sistema, nas seguintes áreas: telecomunicações,

informática, seguros, consultorias de empresas, auditorias, serviços públicos, propaganda, publicidade, universidades, gás natural *etc* (ROSENFELD; ALVES, 2011).

Lucena (2015) aborda:

Vale ressaltar que o teletrabalho cresce diariamente em especial nos setores onde o uso da tecnologia da informação é essencial, como no setor de vendas, atendimentos, instituições de ensino, serviços jurídicos, finanças e diversos outros, incluindo a prestação de serviços jurídicos e o próprio Poder Judiciário. Dessa forma, o teletrabalho está sujeito a contínuas transformações (LUCENA, 2015, p. 3).

A modalidade de teletrabalho tem a função de exercer atividades que podem ser realizadas em um domicílio ou local intermediário, visando a competitividade e flexibilidade nos negócios (KUGELMASS, 1996).

Vale ressaltar que a utilização dessa modalidade de trabalho tem propiciado variados debates e discussões, a fim de garantir a proteção dos trabalhadores no trabalho remoto ou *home office* (RODRIGUES, 2001).

Dessa maneira, diversos teóricos apontam esta forma de trabalhar com aspectos favoráveis, pois além de concentração de esforços (focalização): maior capacidade de adaptação às mudanças ambientais; estímulo para as organizações analisarem a sua implantação com vistas a melhorar a produtividade e reduzir os custos com espaço e o absenteísmo; alavanca a tecnologia e os investimentos em pessoal, e assim, obtendo uma força de trabalho mais eficiente e confiável.

A Lei da lei 13.467 de 2017 (Lei do Teletrabalho)

No ano de 2017, com a Reforma Trabalhista, o Teletrabalho também foi inserido no sistema jurídico brasileiro por meio da Reforma Trabalhista, de acordo com a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que introduziu um novo Capítulo da Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT), nele o *home office*, foi regulamentado especificamente. Até então vigorava a Lei nº 12.551 de 2011, que equiparou juridicamente o trabalho realizado à distância a atividades exercidas presencialmente mediante alteração do art. 6 da CLT:

Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego. Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio (BRASIL, 2011).

Cabe salientar que a CLT, definiu-se o conceito legal de Teletrabalho, quais são os seus requisitos, seu regime de responsabilidade de aquisição, manutenção ou fornecimento de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho

remoto. Além disso, a Lei nº 13.467/2017 também dispôs sobre as obrigações de prestação de instruções claras e detalhadas, feitas pelo empregador ao empregado, quanto às precauções devidas a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho

Sobre a definição de Teletrabalho, destaca-se o artigo nº 75 da Lei nº 13.467/2017 que dispõe:

Art. 75-A A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho observará o disposto neste Capítulo (BRASIL, 2017).

Art. 75-B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (BRASIL, 2017).

Nesses artigos supracitados percebe-se que há um direcionamento explicativo de que o teletrabalho será regido por esses artigos e que as dúvidas referentes a sua atuação devem ser resolvidas. O trabalhador pode se deslocar para a empresa ou para o escritório da empresa para entregar tarefas ou atividades e em seguida retornar ao trabalho em sua residência, isso caracteriza o teletrabalho como afirma (MARTINS, 2002).

Observa-se também que, para ser considerado teletrabalho, o trabalhador precisa utilizar as tecnologias de informação para que seja assim legitimado. Não havendo isso, podemos caracterizar como trabalho externo e/ou trabalho domiciliar.

A diferença entre o trabalho externo, os trabalhos domiciliares são explicitados por Cassar (2015), no qual o autor diz que o trabalho externo se caracteriza quando o trabalhador pega o material ou o produto e leva para empresa aonde ele deixará lá e retornará para empresa com o recibo ou o dinheiro, já no trabalho residencial, o trabalhador vai até a empresa, pega o "serviço" e leva para sua casa para fazê-lo. Ao término ele levará o trabalho para empresa e substituirá por uma nova tarefa.

Cassar (2017) afirma que:

Trabalhador externo é aquele que executa seus serviços fora do estabelecimento do empregador, longe de sua fiscalização e controle". Percebe-se que este conceito engloba qualquer empregado que realize suas atividades à distância. Já o teletrabalho, por sua vez, é um conceito que demanda uma discussão mais aprofundada, uma vez que, historicamente, nunca apresentou um consenso na doutrina (CASSAR, 2017, p. 655).

Analisando a teoria mencionada acima, para o trabalhador que se locomove até a empresa para entregar tarefas, dar explicações sobre o trabalho ou fazer uma atividade diversa e depois retornar ao ambiente onde realiza suas tarefas com auxílio de equipamentos de telecomunicações, não será descaracterizado como teletrabalho. Já Dallegrave Neto (2014, p.

8), defende que “(...) considera-se como teletrabalho qualquer forma de trabalho realizado à distância da empresa ou de uma de suas unidades de produção”.

Essa teoria regulamenta a CLT, estabelecendo que deve ser compreendido como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo” (BRASIL, 2017). E ainda acrescenta:

Art. 75-C A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado (BRASIL, 2017).

Mediante este artigo da CLT, percebe-se que esse ponto é extremamente importante, pois, o contrato de teletrabalho não poderá ser na modalidade tácita, ou seja, verbal. O trabalhador do teletrabalho somente poderá realizar suas atividades se isso estiver descrito em um contrato formal, especificando quais tarefas serão realizadas e por quanto tempo. Assim, esse artigo protege o trabalhador de possíveis abusos. É importante ressaltar que o trabalhador de teletrabalho é um trabalhador com os mesmos direitos do trabalhador comum, ele possui décimo terceiro salário, férias, recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e carteira assinada.

Art. 75-D As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito (BRASIL, 2017).

Neste artigo destaca-se a responsabilidade da manutenção dos equipamentos, pois antes, não sabia quem seria o responsável pela manutenção dos equipamentos, da compra de materiais, insumos, computadores, quem pagaria a mensalidade da Internet, a energia elétrica, compraria mobiliário, entre outros. Aqui, diz que esta situação deve ser acordada entre as partes e descrito no contrato de trabalho.

Art. 75-E O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

Neste artigo enfatiza-se o teletrabalho, como uma vertente importante a ser orientada, pois, o empregador tem a obrigação de instruir o trabalhador quanto aos riscos de eventuais acidentes de trabalho e também, quanto ao uso dos equipamentos que farão a manutenção devida da atividade atuando com segurança. Após toda orientação dada pelo empregador, o trabalhador deverá assinar tomando ciência das medidas de segurança, para assegurar a sua integridade.

METODOLOGIA

Metodologicamente, utilizou-se de uma análise qualitativa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base nos estudos do Gil (2012), e a pesquisa documental foi embasada no Código de Leis Trabalhistas (CLT) com o foco o artigo 75 da Lei 13.467 de 2017.

Para o referencial teórico da pesquisa em pauta foram selecionados autores como: Cassar (2017), Rocha; Amador (2018) e Campos; Bigarelli (2020), entre outros que abordaram a temática.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Evidencia-se que para atender essa necessidade o teletrabalho se aplica na situação a qual, o funcionário é contratado para trabalhar em sua residência, utilizando os equipamentos de telecomunicações e quando o mesmo contrato terminava, a empresa apenas demitia o funcionário sem precisar ficar com um prejuízo maior, pois, o teletrabalho é uma forma de trabalho flexível, decorrente das mudanças tecnológicas que observamos nos últimos anos, com foco em atender a demandas de algumas empresas que procuram otimizar custos.

Durante a pandemia constatou-se um desafio para empregadores e empregados visto que houve uma abrupta mudança de ambiente de trabalho e a inserção de novas formas de conexões com as empresas, ao qual muitos profissionais não estavam preparados para lidar. Portanto, não houve um limite entre as horas trabalhadas, nem acordos financeiros sobre as interações durante o teletrabalho.

Diante do cenário mundial, ficou inviável o trabalho presencial, levando às empresas a adotarem medidas preventivas com o objetivo de conter uma maior propagação do vírus, evitando ao máximo novos contágios, exposições e mortes.

Destarte, o teletrabalho é a combinação entre o trabalho no espaço físico das empresas dentro e fora dele, utilizando os recursos tecnológicos como ferramentas essenciais e indispensáveis a esse momento pandêmico. Com o avanço tecnológico, a evolução da informática e a introdução das telecomunicações nas relações de trabalho, o teletrabalho ganha cada vez mais força, transformando as relações de trabalho nos dias atuais, sendo uma modalidade bem solicitada nestes últimos tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se nesta pesquisa que o teletrabalho tem-se mostrado uma tendência forte no mundo do trabalho atual. Essa modalidade de trabalho, sem dúvida, traz diversos benefícios

tanto às empresas quanto aos trabalhadores. Mas vale destacar que alguns teóricos apontam ponderações negativas, contradizendo as teorias positivas.

Sendo assim, são necessárias medidas atuais e futuras para que hajam melhores condições de trabalho no teletrabalho, é imprescindível que o intuito de trazer respeito à integridade física do trabalhador seja analisado no ambiente domiciliar de trabalho, e que os profissionais busquem minimizar as lesões possíveis devido a atividade diária em seu trabalho remoto.

Considera-se também a necessidade de levantar a discussão a respeito da jornada de trabalho e controle de tarefas, pois, no teletrabalho, o controle de horário de trabalho torna-se mais complexo não havendo limite de tempo para a realização da tarefa, e por isso não há cobrança de hora extra e nem se avalia a saúde do trabalhador em relação a isso.

A partir da literatura consultada e da CLT demonstra-se que a modalidade do teletrabalho, com tantas outras, tem suas especificidades, e mediante este fato não se pode alegar que é totalmente vantajosa, já que acarreta em suas práticas uma série de riscos associados tanto do ponto de vista dos trabalhadores diretamente envolvidos como da sociedade em si.

Conclui-se que a partir de um modelo de teletrabalho estruturado, as chances de um retorno financeiro positivo para as organizações econômicas são consideravelmente maximizadas. É preciso, contudo, atenção aos requisitos e regras do teletrabalho no Brasil, de modo a evitar exposição trabalhista. Para o futuro dos trabalhadores brasileiros, é necessário que existam leis amplas e direcionadas, com propostas de melhores condições de trabalho que ampliem a relação entre empregador e empregado, para que não ocorram exageros em ambos os lados em prol do bem estar físico e emocional de todos.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. M. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Ed. São Paulo, LTR 2016.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jul. 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 26 nov. 2021.

CAMPOS, S.; BIGARELLI, B. **Companhias já aderem ao home office permanente**. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2020/06/08/companhias-ja-aderem-ao-home-officepermanente>. Acesso em 25 nov. 2021.

CASSAR, V. B. **Direito do trabalho**. 11ª Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CASSAR, V. B. **Direito do trabalho**. 14ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro:Forense; 2017.

DALLEGRAVE NETO, J. A. O teletrabalho: importância, conceito e implicações jurídicas. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 3, n. 33, p. 8-27, set. 2014. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FREITAS, S. R. Teletrabalho na administração pública federal: uma análise do potencial de implantação na diretoria de marcas do INPI. **Tese** (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

KUGELMASS, J. **Teletrabalho: novas oportunidades para o trabalho flexível**. São Paulo: Atlas, 1996.

LUCENA, J. P. O teletrabalho e o controle à distância. Rio Grande do Sul: **Revista Eletrônica nº 187/2015**. TRT da 4ª Região, ANO XI. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virt>. Acesso em 13 jan, 2022.

MARTINS, S. P. **Flexibilização das Condições de Trabalho**, 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 77.

ROCHA, C. T. M.; AMADOR, F. S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./ Mar. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/32497>. Acesso em: 12 jan 2022.

RODRIGUES, A. C. B. Teletrabalho: a tecnologia transformando as relações de trabalho. **Dissertação de Mestrado** (Departamento do Direito do Trabalho e da Seguridade Social), Faculdade de Direito, Vargas, São Paulo, 2001.

ROSENFELD, C. L.; ALVES, D. A. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/TmT3ZyzYNFsd4qMPfvhy6cp/>. Acesso: 12 jan 2022.

SAKUDA, L. O. Teletrabalho: desafios e perspectivas. 163 f. **Dissertação** (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

CAPÍTULO 6

REALIDADE AUMENTADA: HISTÓRICO, IMPACTO NOS NEGÓCIOS E O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Rosiene Cristine Tondelli Cazale

RESUMO

Mostrar de forma sucinta o conceito de Realidade Aumentada, o histórico dos avanços dessa tecnologia e o quanto tem impactado os negócios de empresas, nas mais diversas áreas, por meio de experiência imersiva do consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: Realidade Aumentada; RA; Realidade Virtual; RV; Realidades digitais.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo em que as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas estão gerando complexas transformações e ocasionando grandes desafios de negócios em todos os segmentos, sendo assim, é de fundamental importância acompanhar o comportamento dos consumidores para que as organizações possam traçar estratégias mais assertivas para atrair o seu público e fortalecer seus produtos ou serviços no mercado.

A sedução exercida pelas novas tecnologias, seu caráter mágico, o fato de que a cada cinco anos suas capacidades aumentam e os preços diminuem, a extensão das áreas de aplicação, o caráter lúdico de suas utilizações, seu caráter “democrático”, as utopias que elas reativam, compreende-se o encantamento que elas operam no consumidor (WOLTON, 2007, p.90).

A RA – Realidade Aumentada é uma tecnologia que permite sobrepor elementos virtuais à nossa visão da realidade, através da sobreposição de objetos, de personagens e de outros elementos digitais em um ambiente real, os usuários podem interagir por meio de conteúdos virtuais no mundo real e são capazes de distinguir entre os dois, podendo ser aplicada a várias áreas do conhecimento humano. Diferente da RV - Realidade Virtual, que se baseia na criação de mundos virtuais com os quais podemos interagir, projetados para que os usuários tenham dificuldade em reconhecer a diferença entre o que é real e o que é virtual.

“A RA, não nos move para mundos alternativos, ela simplesmente “aumenta” nosso estado de presença atual dentro da realidade do cotidiano”. (FIALHO, 2018).

[...] a RA é um instrumento cuja principal característica é a ligação estabelecida entre elementos reais e virtuais, assim, é uma tecnologia que permite a inserção de objetos virtuais em ambientes reais, de modo que tais objetos sejam mostrados ao usuário

simultaneamente, com o apoio de algum dispositivo tecnológico que use a interface do ambiente concreto, permitindo a visualização e manipulação de objetos reais e virtuais. (TORI, KIRNER, SISCOOTTO, 2005)

O processo de inovação da RA passa pelo advento da internet e da gamificação, para obter essa experiência é necessária uma tela com suporte, pode ser uma tela de smartphone, dispositivos portáteis, como o Google Glass⁶ ou HoloLens⁷, telas transparentes ou espelhadas e projeções de imagens.

Segundo Rodrigo Pipponzi, pela FORBES⁸, os investimentos em tecnologia de RA devem subir de US\$ 12 bilhões em 2021 para US\$72,8 bilhões em 2024, de acordo com estudo conduzido pela Deloitte Digital. Mais da metade (56%) dos entrevistados disseram que a pandemia tornou as experiências digitais de realidade aumentada mais importante e 59% afirmaram o mesmo sobre as inovações tecnológicas em geral. A pesquisa revela que as empresas com serviços de RA têm 41% mais chances de serem consideradas pelos consumidores, e que 56% deles dizem que a tecnologia lhes dá mais confiança sobre a qualidade do produto. O estudo avaliou as respostas de 15 mil consumidores em todo o mundo.

HISTÓRICO DA RA


Conforme TORI (2009), as técnicas para iludir os sentidos humanos vêm sendo desenvolvidos e aplicados a séculos. Hoje as aplicações de realidade podem ser usadas em diversos setores: saúde, educação, arquitetura, serviços, varejo, ou seja, não somente no entretenimento.

Com a evolução das TCIs, tanto na parte de hardware com o aumento da capacidade de processamento da CPU e da GPU, assim como no software possibilitou aperfeiçoar as aplicações de RA, o que beneficiou a evolução dessa tecnologia, tornando viáveis, acessíveis e populares, aplicações que antes só existiam em ambientes acadêmico, de pesquisa ou industriais, baseados em plataformas sofisticadas. (TORI, KIRNER, SISCOOTTO, 2020).

⁶ <https://www.tecmundo.com.br/google-glass>

⁷ <https://www.microsoft.com/pt-br/hololens/hardware>

⁸ <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/10/realidade-aumentada-carros-voadores-santander-muito-mais/>
<https://www.resumocast.com.br/realidade-aumentada-carros-voadores-santander-muito-mais-forbes-brasil/>



Ao mesmo tempo, pesquisas têm feito evoluir o potencial dessa tecnologia, trazendo-a para aplicações cotidianas, a ponto de chamar a atenção de grandes empresas como Microsoft, Apple, IBM, HP, Sony, Google, Facebook, dentre outras. (LING, 2017).

A RA surgiu no decorrer da II Guerra Mundial, através de simuladores de voo para a força aérea. Estes simuladores foram construídos com o objetivo de ensinar e treinar os pilotos (DUARTE, 2006). Embora a RA tenha surgido com fins militares, foi no entretenimento que a RA realmente se desenvolveu. Na década de 50, o cineasta Morton Heilig, começou a desenvolver o simulador “Sensorama”, que permitia idealizar uma sessão de cinema envolvendo os 5 sentidos dos seres humanos, deixando assim de ser uma experiência que envolvia apenas som e imagem. (BERRYMAN; 2012).

Na década de 60, o investigador Ivan Sutherland desenvolveu um capacete de visão ótica direta para visualização de objetos 3D no ambiente real (SUTHERLAND;1968).

Segundo Nilton Kleina (apud TECMUNDO, 2019), jornalista, escritor de tecnologia e apresentador no canal do TecMundo⁹, traçou a seguinte linha do tempo sobre a história da RA.

. 1901, L. Frank Baum escreveu o conto Master Key onde um dos personagens foi apresentado com um par de óculos eletrônico, capaz de mostrar informações adicionais sobre as pessoas.

. 1968, foi criado o primeiro headset, que envolvia gráficos de computador em um ambiente com sensores de movimento.

. 1975, Myron Kreuger, desenvolveu uma plataforma chamada Videoplace, em um ambiente real, de interação com objetos virtuais.

. 1978, Steve Mann, criou um painel com uma tela na altura dos olhos, funcionando como uma câmera, um display para exibir conteúdo, a ideia era ajudar pessoas a enxergarem melhor, utilizando os recursos da computação daquela época.

. 1982, surgiu a 1ª aplicação prática da RA com aplicação na previsão do tempo, através do Radar, um sistema interativo com uso de câmeras de satélites, melhorando a visualização (utilizado até hoje nos jornais que mostram a previsão do tempo).

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=ZC1rIIu9ni4&t=2s>.

. 1990, Tom Caudell, cunhou o termo Realidade Aumentada, criando um sistema juntamente com David Mizell para facilitar o trabalho de mecânicos da empresa Boeing, recebendo informações adicionais sobre cabos e ferramentas, através do uso de um par de óculos que exibia tudo digitalmente, substituindo manuais de instruções.

. 1992, Luiz Rosemberg criou o 1º sistema totalmente interativo de RA, para base militar o “Virtual Fixtures”, melhorando o desempenho de operadores de sistemas e controles, adicionando recursos gráficos na tela, através do uso de um exoesqueleto acoplado aos braços.

. 1992, cientistas da Universidade de Columbia nos EUA desenvolveram o sistema Karma, com Realidade Aumentada, baseada em conhecimento para assistência em manutenção de equipamentos, através do uso de gráficos lançados pelo headset permitindo visualizar o funcionamento interno de uma impressora, na hora de consertá-la.

. 1994, July Mart, criou a experiência de entretenimento usando a RA, em uma peça de teatro com dançarinos interagindo com objetos virtuais no palco, com o nome “Dançando no Ciberespaço”.


. 1996, Cybercode, tecnologia que permitia a criação de imagens normalmente estáticas de RA, usando marcadores 2D, através do escaneamento com QRCode, tornando-se um modelo 3D.

. 1997, estudantes da universidade de Columbia, EUA, desenvolveram a Tour Machine, utilizando a máquina de Touring, através de óculos que mostravam informações sobre locais turísticos, com um mapa e suas curiosidades, porém era muito rudimentar, necessitando ser acoplada a uma mochila.

. 1998, primeiro uso no esporte, a empresa Esporte Vision, criou um recurso de TV para transmissões de partidas de futebol americano, posicionando a linha amarela no campo, sem atravessar o jogador, através de uma série de recursos de efeitos e aplicações. Hoje em dia o esporte se beneficia muito da RA dentro e fora de campo, nas transmissões através de “campo virtual”, modelo 3D de tática e jogadores.

. 1999, Steve Mann, conclui o seu invento de óculos Eyetap, para enxergar melhor, através de zoom e gravação de imagens do ambiente.

. 1999, a Nasa utilizou a RA como sistema híbrido de navegação visual para testes de lançamento da Nave Espacial X-38, onde os adicionais sobre o mapa eram sobrepostos ao visor



do piloto, fornecendo maiores detalhes sobre os testes sem o piloto precisar mover a cabeça constantemente.

. 1999, Hirokazu Kato, lançou o software Artoolkit, com o kit de ferramentas mais avançado da época, para quem desejava capturar ações no mundo real e fazer elas interagirem com objetos virtuais, sendo utilizado por muitos anos como base de realidade aumentada, através de projeções bem variadas.

. 2000, foi lançado o primeiro jogo de RA portátil, “Arquake”, o popular game de tiros em 1ª pessoa, envolvendo inimigos e cenários em um mundo real, o equipamento envolvia óculos e muitos cabos acoplados a uma mochila.

. 2008, a BMW usou a RA para a publicidade em um de seus modelos de carros miniaturizados.

. 2008, a revista Esquire deu vida ao ator Robert Downy Jr em uma de suas capas.

. 2010, foi criada a empresa MAGICLEAP, que desenvolveu um headset que serve tanto para realidade virtual, quanto para RA, oferecendo até hoje apps de jogos, de notícias e esportes.

. 2010, fundação da NIANTIC, empresa nascida dentro da Google, em homenagem a um navio baleeiro para a corrida do ouro. O 1º sucesso da empresa foi o jogo INGRESS com RA que utiliza o mapa do celular para achar locais reais com interações virtuais, conquistando portais e melhorando a reputação da sua facção. Em 2015 a NIANTIC recebeu um investimento da empresa NINTENDO, evoluindo o seu jogo para o Pokémon Go, o maior caso de sucesso envolvendo a RA.

. 2012, O Google Glass foi anunciado com grande expectativa, de óculos inteligente, com touchpad na lateral, vários recursos de informações, câmera para gravação em tempo real e conteúdos transmitidos. Projeto esse que não teve boa aceitação por uma série de problemas como invasão de privacidade, tempo de bateria do equipamento e preço. Mas a ideia deu surgimento profissional ao Glass Enterprise Edition 2, como ferramenta de uso para arquitetos e engenheiros, profissionais que precisam executar tarefas com as duas mãos ao mesmo tempo, enquanto verificam os dados nos óculos simultaneamente.

. 2016, o POKÉMON GO coloca os monstros de bolso na tela do celular, onde os usuários caçavam personagens digitais no mundo real, que se encontravam escondidos, desde que o jogador tivesse em uma determinada localização e essa confirmada pela posição geográfica, tudo graças a tecnologia GPS presente nos aparelhos de celular.

- . 2017, Apple Arkit, utilizado em todas as conferências da empresa Apple.
- . 2017, Google Arcore, para plataforma Android, com funcionamento do Google Maps com direcionamentos especiais para RA e vários softwares que operam com frameworks.
- . 2019, a Microsoft lança a 2ª versão do HoloLens, dispositivo de realidade mista que permite a interação com hologramas, através do acesso a menus e botões virtuais.

IMPACTO NOS NEGÓCIOS

A ampla concorrência pela atenção do consumidor exige uma nova postura por parte de empresas e marcas, é necessário mais do que oferecer produtos, soluções ou serviços de qualidade, é preciso encantar o público.

A RA tem como maior benefício melhorar a experiência do usuário, gerando uma grande influência nos resultados financeiros e de engajamento, possibilitando ao consumidor uma visão nova de algo que talvez ele já conheça. Por meio da imersão em RA é possível gerar uma experiência visual diferente dentro de um ambiente real, por exemplo, com a câmera de um smartphone o consumidor pode visualizar a planta de um apartamento vazio, com os móveis de decoração de uma loja, permitindo que ele simule arranjos e espaçamentos, ou mesmo, pintar as paredes de uma outra cor de acordo com o catálogo de tintas de uma determinada marca.

O Sebrae¹⁰ aponta a experiência online como a principal mudança no mercado no momento pós-pandemia, já que os canais digitais ganharam espaço na vida das pessoas em isolamento. A tecnologia de RA promete melhorar a **experiência do usuário** e alavancar vendas, principalmente no **e-commerce**, possibilitando ao consumidor que quer comprar um produto, ver o item exatamente como é, no tamanho correto, com as cores corretas, aplicada holo graficamente em sua residência, apenas com esta experiência ele já tem mais informações sobre o resultado da compra do que ir até uma loja. Na indústria de beleza, os filtros que aplicam batons, sombras, bases, cílios postiços, permitem que consumidores possam ver em tempo real como estes produtos ficarão. Este mesmo tipo de experiência também permite provar acessórios, como óculos ou quaisquer outros produtos.

“Em um futuro bem próximo, todo o nosso mundo estará coberto com hologramas e informações que nos ajudarão não apenas em nossas decisões de consumo, mas também em nossa vida cotidiana”. Marcos Trinca.

¹⁰ Sebrae “Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas” <https://www.sebrae.com.br>


COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

A pandemia forçou a alteração nos comportamentos de compras dos consumidores e a migração para os espaços digitais foi o que salvou muitas marcas e muitos consumidores que procuravam algo em troca da satisfação das suas necessidades. Se por um lado os consumidores se adaptavam aos novos formatos de lojas, por outro lado as marcas exploravam diversas formas de eliminar a barreira entre a experiência de compra em espaço físico e a experiência de compra online.

A expansão da RA tem um grande impacto sobre as marcas e como as decisões de compra são tomadas, porque os consumidores buscam uma experiência mais personalizada e engajada. A RA foi uma das mais eficazes formas de proporcionar uma experiência semelhante ao ambiente físico, pela qualidade imersiva que traz ao comércio online. Em suma, as companhias de diferentes nichos estão criando aplicativos com a tecnologia de RA, possibilitando assim maior conexão com os seus usuários e trazendo diversos benefícios dentre os quais podemos destacar:

VAREJO / ECOMMERCE, o consumidor consegue escolher em tempo real a peça que combina mais com o seu tom de pele, e saber como ficará no seu corpo, como se estivesse vestindo, por meio de um provador virtual. Esse tipo de teste proporciona uma visão mais real dos artigos, conseqüentemente aumenta a chance de escolha do item certo, evitando o cancelamento e troca de pedidos. em aplicativos de design de interiores é um exemplo prático de sua utilização, um excelente aplicativo para esse tipo de uso é o Intiaro Interior Design, presente para download gratuito na App Store ou Play Store, com esse aplicativo é possível escolher a peça de mobiliário para decoração desejada, com as dimensões corretas para o espaço. (FIALHO).

Empresas como a IKEA, que vende móveis de baixo custo, foi uma das pioneiras a utilizar realidade aumentada para auxiliar seus clientes na escolha dos melhores produtos. O cliente utiliza seu celular para visualizar o item desejado na sua casa (MADUREIRA, 2019).



A Tok&Stok¹¹ desenvolveu um aplicativo próximo ao IKEA¹², para utilizar basta baixar e instalar no seu smartphone, criar uma conta com usuário e senha, ao acessar você será direcionado para o catálogo, nesse momento escolherá o móvel desejado para sua casa. Para realizar o teste basta clicar no ícone de RA, presente do lado direito da imagem do objeto, será necessário scanner a superfície na qual o objeto deverá ficar, na imagem abaixo escolhemos o Tripod Luminária de Mesa, e ao escanear a superfície é possível ver como o objeto ficará na sua mesa. O aplicativo permite que selecione o objeto e envie para o carrinho de compras para finalizar o pedido.

Novidades como essa transmitem mais confiança ao consumidor, uma vez que ele poderá escolher o produto que realmente lhe agrada objeto apenas apontando seu smartphone para o local desejado, e com a interação, através a realidade aumentada, consegue ver, manipular, posicionar o objeto em qualquer local da sua casa, permite escolher realmente o que deseja.


“Essa ferramenta supera as maneiras convencionas de vendas pela internet, pois o cliente passa a interagir com um objeto tridimensional do produto, ao contrário da fotografia que limita a visualização em duas dimensões e ao cenário em que foi tirada. Além disso, a imagem bidimensional também se restringe ao enquadramento apresentado, e às vezes não mostrando os detalhes que interessariam ao cliente. Ainda mais interessante do que a visualização tridimensional do objeto, é ter essa visualização no cenário da casa do cliente. Permitindo ver como ficaria a sua casa quando ele adquirir este produto”. FACHINETTO

SIMULAÇÕES E TREINAMENTOS, onde o funcionário pode realizar testes de suas atividades, utilizando materiais correspondentes à função, para depois executar realmente essa tarefa, diminuindo possíveis complicações e acidentes, além de reduzir os custos no treinamento. Aplicações de RA utilizada por montadoras de veículos como a Volkswagen, auxilia no treinamento de funcionários e na assistência técnica. Pequenos projetores instalados no painel central do carro, projetam imagens no vidro dianteiro; o sistema de geração de imagem calcula a posição em que as informações podem ser projetadas para não prejudicar a visão do motorista.

SOLUÇÕES DURANTE A PANDEMIA, Durante a pandemia foram criadas grandes inovações com o uso da RA, em 2020 algumas companhias áreas implementaram um sistema

¹¹ Tok&Stok é uma empresa varejista de móveis e decoração <https://www.tokstok.com.br/>

¹² IKEA é uma empresa global privada, de origem sueca, especializada na venda de móveis domésticos de "baixo custo" <https://www.ikea.com/pt/pt/>




de projeção no piso com os assentos correspondentes, conhecido como tapete azul, dessa forma o passageiro poderia acompanhar seu lugar na fila e poderia permanecer sobre ela ou apenas aguardar sua hora de embarque (CASSOL, 2020).

Devido as recomendações de distanciamento social, no Natal de 2020 os shoppings brasileiros, que costumam promover eventos de decorações natalinas e a presença da figura do Papai Noel para que os visitantes, especialmente as crianças, tirassem fotografias, precisaram contornar a situação, uma vez que esses eventos atraem públicos e aumenta as vendas. Os shoppings investiram em totens em que os visitantes podiam interagir com um Papai Noel virtual e tirar foto com ele (O VALE, 2020).

ENTRETENIMENTO, O lançamento em 2016 do jogo para celular Pokémon Go, foi uma febre, conforme publicado no artigo “Mobile augmented reality (MAR) game as a travel guide: insights from Pokémon GO” de ALURI, mostra a aplicação sendo utilizada na área de turismo e hotelaria, dessa forma, traz os insights sobre intenções dos clientes em utilizar o jogo como um guia de viagens. Com esse tipo de jogo mobile os usuários passam a ter uma experiência mais significativa, auxilia na interação social com outros usuários, diferentemente quando o usuário passa apenas horas navegando pela Web sem postar ou interagir (ALURI, 2017). Com o crescente aumento do uso de smartphones no mundo (ANDERSON, 2015), as empresas buscam criar aplicativos que envolvam e que interajam com os usuários, os jogos por sua vez têm cenários como diversas possibilidades. ALURI, discute em seu artigo o comportamento do uso do aplicativo Pokémon Go, ou outro aplicativo mobile augmented reality (MAR) como guia de viagens.

Ao pensar na aceitação desse tipo de tecnologia a realidade aumentada, presente nas aplicações de jogos ajuda na indústria como atração e como meio educacional, a Dallas Arboretum and Botanical Garden, o National Park Service e o Denver Zoo promovem eventos e aulas educacionais usando Pokémon Go, os jogos aumentam a atenção do público, principalmente da população mais jovens. (ALURI, 2017).

O jogo em análise Pokémon Go, oferecia ao usuário quatro esferas de experiência – educacional, entretenimento, estética e escapista. O estudo mostrou que na parte educacional os entrevistados, ao jogar afirmaram ter curiosidade para saber mais informações sobre o PokéStop e o significado do marco. No entretenimento, a capacidade de capturar Pokémon e interagir com o mundo aumentado dentro de uma experiência do mundo real era limitada. Na estética o jogo oferece uma experiência imersiva, permite que os usuários participem



passivamente, com capacidade de monitorar o aplicativo. O aplicativo Pokémon Go requer participação ativa, que possibilita ao usuário realizar atividade física enquanto estão atrás para capturar Pokemons, além de se reunir para treinar e lutar com outras equipes ou usuários. (ALURI, 2017).

A RA vem tomando uma posição central na indústria de jogos, e o usuário não precisa investir muito em tecnologia cara, basta ter um smartphone ou um aparelho móvel com RA. É importante deixar claro que jogos como: Pokémon Go, Neyon Clash, Jurassic World Alive, Ingress Prime, Angry Birds AR – Isle of Pigs, The Walking Dead – Our World e outros jogos com realidade aumenta, proporciona ao usuário não somente entretenimento, mais promove atividade social e física, uma vez que o jogador precisa se movimentar pelas ruas, interagir socialmente com outras pessoas, diferente de qualquer outro tipo de jogo no qual o usuário fica imerso no mundo virtual apenas. (ALURI, 2017).

MANUTENÇÃO E REPARO, a realidade aumentada permite que um técnico consulte instruções em tempo real e acompanhe dados visualmente de forma simples, sendo possível também realizar manutenção à distância, se necessário.

ACOMPANHAMENTO DE PRODUÇÃO, a utilização desse recurso tecnológico em uma fábrica ajuda no compartilhamento rápido e prático de informações por todos os setores. Os gestores e funcionários podem avaliar em tempo real o andamento da produção, a produtividade dos colaboradores e o rendimento das máquinas, possibilitando a percepção com antecedência de algum problema durante a criação ou produção de qualquer item.

MEDICINA, a RA permite que médicos tenham acesso ao histórico do paciente de forma simplificada e em tempo real. A anatomia humana pode ser analisada por um ponto de vista digital, auxiliando na realização de procedimentos e diminuindo os riscos. A capacitação em equipamentos passa a ser totalmente imersiva, com aprendizagem na prática que possibilitam projetar o corpo humano, analisar órgãos, realizar simulações, treinamento e auxiliar na educação na área médica. A RA pode ser usada no tratamento de pacientes com fobia, que possuem o medo irracional de alguma situação ou objeto que não representa perigo iminente à pessoa, nesse caso o paciente não irá fazer o tratamento com o inseto real, mas sim virtual. Como por exemplo o tratamento de aracnofobia, que é medo excessivo de aranhas, o paciente deverá ser aproximado de uma aranha, muitos não fariam a terapia com o inseto. Dessa forma a melhor alternativa é a RA que irá exibir a aranha quando o dispositivo for posicionado

ao AR CODE, o paciente tem contato com o inseto mais virtualmente. (ANTUNES, MORALES, ALBINO, RAMOS, 2017).

Figura1: Marcador (AR CODE) exibindo uma aranha.



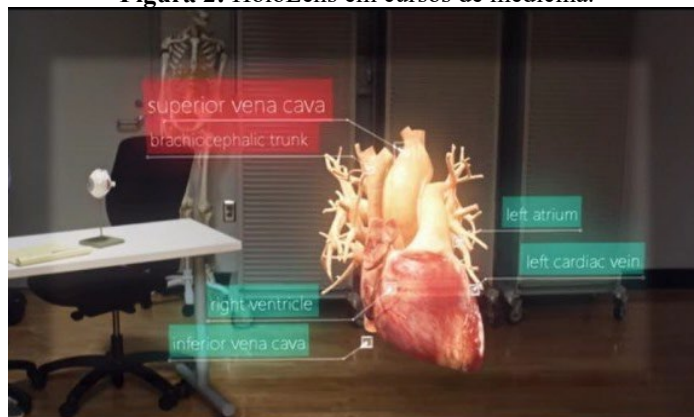
Fonte: forttec.edu.br/ (2016).

A RA é uma tecnologia que cresce de forma exponencial na área médica, ajudando não apenas em tratamentos mentais, mas em diversas novas possibilidades de diagnósticos de forma a promover melhor qualidade de vida aos indivíduos. Pesquisas e experimentos como procedimentos em intervenção cardíaca, cirurgia de ressecção de Tumor Ósseo no qual é embutida uma câmera a um tablet, para rastrear o paciente, cirurgia do seio, cirurgia da coluna, entre outras aplicações usando tablets ou óculos holográficos, para visualizar os órgãos em 3D ou até mesmo consultar o histórico do paciente antes de uma intervenção cirúrgica. Também existem pesquisas como forma de terapia para pacientes com autismo, transtorno de hiperatividade e crianças com déficits cognitivos. (HA, HONG, 2021).

A tecnologia da empresa Microsoft, HoloLens, permite ao usuário interagir por meio de gestos e comandos de voz em uma simulação de RA, ajudando os estudantes de medicina na aprendizagem do corpo humano através da realidade mista¹³.

¹³ Realidade mista ou realidade híbrida é a tecnologia que une características da realidade virtual com a realidade aumentada. https://pt.wikipedia.org/wiki/Realidade_mista

Figura 2: HoloLens em cursos de medicina.



Fonte: <https://tecnoblog.net/noticias/2015/07/09/microsoft-hololens-medicina/>.

Essa tecnologia permite que os alunos observem cada detalhe do corpo humano com maior precisão, facilitando outros procedimentos tornando-os também menos invasivos e logo menos dolorosos para o paciente. Hoje já é possível projetar em tempo real, exames de imagem, no corpo do paciente, enquanto especialista conversam e discutem o caso do outro lado do mundo. (ALECRIM, 2015).

ENGENHARIA CLÍNICA E MANUTENÇÃO, o uso da RA possibilita que profissionais tenham uma visão de raio-X de equipamentos, sendo possível visualizar o interior dos ativos sem a necessidade de abertura dele. A visualização de intercorrências e ficha dos equipamentos, podem ser acessadas em tempo real dentro do ambiente virtual.

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRÉDIOS, o uso da RA permite observar como se encontra o estado dos equipamentos ou a estrutura das edificações, facilitando o trabalho para à manutenção deles.

CONTROLE DE PRODUÇÃO, com a RA é possível mensurar o andamento da produção, visualizando o estado do produto em cada etapa, simplificando a elaboração de uma solução para qualquer problema que surgir. A utilização da realidade aumentada traz um grande avanço para a indústria, oferecendo benefícios para toda a equipe, auxiliando seus funcionários, melhorando o desempenho e ajudando em diversas funções. Esse recurso tecnológico aumenta também a produtividade da organização e apoia os gestores no comando da empresa, ajudando a detectar problemas e elaborar soluções mais rapidamente.

EDUCAÇÃO, a RA está sendo utilizada em pesquisas acadêmicas para orientações, simulações e aprendizagem de uma forma diferenciada. LIAROKAPIS, demonstrou que a RA consegue tornar mecanismos e teorias complicadas em matérias mais simples e com maior aceitação e compreensão entre os alunos (HOUNSELL, TORI, KIRNER, 2020). A RA pode

ser utilizada em diferentes matérias como astronomia para demonstração da relação entre terra e sol, projetos como “Google’s SkyMap”, utilizado para colocar informações sobre estrelas e constelações e permite que através da câmera do celular faça a busca no céu. (LIAROKAPIS, 2004). Na química para mostrar átomo e moléculas, na biologia para estudo da anatomia e estrutura do corpo.

CURIOSIDADES, os parques da Disney¹⁴ vão facilitar a imersão dos visitantes por meio da RA, que terão seus smartphones rastreados para projeção de efeitos personalizados em 3D, em espaços físicos que estejam próximos das pessoas, como por exemplo, paredes, o chão, ou até mesmo, os objetos dos parques.

A Coca-Cola¹⁵ lança app de Natal com Realidade Aumentada por segundo ano consecutivo, os clientes que apontarem a câmera do aplicativo para as embalagens especiais de **Natal** de Coca poderão ver a magia acontecer pelo smartphone, com o **Papai Noel** saindo da lata ou garrafa, trazendo palavras de afeto, carinho e união.

O Facebook¹⁶ e a Ray-Ban¹⁷ fazem óculos inteligentes, com RA, mas que realmente. A parte eletrônica está tão bem escondida que há apenas alguns indícios de que algo está diferente nessas especificações: **há uma câmera embutida na borda de cada lado dos óculos.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS


Vivemos em um mundo volátil, conectado e inteligente, onde os avanços tecnológicos estão impactando os modelos de negócios e causando mudanças culturais e sociais que tendem

¹⁴ Laboratórios Walt Disney empresa multinacional de mídia de massa <https://globalcripto.tech/disney-vai-usar-nova-tecnologia-de-realidade-aumentada-nos-parques-tematicos/>

¹⁵ Coca-Cola é uma empresa multinacional, fabricante e comerciante de bebidas <https://gkpb.com.br/78457/coca-cola-natal-realidade-aumentada/>

¹⁶ Facebook é uma mídia social e rede social virtual de propriedade privada da Meta Platforms. <https://www.cnnbrasil.com.br/business/facebook-e-ray-ban-fazem-oculos-inteligentes-que-realmente-parecem-oculos/>

¹⁷ Ray-Ban marca de óculos de sol e de grau da empresa Bausch & Lomb. <https://www.cnnbrasil.com.br/business/facebook-e-ray-ban-fazem-oculos-inteligentes-que-realmente-parecem-oculos/>



a ser inevitáveis. Elas são impulsionadas pela capacidade computacional cada vez maior, pela mobilidade, pelo imenso volume de dados e pela personalização, a partir da qual escolhemos o que queremos assistir, comprar, ouvir, comer – tudo em pouquíssimos cliques ou apenas por comando de voz.

As inovações sempre transformaram a nossa relação com o mundo, desde os objetos criados nos primórdios para a sobrevivência e evolução da humanidade, das pinturas rupestres até as impressoras 3D e Inteligência Artificial.

Para Friedman (2017), as inovações tecnológicas mudaram a forma como as pessoas e as máquinas se comunicam, criam, colaboram e pensam, tendo no lançamento do Iphone em 2007 um marco significativo na história da tecnologia e do mundo, pois possibilitou a melhor conectividade com a Internet e os dispositivos, intensificou a criação de redes sociais, permitiu a mobilidade, o aumento da comunicação através da interação e do compartilhamento de informações em tempo real.

Com a evolução das TCIs, tanto na parte de hardware e software, com o aumento da capacidade de processamento da CPU e da GPU, a RA ganhou uma enorme projeção quando, em 2016, foi lançado o jogo Pokémon Go, que possibilitou que os jogadores interagissem com pokémons sobrepostos em vários locais do mundo real e visíveis a partir do smartphone, desde que o jogador tivesse em uma determinada localização e essa confirmada pela posição geográfica, tudo graças a tecnologia GPS presente nos smartphones. Proporcionando infinitas possibilidades para explorar a criatividade e fazer com que o usuário sai do sedentarismo, o jogador em algumas aplicações precisa se exercitar, se locomover pela casa ou até mesmo pela sua própria cidade como no caso do jogo Pokémon Go (HOUNSELL, TORI, KIRNER, 2020).

Atualmente as empresas estão gerindo seus negócios baseados na velocidade e personalização da experiência do usuário, investigando a intenção e tornando a experiência do cliente mais imersiva através do uso da RA, que auxilia no engajamento e fidelização do consumidor proporcionar uma experiência única de compra. A RA permite que o cliente interaja com o produto de maneira virtual, experimentando antes de comprar. Com isso, o consumidor pode visualizar melhor sua aplicação e seus benefícios, auxiliando no processo de decisão, esse mecanismo pode ser aplicado de maneira remota, como em aplicativos da marca, ou na própria loja física.

A aplicação da RA é infinita, a criatividade deve ser estimulada para implementação dessa tecnologia. Por isso, é importante estar atento aos avanços da RA e seus possíveis usos nos negócios, pois oferecer aos clientes a capacidade de experimentar um

item antes de comprá-lo melhora sua satisfação e reduz retornos dispendiosos. Assim como a RA pode capacitar uma força de trabalho móvel, conectando trabalhadores a especialistas em todo o mundo, podendo ser usada como um auxílio para o design e desenvolvimento de produto em estágio inicial, possibilitando uma visão precisa da forma e função do produto, treinar funcionários ou alunos em qualquer nível de educação oferecendo uma experiência imersiva e multissensorial que geralmente é mais eficaz do que os métodos tradicionais, oferecendo maior profundidade de treinamento e domínio mais rápido.

O mundo está passando por uma profunda transformação digital, devido a pandemia a utilização da tecnologia passou a ser fundamental para realização das atividades do cotidiano, aumentando o desempenho, a produtividade e a precisão, dando subsídios para modificar a forma como os negócios são feitos e facilitando as relações entre as pessoas. Lembrando que o uso das tecnologias deve proporcionar ao ser humano o seu empoderamento, através do a inúmeras oportunidades para melhora de suas vidas e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Emerson. **Microsoft mostra como o HoloLens pode ser usado em cursos de medicina.** 2015. Disponível em: < <https://tecnoblog.net/noticias/2015/07/09/microsoft-hololens-medicina/>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ALURI, Ajay. **Mobile augmented reality (MAR) game as a travel guide: insights from Pokémon GO.** 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/317127479_Mobile_augmented_reality_MAR_game_as_a_travel_guide_insights_from_Pokemon_GO>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ANDERSON, M., **Technology Device Ownership: Pew Research Center, available.** 2015. Disponível em: < <https://www.pewresearch.org/internet/2015/10/29/technology-device-ownership-2015/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANTUNES, Daiane de L.; MORALES, Ivan L.; ALBINO, João P.; ANTUNES, Marco A.; Marisol MORALES, Gelamos R.; RAMOS, Patricia S. **A utilização da Realidade Aumentada na área da Saúde Física e Mental.** 2017.

BERRYMAN, Donna R. (2012). Augmented Reality: A Review. Medical Reference Service Quaterly

CASSOL, Leonardo. **Azul utiliza tapete de realidade aumentada para agilizar embarque e ajudar no distanciamento social.** Agosto de 2020. Disponível em: < <https://www.melhoresdestinos.com.br/tape-azul-tecnologia-embarque.html>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DUARTE, Valquíria A. R. **Ferramentas para a Modelagem de Ambientes Virtuais - Um estudo comparativo.** Universidade Federal de Goiás, 2006.

ESTEVES, Aline; SAKAMOTO, André Yuuki, SANTOS, Keilla da Silva; NASCIMENTO, Nathalia de Oliveira. **Aplicação da realidade aumentada em uma etapa no processo de desenvolvimento de produto no setor automobilístico.** 2020. Disponível em: <<https://repositorio.fei.edu.br/handle/FEI/3251>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

FACHINETTO, MARCELO. **A realidade aumentada como suporte ao e-commerce.** 2013. Disponível em: <[https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1362/TCC%20Marcelo%20Fachinett o.pdf?sequence=1](https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1362/TCC%20Marcelo%20Fachinett%20o.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FIALHO, Arivelto Bustamante. **Realidade Virtual e Aumentada Tecnologias para Aplicações Profissionais.** São Paulo. Érica. 2018.

FORBES – revista de negócios e economia do mundo. **Investimentos em tecnologia de RA.** 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/10/realidade-aumentada-carros-voadores-santander-muito-mais/> <<https://www.resumocast.com.br/realidade-aumentada-carros-voadores-santander-muito-mais-forbes-brasil/>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FRIEDMAN, T. L. **Obrigado pelo atraso: um guia otimista para sobreviver em um mundo cada vez mais veloz.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2017.

HA, Ho-Gun, HONG, Jaesung. **Augmented Reality in Medicine.** 2021. Disponível em: <https://www-researchgate.net.translate.google/publication/311467975_Augmented_Reality_in_Medicine>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HOUNSELL, Marcelo da Silva; TORI, Romero; KIRNER, Claudio. **Introdução a Realidade Virtual e Aumentada.** 2020. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/livros/index.php/sbc/catalog/book/66>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

LIAROKAPIS, F., MOURKOUSSIS, N., WHITE, M., DARCY, J. **Web3D and augmented reality to support engineering education Web3D and augmented reality to support engineering education,** 2004.

LING, Haibin. **Augmented Reality in Reality.** 2017. Disponível em: <<https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/7999155>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MADUREIRA, Vitor Hugo Valente Gomes. **Auto-atendimento de manutenção de terminais de pagamento: comparações entre realidade aumentada e vídeo.** 2019. Disponível em: <<https://gvpesquisa.fgv.br/teses-dissertacoes/auto-atendimento-de-manutencao-de-terminais-de-pagamento-comparacoes-entre>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

O VALE. **Em isolamento, Papai Noel marca presença em formato de animação em realidade aumentada em shopping de São José.** Dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.ovale.com.br/em-isolamento-papai-noel-marca-presenca-em-formato-de-animac-o-em-realidade-aumentada-em-shopping-de-s-o-jose-1.25682>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

REVISTA FORBES. 2021. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/10/realidade-aumentada-carros-voadores-santander-muito-mais/>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SUTHERLAND, Ivan (1968). A head-mounted three dimensional display. Proceedings of the Fall Joint Computer Conference

TECMUNDO. “A história da realidade aumentada”. 2019. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=ZC1rIlu9ni4&t=2s>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

TORI, Romero; KIRNER, Claudio; SISCOOTTO, Robson Augusto. **Fundamentos e tecnologia de realidade virtual e aumentada**. Porto Alegre, SBC, 2005.

TORI, Romero. **Desafios para o design de informação em ambientes de realidade aumentada**. 2009. Disponível em: <<https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/70>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TRINCA, Marcos. **Como o uso da Realidade Aumentada pode alavancar o comércio eletrônico**. 2021. Disponível em: <<https://www.consumidormoderno.com.br/2021/02/05/realidade-aumentada-alavancar-comercio-eletronico/>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

WOLTON, Dominique. **Internet e Depois?** Porto Alegre, Editora Sulina, 2007.

CAPÍTULO 7

A CUSTOMIZAÇÃO DE ATRATIVOS TURÍSTICOS E A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA: ANÁLISE DO PERFIL DO TURISTA E VISITANTE QUE TEM A INTENÇÃO DE IR AOS DESTINOS DE ARACAJU/SE E SALVADOR/BA

Taís Alexandre Antunes Paes
Rodrigo Ladeira
Maria Teresa Grimaldi Larocca

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo caracterizar o perfil dos turistas ou visitantes das cidades de Aracaju/SE e Salvador/BA, tendo em vista a customização de atrativos turísticos e a intenção de ir aos destinos analisados. Utilizando uma abordagem quantitativa foi desenvolvida uma escala de “intenção de ir ao destino” e um aplicativo turístico, a fim de customizar atrativos para os turistas e visitantes. Presencialmente, foram realizadas 215 entrevistas na cidade de Aracaju e 240 na cidade de Salvador. Com a validação do instrumento proposto, foi realizada uma análise estatística descritiva das principais características sociodemográficas e econômicas dos turistas e visitantes. Também, foram realizadas regressões lineares múltiplas. Como resultado, observou-se que a customização dos atrativos de um determinado perfil de consumidor contribui para otimizar o tempo e os gastos financeiros, além de poder trabalhar nichos de mercados que gerem competitividade, e que ofereça uma customização mais detalhada de atrativos turísticos.


PALAVRAS-CHAVE: customização; destinos turísticos; comportamento de consumo; marketing de experiência.

INTRODUÇÃO

Os destinos turísticos apresentam grande complexidade de relações e interações, uma vez que envolve agentes sociais (comunidade local, setor privado, setor público e visitantes) que, em conjunto promovem a prestação do serviço. A complexidade das interações e relações evidencia o aspecto dinâmico do turismo e a necessidade de compreender melhor esta atividade, visto que ela pode denotar um alto envolvimento por parte de determinados turistas.

Ainda se enfatiza particularidades relevantes desse setor, como ser perecível, intangível, inseparável e heterogêneo. Aliado a isso, tem-se um conjunto de organizações privadas e públicas, a comunidade local, a infraestrutura, a disponibilidade de atrativos turísticos, os turistas e os visitantes que estão interagindo uns com os outros, consolidando o destino.

Todavia, tal destino necessita ser competitivo e promover experiências turísticas agradáveis, permitindo que os seus visitantes vivenciem emoções, repercutindo em boas memórias e sensações, gerando satisfação e experiências positivas e memoráveis. Dessa forma,



compreender as motivações e os valores dos indivíduos podem estimular ações, informações e comunicações sobre a localidade de forma planejada e integrada com a comunidade local.

Um adequado entendimento sobre o comportamento de consumo de turistas e visitantes permitirá uma melhor customização dos atrativos turísticos, uma vez que poderá levar em consideração as suas preferências e desejos. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo central averiguar o perfil dos turistas ou visitantes das cidades de Aracaju/SE e Salvador/BA, tendo em vista a customização de atrativos turísticos e a intenção de ir aos destinos analisados.

Este estudo apresenta características de ineditismo, uma vez que para a caracterização do perfil dos turistas e visitantes e a customização dos atrativos turísticos houve a necessidade do desenvolvimento e validação de uma escala e de elaboração de um aplicativo turístico customizado, não existente na literatura de comportamento de consumo e na atividade turística.


DESTINOS TURÍSTICOS

Os indivíduos estão em constante deslocamento e movimento buscando experiências que possam satisfazer as suas necessidades e desejos através, em alguns casos, de atrativos exclusivos e customizados de um determinado lugar que facilite o seu desfrute ou a realização de atividades que possam gerar experiências de viagens inesquecíveis.

Para o Ministério do Turismo (MTUR, 2007, p.27), um atrativo turístico é composto de “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Estes podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; ou eventos programados”.

Já o destino turístico, segundo a Organização Mundial do Turismo (2002), é compreendido como um espaço físico no qual o turista, ao menos por uma noite, consuma produtos como serviços de apoio, atrações e recursos turísticos. Para Ballina (2017) o atributo principal para entender a gestão de um destino deve ser a imagem transmitida e percebida. O destino se gera a partir das experiências dos turistas ao escolher e desfrutar dele. Este deve concentrar cinco componentes principais: atrações; acesso; serviços; informação; e a promoção.

Na concepção de Morrison (2012) o conceito de destino turístico é delimitado de acordo com os seguintes aspectos: área geográfica com fronteiras administrativas; locais com acomodação; atrativos de acesso aos visitantes; existência de esforços e ações de *marketing* turístico; administração do destino de forma coordenada; imagem do destino presente na mente



do turista; existência de leis e regulamentações governamentais; e a coordenação de vários *stakeholders* (setor privado, setor público, ONGs e a comunidade) envolvidos no processo.

No conceito de Morrison (2012) é possível verificar a diversidade de relações que fazem parte do destino turístico onde o atrativo necessita ser também pensado e proposto, considerando a comunidade local que é responsável por prestar o serviço e acolher o turista ou o visitante. A atividade turística e o atrativo devem estar alinhados com o dinamismo da comunidade local para que não interfira nos seus modos de vida e relação com o ambiente.

Aliado e relacionado aos destinos e atrativos estão os turistas e visitantes destas localidades, que buscam por conhecer e vivenciar o estilo e o modo de vida de um determinado local necessitando de pesquisa e tomada de decisão na busca de informações turísticas para respaldar as decisões de pré-compra. Assim, de acordo com Sanchez (2017), os destinos turísticos devem trabalhar com a informação, uma vez que esta abarca a escolha do destino, o planejamento, a reserva e a experiência turística. Aqueles destinos turísticos que desejam ser relevantes para o viajante, necessitam entender o comportamento destes, suas preferências, gostos e formas de atuar, para a construção de estratégias e táticas necessárias.

COMPORTAMENTO DE CONSUMO

O comportamento de consumo busca retratar os hábitos de compra do consumidor, passando a ser estudado de forma multidisciplinar, permitindo às empresas e organizações elaborarem estratégias eficazes para adequar serviços e produtos às necessidades dos consumidores. Compreender os consumidores e aprimorar as suas experiências é relevante para os serviços que, em muitos casos, ainda tendem a ser voltados para os aspectos de operações e não orientados ao cliente (BATERSON; HOFFMAN, 2016).

Ao se iniciar um processo de tomada de decisão de compra, o consumidor pode ser motivado por diversas variáveis como personalidade, estilo de vida, *status* etc. Para Limeira (2007), a motivação pode estar baseada em fatores internos ou externos (ambiente, sociedade ou necessidades fisiológicas), que induzem o consumidor a se comportar de certo modo e criando um dado que será memorizado sensorialmente, temporariamente ou permanentemente, ou seja, o posicionamento.

A motivação pode ser definida como o estado alterado de uma pessoa, o qual conduz a um comportamento voltado a um objetivo (MOWEN; MINOR, 2003). Ou seja, o processo motivacional inicia-se por um estímulo que pode ser autônomo (fisiológico), emotivo ou cognitivo (SHETH, MITTAL; NEWMAN, 2001).

Para Mathielson e Wall (1996) as motivações estão relacionadas aos incentivos físicos, culturais, pessoais e de prestígio quando se analisa a atividade turística. Muitas destas variáveis também são apresentadas por Swarbrooke e Horner (2016) para a atividade turística. Segundo estes, existem as motivações culturais; de busca pelo status; dos aspectos emocionais (ex. nostalgia, aventura, escapismo etc.); pessoais (ex. visita a amigos, fazer novos amigos etc.); físicos (ex. relaxamento, saúde etc.) e de desenvolvimento pessoal (ex. aumentar conhecimentos, aprendizagem, etc). Um aspecto importante dessa classificação é a multiplicidade e a amplitude de microelementos envolvidos, além da inserção das variáveis sexo, romance, nostalgia e satisfação de terceiros, que não estão presentes em outros modelos (HIRATA; BRAGA, 2017).


Considerando o aspecto dos valores a escala de Schwarz (1994) se destaca na literatura de comportamento de consumo, que buscou apresentar um conjunto universal de valores, propondo que estes são objetivos transituacionais, atendendo aos interesses de indivíduos ou grupos, e expressam um em cada dez tipos de valores universais (BLACKWELL; MINIARD; EGEL, 2009). Ou seja, para Schwarz (1994), os valores humanos podem ser compreendidos como crenças ligadas à emoção de forma intrínseca, um construto que orienta as pessoas para agirem de forma adequada, algo que transcende situações sociais (TORRES; SCHWARTZ; NASCIMENTO, 2016). A escala de Schwarz apresenta os dez tipos de valores (poder, realização, hedonismo, estimulação, autodirecionamento, universalismo, benevolência, tradição, conformidade e segurança).

EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

O termo "experiência" tem sido utilizado e definido de várias maneiras, no entendimento de Schmitt (2010), podendo ser apresentadas em duas categorias: algumas referem-se ao passado (referente ao conhecimento e as experiências acumuladas ao longo do tempo), enquanto outras, as percepções e sentimentos em curso, além da observação direta (SCHMITT, 2010).

Pine e Gilmore (1998), referem-se às experiências como eventos que envolvem os indivíduos de forma pessoal. Já Lasalle e Britton (2002) as definem como uma interação ou série de interações, entre um cliente e um produto, uma empresa ou sua representante que leva a uma reação.

Nesse mesmo entendimento, Schmitt (2010) destaca que o termo “experiência” se refere as percepções, sentimentos e pensamentos que os consumidores têm quando encontram



produtos e marcas no mercado, se envolvendo em atividades de consumo, bem como a memória de tais experiências.


Desta forma as experiências podem ocorrer em vários momentos da coleta de informações, em tomadas de decisões e estágios de consumo dos indivíduos, turistas ou visitantes (PAES, 2020). Assim, no entendimento de Kim, Richie e McCormick (2012), o turismo de experiência pode ser definido como um estado mental subjetivo, sentido ao experimentar um serviço. Além disso, a experiência turística visa também abranger os espaços interativos e envolventes do turismo, que são dimensões essenciais e intangíveis do espaço (WEARING; FOLEY, 2017). Diante desse contexto, verifica-se que o consumo dos serviços, atrativos e produtos turísticos podem estar relacionados às experiências turísticas que podem fazer parte da tomada de decisão em visitar um determinado destino turístico, por exemplo.

Murphy, Pritchard e Smith (2000) indicam que a experiência turística em um destino está relacionada a um ambiente natural, fatores políticos, aspectos tecnológicos, econômicos, culturais e sociais, além da infraestrutura do serviço que abarcam os transportes, serviços de compras, recreação, acomodação e restauração. Em contrapartida, para Cooper, Hall e Trigo (2011), a entrega da dimensão de autenticidade é fundamental para o amadurecimento da economia da experiência, no nível do destino, e que começarão a influenciar a decisão de compra.

Park e Santos (2017) relatam que a complexidade em estudar a experiência turística é evidenciada quando se considera que a experiência turística é holística e multifacetada, envolvendo antecipação, experiência no uso de sites, experiência no local visitado e lembranças pós-viagem. Além disso, a antecipação e as expectativas, amplamente construídas antes da viagem influenciam na maneira com que os indivíduos experimentam um destino (PARK; SANTOS, 2017).

Tendo em vista a experiência turística, Tung e Ritchie (2011) destacam quatro dimensões, sendo elas: efeito (emoções ou sentimentos positivos ou negativos); expectativas (resultados positivos, surpresas ou decepção por não satisfazer as expectativas); consequências (desenvolvimento social, intelectual, autodescoberta e superação); e a recordação.

Portanto, como se pode perceber, é possível observar que a experiência relativa a um produto ou serviço é um aspecto relevante do comportamento de consumo, podendo definir ou influenciar novos consumos e percepções, que também se relacionam à atividade turística. Consumos e comportamentos estes que recebem influências que variam de acordo com as



motivações, valores e características individuais de cada pessoa. Além disso, quanto maior for a customização dos serviços ou a disposição das informações necessárias para aqueles consumidores melhores experiências turísticas ocorrerão (PAES, 2020).

Assim, determinadas experiências turísticas podem ser mediadas e estimuladas pela utilização dos aplicativos turísticos que aproximam as pessoas e encoraja a livre escolha individual. O turista, ao fazer uso de tecnologias móveis, torna a experiência mais profunda, permitindo um maior conhecimento da localidade e o desenvolvimento de uma consciência por saber o que se deseja e o que se busca (MENDES-FILHO; CACHO, 2017).

Quando os viajantes passam pelo processo de tomada de decisões, eles precisam de informações para a melhor escolha da viagem que, na concepção de Sánchez-Franco e Roldán (2005), abrangem objetivo-direto e informação experiencial. O objetivo direto refere-se à informações com base em textos, considerando uma perspectiva utilitarista em que não existe a interação com o consumidor. Já a informação experiencial busca a interação mediada pela tecnologia e tais informações podem influenciar na tomada de decisão. Nesse sentido, observa-se que as tecnologias móveis podem ser utilizadas para alcançar experiências ricas, a nível virtual, e conduzir a experiências turísticas.

Dessa forma, o que se observa nestes aplicativos turísticos é o interesse em atender as necessidades dos turistas e visitantes, relativa a informações turísticas e de infraestrutura sobre os destinos turísticos. Tais informações podem auxiliar nas tomadas de decisões, permitindo o planejamento da viagem, podendo evitar a ocorrência de situações desagradáveis. O planejamento da viagem e o acesso às informações sobre as localidades a serem visitadas, através da utilização da tecnologia da informação e dos aplicativos turísticos, transmitem segurança e a redução do risco percebido por parte do turista ou consumidor, estimulando agradáveis experiências turísticas no momento da consulta das informações e após a sua estada na localidade visitada. Assim, conhecer e entender as necessidades destes consumidores faz-se proeminente.

METODOLOGIA

Diante das abordagens apresentadas o presente estudo tem cunho quantitativo e descritivo e para atingir o objetivo proposto, previamente foi desenvolvida uma escala de “intenção de ir ao destino”. Esta foi validada por onze acadêmicos das áreas de turismo, administração e marketing, cuja validação foi submetida, por sua vez, a testes estatísticos (HAIR et al, 2009) (Análise fatorial confirmatória, índice CR - Confiabilidade do Construto,

Alfa de Cronbach, Validade Convergente - VE e o HTMT - Validade Discriminante). Para o estudo de validação estatística, a escala considerou dois construtos: motivação e valores. O primeiro construto foi formado com seis variáveis, baseados no modelo de Swarbrooke e Horner (2016) para a atividade turística (motivações culturais, de busca pelo status, aspectos emocionais, pessoais, físicos e de desenvolvimento pessoal). O segundo construto foi formado com dez variáveis sobre os valores individuais propostas por Schwarz (1994) (poder, realização, hedonismo, estimulação, autodirecionamento, universalismo, benevolência, tradição, conformidade e segurança). Sendo assim, os dois construtos analisados totalizaram 16 variáveis.

Cada questionamento da escala considerou as variáveis de motivações e valores mensurados na escala *Phrase Completion*, com respostas variando de 0 a 10, ou seja: “concordo totalmente” à “discordo totalmente”.

Segundo Paes (2020), durante o processo de validação da escala, duas variáveis do construto motivação foram excluídas, restando para os dois construtos quatorze variáveis. Os construtos que compuseram o modelo final apresentaram pesos ou cargas fatoriais elevadas ($\lambda \geq 0,50$), confirmando que houve uma boa compreensão conceitual dos fatores (construtos) e suas variáveis. No exame da validade convergente, encontrou-se uma convergência adequada dos fatores ou variáveis, acima de 0,5, ou seja, compartilharam uma elevada proporção de variância comum. A validade discriminante, medida através do indicador HTMT, ficou em 0,888, satisfazendo, assim, aos critérios estabelecidos. Evidenciou-se, assim, que o construto Motivação foi estatisticamente diferente do construto Valor.

A utilização do CR gerou valores elevados, significando que todas as medidas consistentemente representaram os construtos latentes. Nessa mesma ordem, o Alpha de Cronbach foi respectivamente, 0,715 e 0,901, considerados elevados. Estes dois indicadores sinalizaram que houve uma adequada convergência ou consistência interna dos construtos. Desta forma, para o modelo final os índices de ajuste, apresentaram resultados que atenderam as especificações para todos os índices, o que revelou um bom ajuste do modelo.

Ainda segundo Paes (2020), para a presente pesquisa, foi desenvolvido um aplicativo turístico denominado ITur, com a finalidade de customizar atrativos para os turistas e visitantes, considerando as suas motivações e valores. No aplicativo, os turistas indicaram os seus interesses de atrativos e estes, ao final, disponibilizaram opções customizadas, tendo como base atrativos, para ambas as cidades, Aracaju e Salvador, do *Google Places*, *TripAdvisor* e



entrevistas com moradores, turistas, setor público e setor privado realizadas especificamente para o desenvolvimento do aplicativo.

Ao final, com a validação da escala e com o desenvolvimento do aplicativo ITur, foram realizadas presencialmente 215 entrevistas para a cidade de Aracaju e 240 para a cidade de Salvador no primeiro semestre de 2020, considerando uma seleção não probabilística da amostra, que se deu por conveniência.

Os entrevistados observavam a customização dos atrativos turísticos indicados pelo aplicativo desenvolvido e em seguida respondiam aos questionamentos presentes na escala validada versando sobre as variáveis de motivação de Swarbrooke e Horner (2016) e a de valores de Schwarz (1994).

Com a validação do instrumento proposto, foi realizada uma análise estatística descritiva das principais características sociodemográficas dos turistas e visitantes das cidades de Aracaju e de Salvador. As variáveis sociodemográficas e econômicas analisadas foram: gênero, faixa etária, renda média familiar mensal, estado civil, nível de escolaridade e ocupação. Também houve questionamentos sobre o tempo de permanência na cidade, quanto pretendia gastar e com quem estaria viajando. Estas variáveis fizeram parte dos questionamentos no aplicativo que se encontram descritas em Paes (2020).

Para as variáveis faixa etária, renda familiar, tempo de permanência na cidade e quanto pretende gastar foram aferidas as medidas da média, desvio padrão e coeficiente de variação. Com o intuito de verificar a existência de algum nicho de mercado foi empregado o modelo de regressão linear múltipla com um Intervalo de Confiança de 95%, p-valor de 0,05 e Coeficiente da regressão ajustado (β_{ajd}), considerando como variáveis independentes as características sociodemográficas e econômicas dos entrevistados e como dependente as quatorze variáveis dos construtos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No intuito de compreender e caracterizar o perfil dos turistas e visitantes que apresentam a intenção de ir aos destinos de Aracaju/SE e Salvador/BA realizou-se uma análise estatística descritiva das principais características sociodemográficas e econômicas deles.

Relativo ao *gênero*, a maior parte dos entrevistados da cidade de Aracaju eram mulheres (55,8%), em seguida aparecem os homens (43,3%) e, por último, a opção outros (0,9%). Para os entrevistados de Salvador, as mulheres representaram 51,3%, seguido pelos homens com 47,9% e outros com 0,8%. Esses dados denotam que não houve uma diferença significativa no

número de homens e mulheres entrevistados e que a pesquisa conseguiu abranger opiniões de ambos os sexos.

Sobre a *faixa etária* dos entrevistados de Aracaju, 33% representaram indivíduos na faixa etária de 22 até 30 anos; com 21,4% ficaram ambas as faixas etárias: 19 a 21 anos e 31 a 40 anos; e a faixa etária de 41 a 55 anos representou 15,3% dos pesquisados. As menores faixas etárias foram: até 18 anos (4,2%), de 56 a 65 anos (3,7%) e mais de 65 anos (0,9%). Observa-se que a maioria dos pesquisados apresentaram ter entre 19 e 40 anos, representando 75,8% dos respondentes de Aracaju, o que denota indivíduos jovens e jovens maduros que, por estarem obtendo ou já terem estabilidade profissional, podem apresentar maiores interesses em viajar.

De forma semelhante aos entrevistados de Aracaju, para os pesquisados de Salvador, as faixas etárias mais citadas foram: de 22 a 30 anos (37,9%), de 31 a 40 anos (17,5%) e de 19 a 21 anos (16,7%). E as menos citadas representaram as faixas etárias de 41 a 55 anos (11,7%), de 56 a 65 anos (7,1%), até 18 anos (6,7%) e mais de 65 anos (2,5%). Observou-se que, para ambas as cidades estudadas, a maior parte dos pesquisados apresentaram a faixa etária de 22 até 30 anos, podendo ser um perfil de indivíduos a serem estimulados pelos destinos.

Tendo em vista a *renda média familiar*, a maioria dos entrevistados de Aracaju, indicou apresentar renda familiar até R\$ 2.000,00 (52,6%) e, em seguida, aparece a renda de R\$ 2.000,00 até R\$ 4.000,00 (27,4%). Apenas essas duas rendas juntas representam 80% dos respondentes, indicando que as rendas destes entrevistados não são elevadas.

Os pesquisados de Salvador apresentaram, em sua maioria, renda familiar acima de R\$ 2.000,00 até R\$ 4.000,00 (32,5%), em seguida aparece a renda acima de R\$ 4.000,00 até R\$ 6.000,00 (25%) e a renda até R\$ 2.000,00 reais representou 24,6% dos entrevistados. Nesse sentido, ao comparar a renda média familiar indicada pelos entrevistados das duas cidades, é possível observar que Salvador apresenta uma renda média familiar um pouco maior em relação aos pesquisados de Aracaju. Todavia, os dados do IBGE (2020) indicam que a renda média per capita de Aracaju, em 2010, era de R\$ 1.052,03 e de Salvador de R\$ 973,00 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2020), rendas muito próximas entre as cidades, apesar de, na pesquisa, os entrevistados de Salvador terem evidenciado uma renda maior do que os pesquisados de Aracaju, indicando baixas rendas em ambas as cidades.

O *estado civil* mais preponderante para os entrevistados de Aracaju foi o de solteiro, com 62,8%, enquanto o casado foi de 22,8%. Em Salvador, foram solteiros com 67,1% e casados com 18,8%. Nota-se perfis semelhantes para ambas as cidades, relativo ao estado civil,

aspecto que condiz com a faixa etária das duas cidades, de 22 até 30 anos. O que ocorre é que, muitas vezes, as pessoas têm um companheiro, mas não oficializada a união.

Verificando os dados sobre o *nível de escolaridade*, a maior parte dos pesquisados de Aracaju apresentam nível superior, com 48,8%, regular do ensino médio representa 19,5%, especialização 10,7%, e mestrado 8,8%. Dados indicativos de bons níveis de escolaridade, apesar de não terem apresentado rendas elevadas.

Os maiores níveis de escolaridade relativo aos entrevistados de Salvador se apresentaram da seguinte forma: superior (55%); regular do ensino médio (17,1%); especialização (8,8%); e mestrado (6,3%). Tais dados sugerem que, para ambas as cidades, a maioria dos entrevistados apresenta um bom nível de escolaridade, uma vez que prevaleceu o nível superior, apesar de apresentarem rendas baixas.

Relativo à *ocupação*, os entrevistados de Aracaju apresentaram como principais ocupações as seguintes funções: funcionário de empresa privada (29,8%); outra (20,9% - estudantes de graduação e pós-graduação); não aplicável (20,5%); e funcionário público (12,1%). Já os entrevistados de Salvador indicaram como principais funções: autônomo (24,6%); funcionário de empresa privada (24,2%); não aplicável (19,2%); outra (14,2% - estudantes de graduação e pós-graduação); e funcionário público (13,3%). Observando tais informações, verifica-se que a maioria dos entrevistados de ambas as cidades eram funcionários de empresa privada e, em seguida, evidenciou-se a opção não aplicável, que pode representar uma situação de desemprego.

Os pesquisados de Aracaju relataram que *permaneceriam na cidade* de Salvador por 2 a 4 dias (44,7%), 4 a 6 dias representou 20,9%, 1 a 2 dias 19,5% e acima de 6 dias 14,9%. De forma semelhante, a maioria dos entrevistados de Salvador disseram que ficariam em Aracaju por 2 a 4 dias (34,2%), 1 a 2 dias (25,8%), 4 a 6 dias (22,5%) e acima de 6 dias (17,5%). Esses dados, para as duas cidades, refletem o fato de os entrevistados não apresentarem rendas elevadas para permanecerem muitos dias na cidade e que, por essa razão, a indicação de atrativos customizados pode contribuir para uma especificação mais direcionada sobre os atrativos turísticos que venham a interessar estes indivíduos, podendo contribuir para a otimização do tempo e gastos financeiros.

Avaliando a *pretensão de gastos*, a maior parte dos entrevistados de Aracaju pretendiam gastar até R\$ 1.000,00 (55,8%), em seguida de R\$ 1.001,00 até R\$ 2.000,00 (27,4%) e de R\$ 2.001,00 até R\$ 3.000,00 (13,5 %). O somatório desses resultados reflete a

percepção de 96,7% dos pesquisados. Para os entrevistados de Salvador, os principais gastos se apresentaram da seguinte maneira: até R\$ 1.000,00 (47,9%); de R\$ 1.001,00 até R\$ 2.000,00 (30%); e de R\$ 2.001,00 até R\$ 3.000,00 (15%). Estes representaram, em conjunto, 92,9% das opiniões dos pesquisados. Observa-se, com tais informações, que tanto para os entrevistados de Aracaju quanto para os de Salvador a pretensão de gasto não é alta, o que corrobora, como anteriormente apresentado, com um perfil de baixa renda média familiar e uma necessidade de controle dos gastos, em que a customização pode auxiliar com a indicação de atrativos mais direcionados.

Referente a pergunta *com quem viajaria*, os pesquisados de Aracaju, em sua maior parte, viajariam com a família (35,3%), em seguida seriam com os amigos (26%), conjugue/companheiro (18,6%), sozinhos (17,7%) e outros (2,3%). Indicações semelhantes ocorreram para os pesquisados de Salvador, cujos dados foram: família (36,7%); amigos (27,1%); Cônjuge/companheiro (22,1%); sozinhos (13,8%); e outros (0,4%). Com um perfil predominantemente tendencioso a viajar com familiares, para ambas as cidades, os destinos de Aracaju e Salvador podem investir em atrativos turísticos e infraestrutura local, como hotéis e restaurantes, que atendam a este público. Praias, por exemplo, podem apresentar infraestrutura com áreas de lazer, atividades esportivas, disponibilidade de alimentação, entre outros.

Além das características gerais dos entrevistados de Aracaju e de Salvador, foram extraídas medidas descritivas (média, desvio padrão e coeficiente de variação) para as variáveis faixa etária, renda familiar, permanência na cidade e pretensão de gasto. Para os entrevistados de Aracaju, a média relacionada à *faixa etária* foi de aproximadamente 30 anos, com um baixo desvio padrão de 12,55 e coeficiente de variação de 40,99%, que indica uma moderada variação nas idades dos pesquisados em relação à idade média de 30 anos. A média de idade para os entrevistados de Salvador foi de aproximadamente 31 anos. O desvio padrão foi de 14,38, considerado baixo, e coeficiente de variação moderado de 46,11%, em relação à média de idade de 31 anos. Estes aspectos denotam que os entrevistados de ambas as cidades são jovens e que não houve uma grande variação entre as idades, podendo estes terem mais facilidade e interesse em buscarem informações turísticas utilizando a tecnologia da informação.

A média da *renda familiar* dos entrevistados de Aracaju foi de R\$3.239,53, e desvio padrão moderado de R\$3.678,55, com coeficiente de variação elevado de 113,55%. Ou seja, para os entrevistados de Aracaju, é perceptível uma grande variação da renda entre os indivíduos pesquisados, visto que o coeficiente de variação foi elevado. Os entrevistados de Salvador apresentaram renda média familiar de R\$4.614,58, superior aos entrevistados de


Aracaju. O desvio padrão foi semelhante ao dos entrevistados de Aracaju, ficando para os entrevistados de Salvador de R\$3.676,70, com coeficiente de variação de 79,67%, indicando uma variação nas respostas dos entrevistados de moderada a alta.

Relativo à *permanência na cidade*, os respondentes de Aracaju apresentaram que ficariam em média de 3 a 4 dias em Salvador, com desvio padrão regular de 1,85 e coeficiente de variação de 49,72%. Já os entrevistados de Salvador apresentaram uma média de permanência na cidade de Aracaju de 3 a 4 dias, desvio padrão moderado de 1,99 e coeficiente de variação moderado de 79,67%. Esses dados significam que, apesar de ter ocorrido uma variação maior entre as respostas dos respondentes, a permanência para ambas as cidades analisadas não é alta, o que pode resultar no interesse, por parte dos entrevistados, por atrativos turísticos que não requer muito tempo de visita e que estejam mais bem localizados dentro da cidade.

Sobre a *pretensão de gasto*, os pesquisados de Aracaju gastariam em média R\$1.160,46, com um desvio padrão moderado de R\$940,39 e coeficiente de variação elevado de 81,03%. De forma semelhante, os entrevistados de Salvador apresentaram uma média de gastos de R\$1.337,50 reais, desvio padrão moderado de R\$1.046,15 reais e coeficiente de variação elevado de 78,22%. Observa-se que a média das rendas são parecidas e que houve uma variação elevada nas respostas, o que representa diferenças significativas entre as rendas dos entrevistados. Ou seja, alguns dos entrevistados apresentaram rendas muito altas ou muito baixas. Este aspecto evidencia uma desigualdade de renda, o que repercute na atividade turística, pois indivíduos com rendas mais baixas tendem a não viajar ou a permanecerem poucos dias na cidade.

Tendo em vista as variáveis descritivas, relacionadas às características dos entrevistados (gênero, faixa etária, renda média familiar, estado civil, nível de escolaridade, ocupação, tempo de permanência na cidade, quanto pretende gastar e com quem estaria viajando), foi realizada uma regressão linear múltipla, considerando como variáveis dependentes os construtos Motivação e Valores. A referida regressão linear foi realizada considerando a customização dos atrativos turísticos via aplicativo turístico desenvolvido no estudo. Assim, para a verificação se houve relação entre as variáveis independentes e as dependentes, observou-se o nível de significância ou p-valor de 0,05.

Nas regressões, o valor 1 nas Tabelas 1 e 2, indicam a classificação que serviu de parâmetro comparativo para a estimação das outras variáveis. Pela Tabela 1 é possível perceber que, para os entrevistados de Aracaju, referente ao construto Motivação, para o aspecto com



quem viajaria o item *Cônjuge/companheiro* foi significativo ao p-valor de 0,05. Essa significância representa que há uma relação entre viajar com o *Cônjuge/companheiro* e a customização de atrativos turísticos vinculados a determinadas motivações dos indivíduos. Ou seja, quanto mais se viajar com o cônjuge/companheiro maior será a influência na intenção destes irem para o destino analisado, em que há a customização de atrativos turísticos.

Neste sentido, a customização de atrativos turísticos, para este perfil de visitante ou turista, favorecerá a experiência turística na entrega da dimensão de autenticidade ao nível de destino que começarão a influenciar a decisão de compra conforme é colocado por Cooper, Hall e Trigo (2011).

Tal aspecto e análise de tais perfis comportamentais é que permitem que determinados destinos turísticos enriqueçam as experiências que desejam proporcionar e que repercutem na necessidade de investimentos sobre atrativos turísticos que desejam ofertar. Além disso, segundo Ballina (2017) o atributo principal para entender a gestão de um destino deve ser a imagem transmitida e percebida. O destino se gera a partir das experiências dos turistas ao escolher e desfrutar dele.

Também para os entrevistados de Aracaju, a renda média familiar para o item *acima de R\$ 8.000,00 até R\$ 10.000,00* e o nível de escolaridade de *mestrado* foram significativos para o construto Valor. O que denota que indivíduos com renda *acima de R\$ 8.000,00 até R\$ 10.000,00* apresentam a intenção de ir para o destino de Salvador quando há a customização de atrativos turísticos, considerando os valores individuais deles e que pessoas que apresentam *mestrado* também possuem a intenção de ir para Salvador, quando os atrativos turísticos são customizados e relacionados aos seus valores individuais.

Dessa forma, observa-se que viajar com *Cônjuge/companheiro*, renda média familiar acima de R\$ 8.000,00 até R\$ 10.000,00 e nível de escolaridade relacionado ao *mestrado* são características que exercem influência sobre a “intenção de ir para o destino”, quando há a customização de atrativos turísticos para a cidade de Salvador. Esses perfis denotam nichos de mercado específicos, que podem ser trabalhados pelo destino turístico, buscando apresentar atrativos que interessem a estes públicos, gerando competitividade.

Tabela 1 - Valores dos parâmetros β_{ajd} e p-valor, Intervalo de Confiança da Regressão linear múltipla segundo categorias de análise para Aracaju.

Aracaju	Motivação		Valor	
	β_{ajd} (IC95%)	p-valor	β_{ajd} (IC95%)	p-valor
Gênero				
Feminino				
Masculino				
Outros				
Faixa Etária (anos)				
Até 21				
22 - 30				
31 - 40				
41 - 55				
mais de 55				
Renda Familiar (em reais)				
Até 2.000			1	
2.000 - 4.000			0,225 [-0,187;0,636]	0,285
4.000 - 6.000			0,508 [-0,300;1,316]	0,219
6.000 - 8.000			-0,183 [-1,352;0,986]	0,760
8.000 - 10.000			0,867 [0,090;1,644]	0,030*
Acima de 10.000			0,020 [-0,683;0,723]	0,955
Estado Civil				
Solteiro				
Casado				
União Estável				
Divorciado				
Outros				
Nível de Escolaridade				
Ensino Fundamental			1	
EJA/ supletivo fundamental			-1,093 [-3,869;1,684]	0,441
Ensino Médio			0,757 [-0,428;1,942]	0,212
Superior			0,849 [-0,311;2,009]	0,153
Especialização			0,808 [-0,443;2,059]	0,207
Mestrado			1,559 [0,285;2,833]	0,017*
Doutorado			0,361 [-1,123;1,845]	0,634
Ocupação				
Funcionário publico				
Funcionário privada				
Autônomo				
Dona de casa				
Não aplicável				
Outros				
Permanência (em dias)				
1 a 2				
2 a 4				
4 a 6				
Acima de 6 dias				
Pretende gastar (em reais)				
Até 1.000				
1.001 - 2.000				

2.001 - 3.000
acima de 3.000

Com quem viajaria

	1	
Sozinho		
Família	0,167 [-0,457;0,790]	0,601
Amigos	0,400 [-0,260;1,060]	0,236
Cônjuge/Companheiro	0,772 [0,057;1,488]	0,036*
Outros	1,178 [-0,315;2,672]	0,123

Legenda: B_{ajd} – Coeficiente da regressão ajustado. IC95% – Intervalo com 95% de confiança. * Significativo ao nível de significância p -valor < 0,05.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Com relação aos entrevistados de Salvador, a Tabela 2 sugere que a maioria das faixas etárias, para o construto Motivação, foram significativas. Estas faixas foram: 22 - 30 anos, 31 - 40 anos e de 41 - 55 anos. Os coeficientes de regressão destas variáveis foram negativos, o que significa que quanto maior a faixa etária dos entrevistados, menor será a influência da informação disponibilizada por aplicativos, relativa aos atrativos customizados incidirem sobre a intenção destas pessoas irem ao destino de Aracaju, considerando as motivações destes indivíduos. Também foi significativo, para os entrevistados de Salvador, sobre o construto Motivação, as viagens com cônjuge/companheiro e a opção outros. Estes resultados sugerem que viajar com o cônjuge/companheiro e outras pessoas, que não sejam amigos e familiares, influenciará na intenção deles em irem para a cidade de Aracaju, considerando os atrativos customizados e as motivações destes indivíduos. Dessa forma, a customização mais detalhada de atrativos exerce influência sobre tais características dos indivíduos em relação às faixas etárias intermediárias, e sobre o cônjuge/companheiro e outras pessoas (que não sejam amigos e familiares) que se deseja viajar. O construto Valor não apresentou nenhuma subcategoria significativa para os entrevistados de Salvador e, por isso, não aparecem na Tabela 2.

Verifica-se que, apesar das características dos indivíduos se diferenciarem sobre a influência na intenção de ir ao destino, de acordo com as cidades pesquisadas, é possível averiguar que viajar com cônjuge/companheiro (a) exerceu influência em ambas as cidades analisadas, sendo este um nicho de mercado que pode ser estimulado pelos destinos com atrativos mais customizados para este grupo proporcionando experiências turísticas.

Tabela 2 - Valores dos parâmetros β_{ajd} e p-valor, Intervalo de Confiança da Regressão linear múltipla segundo categorias de análise para Salvador.

Salvador	Motivação	
	B_{ajd} (IC95%)	p-valor
Gênero		
Feminino		
Masculino		
Outros		
Faixa Etária (anos)		
Até 21		1
22 - 30	-0,435 [-0,875;0,005]	0,054*
31 - 40	-0,530 [-1,052;-0,008]	0,048*
41 - 55	-0,857 [-1,449;-0,265]	0,005*
mais de 55	0,054 [-0,571;0,680]	0,865
Renda Familiar (em reais)		
Até 2.000		
2.000 - 4.000		
4.000 - 6.000		
6.000 - 8.000		
8.000 - 10.000		
Acima de 10.000		
Estado Civil		
Solteiro		
Casado		
União Estável		
Divorciado		
Outros		
Escolaridade		
Ensino Fundamental		
EJA/ supletivo fundamental		
Ensino Médio		
Superior		
Especialização		
Mestrado		
Doutorado		
Ocupação		
Funcionário publico		
Funcionário privada		
Autônomo		
Dona de casa		
Não aplicável		
Outros		
Permanência (dias)		
1 a 2		
2 a 4		
4 a 6		
Acima de 6 dias		
Pretende gastar (reais)		
Até 1.000		
1.001 - 2.000		

2.001 - 3.000
acima de 3.000

Com quem viaja

	1
Sozinho	
Família	0,237 [-0,310;0,785] 0,396
Amigos	0,414 [-0,128;0,957] 0,136
Cônjuge/Companheiro	0,628 [0,064;1,192] 0,030*
Outros	3,381 [0,858;5,904] 0,009*

Legenda: B_{adj} – Coeficiente da regressão ajustado. IC95% – Intervalo com 95% de confiança.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Diante de tais dados observa-se que para que o destino apresente competitividade turística e se diferencie perante as demais localidades, faz-se necessário um gerenciamento e planejamento da sua oferta de atrativos turísticos que lhes conceda um posicionamento adequado, respeitando a comunidade local, os turistas e visitantes. Um destino turístico bem-sucedido reside no seu potencial para reduzir a sua substituição (HUDSON; RITCHIE, 2009) e atrair turistas e visitantes atendendo às suas expectativas.


A busca dos destinos turísticos deve ser na diferenciação e na maneira como irá lidar com as experiências turísticas proporcionadas aos visitantes. Ou seja, a sua personalidade, buscando a diferenciação e a autenticidade de atrativos, o que o torna distinto em relação aos demais (ZHOU; DENG, 2012).

Fontenelle (2017) explica que a base da experiência é oferecer ao consumidor “[...] aventura, perigo, excitação [...]” ou outras sensações. Dessa maneira, “[...] as pessoas buscarão ter mais experiências do que a posse das coisas” (FONTENELLE, 2017, p. 126).

O consumidor é, assim, visto como um indivíduo emocionalmente envolvido em um processo de compras em que o processo multissensorial e os aspectos emotivos são buscados e apreciados (LAROCCA, 2021). Assim, o desafio é mexer com o imaginário do consumidor cada vez mais emocional, atrelando a experiência ao serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais achados deste estudo, se evidencia que, para ambas as cidades, os entrevistados não apresentam rendas elevadas; há uma distribuição desigual nas rendas considerando as categorias; o tempo de permanência médio foi de 3 a 4 dias; a pretensão de gasto apresentou-se como baixo; e o interesse em viajar com a família se destacou. O que denota que atrativos e uma infraestrutura turística para receber familiares, que não demandem tempo e altos gastos, são os mais adequados para este perfil de entrevistados.



Ainda sobre o perfil dos entrevistados, ao ser realizada a regressão linear múltipla, tendo como variáveis dependentes os construtos Motivação e Valores, pôde se observar que para os entrevistados de Aracaju, há uma relação entre a customização de atrativos turísticos com a intenção de ir para o destino de Salvador quando: a viagem ocorre com o cônjuge/companheiro; há uma renda média familiar acima de 8.000 até 10.000 reais; e as pessoas apresentam nível de escolaridade com mestrado. O que significa que a customização de atrativos turísticos exerce uma maior influência sobre este nicho de mercado.

Para os entrevistados de Salvador, algumas faixas etárias foram evidenciadas, tais como 22 - 30 anos, 31 - 40 anos e de 41 - 55 anos, porém com um símbolo negativo, que indicou que quanto maior a faixa etária dos entrevistados menor será a influência da customização de atrativos turísticos sobre a sua intenção de ir para Aracaju. Tais resultados podem denotar que quanto mais jovem a pessoa é, maior passa a ser o seu interesse pela tecnologia e por atrativos customizados. Um outro aspecto pode abranger o fato do destino Aracajú não se enquadrar ao perfil desejado de visitação por parte deste nicho. Também houve o destaque sobre o construto Motivação, referente às viagens com conjuge/companheiro e a opção outros.

Dessa forma, os referidos perfis dos entrevistados podem favorecer a determinação de nichos de mercado específicos, havendo um maior esforço e investimento por parte dos destinos analisados. Produtos e serviç os poderão ser planejados e a sua qualidade enfatizada, com atrativos mais adequados e uma infraestrutur a turística e básica trabalhada. Neste sentido, os resultados indicam que a customização dos atrativos ou atrativos mais direcionado para estes perfis de consumidores contribuem para otimizar o tempo e os gastos financeiros. A tecnologia da informação auxilia nessa questão apresentando determinados atrativos ou destinos turísticos que sejam do interesse específico deste público.

Aplicativos turísticos, sites e outras tecnologias da comunicação e informação podem favorecer o processo da experiência turística, através da customização de atrativos turísticos que, conforme abordado, tem por intuito ofertar serviç os e produtos de acordo com as preferências dos consumidores (TORRES et al, 2018), podendo atender aos interesses e às necessidades dos turistas e visitantes de uma maneira mais direcionada e objetiva, visando auxiliar os mesmos em suas buscas por informações. Tais comportamentos individuais podem ser considerados, na oferta de atrativos turísticos, contribuindo para uma maior orientação e direcionamento sobre estes.

REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/aracaju_se. Acesso em 02 de abril. 2020.
- BALLINA, Francisco. J de La. B. **Marketing turístico aplicado**. Madrid: Esic Editorial, 2017.
- BATERSON, Jonh. E. G; HOFFMAN, Douglas. K. **Princípios de marketing de serviços: conceitos, estratégias e casos**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- BLACKWELL, Roger. D; MINIARD, Paul. W; ENGEL, James. F. **Comportamento do consumidor**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- FONTENELLE, I. **Cultura do consumo: fundamentos e formas contemporâneas**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2017.
- HAIR JR, Joseph. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6º edição. Porto Alegre: Bookman; 2009.
- HIRATA, Fernanda. A; BRAGA, Debora. C. **Demanda turística e o estudo sobre motivação**. Boa vista/ RR: Editora UFRR, 2017.
- IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/pesquisa/34/62873>. Acesso em 01 de Abril. 2020.
- HUDSON, S; RITCHIE, J. Branding a memorable destination experience. The case of brand Canada. **International Journal of Tourism Research**, Reino Unido, v. 11, n. 2, p. 217-228, 2009.
- LIMEIRA, Tânia M. V. **E-marketing: o marketing na internet com casos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- LAROCCA, Maria Teresa. G. **A influência do marketing de experiência no processo de decisão de compra dos consumidores de food truck (Hambúrguer) de Salvador**. Orientador: Rodrigo Ladeira. 2021. 321 f. Tese de Doutorado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, 2021.
- MATHIESON, Alister; WALL, Geoffrey. **Tourism: economic, physical and a social impact**. Essex: Longman, 1996.
- MENDES-FILHO, Luiz; CACHO, Andréa. Aplicativos móveis e turismo: um estudo quantitativo aplicado a Teoria do Comportamento Planejado. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 9, n. 2, 2017.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística**, 2007. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Disponível em: www.regionalizacao.turismo.gov.br. Acesso em 01 de abril. 2020.
- MORRISON, Alastair. M. **Marketing de hospitalidade e turismo**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MOWEN, J. C; MINOR, M. S. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

PAES, Taís. A. A. **Customização da oferta turística de destinos tendo em vista a intenção de escolha: um experimento com aplicativo**. Orientador: Rodrigo Ladeira. 2020. 317 f. Tese de Doutorado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, 2020.

SÁNCHEZ, David. G. **Social media marketing em destinos turísticos: implicaciones y retos de la evolución del entorno online**. Editorial UOC, 2017.

SÁNCHEZ-FRANCO, M. J; ROLDÁN, J. L. Web Acceptance and Usage Model: A Comparison between Goal-Directed and Experiential Web Users. **Internet Research**, Estados Unidos, v. 15, n. 1, p. 21–48, 2005.

SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2016.

SHETH, J. N; MITTAL, B; NEWMAN, B. I. **Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHWARTZ, Shalom. H. Are there universal aspects in the structure and content of human values? **Journal of Social Issues**, Reino Unido, v. 50, n. 4, p. 19-45, 1994.

TORRES, Cláudio. V; SCHWARTZ, Shalom. H; NASCIMENTO, Thiago. G. A teoria de valores refinada: associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva. **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2016.

TORRES, Edwin *et al.* Consumer-led experience customization: a socio-spatial approach. **Journal of Service Management**, Reino Unido, v.29, n.2, p. 2-6-229, 2018.

ZHOU, L; DENG, N. Exploring the role of tourism destination personality in destination branding: a review of destination personality research. **Service Systems and Service Management**. 9th International Conference on 2012. 2012.

CAPÍTULO 8

A BRINCADEIRA DO PEGA-PEGA E SUAS QUESTÕES DE GÊNERO

Alana Simões Bezerra
Lucas Bezerra Alves

RESUMO

A brincadeira do pega-pega favorece aprendizagens de consciência corporal, de criação de táticas, motoras e comunicativas e de equilíbrio emocional. De um modo geral, a brincadeira conhecida como pega-pega é um jogo de perseguição em que um, ou mais pegadores buscam pegar os fugitivos tocando-os. Estes, por sua vez, objetivam não serem apanhados. Há inúmeras variações que estabelecem os diferentes modos de perseguir e de fugir. Em todos há a presença do toque, quem for tocado, automaticamente vira o pegador ou vira gelo, neste caso o aluno deve ficar parado no lugar onde foi capturado. Esta pesquisa objetivou verificar as questões de gênero durante a brincadeira do pega-pega nas aulas de Educação Física. Os sujeitos foram crianças de ambos os sexos, do 5º ano, de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da cidade de João Pessoa - PB. Para levantamento dos dados foram utilizados questionário, protocolo de observação e vídeo etnográfico. Percebeu-se que as aulas realizadas pela professora não promovem a distinção de gênero, porém durante a brincadeira, os meninos se destacam pela agilidade, se aproveitando disso para tocar apenas em meninas, por causa da sua “fragilidade”.


PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Pega-pega, Brincadeira.

INTRODUÇÃO

O conceito de gênero está embutido no discurso social e político contemporâneo. Antigamente gênero era definido como a relação entre homens e mulheres, ou seja, tendo como sentido o termo “sexo”. Na atualidade isso seria um insulto às conquistas das mulheres e uma forma de bloquear o progresso futuro, pois o gênero não se limita ao sexo masculino, transcende a situação das mulheres e a análise da dominação masculina (OLIVEIRA, 1997).

A palavra gênero, segundo Scott (1995) é uma representação social da relação entre os sexos, mas que não é diretamente determinada pelo sexo nem está proporcional à sexualidade. Ou seja, uma definição mais sistêmica mostra que gênero opera como elemento estruturante do conjunto das relações sociais e como forma primária do significado que as relações de poder, e podem propiciar numa compreensão mais ampla das organizações sociais atualmente.

De acordo com a autora supracitada, gênero é uma categoria analítica, dando ênfase a raça e a classe, promovendo a inclusão destes na história e a adoção de um novo paradigma. Ela afirma que as relações de gênero não são fixas e variam dentro do tempo e além dele. O



gênero é formado pelo discurso, o discurso é um instrumento de orientação do mundo, mesmo se não é anterior à orientação da diferença sexual.

Para Gebara (2000), falar sobre gênero é discutir sobre o ser no mundo, fundamentado pelo lado biológico do ser humano, mas também, por outro lado, tem um caráter que vai além da fisiologia do corpo, que são os fatores culturais, históricos, sociais e religiosos. Conforme Santos (2012) a dualidade entre os sexos tem como base as diferenças biológicas da corporeidade e vem confirmar a dominação masculina gerando homens e mulheres pertencentes a mundos distintos, e, conseqüentemente a destinos e direitos diferentes.


Percebe-se que em algumas brincadeiras culturais existe a dominação masculina sobre a feminina, por terem mais agilidade, velocidade, e principalmente, mais força. Assim, algumas dessas características são observadas na brincadeira do “pega-pega”, tanto quando as crianças a realiza nas escolas quanto nas brincadeiras de rua entre meninos e meninas.

Este jogo apesar de todas as distinções tem um objetivo principal: de o pegador capturar os fugitivos e os fugitivos têm como meta escapar do pegador. Para que se alcancem esses objetivos os participantes precisam ter habilidades e capacidade como correr com velocidade, desviar com agilidade, coordenar os deslocamentos no espaço do jogo e fintar, que são as ações de fuga, é uma forma de o fugitivo se afastar do pegador.

Também, pode-se complicar a brincadeira aumentando o número de pegadores, para Freire (1997) existem variações do tipo de pegador, pode ser um pegador simples ou com ajuda, com corrente (várias crianças de mãos dadas), com ou sem mancha, com dois ou mais pegadores. Pode-se diminuir o tamanho do espaço onde está sendo realizado o jogo ou expandi-lo, pode também ser jogado na rua, no quintal de casa, na escola, é só ter um espaço mais amplo que a brincadeira começa. É um jogo ideal para se brincar ao ar livre.

De um modo geral, esta brincadeira consiste em dois tipos de jogadores, os pegadores e os fugitivos, estes devem evitar serem apanhados. Cada variação que se dá ao jogo tem uma forma diferente de se estabelecer como serão as regras e de como serão pegos, isto ocorre através do toque. Quem for tocado, automaticamente vira o pegador ou vira gelo, nesse caso o aluno deve ficar parado no lugar onde foi capturado.

Segundo Freud (1920), ao brincar, a criança é movida pelo desejo de poder fazer aquilo que o adulto faz. Ele afirma que tanto o brinquedo quanto o brincar são os melhores representantes psíquicos dos processos interiores da criança.



Desta forma, quando as crianças estão brincando, elas fantasiam e criam uma área de ilusão, a isto Winnicott (1975) chama de “espaço transicional ou potencial”, o qual se tornará a fonte das criações que irão acontecer as mais variadas formas simbólicas da cultura. Ou seja, quando a criança brinca ela cria e recria o seu mundo próprio.

Sabe-se que a brincadeira do pega-pega requer agilidade e velocidade para que o pegador (ou “o toca”) pegue um fugitivo e deixe a posição de pega; por isto, muitas vezes as meninas são perseguidas pelos menos meninos, alega-se que as meninas são mais lentas e mais frágeis. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo verificar as questões de gênero durante a brincadeira do pega-pega nas aulas de Educação Física.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo exploratória e abordagem pesquisa qualitativa, que segundo Richardson (1989), além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.


Foram investigadas 24 crianças, sendo 12 do gênero masculino e 12 do gênero feminino, entre as faixas etárias de 10 aos 12 anos de idade, do 5º ano (4ª série) do ensino fundamental, do turno da tarde. A pesquisa foi realizada na Escola pública da cidade de João Pessoa – PB.

Para observação direta foi utilizada uma câmera digital para filmagem e fotografia dos alunos, favorecendo assim uma melhor observação dos objetivos deste trabalho. As observações seguiram um protocolo (roteiro) de observação, este continha os aspectos a serem observados no momento da brincadeira do pega-pega.

Também foi elaborado pelos pesquisadores, um questionário simples, para que os alunos respondesse sobre as brincadeiras que realizava na escola e sobre as questões relacionadas ao gênero.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, tendo como número de protocolo: 0193. Foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que os responsáveis pelas crianças autorizassem a participação, bem como, um Termo de Assentimento do Menor para ser assinado pelas crianças.

Após a aprovação, pôde-se iniciar efetivamente a coleta de informações na escola. Foi utilizado o termo efetivamente. Primeiramente, foi realizada uma reunião com os responsáveis das crianças na escola para explicar do que se tratava a pesquisa e esclarecer dúvida.



Em seguida, a pesquisa teve início com a coleta dos dados, estes foram observados durante as aulas de Educação Física, mais especificamente, durante a realização da brincadeira do pega-pega. Foram realizadas oito observações de aulas (duas aulas por semana) para análise do objetivo deste estudo.

Para realizar as observações, utilizaram-se elementos da etnografia, que de acordo com Geertz (1989, p. 15) “praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informações, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário...”. Com isto, as aulas de educação física, foram observadas e as informações ficaram reunidas em um diário de campo (protocolo de observação), tendo como objetivo documentar, monitorar e encontrar o significado da ação.

Já os questionários foram respondidos pelos alunos da sala de dança da escola, um aluno por vez para que nenhuma resposta pudesse influenciar.


As informações foram analisadas a partir da técnica de Análise de Conteúdo, pois se tem o objetivo de garantir a descoberta dos significados dos aspectos e fenômenos da vida dos indivíduos. Para Bardin (2002, p. 27) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Seguiu-se o modelo de análise de conteúdo que se organiza em três fases: a primeira é a pré-análise, esta etapa possui três missões: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. A segunda fase consiste na exploração do material, ou seja, é a sistematização das decisões tomadas. Já a terceira fase é a do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, nela os resultados serão tratados de forma a serem significativos e válidos (BARDIN, 2002, p. 89).

E os dados foram tratados conforme literatura sobre as questões de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Brincar corrobora para a autoestima e a interação das crianças, resultando em situações de aprendizagem, fazendo com que as crianças compreendam o mundo e suas possibilidades de criatividade. “É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self)” (GOMES-DA-SILVA, 2007, p. 93).



De acordo com Freire (1997, p: 119), as brincadeiras no ambiente escolar, mais especificamente nas aulas de Educação física, é uma forma de ensinar conteúdos aos alunos, tornando-se assim, um instrumento pedagógico, ajudando a cumprir o papel social que a criança desempenhará no futuro.


Percebeu-se com as observações, que nas aulas de Educação Física desenvolvida na escola não tem caráter sexista, na qual meninos e meninas são separados com atividades ditas “de meninos” e as meninas nas “atividades de meninas”. “A gente faz as aulas todo mundo junto, as meninas e os meninos!” (Indivíduo 5).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino da Educação Física deve promover igualdade de gêneros, possibilitando que todos participem sem exclusão ou separação. Sendo assim, percebe-se que na turma do 5º ano, não ocorre o sexismo (separação de gênero), todos têm ótima relação com os colegas sem haver discriminação de raça, gênero e nível social. Podendo entender que o contexto social em que vivem faz com que tenham um bom convívio entre meninos e meninas, e entre alunos e professora (BRASIL, 1999).

No que se refere a interação social e às diferenças de gênero durante as brincadeiras, algumas diferenças e semelhanças foram encontradas com relação ao tipo de brincadeiras que elas mais gostam de brincar. Quando perguntado no questionário quais as brincadeiras que mais gostam de realizar, os meninos em sua maioria disseram que preferem esportes (futebol e vôlei) e também alguns pega-pegas. Já as meninas, algumas gostam das atividades desportivas igual aos meninos e outras preferem baleado, pular corda, e também o pega-pega. Nessa série tanto as meninas quanto os meninos gostam de realizar jogos desportivos. Desta forma, percebe-se que a brincadeira do pega-pega foi citada tanto pelos meninos quanto pelas meninas como a que mais gosta de realizar nas aulas de Educação Física. “Eu gosto do pega-pega porque a gente corre muito” (Indivíduo 10).

Segundo Badinter (1993) os esportes que envolvem competição, agressão e violência são considerados a melhor iniciação à virilidade, porque é nesse ambiente que o menino ganha seu status de macho.

Silva (2016) mostra que as meninas, de uma forma geral, normalmente gostam de brincar de salão de beleza, desfile, dança e representar a mãe nas tarefas domésticas. Já os meninos gostam de jogos de encaixe, carrinhos e aquelas brincadeiras que tem representatividade voltada para a violência, que pode ser características vivenciadas no dia a dia.



Na brincadeira do pega-pega verificou-se que na maioria das vezes, quando os meninos são o pegador, eles tentam sempre pegar as meninas. Ao perguntar por que eles correm atrás das meninas, responderam que:

Por que é mais fácil! (Indivíduo 1)

Meninas são fracas, correm devagar (Indivíduo 2)

Por que as meninas não conseguem pegar ninguém. (Indivíduo 3)


Conforme o observado nas aulas de Educação Física dos alunos do 5º ano da escola desta pesquisa, nas aulas sempre é realizado brincadeiras juntos, seja ela desportiva ou por meio de brincadeiras. O brincar é uma ação espontânea e livre por parte das crianças, gerando uma atividade prazerosa e alegre. Elas estão sempre prontas para novas ideias de brincadeiras e quando estão jogando o pega-pega, a brincadeira é controlada por todos os jogadores, seja menina ou menino. “Mas, muitas vezes os meninos só quer mandar na brincadeira, só que todo mundo decide junto” (Indivíduo 20).

Por exemplo, na variação da brincadeira do pega-pega chamada “menino pega menina”, os meninos usam de suas habilidades e força para controlar a brincadeira e pegar as meninas para leva-las ao local onde elas não possam sair. Verifica-se aí, nesse instante da brincadeira, que as meninas são levadas a ficar trancadas e receber ordens dos meninos.

Mas, também ocorre a troca, “meninas pega meninos”, porém, conforme as falas das meninas “é muito difícil pegar os meninos, se junta todas as meninas e pega um menino de cada vez” (Indivíduo 17).

A representação da masculinidade é construída social e historicamente, é determinada pela religião, pela época, pela sociedade e o lugar de origem. Mas também, deve-se conhecer sobre o tempo vivido e a cultura. Por isso, de acordo com Lemos (2009) deve-se compreender a composição da masculinidade por meio da categoria de gênero, que é componente fundamental para se analisar tal fenômeno.

Desta forma, percebeu-se que na brincadeira do pega-pega, como a figura masculina é “superior”, sendo ela um “chefe” ou o “cabeça” que irá controlar as meninas, pegando, aprisionando e vigiando. A identidade da masculinidade e feminilidade se dá na imposição de superioridade. Para Bourdeau (2005) a dominação masculina e a submissão feminina podem ser compreendidas a efeitos duradouros e estipulados pela sociedade.



Ao se considerar o gênero com uma categoria que promove relações, e é preciso pensar em como articular com outras categorias durante as aulas de Educação Física, pois gênero, idade, força e habilidade formam um enrolado de exclusões vividas por meninos e meninas.

Para Altman (1999) as meninas são excluídas de jogos nas aulas de Educação Física não apenas por questão de gênero, mas também, por serem consideradas mais fracas e menos habilidosas. No caso da brincadeira do pega-pega, como se identificou nas falas dos alunos, as meninas não são excluídas, mas são as denominadas de “sexo frágil”, e por isso sempre são perseguidas.

Na sociedade, as conquistas esportivas estão relacionadas à velocidade, força e resistência, já a flexibilidade, o equilíbrio e a graça (estática) ficam em segundo plano, coisas de menina, como assim denomina-se socialmente. Ao observar a brincadeira do pega-pega fica definido como favorável aos meninos e colabora para a construção social da hegemonia masculina.

Sendo assim, quanto ao gênero, às crianças assumem papéis de acordo com os modelos apresentados em seu cotidiano. Pois se têm a ideia de que, cabem às meninas jogar baleado, brincadeiras de roda, brincadeiras mais delicadas. Já para os meninos são desenvolvidas atividades desportivas mais agressivas. Seria então, durante a brincadeira que as crianças começam a fazer distinções sobre o papel do gênero, que é imposto pela sociedade, de acordo com a cultura que está inserida.

As diferenças relacionadas ao gênero estão presentes praticamente em todas as sociedades, elas estão relacionadas às características físicas e nas formas de comportamento. Segundo Cordazzo (2003, p. 15), as diferenças de gênero são as psicológicas, ou comportamentais, que se estabelecem entre os sexos e abrangem a personalidade, a cognição, as habilidades e, como não poderia deixar de serem citadas as brincadeiras também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, percebe-se que a brincadeira do pega-pega, inserida no ambiente escolar, é considerada por quem brinca, uma brincadeira que beneficia os meninos por terem mais “habilidades” que os proporcione fugir mais rapidamente, desviar-se das tentativas das meninas de pegá-los e até mesmo pelo fato de conseguir pegar as meninas mais rápido.

As aulas não têm o caráter sexista, que divide as turmas em brincadeiras de menino e de menina. Característica essa que é importante, pois nas aulas de Educação Física da escola onde

se realizou a pesquisa, não há práticas discriminatórias entre os sexos, o que auxilia na construção de sujeitos masculinos e femininos.

Porém, a brincadeira propriamente dita, envolve as questões de gênero, pois ser mais ágil, “correr mais que as meninas”, levam o jogo do pega-pega a ser uma brincadeira para exaltação dos meninos. Assim, relacionar às questões de gênero a infância e as brincadeiras permite enxergar as várias maneiras de ser menina e de ser menino.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Marias (e) homens nas quadras: sobre a ocupação do espaço físico escolar. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n.2, p.157-173, jul/dez. 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BADINTER, E. X. Y. **Sobre a identidade masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDEAU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CORDAZZO, S. T. D. **Caracterização de brincadeiras de crianças em idade escolar**. 2003. 83f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2003.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.

FREUD, S. Mais além do princípio do prazer. In: **obras completas**. Trad: Dr. C. Magalhães de Freitas. Rio de Janeiro. Editora Delta S.A., 1920.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. São Paulo: vozes, 2000.


GEERTZ, A. A. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES-DA-SILVA, P. N. A brincadeira de dar susto e o jogo da convivência. In: GOMES-DA-SILVA, P. N.; CAMINHA, I. de O. **Aprender a conviver: um enigma para a educação**. João Pessoa: ed. Universitária UFPB, 2007.

MATTOS, M. G; JÚNIOR, A. J. R; BLECHER, S. **Metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigos e projetos**. São Paulo: Phorte editora, 2001.

OLIVEIRA, E. M. de. O gênero na saúde: auto-determinação reprodutiva das mulheres. **Mandrágora**, v. 4, n. 4, p. 17-26, 1997.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: atlas, 1989.



SANTOS, L. P. dos. Maternidade versus paternidade: um diálogo docente com corporeidade. In: HERMIDA, J. F.; ZOBOLI, F. **Corporeidade e Educação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, L. A. R. **Brincadeira possui gênero? O papel do professor na mediação da brincadeira na educação infantil**. 2016. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Universidade Federal do Paraná, Itambé-PR, 2016.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

CAPÍTULO 9

A IMPORTÂNCIA DA TELENOVELA COMO RECURSO PEGAGÓGICO NO RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES TRANS

Gabriela Maria Dutra de Carvalho

RESUMO


Este artigo apresenta uma parte dos resultados da minha tese de doutoramento que se trata de uma investigação, realizada no âmbito de Doutoramento em Ciências da Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho (Portugal), linha de pesquisa Tecnologia Educativa. Ele tem como objetivo socializar as análises feitas sobre as falas de estudantes de graduação de cursos de licenciatura da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sobre a importância das telenovelas brasileiras como recurso pedagógico para se trabalhar com temáticas relativas à sexualidade humana. Neste texto traz-se as reflexões feitas sobre as cenas veiculadas na telenovela denominada A Força do Querer¹⁸, na Rede Globo de Televisão, a respeito de um tema de alta relevância para o processo de formação de professores em educação sexual: identidade de gênero. Revela a importância das telenovelas sobre o processo de conscientização social e educacional o que pode contribuir para que seres transgêneros sejam mais aceitos nos espaços formais de aprendizagem, pelas famílias e pela sociedade em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; Transgêneros; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Como professora e educadora, ciente de que todos somos seres sexuados e de que, nos diversos momentos históricos da humanidade, houve formas sistemáticas, voluntárias, assistemáticas, involuntárias, conscientes, formais e informais sobre como trabalhar assuntos referentes à sexualidade, aprendi e enfatizo a importância de se ouvir o que os alunos e alunas

¹⁸ *A Força do Querer* é uma telenovela brasileira produzida e exibida pela TV Globo de 3 de abril a 21 de outubro de 2017, em 172 capítulos. Escrita por Glória Perez, a novela tratou de temas polêmicos como transexualidade, identidade de gênero, tráfico de drogas. A direção foi de Cláudio Boeckel, Davi Lacerda, Fábio Strazzer, Luciana Oliveira, Allan Fitterman e Roberta Richard, com direção artística de Rogério Gomes e direção geral de Pedro Vasconcelos. Contou com a participação de Juliana Paes, Emilio Dantas, Rodrigo Lombardi, Paolla Oliveira, Marco Pigossi, Isis Valverde, Fiuk e Carol Duarte. Essa novela foi reprisada em edição especial no ano de 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/A_For%C3%A7a_do_Querer>.



têm a dizer e quais interesses eles têm sobre o tema. Nesses diálogos, os valores éticos e morais dos jovens devem ser respeitados.


A ideia de trabalhar com temas relativos à sexualidade com futuros professores e professoras, apoiada pelos recursos tecnológicos da televisão e nela o gênero telenovela, justifica-se, pois se sabe o quanto esse tema é importante e necessário, mas negligenciado nos espaços formais de aprendizagem.

Santos (2011) e Freitas (2014), em suas teses de doutoramento, em um trabalho de campo com professores portugueses e brasileiros revelam que tanto em Portugal como no Brasil, mesmo com respaldo de legislações que formalizam o trabalho com educação sexual nos espaços de aprendizagem, há uma lacuna na formação inicial e continuada nessa área do conhecimento. Tal fato faz com que professores e professoras sintam-se inseguros para realizar um trabalho intencional e planejado com educação sexual. Certamente que qualquer que seja a reação diante das manifestações sexuais dos alunos e alunas, mesmo quando se calam, esses profissionais estão educando sexualmente, muitas vezes impondo suas verdades, não raro, baseadas em rígidos princípios religiosos.

Também nas mais variadas pesquisas lidas no percurso de investigação sobre educação e sexualidade acontecidas no Brasil, observou-se a falta de formação inicial e continua nesta área de conhecimento nos mais variados cursos que preparam pessoas para atuarem em sala de aula, o que fragiliza o trabalho sistemático e intencional com educação sexual nos espaços educativos.

Diante desse contexto acredita-se que grupos denominados minoritários e diferentes, os transgêneros, em uma sociedade heteronormativa, enfrentam sérios problemas de exclusão nos espaços formais de aprendizagem, devido ao desconhecimento de muitos profissionais da realidade de pessoas não cisgêneras.

Sabe-se que há uma lacuna, nos currículos de graduação assim como na formação continuada, de disciplinas e cursos que abordem a diversidade sexual e identidade de gênero. Com isso observa-se que, a partir das relações de poder que se estabelecem em nos espaços formais de aprendizagem, a identidade de gênero se constrói e esse processo, certamente, acontece articulado a outras representações nas quais as divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gêneros se apresentam implicadas e historicamente afirmadas. Como afirma Louro (2000, p. 77), a escola se configura “[...] como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para formação de



meninas e meninos, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero.

Dentre os nomes de estudiosos *Queer*, e que se destacam nos estudos de gênero, Judith Butler (1999) é uma das mais importantes referências. Em sua obra, denominada *Problemas de Gênero* (Butler, 2018), concebe o *gênero* assim como o *sujeito*, como uma identidade construída *no e pelo* discurso; isto significa que o *gênero* é resultado de uma sequência de atos estabelecidos discursivamente, apoiados na matriz heterossexual que necessita ser constantemente reiterada. O poder do discurso é intrínseco à formação do gênero que, segundo a autora, cristaliza-se ou solidifica-se de tal forma que parece ter sempre existido ou ainda ser natural. Desse modo, “o gênero não está para cultura como o sexo para natureza; ele é também o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente *neutra sobre a qual* age a cultura” (Ibdem, p. 27).

Partindo da constatação de que as telenovelas são um gênero de entretenimento apreciado por um número significativo de lares e que as temáticas sobre sexualidade estão sempre presente em suas narrativas, revelando as mais diversificadas manifestações sexuais, este artigo traz um recorte de resultados obtidos na investigação supramencionada, referente as análises das falas de estudantes de licenciaturas, que participaram de um grupo focal, a respeito da importância das telenovelas no processo de educação sexual dos indivíduos, configurando-se como um objeto de aprendizagem em educação sexual. O recorte é referente às reflexões sobre cenas de uma personagem transgênero, por acreditar serem importantes para o conhecimento de todos: os que têm preconceito e discriminação contra essas pessoas e aqueles que lutam em prol de uma sociedade mais inclusiva que acolhe, respeita e valoriza todas as identidades de gênero.

O QUE SIGNIFICA IDENTIDADE DE GÊNERO?

Refere-se à experiência de uma pessoa com o seu próprio gênero.

Rodrigues (2016), em sua tese de doutoramento, denominada *Viagens Trans(Gênero) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica*, fez um levantamento dos vários conceitos para localizar e problematizar as transexualidades e as identidades *trans* e destaca que esses conceitos “podem conferir compreensão à realidade, mas as experiências concretas de vida das pessoas moldam e redefinem aqueles conceitos” (MISSÉ apud RODRIGUES, 2016, p. 40). Segundo essa pesquisadora, há diversas maneiras de se falar

sobre transexualidades, pois existem modos diversos de se compreender as normas de gênero e as suas rupturas.

As identidades de gênero não normativas nas sociedades ocidentais são construídas de acordo com o contexto social e histórico, o que ocasiona a coexistência de diferentes construções sociais, relacionadas com estas identidades.

As nomeações “transexuais”, “travestis”, “transgêneros” e “trans” estão direcionadas a pessoas que não se identificam com o sexo que lhes foi atribuído no nascimento. E as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi atribuído no registro de nascimento são comumente designadas (principalmente a partir do ativismo *trans*) como pessoas “cissexuais”, “cisgênero” e “cis”.

Existe ainda dificuldade em se definir o conceito de “transexual”, pois não há um consenso nem na comunidade científica, nem entre as pessoas que, de modos diversos, vivenciam experiências e/ou identidades *trans*.

A palavra transexual, no livro *Dicionário do Corpo*, organizado por Michela Marzano (2012), aparece no verbete transgênero, pontuando que o termo transexual não é uma categoria à parte do transgênero e sim uma variação do termo, visto que “[...] a transsexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo” (BENTO, 2008, p. 19).

Transsexualidade: Dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao ser informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização (BENTO, 2008, p. 183).

Para alguns autores, o “transexual” é a pessoa cujo sexo, designado no registro de nascimento, não corresponde ao gênero por ela eleito e deseja mudar o seu corpo por meio de procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos. Todavia, sabe-se que nem toda pessoa transexual faz essa modificação corporal. Isto supõe que se poderia denominar de transexuais as pessoas que consideram ser necessária a transformação no seu corpo, embora não a tenham feito por razões econômicas, de saúde ou por serem menores de idade (COLL-PLANAS, 2010).

Outros(as) autores(as) reforçam que para identificar uma pessoa como “transexual”, para além da não conformidade entre o gênero eleito e o sexo designado no nascimento, o desejo e a conseqüente mudança hormonal seriam “suficientes”, não sendo “necessária” a cirurgia de redesignação sexual (OLIVEIRA, 2010). Em suma, ao contrário do que se costuma pensar, o que determina a identidade de gênero transexual é a forma como as pessoas se identificam, e

não devido a um procedimento cirúrgico.

Jesus e Alves (2012, p. 10) apresenta um ponto de vista comum a especialistas e militantes sobre as diversas maneiras de viver o gênero. Destaca dois aspectos da dimensão denominada “transgênero” como sendo expressões diferentes da condição *trans*. A vivência do gênero pode ser assim considerada: “1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); ou como 2. Funcionalidade (representado por *crossdressers*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas)”.

Terminologias surgem e são usadas na caracterização e materialização dos corpos que estão por trás ou além das aparências físicas. Os conceitos mudam de acordo com cada momento histórico, épocas e conforme os contextos.

TÓPICOS ABORDADOS PELOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS

Da análise temática dos conteúdos levantados nos Grupos focais sobre as cenas de telenovelas sobre sexualidade resultaram os seguintes temas e subtemas: ser transgênero na sociedade heteronormativa: transfobia; ser transgênero em sociedade heteronormativa e questões legais: o uso do nome social; transexualidade e saúde; educação sexual e identidade de gênero: formação inicial e continuada). Neste texto trazemos as análises de cenas da telenovela *A Força do Querer* referentes à transexualidade por julgarmos serem reveladores de exclusão social e da educação dessas pessoas que apresentam identidade trans.

Telenovela: Importante fonte de informação sobre identidade de gênero

[...] a televisão é formadora de opinião, então é um espaço que a gente tem para estar provocando realmente essas discussões sobre sexualidade. A escola, apesar de tudo, sei que também é aquela coisa de contexto, mas de ainda conseguir de trazer os pais para perto, para conversar. Mas seria muito importante a gente conseguir abrir esse diálogo com cenas de telenovelas (Lala).

A televisão no Brasil é a mídia com o mais alto índice de audiência, dentre seus programas destacam-se as telenovelas que são transmitidas todos os dias, com exceção de domingo, e os temas sexuais são nelas veiculados por um longo período e debatidos nos mais variados espaços sociais. Isso permite que um tema seja pauta social o que ocasiona busca de informação e troca de conhecimento sobre o assunto. Assim foi com o caso da personagem **Ivana**, vivida pela atriz **Carol Duarte**, em *A Força Do Querer*, novela que, pela primeira vez, mostrou uma pessoa *trans* em seu processo de transição transexual ao longo de uma narrativa. Tal fato oportunizou que a população compreendesse a questão da identidade de gênero. Também foi possível mostrar que essas pessoas sofrem preconceito e discriminação os quais devem ser combatidos

Sabe-se que a escritora Glória Perez teve como inspiração para criar a personagem Ivana o homem trans brasileiro João Nery, psicólogo e escritor, autor do livro *Viagem solitária – Memórias de um transexual 30 anos depois*, lançado em 2011. Essa obra deu visibilidade para a realidade das pessoas *trans* e, mais especificamente, aos homens *trans*. João Nery morreu em 2018 e ficou conhecido como uma referência na luta pelos direitos humanos no país.

Fato incontestável é que essa telenovela teve uma boa aceitação pela sociedade brasileira. Os números de audiências diárias foram bem altos, pois o Ibope revelou recordes nesse sentido. Tal fato comprova a boa proposição do tema pela autora.

Isso confirma, conforme Martin Barbero (2004), que a comunicação se configura como uma mediação na qual o importante nas pesquisas não são os meios, mas as relações sociais que podem acontecer no processo de recepção da informação que se deseja transmitir por meio da temática abordada. Para o autor, a telenovela passa a ser parte de nós mesmos, uma representação direta do que vivemos, por meio de histórias e suas interpretações pelos atores.

Transfobia

As cenas das novelas mencionadas também proporcionaram discussão sobre transfobia que significa a aversão ao gênero da pessoa transexual. Segundo Rodrigues (2016), “[...] a maioria das pessoas *trans* declara ser heterossexuais, ou seja, se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas de outro gênero/sexo. No entanto, se uma pessoa *trans* for lésbica ou gay, aí neste caso, além de sofrer com a transfobia, também poderá ser alvo da homofobia ou lesbofobia” (Ibidem, p.13).

Realmente é uma coisa que não dá para entender, porque falta de conhecimento não justifica a violência contra essas pessoas. Então não sei o que realmente motiva, eu não acho que seja na verdade questão da ameaça. Eu já não acho que seja isso. Eu já acho que seja uma questão realmente individual, construção social, ambientes e coisas que vão proporcionando para essa pessoa, essas informações que ela entende como corretas ou não. E essa construção gera essa violência, ou não gera (Tati).

Acredita-se que os telespectadores, dentre eles educadores, ao assistirem às cenas de transfobia e também ao lerem e ouvirem comentários a respeito desse tema em outros meios de comunicação, poderão se motivar para uma busca de informações sobre dados de violência alarmantes contra seres transgêneros. E, com mais conhecimento sobre o assunto,

poderão trabalhar em prol de uma educação sexual emancipatória¹⁹ que respeite as diferenças e a diversidade sexual humana. É estarrecedor saber que o Brasil continua liderando o *ranking* dos assassinatos de pessoas *trans* no mundo, último relatório da *Transgender Europe (TGEU)*, instituição que monitora os casos de assassinatos de pessoas *trans* pelo mundo, o Brasil também se manteve em primeiro lugar entre as nações que mais assassinam pessoas trans em todo o mundo pelo 13º ano consecutivo. Tal realidade sugere urgência quanto a tomadas de medidas no combate à transfobia, seja sob forma de lei, seja por meio de um trabalho educativo nos espaços de aprendizagem.

Educação sexual e identidade de gênero

A sexualidade é um assunto que começou a ser discutido nos meios acadêmicos a partir dos estudos de Freud, no início do século XX, e Michel Foucault, na década de 1980. Porém, ainda hoje o trabalho com educação sexual é marcado por características normativas, principalmente por aspectos biológicos. Os pressupostos biomédicos ainda não foram superados e muitos estudos sobre educação sexual revelam que o tema sexualidade é explorado por um viés biológico, destacando-se quanto ao trabalho de informação sobre direitos reprodutivos, prevenção da gravidez na adolescência, sobre as doenças sexualmente transmissíveis e relações de gênero.

A abordagem de temas sexuais que considere a sexualidade como uma construção sócio-histórica e cultural, incluindo em seu escopo de análise a perspectiva da diversidade sexual e identidades de gênero, de forma transversal, ainda é muito incipiente. A identidade de gênero, assim como o tema orientação homossexual, durante muitos anos foram inviabilizados nos espaços escolares e, embora estejam mais visíveis, os profissionais da educação encontram muita dificuldade em lidar com crianças e jovens que fogem à heteronormatividade, especialmente com aquelas que apresentam a denominada **incongruência de gênero**.

¹⁹ A educação sexual, em uma perspectiva emancipatória, é aquela que nos permite compreender a dinamicidade, a complexidade e a riqueza da sexualidade humana. Ela não está isenta de normas e limites que constituem os sujeitos, mas é combativa a qualquer forma de preconceito e discriminação; é política e pedagógica, pois todos somos seres políticos e pedagógicos. Por meio dela procuramos olhar o ser humano como sujeito em construção e em busca de sua identidade. Visa combater sanções, pecados e medos; envolve as ciências e visa a superação do senso comum, constituindo-se uma ciência dialético-crítica. Faz parte de uma investigação de ordem histórica, antropológica e filosófica, prega o distanciamento. Por meio da educação sexual, percebe-se a Sexualidade como historicamente construída, pois não há educação sem uma completa, verdadeira e profunda reeducação da própria sexualidade, que leve à compreensão dinâmica e dialética de que somos constituídos como seres que desejam e são desejados. A sexualidade é uma dimensão dialética, portanto deverá ser trabalhada de forma planejada, humanizada, dinâmica, consciente e contextualizada (CARVALHO, 2019)

Conforme o trabalho de educação sexual, proposto nos PCNs, por meio dos Altman (2001, p. 584), denominados Temas Transversais:

Incitam a escola a, através de práticas pedagógicas diversas, construir e mediar a relação do sujeito consigo mesmo, de modo a fazer com que o indivíduo tome a si mesmo como objeto de cuidados, alterando comportamentos. Através da colocação do sexo em discurso, parece haver um complexo aumento do controle sobre os indivíduos, o qual se exerce não tanto através de proibições e punições, mas através de mecanismos, metodologias e práticas que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. De maneiras diversas, meninos e meninas também exercem formas de controle uns sobre os outros, bem como escapam e resistem a este poder. O dispositivo da sexualidade perpassa espaços escolares, instaura regras e normas, estabelece mudanças no modo pelo qual os indivíduos dão sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos e sonhos.

Todo(a) professor(a), querendo ou não, é um educador sexual, pois, num espaço de aprendizagem, todos nós manifestamos nossos desejos, nossa percepção de corporeidade, nossos valores, nossa identidade e orientação sexual, nossos conceitos e preconceitos. Ao dialogar ou calar diante das manifestações sexuais dos alunos(as), o(a) professor(a), querendo ou não, estará educando sexualmente.

A existência de crianças e jovens *trans* ainda é ignorada por muitos educadores que confundem identidade sexual com orientação sexual. Em nossas atividades extensionistas, é comum escutarmos relatos de professoras e professores sobre as dificuldades em lidar com esses casos. Percebe-se, em suas declarações, o desconhecimento dessa realidade e, muitas vezes, há afirmativas carregadas de preconceito e fundamentadas por princípios religiosos. Pessoas *trans* são atravessadoras de territórios e, no dia a dia da escola, rompem as fronteiras binárias e heteronormativas, estando submetidas as mais variadas formas de preconceito, discriminação e violência. Esses seres, vistos como *fora da norma, diferentes, anormais, abjetos*, são:

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes ou desviantes. Tal como atravessadores ilegais de territórios, como migrantes clandestinos que escapam do lugar onde deveriam permanecer, esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades. Acabam por ser punidos, de alguma forma, ou na melhor das hipóteses, tornam-se algo de correção. Possivelmente experimentarão o desprezo ou a subordinação. Provavelmente serão rotulados (e isolados) como “minorias” (LOURO, 2004, p. 87).

A questão da identidade de gênero só é discutida nas escolas quando há a presença de professores, alunos ou outros profissionais *trans*, fato que não é muito comum nesse contexto. Há dificuldades de se abordar o tema entre professores(as) e alunos. Isso acontece por falta de conhecimento da maioria dos profissionais da educação sobre as identidades não-binárias. Como declaram participantes do GF:

Porque as pessoas ficam tão incomodadas com o diferente? Na verdade, tem essa resposta, porque elas são ensinadas que o diferente pode ser corrosivo para elas. Pode ser uma ameaça. Ah, se aquela pessoa é diferente ela pode estar invadindo o meu território, é uma coisa bem animal de o diferente ser uma ameaça. E não é. Então, quando a gente traz essas questões para a escola, a gente está mostrando que é diferente, mas não é algo que vai te fazer mal. É diferente, mas é do outro, e o outro merece respeito. Todos nós merecemos respeito. Assim como eu quero respeito, eu quero o respeito ao meu espaço, a minha religião, ou não religião, ou o meu direito de ir e vir, o outro também merece esse respeito. Não é porque ele é diferente de você que ele não merece ter os mesmos direitos (Brena).


Formação inicial e continuada

Sabe-se que o trabalho intencional e regular de educação sexual ainda não acontece de forma sistemática no cotidiano das escolas, pois há lacunas nos currículos de formação inicial e continuada sobre sexualidade. Assim sendo, os educadores em geral, embora lidem diariamente com a diversidade sexual e de gênero, assim como com as mais variadas manifestações sexuais de seus alunos(as), apresentam dificuldades e insegurança para dialogar sobre essas questões. A “nova” reforma da Base Nacional Comum Curricular desfavoreceu ainda mais o debate sobre as categorias orientação sexual e identidade de gênero, reduzindo o diálogo sobre o tema às DSTs, a AIDS, aos métodos contraceptivos e a gravidez indesejada, em um pequeno espaço do currículo de ciências do oitavo ano do Ensino Fundamental.

Conforme Leão e Barwinski (2018, p.67), a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, surgiram barreiras para afirmação da igualdade de gênero na escola. Esse conjunto de obstáculos ao direito humano à educação traz as seguintes modificações:

(i) recuo da expressão textual sobre gênero, identidade de gênero ou orientação sexual nos planos de educação e logo a afirmação de que o debate nas escolas se tornou “proibido”; (ii) aprovação de planos municipais de educação que proíbem expressamente os debates sobre gênero e sexualidade; (iii) apresentação de projetos de lei que buscam uma escola livre de “doutrinação ideológica”; (iv) difusão de um modelo de notificação extrajudicial para que familiares ou responsáveis “desautorizem” a participação de estudantes em atividades sobre gênero na escola.

Nesse novo cenário, o texto do PNE, relativo à diversidade sexual e identidade de gênero, que era mais inclusivo, foi substituído por um texto mais amplo, por forte influência



daqueles que argumentavam que estava sendo implantada a “ideologia de gênero”²⁰ no país. Assim, o PNE, de acordo com o Relatório Igualdade de Gênero e Liberdade de Expressão na Educação Brasileira (2017), ao invés de afirmar “[...] a promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, adotou “todas as formas de discriminação” como um dos objetivos das políticas de educação para os próximos dez anos” (p. 57).

Em luta pelo combate à “ideologia de gênero” surgiram estratégias contrárias às propostas curriculares, até então existentes, que se caracterizavam por serem não sexistas, antirracistas e não discriminatórias. Também, motivados pela campanha contra “ideologia de gênero”, foi criado o Projeto de Lei denominado “Escola Sem Partido”²¹. Esse projeto refere-se a projetos de leis criadas por políticos que atuam no legislativo e têm por objetivo identificar práticas consideradas “doutrinação” na escola e definir o currículo escolar. Visa estabelecer regras para o professor sobre o que ele pode ou não falar dentro da sala de aula, para se “evitar” uma possível doutrinação ideológica e política. Propõe que sejam colocados cartazes nas salas de aula, esclarecendo quais os deveres do professor. Alguns desses deveres são: “o professor não pode demonstrar suas opiniões sobre qualquer que seja o tema; não deve estimular os alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas e propõe que a educação moral seja ensinada com base naquela que os pais dos alunos achem a mais correta. Essa restrição ao trabalho de educação sexual, contemplada no PNE, foi acirrada, após a eleição do Presidente Jair Bolsonaro que é uma pessoa considerada, por suas declarações na mídia, racista, sexista, homofóbica e influenciado por princípios religiosos da bancada evangélica. O Brasil está passando por situações que revelam um total retrocesso democrático.

Assim sendo, muitos membros de sua equipe de colaboradores atuam de forma a combater o trabalho com a diversidade sexual e identidade de gênero nas escolas e universidades. E, diante dessa realidade, certamente, projetos pedagógicos voltados para o trabalho de formação inicial e continuada em educação sexual para professores, que haviam

²⁰ A expressão “ideologia de gênero” é empregada para fazer referência a um conjunto de estudos sobre relações de gênero que se inserem nas ciências sociais, como tal, não são nem de domínio marxista, nem de domínio comunista ou de domínio dos movimentos de mulheres ou LGBTQIA+, embora mantenha uma relação próxima com esses movimentos sociais. Fonte: Leão e Barwinski (2018, p. 58).

²¹ Projeto Escola Sem Partido: Projeto de lei n. 867 de 2015 (Do Sr. Izalci). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1317168.pdf>>.

ganhado reconhecimento nas administrações anteriores, não vão ser estimulados ou até mesmo reconhecidos.

Ressalta-se que os que militam contra a denominada “ideologia de gênero” desconhecem as teorias de gênero e os direitos humanos. Ignoram que identidade de gênero é uma questão que deveria ser destacada nos estudos sobre gênero e sexualidade, pois refere-se à pluralidade de expressões do corpo que pode ser tanto a norma heteronormativa binária ou ser uma expressão não hegemônica. É nesse segundo aspecto que a identidade de gênero é um dos termos mais rejeitados, pois há a noção equivocada de se convencer que não existe homem e mulher ou convencer terceiros sobre qual prática ou expressão sexual é a melhor na sociedade (LEÃO, 2017). Além dessa realidade equivocada, que provocam emoções, as expressões de gênero não hegemônicas incomodam ao desafiar padrões de masculinidade e feminilidade ditos como tradicionais e com autoridade.


Todo(a) educador(a), necessariamente, convive com seres que possuem orientação sexual e identidade de gênero diversas, portanto é mister que se busque informações e se construam conhecimentos para que as pessoas possam rever seus próprios preconceitos e consigam lidar com a diversidade humana em prol de uma sociedade mais cidadã. E nesse processo de busca de conhecimento, destaca-se a importância de os meios de comunicação levarem à sociedade temas que, até então, eram pouco explorados e até mesmo invisíveis para sociedade. A telenovela *A Força do Querer*, ao trabalhar com o tema identidade de gênero, suscitou o debate sobre o assunto e fez com que muitas pessoas refletissem sobre a importância de saber lidar com a diversidade sexual do ser humano. Isso não significa que, também, tenha sido alvo de crítica da turma mais conservadora que acha desnecessário mostrar aquilo que não se quer ver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esse artigo trago as repostas dadas pelos membros dos GFS no último encontro às seguintes perguntas:

Para finalizar, vou retomar uma pergunta que nós fizemos em todos os encontros. Trabalhar com cenas de telenovelas é efetivo num processo de construção e reconstrução da sua educação sexual e, conseqüentemente, também da comunidade de educadores e alunos? (Coordenadora).

Então a gente pode dizer que o conteúdo que a novela apresenta pode ser utilizado como instrumento pedagógico que pode conscientizar alunos, alunas e educadores e educadores da importância do respeito às diferenças humanas? Vocês concordam com isso?(Coordenadora).



As respostas de todos os participantes foram que sim. Certamente as turmas que compunham os GFs eram formadas por pessoas que possuem interesse em desenvolver um trabalho de educação sexual de forma emancipatória e desejam rever seus preconceitos e crenças a fim de construir com um mundo melhor e mais igualitário, no qual as pessoas não sejam proibidas nem violentadas por serem o que realmente são. Não houve a presença de pessoas contrárias ao trabalho de educação sexual nas escolas. Por outro lado, grupos ultraconservadores, defensores da **Escola sem partido** e contra a denominada “ideologia de gênero” se manifestam contrários ao trabalho de educação sexual nas escolas. Entre essas pessoas, muitas delas procuram explicações para manifestações sexuais nas doutrinas religiosas e que vão de encontro aos pressupostos científicos. Esse tipo de pessoa não foi representada nos grupos que aceitaram participar como sujeitos desta pesquisa, porém, em nossos encontros com os alunos e alunas, é comum encontramos defensores de conceitos bíblicos para entender questões relativas ao sexo e à sexualidade, sempre na perspectiva binária de bem e mal, certo e errado, corpo e alma, homem e mulher. E, muitas dessas pessoas, após os estudos feitos nas disciplinas cujos conteúdos tratam de educação e sexualidade, relativizam suas convicções e outras as mantêm. O importante é que lhes foi mostrado o que a ciência preconiza sobre as mais variadas manifestações da sexualidade humana. Ao trabalharmos com educação e sexualidade não estamos doutrinando, mas sim oportunizando ao discente a ter consciência de que, como afirmava Freire, “toda educação é política, não é neutra”, pois necessariamente implica princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade. E nesse processo de conhecimento de si o educador, ao ouvir falar sobre temas sexuais veiculados nas telenovelas ou assisti-las, tem a oportunidade de refletir sobre sua formação em sexualidade, rever ou reafirmar seus preconceitos e tabus em relação às questões de sexualidade que fogem ao padrão heteronormativo. Os questionamentos e comportamentos dos alunos(as) a respeito da diversidade sexual e identidade de gênero estão cada vez mais presentes e, ao abordarem esses temas, a telenovelas provocam um maior interesse sobre o assunto. Diante disso o educador não poderá ser neutro nem se omitir a trocar conhecimentos com os alunos. Tem que dialogar embasado pelo conhecimento científico, respeitando sempre os valores e princípios que o educando traz de seu contexto familiar. Cabe ao aluno escolher qual caminho trilhar. Assim estará educando na perspectiva emancipatória, pois “Ensinar exige disponibilidade para o diálogo”. Como professor não devo poupar oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que me comporto ao discutir um tema, ao analisar um fato, ao expor minha posição em face ... **às questões relativas às sexualidades** [grifo nosso] (Freire, 2007, p.135).

As telenovelas, assim como outros recursos audiovisuais (filmes, vídeos e documentários), possuem um potencial educativo sobre sexualidade e podem e devem ser usadas como recurso pedagógico em projetos de educação sexual a serem realizados em espaços formais e não formais de aprendizagem, “pois atingem um enorme público e tem o poder de informar e formar, mas essas informações têm que ser corretas e isso é excelente” (integrante do GF). Nelas muitos jovens, crianças e adultos se veem representados e passam a se compreender melhor. E neste contexto é de extrema relevância o papel do(a) professor(a) que deverá ter uma postura de não julgamento, mas sim de esclarecimento provido de fundamentação científica. Assim agindo, esse(a) estará educando para emancipação e cidadania.

Esses temas e as considerações feitas pelos membros do GFs revelam o quanto o trabalho com telenovelas proporciona de informações que geram conhecimentos sobre sexualidade e educação sexual. As telenovelas podem ser utilizadas como recurso pedagógico nos trabalhos de educação sexual com alunos. Os(as) alunos(as) dos GFs aprenderam, ensinaram e refletiram sobre sua formação sexual, assim como esta pesquisadora. Nesta análise, constatou-se que os objetivos das pesquisas foram contemplados.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. 2a ed., vol.9, pp. 575-585) Revista Estudos Feministas, Florianópolis: UFSC, 2001.

BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Brasil, Brasiliense, 2008.**

CARVALHO ,G.D. **Educação e mídias: as telenovelas e formação de professores em educação sexual.Tese. (Douramento em Educação)_ Universidade do Minho-UMINHO.2019**

COLL-PLANAS, G. **Indroducción. In M. Missé & G. Coll-Planas (Eds). El género desordenado:Críticas en torno a la patologización de la transexualidad, (pp. 15-25). Barcelona, Espanha: Egales, 2010a.**

FREITAS, D.L. **Blended Learning na Formação Contínua em Educação Sexual: um estudo com educadores de infância e professores do 1º.Tese. (Doutoramento em Educação) - Universidade de Lisboa –UL. Lisboa, 2014.**

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A Vontade de Saber. 5a ed., Rio de Janeiro/São Paulo Editora Paz & Terra, 2017.**

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREITAS, D.L. Blended Learning na Formação Contínua em Educação Sexual: **um estudo com educadores de infância e professores do 1º CEB.** Tese. (Doutoramento em Educação) - Universidade de Lisboa –UL.Lisboa. 2014

JESUS, J. G.; ALVES, H. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais.** Cronos, 11(2), 8-19, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>>.

LEÃO, I. V.; BARWINSKI, S. L. L. B. Direitos humanos e igualdade de gênero no Brasil: **tensões no direito à educação na ONU e OEA.** (v. 3, n. 8, pp. 56-70). In: **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.** São Paulo, Brasil: EDEPE, 2018.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2a ed., (T.T. da Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade.** 2a ed., pp.7-34 In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. **Viagens da telenovela: dos muitos modos de viajar em, por, desde e com a telenovela.** In: Lopes, M. I. (Org.). **Telenovela internacionalização e interculturalidade.** São Paulo: Loyola, 2004.

MARZANO, M. (Org.). **Dicionário do corpo.** Tradução de Lucia Pereira de Souza. São Paulo: Edições Loyola/Centro Universitário São Camilo, 2012.

MISKOLCI, R. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009.


MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos.** (2a ed., vol. 12, pp. 09-22.), Natal: UFRN, jul./dez. 2011.

MISKOLCI, R; PELÚCIO, L. Gêneros, sexualidades e mídias contemporâneas: do pessoal ao político. **Revista Estudos Feministas.** (1a ed., vol. 25, pp.263-268.) Florianópolis: UFSC, JAN./ABR. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00263.pdf>>.

NERY, J. – **Entrevista concedida à Revista Cult** – jun./2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/transfobia-e-misoginia-joao-nery/>>. Acesso em jul. 2021.

OLIVEIRA, J. M. **Orientação sexual e identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e querer.** In: NOGUEIRA, C. & OLIVEIRA, J.M. (Eds.), **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero** (pp. 19-44). Lisboa: CIG, 2010.

RODRIGUES, L. G. F. **Viagens trans(gênero) em Portugal e no Brasil: uma aproximação psicológica feminista crítica** (Tese de Doutoramento em Psicologia. **Porto, Portugal: FPCEUP da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2016.**



SANTOS, V. M. M. Pontes que se estabelecem em educação sexual: Um diálogo sobre a formação continuada e os saberes das práticas pedagógicas de professores no Brasil Portugal (tese de Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SUDRÉ, L. Assassinatos de pessoas trans aumentaram 41% em 2020. **Disponível em:** <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020>>. **Acesso em: jun. 2021.**

CAPÍTULO 10

O ENSINO DE HISTÓRIA E ACONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES

Anna Carolina Torezani Ronda Gianluppi

André Haiske

Arioli Domingos Dos Reis Helfer

Laionel Mattos Da Silva

Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad

RESUMO


O presente artigo é uma breve revisão sobre o Ensino de História e a construção das masculinidades. Ao longo do tempo, percebeu-se que não existe o termo *HOMEM* Universal, nem enquanto humanidade, nem enquanto masculinidade. Durante anos, acreditou-se que este termo representava a humanidade, os homens e as mulheres. Porém, de fato, o que este termo fez foi silenciar mulheres e quaisquer tipos de masculinidades não-brancas e desviantes. Esse *HOMEM* não faz alusão ao camponês, ao operário, ao presidiário, ao mendigo. O termo não representa aqueles que estão à margem da História e mergulhados no esquecimento. Esse indivíduo que está representado como “universal” é normalmente: branco, letrado, pertencente a elite ou às classes emergentes, heterossexual, que fez ou teve seu “nome marcado na História”. Mas e os outros homens? É necessário que a escola promova uma discussão sobre a construção das masculinidades, e como ela pode interferir nas relações sociais dentro e fora do ambiente escolar. E que cabe a nós, professores e professoras, romper com esses silenciamentos, sobretudo, das mulheres e dos homens que não se enquadravam à chamada *masculinidade dominante*.

PALAVRAS CHAVE: Ensino de História; Gênero; Masculinidade.

O ENSINO DE HISTÓRIA

Por muito tempo, a História (dita oficial), esqueceu de incluir em seus textos inúmeras pessoas que realmente fizeram parte dos fatos narrados. Essas pessoas foram “esquecidas”, porque, naquele momento, elas não tinham grande representatividade e também não eram tidas como importantes para a História. Essas pessoas eram mulheres, crianças e até mesmo homens (gays, negros, pobres, indígenas, de outras fés etc.) que foram propositadamente esquecidas por aqueles - geralmente homens brancos cristãos e heterossexuais - que redigiram a “História oficial” de seus reinos/países/cidades. Durante muito tempo foram os “excluídos(as) da História” (PERROT, 1988).

Por muito tempo, o que foi priorizado na academia e também nas escolas, foi uma História “fria”, sem a participação do povo, de pessoas comuns que fizeram e construíram a



sociedade. As narrativas eram centradas apenas na participação dos grandes heróis (excluindo, até mesmo, as heroínas).

Para Albuquerque Júnior (2017), o ensino da História e a escola surgiram para legitimar uma determinada classe social, a burguesia, que estava em ascensão após a Revolução Francesa. Assim, era necessário criar uma instituição no formato do Estado, para legitimar e valorizar a classe que estava ascendendo naquele momento. Era necessário, portanto, criar uma instituição na qual valorizasse os feitos da burguesia revolucionária, mas, ao mesmo tempo, era indispensável, controlar os mais pobres (classe proletária), para que não tivessem o mesmo anseio na tomada do poder.

Ainda na visão de escola como função normatizadora e legitimadora de poder, o sociólogo Pierre Bourdieu, define que a escola detém um capital simbólico, pois transforma interesses pontuais de pequenos grupos (a burguesia) como válidos para toda sociedade. Legitimando, assim, as diferenças e as desigualdades sociais.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 1998, p. 53)

Para Bourdieu, a escola além de não reconhecer a desigualdade social, ainda legitima a cultura dominante. Para ele, a escola, como instituição, apropria-se do que ele denomina de *capital cultural*:

A ordem preexistente, isto é, separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais preexistentes. (Ibid., p. 37)

Desse modo, as classes mais abastadas impõem sua cultura e poder frente às classes populares, legitimando-se. Negando, assim, a cultura dos menos privilegiados ou das minorias (hoje se pode citar: as crianças *trans*, homossexuais ou bissexuais, ou mesmo, a cultura feminina, dentro do currículo escolar).

No Brasil, inicialmente, o modelo escolar escolhido seguia a ideia de que a educação não era para todos(as), sobretudo para mulheres e para as classes mais pobres. Era uma escola voltada para uma elite branca e masculina. Durante o governo de Getúlio Vargas, o ensino de História nas escolas teve como principal finalidade a construção de uma identidade nacional,

Como a *genealogia da nação*, esta se iniciava com a História da formação de Portugal e os grandes descobrimentos, que incluíam o Brasil no processo civilizatório. Nas *Instruções Metodológicas*, que acompanhavam os Programas e orientavam os professores para o exercício de sua prática pedagógica, destacava-se a importância da História como um instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional. (ABUD, 1998).

Assim, a finalidade do ensino de História na escola era normatizar o comportamento da sociedade, legitimar um modelo de nação e levar a ideia de progresso a todo território brasileiro. A partir de meados do século XX, a escola que formava a elite precisou ser reinventada, pois necessitava atingir um novo público, logo, tendo uma nova finalidade.

Durante muito tempo, a História ensinada na sala de aula não contemplou *gênero ou mulher*, ou mesmo, a categoria *mulheres*. Tais estudos são, teoricamente, recentes e que ainda costumam a serem incluídos no ensino da disciplina. Especialmente, no ambiente escolar. Para as historiadoras Joana Maria Pedro e Rachel Soihet,

Acreditava-se que, ao falar dos Homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados neste termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284)

Assim sendo, não foram apenas as mulheres silenciadas da história, mas também os homens que fugiam do estereótipo do herói, aquele responsável pelos grandes feitos relatados na História enquanto disciplina escolar. Apenas a partir dos estudos de gênero é que se inicia, mais profundamente, o estudo sobre as masculinidades como um dado histórico e não como um fato biológico (CONNELL, 1995, p. 189).

Ou seja, para fazer parte da História ensinada na sala de aula era necessário possuir alguns atributos: *ser homem, branco, pertencer a elite, heterossexual e, se possível, cristão*. Se para os homens fora desses limites serem incluídos na História não foi fácil; as mulheres tiveram que lutar, ainda mais, contra esse silenciamento.

A História do Brasil foi marcada pela periodização dos fatos históricos e pela necessidade da criação de heróis nacionais por influência do modelo positivista de educação. E, claro, pelo esquecimento das heroínas. A partir da década de 1990, e o estudo de novas temáticas ao ensino de História se tornaram possíveis. Essas mudanças só ocorreram, por meio da influência historiográfica da 3ª Geração da Escola de Annales e da História Social Inglesa.

HISTÓRIA DOS HOMENS E A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES

A masculinidade não cai do céu; ela é construída por práticas masculinizantes, que estão sujeitas a provocar resistência [...] que são sempre incertas quanto a seu resultado. É por isso, afinal, que se tem que pôr tanto esforço nelas (Connell, 1990, p. 90).

Assim, como não existe o conceito Universal para *MULHER*, também não existe o *HOMEM* Universal, nem enquanto humanidade, nem enquanto masculinidade. Quando trabalhamos com o termo *HOMEM*, com a palavra escrita com as letras maiúsculas. Durante anos, acreditou-se que representava a humanidade, os homens e as mulheres. Porém, de fato, o que o termo fez foi silenciar as mulheres e quaisquer tipos de masculinidades não-brancas ou desviantes.

Esse *HOMEM* não faz alusão ao camponês, ao operário, ao presidiário, ao mendigo. O termo não representa aqueles que estão à margem da História e mergulhados no esquecimento. Esse indivíduo que está representado como “universal” é normalmente: branco, letrado, pertencente a elite ou às classes emergentes, heterossexual, que fez ou teve seu “nome marcado na História”. Mas e os outros homens?

Essa pergunta começou a ser respondida mais profundamente, a partir de 1970, com os estudos de gênero que se debruçaram sobre as clássicas contribuições da filósofa Simone de Beauvoir. Iniciou-se uma discussão sobre a construção social dos gêneros binários (masculino e feminino) em que se passou a questionar a naturalização dos papéis sexuais. Para Soraya Barreto Januário,

Até a década de 70, a identidade masculina era tida como naturalmente inerente ao sujeito. Com a entrada significativa das feministas no âmbito acadêmico, denunciando a opressão feminina e a dominação masculina, provocou também nos homens um interesse maior em investigar sua própria condição. Esta necessidade de analisar e explicar os papéis das mulheres e dos homens na sociedade levou à criação dos *Women's Studies* e posteriormente o *Men's Studies* (estudos sobre os homens, em analogia aos *Womens'studies* ou Estudos das Mulheres). O pensamento introduzido pelos *Men's studies* era o de descartar a tradicional análise do homem considerado como norma da humanidade. (JANUÁRIO, 2016, p.94)

A ideia desenvolvida pelo *Men's Studies* (estudos sobre os homens) era o de romper com a análise do Homem como norma da humanidade. Para Mary del Priore e Marcia Amantino,

Homens cuja masculinidade, longe de ser natural, foi socialmente e historicamente construída. Trata-se de uma história plural, na qual a masculinidade não é um dado “natural”, mas uma variável edificada de acordo com as diferentes temporalidades, áreas geográficas, diferenças de classe, religião e orientação sexual de cada um. De masculinidade confrontada com padrões de comportamento e representações do que era, no passado, ou é, no presente, “ser homem”. [...] Pois a história dos homens não é só feita de conquistas e atos heroicos, mas também de sofrimento, dores, humilhações que os condenam a sofrer calados: “bom cabrito não berra”. “Homem que é homem não chora”, dizem os provérbios populares! A deles, é a história de lutas

num ambiente material, tecnológico e econômico extremamente adverso. (PRIORE; AMANTINO, 2013, p. 10 e 11)

O Brasil se apresenta pioneiro, com a publicação de alguns dos primeiros estudos sobre o assunto. Nas décadas de 1920 e 1930, o sociólogo Gilberto Freyre, em seu livro *Sobrados e mucambos*, já diferenciava os costumes dos diferentes gêneros. Na obra, Freyre dá mais ênfase ao universo masculino demonstrando como as representações “do ser homem” são mutáveis de uma região para outra no Brasil (Ibid., p. 11).

Para a socióloga e antropóloga Karen Mary Giffin (2005), os primeiros estudos feministas, durante a década de 1960, recusaram os trabalhos e a participação de homens no movimento. Para muitas feministas, era necessário o veto porque, durante anos, as mulheres sofreram com a dominação masculina e as suas relações de poder.

Porém, aponta Giffin, os primeiros estudos sobre o gênero masculino nos EUA já aparecem no final da década de 1950 e início da década de 1960, os quais apontam os conflitos na construção da masculinidade hegemônica.

A entrada dos homens nos estudos de gênero, enquanto sujeitos históricos, situados num contexto baseado na crítica feministas, nos movimentos sociais da década de 60 e do movimento *gay*, representaram um contributo inestimável para a tentativa de desconstruir os elementos constitutivos dos papéis masculinos e femininos. Em suma, os discursos sobre o domínio masculino trouxeram discussões importantes sobre a identidade masculina e os problemas dos homens. (JANUÁRIO, op. cit., p.97)

Em 1990, o sociólogo Pierre Bourdieu, no livro *Dominação Masculina*, trabalhou com as forças e trocas simbólicas e relações de poder entre os gêneros. Nestas, as mulheres passam a ser um objeto de troca,

De mulheres como uma troca de mercadorias, têm em comum o fato de deixarem escapar a ambiguidade essencial da economia de bens simbólicos: orientada para a acumulação do capital simbólico (a honra), essa economia transforma diferentes materiais brutos, no primeiro nível dos quais está a mulher, mas também todos os objetos suscetíveis de serem formalmente trocados, em dons (e não em produtos), ou seja, em signos de comunicação que são, indissociavelmente, instrumentos de dominação.(BOURDIEU, 2019, p. 78-79)

Durante muito tempo, o estudo sobre a masculinidade foi dividido em duas vertentes: **a primeira (masculinidade dominante)**: o homem é representado como um indivíduo viril, que se utiliza da força física para conseguir o que deseja. Usa da violência para impor respeito e vantagem. Não pode demonstrar fragilidade (considerada uma característica feminina) para não perder o seu lugar de “dominador” na sociedade/meio em que vive.

Na **segunda (crise da masculinidade ou masculinidade vitimada)**: o homem apresenta características de sensibilidade, fragilidade e sofrimento, para os indivíduos que não se enquadram nas características de dominador.

A visão binária de masculinidade vem sofrendo alterações ao longo do tempo. Vários autores atualmente trabalham com as “**múltiplas representações das masculinidades**”. Como é o caso dos brasileiros Pedro Paulo de Oliveira, Durval Muniz de Albuquerque Jr, e a historiadora Maria Izilda Souza Matos.

De acordo com eles, a masculinidade é construída de acordo com o local em que se vive, a classe social a qual se pertence, às relações de poder, família, etnia, temporalidade, entre outros aspectos – para compreender como a masculinidade foi moldada em cada indivíduo. Para Maria Izilda,

Essa universalização impõe dificuldades de se trabalhar com a masculinidade, que varia de contexto para contexto, sendo, portanto, múltipla, apesar das permanências e hegemonias. Assim, sobrevêm a preocupação em desfazer noções abstratas de “homem” enquanto identidade única, a-histórica e essencialista, para pensar a masculinidade como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações, rastreando-a como múltipla, mutante e diferenciada no plano das configurações de práticas, prescrições, representações e subjetivações. (MATOS, 2001, p. 47)

Outra pesquisadora que trabalha com a construção e representação das *Masculinidades* é a australiana Raewyn Connell²². A socióloga aponta em seus estudos que a masculinidade deve ser estudada a partir da realidade e do meio em que o sujeito está inserido. Para ela,

Dois aspectos dessa complexidade são particularmente importantes para se pensar sobre a masculinidade. Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória. Devemos essa compreensão especialmente a Freud, que enfatizava a presença da feminilidade dentro da personalidade dos homens e da masculinidade dentro da personalidade das mulheres e que analisou os processos de repressão pelos quais essas contradições são tratadas. Mas ela surge igualmente em outros contextos. (CONNELL, 1995, p. 189)

Ainda de acordo com a autora, as masculinidades “são construídas através dessas formas, elas são também constantemente *re-construídas*. As masculinidades estão constantemente mudando na história.” (Ibid., p. 191). Para ela, o que chamamos de “masculinidade tradicional”, é um produto recente da historiografia, “um produto do mundo moderno”. Segundo Connell,

²² A cientista australiana Raewyn Connell foi registrada como Robert W. Connell ao nascer. Ela usou esse nome na publicação de seus primeiros estudos, muitos dos quais foram mais tarde republicados com o nome de R. Connell. Optamos por usar a atual designação da autora mesmo para seus trabalhos antigos, pelo que entendemos respeitar sua forma atual de identificação. Contudo, é preciso explicar que se trata de uma mesma pessoa em duas fases diferentes de seu trabalho, inicialmente como homem e, posteriormente, como mulher transgênera. Connell é professora catedrática da Universidade de Sydney e uma das mais importantes pesquisadoras mundiais do tema (ADELMAN, 2013).

O conceito de masculinidade é recente, possuindo algumas definições que o passaram a marcar. A socióloga ponderou, no entanto, quatro enfoques principais nos estudos da masculinidade: **o essencialismo, o positivismo, o normativo e o semiótico.**

O essencialismo definiu a masculinidade como um conceito universal baseado na sucessão biológica, ou seja, um núcleo do masculino universal, a masculinidade;

O positivismo definiu o masculino como uma estrutura única, baseada nas tipificações. Desta forma, é definida uma identidade padrão onde a masculinidade é o que os homens devem ser;

O semiótico definiu a masculinidade através de um sistema de símbolos diferentes no qual os espaços masculinos e femininos são contrastantes, sendo a masculinidade definida como o não feminino;

O normativo pretendia definir o que os homens deveriam ser, isto é, uma identidade padrão, apesar de dar conta de diferenças entre os indivíduos.

Connell advertiu que estas correntes de investigação não conseguem produzir um saber, uma ciência sobre a masculinidade, pois o conceito não pode ser percebido como um objeto coerente em prol de uma ciência generalizadora visto não ser estático nem imutável. (JANUÁRIO, op. cit., p. 106 e 107, grifo nosso)

Para Connell, a *masculinidade hegemônica* muda de acordo com o período e o local em que se vive, nem mesmo a globalização é capaz de replicar as representações de masculinidades em outros territórios periféricos. Sendo assim, tanto a construção como a *re-construção* das masculinidades, não é um processo mecânico, mas sim, dialético.

É possível que estejamos testemunhando agora, como resultado dessa interação global, a criação de novas formas de masculinidade hegemônica. As condições para a hegemonia estão mudando, com o crescimento do feminismo mundial, a estabilização de novas formas de sexualidade e a criação de uma economia global. O terreno de teste das novas formas é a globalização das finanças, a desregulamentação dos mercados e o crescimento de impérios empresariais fora do controle de qualquer governo e de qualquer processo democrático atualmente existente. A masculinidade que será provavelmente produzida nesse contexto é calculativa, **com uma abertura para a violência autoritária como uma forma de ação econômica; sensual, herdando os prazeres da masculinidade patriarcal, com muito pouco de controle cultural sobre a autogratificação; e uma falta de vínculo notável com relacionamentos de parentesco ou com relacionamentos locais, embora bastante capaz de nacionalismos locais**, nos casos em que esse nacionalismo possa trazer apoio político ou mercados a serem explorados. **Não existe razão alguma para suspeitar que o predomínio desse tipo de masculinidade possa significar qualquer coisa de bom para as mulheres.** (CONNELL, op. cit., p. 193, grifo nosso)

De acordo com Soraya Barreto Januário,

A discussão sobre o homem, gênero e a contemporaneidade surge com força nos anos 80 nos países anglo-americanos, através de trabalhos sobre a construção social da masculinidade. Sublinhe-se que são estudos realizados por homens que se identificam com o movimento feminista e com as questões de gênero. Neste âmbito o termo *Men's studies* foi definitivamente abandonado em favor do *Masculinity Studies* ou **Estudos da Masculinidade**. A mudança deu-se devido ao fato de o estudo da masculinidade ser mais abrangente e compreender a masculinidade enquanto um construto social. (JANUÁRIO, op. cit., p. 108, grifo nosso)

Contudo, hoje em dia o termo utilizado para os estudos sobre o tema é **masculinidades**, no plural, uma vez que, a ideia de masculinidade única já foi ultrapassada. Atualmente,

Uma das principais bandeiras levantadas pelos estudos críticos sobre homens e masculinidades é a de entender como ocorre a construção, produção e reprodução das masculinidades. **Isto porque se reconhece que estas apresentam um caráter mutável, sendo passíveis de modificações ao longo do tempo e em função de cada cultura.** A linha teórica mais comum nestes estudos é o construcionismo. A proposição construcionista surge em resposta ao essencialismo – fundado na crença de que a sexualidade e o gênero são biologicamente determinados e baseados também na teoria dos papéis (pautados na visão binária da construção dos gêneros). [...] **Não existe por isso um modelo único de masculinidade permanente que se aplique a qualquer grupo social ou a qualquer período da história. Importa também destacar que não obstante numa mesma sociedade, as masculinidades são múltiplas, definidas por critérios como a idade, classe social, orientação sexual ou etnia.** (Ibid., p. 109 e 111, grifo nosso)

Portanto, deve-se entender a *masculinidade* não de forma *binária*, mas a partir da visão de *múltiplas masculinidades*. Para Connell, não se pode falar apenas de uma única masculinidade, mas de diversas masculinidades socialmente e historicamente construídas. Para ela, “oque entendemos por masculinidade é um produto histórico recente, com pouco mais de cem anos” (CONNELL, 2005, p. 67-68). Connell prossegue:

É preciso pensar a masculinidade não apenas como uma característica da identidade pessoal, mas como algo que se encontra presente nas relações sociais, nas instituições e no mercado de trabalho. Dessa forma, a masculinidade não está apenas nestes lugares, mas é por eles intimamente estabelecida, instituindo-se de forma historicizada. (Ibid., p. 64)

A socióloga faz duras críticas sobre a teoria dos papéis sexuais, pois considera que, durante muito tempo, a dimensão do poder esteve excluída da noção dos papéis sexuais. Para ela, “Masculinidade e Feminilidade são facilmente interpretadas como papéis sexuais internalizados, resultados de uma aprendizagem social ou da ‘socialização.’” (Connell e Messerschmidt, 2005, p. 22). De acordo com Connell e Messerschmidt, os papéis masculino ou feminino podem ser transformados pelo processo social.

Pode-se pensar a masculinidade como um lugar simbólico e a sua construção de significados ocorre por meio das vivências alimentadas nos aspectos sociais e culturais. Torna-se fruto de um longo processo de socialização que permite que a memória discursiva dos agentes forje padrões e valores. Aqui é importante ressaltar que o sujeito constrói o discurso por meio do uso de formações discursivas preexistentes na sociedade. Essas formações são alternadas e reiteradas, ganhando novos sentidos. No entanto possuem uma ideologia pré-concebida como “pano de fundo”. Por outras palavras, o masculino obedece a uma ordem discursiva pré-estabelecida e legitimada na sociedade. (JANUÁRIO, op. cit., p. 114)

As *masculinidades* não se tratam de padrões fixos, isto é, são padrões dinâmicos. Portanto, “masculinidades são práticas e estão longe de serem entendidas como identidades. E, por fim, podem ser várias e diversas, plurais, numa mesma pessoa em diferentes momentos da sua vida”. (Ibid., p. 116).

Para Connell, Messerschmidt e Bourdieu, é importante perceber que a *masculinidade hegemônica* pode ser utilizada como forma de legitimar o poder masculino na sociedade. Nas relações de poder, estabelece-se a subordinação das mulheres e a dominação dos homens e se refere intimamente ao poder do patriarcado²³.

Desta forma, é impossível falar numa única forma de “fazer-se homem”; o que existe na realidade são formas múltiplas. Esse modelo multifacetado de vivências de homens apresenta-se continuamente complexo, contraditório e em mutação, forjando-se em diferentes tempos e espaços. [...] A constatação de que a masculinidade não é natural, mas sim um dado histórico e datado em que as suas práticas de poder, percepções e experiências são forjadas social e culturalmente abrindo um mundo de novas perspectivas na forma de pensar as masculinidades. [...] A masculinidade não possui um papel estático, fossilizado; é sustentada por estruturas e normas sociais, sendo a heterossexualidade uma das partes fulcrais da hegemonia no contexto ocidental. A masculinidade hegemônica teve como referência o patriarcado, já que no âmbito das relações de gênero se vai configurar como processo dominante dos homens e de subordinação das mulheres. (JANUÁRIO, op. cit., p. 118, 119 e 121)

Segundo Connell e Messerschmidt, existem diferentes tipos de *masculinidades* e relações sociais hierárquicas que estão bem definidas entre si. De acordo com Connell, existem quatro padrões de masculinidades: **hegemônica, cúmplice, subordinada e marginalizada**.

Num determinado momento, uma forma de masculinidade, ao invés de outras, é culturalmente exaltada. Masculinidade hegemônica pode ser definida como uma configuração de prática de gênero a qual incorpora a resposta atualmente ~~apropriada~~ **apropiada** da legitimação do patriarcado. O qual garante (ou é levado a garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. (CONNELL, op. cit., p. 77)

Assim, a masculinidade dita hegemônica seria uma representação da forma de masculinidade dominante, em que determinado momento da história de uma sociedade, acaba se destacando em relação aos outros modelos. Essa masculinidade dita hegemônica pode ser encarada como padrão para *homens brancos ocidentais, financeiramente estáveis e heterossexuais*.

²³**Patriarcado:** “O que chamamos de patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições. É esse sistema que o feminismo busca desconstruir. Ele tem uma estrutura de crença firmada em uma verdade absoluta, uma verdade que não tem nada de “verdade”, que é, antes, produzida na forma de discurso, eventos e rituais. Em sua base está a ideia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais [...] a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres [...]”. Por: TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018, p. 26-27. Para mais informações sobre o Patriarcado, ler: LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

Ao analisar a teoria do patriarcado, Connell (1985) sugeriu que o conceito está longe de ter um sistema lógico bem estruturado. As ideias defendidas abarcam múltiplos tópicos, entre si ligados. Assim vai-se da subordinação das mulheres (e por conseguinte a divisão sexual e no mercado de trabalho) até as práticas culturais que a sustentam, entre outras. As práticas que estruturam o patriarcado são historicamente produzidas e reiteradas quotidianamente com a finalidade de impor vários tipos de ordem e de unidade nas relações sociais. A dinâmica do patriarcado deve ser compreendida de forma compósita, nela interagindo a resistência ao poder, as contradições na formação do indivíduo, as transformações dos modos de produção, entre outras relações. Para Connell (1987) esses modelos categóricos de patriarcado remeteriam homens e mulheres para uma interminável relação desigual de poder. (Ibid., p. 122)

Para Sylvia Walby, o patriarcado é formado por cinco elementos estruturais,

1. O modo patriarcal de produção, ou seja, o trabalho doméstico desempenhado pela mulher enquanto o homem se encontra na esfera pública;
2. As relações do patriarcado no trabalho remunerado na qual, por exemplo, a mulher auferia remunerações inferiores apesar de ocupar funções equivalentes;
3. As relações patriarcais no Estado: com a luta e conquista feminista foram conseguidas muitas alterações na lei, mas que não se concretizam no plano prático das relações;
4. A violência masculina;
5. As relações do patriarcado com a sexualidade, campo em as mulheres são penalizadas com limitações e normas não extensivas aos homens (WALBY, 1990, p. 39)

Portanto, para a autora, assim como para Marlise Matos (2000), quando Connell trabalha o termo “hegemônico” pode ser percebido em outras esferas relacionais, como por exemplo às das mulheres brancas frente às negras, às dos heterossexuais perante os homossexuais. De acordo com elas, as “classes subalternas/subordinadas estão em constante luta/embate para alcançar a posição legitimada hegemônica”. (JANUÁRIO, op. cit., p. 124).

A *masculinidade cúmplice*, caracteriza-se por atitudes de acomodação aos benefícios do sistema patriarcal,

É a masculinidade através da qual os homens se identificam com práticas da masculinidade hegemônica. No entanto, não cumprem, em bom rigor, todas essas práticas hegemônicas. Isto é, percebem e desfrutam de algumas vantagens do patriarcado sem defenderem publicamente tal posição. (Ibid., p. 125)

Já a *masculinidade subordinada* para Connell, é a existência de relações específicas de dominação de gênero entre os grupos masculinos. Esta subordinação está ligada ao sentido da dominação heteronormativa e também dos homossexuais. Segundo Connell, o exemplo mais notável de masculinidades subordinadas nas culturas europeias e da América do Norte foi o da masculinidade *gay* (CONNELL, op. cit., p. 30).

Ainda de acordo com a autora, essa discriminação não fica somente no campo da homossexualidade, mas que os homens podem ser excluídos do círculo de legitimidade, dependendo da sua posição social e econômica em que ocupam. Pois, ao fazer parte da

masculinidade subordinada, acabam se aproximando do que é considerado símbolo da feminilidade. (Ibid., p. 79)

A *masculinidade marginalizada ou subalterna*, incluem todos os indivíduos do sexo masculino que não se enquadram nas normas da masculinidade hegemônica.

[...] a marginalização está sempre relacionada à autorização da masculinidade hegemônica do grupo dominante. Assim, nos Estados Unidos, atletas negros específicos podem ser típicos exemplos da masculinidade hegemônica, mas a fama e o dinheiro destes super astros não têm efeito benéfico: eles não refletem uma autorização social para os homens negros em geral.” (Ibid., p.81)

Para Connell, a *masculinidade marginalizada* está discriminada devido à condição subordinada da classe social ou etnia à qual o indivíduo pertence. Essa marginalização é produzida nos grupos que são explorados ou oprimidos que podem compartilhar muitas características da masculinidade hegemônica. Mas que, de alguma forma, são socialmente desautorizados.

Tal como Connell e Messerschmidt (2005) corroboramos com a necessidade de compreender a gênese da subordinação e marginalização, considerando as diferentes problemáticas que envolvem a orientação sexual, identidade de gênero, classe social e etnia estão presentes em diferentes tipos de preconceitos e questões desnaturalizadas socialmente. (JANUÁRIO, op. cit., p. 127)

Vale ressaltar que os termos utilizados por Connell, não constituem tipos fixos de caracterização, tais configurações são construídas, e, dessa forma, mutáveis. Variando de tempos em tempos e de sociedade para sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa breve reflexão apontamos a importância do Ensino de História nas escolas brasileiras, ela deve dar vozes a todos e todas as pessoas que foram silenciados(as) por ela ao longo do tempo. Os alunos e alunas precisam compreender que a História é formada também por pessoas comuns que de alguma forma marcaram o tempo em que viveram. Precisamos romper com as amarras da História “dita oficial”, que era composta somente por heróis.

Assim, é necessário que trabalhemos a construção das masculinidades dentro da sala de aula. É de suma importância que os alunos e alunas, compreendam que essas construções interferem nas relações dentro e fora do ambiente escolar. E que reconheçam os problemas que podem ser gerados a partir dessas construções, como por exemplo, a violência de gênero, a homofobia e feminicídios.

Portanto, a partir do estudo da construção das masculinidades, os alunos e alunas conseguirão compreender o motivo pelo qual, ao longo do tempo, determinados grupos de pessoas foram excluídos e silenciados na História. E, principalmente, entender que esses silenciamentos aconteceram de forma proposital, pois essas pessoas não se enquadravam na masculinidade vigente no período (masculinidade dominante/hegemônica).

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam e Rial, Carmen Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2013, v. 21, n. 1 [Acessado 21 Fevereiro 2022] , pp. 211-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100012>>. Epub 09 Maio 2013. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100012>.

ABUD, Katia Maria. **Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998.

_____; SILVA, André C. M.; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Uma escola sem sentido: porque a profissão de historiador não é regulamentada? In: **História Unisinos**, v. 21, n. 2, mai/ago, 2017.

_____, Durval Muniz. **Nordestino: Uma Invenção do Falo**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, Vol.2: A Experiência Viva**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CONNELL, Raewyn. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. Vol. 20, 1995.

_____. "An Iron Man: The Body and some Contradictions of Hegemonic Masculinity." In: MESSNER, M.; SABO, D. (Ed.). **Sport, Men and the Gender Order**. Champaign, IL: Human Kinetics, Books, 1990.

_____. Masculinities. California: University of California Press, 2005

_____. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. Vol. 20, 1995.

_____; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Florianópolis: Estudos Feministas, janeiro/abril 2013.

- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Editora Global, 2004. 15ª edição.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma História das Sensibilidades: Em Foco: A Masculinidade. *História Questões & Debates*, Curitiba, v. 34, 2001, p. 45-63.
- MATOS, Marlise. **Reinvenções do Vínculo Amoroso**: Cultura e Identidade de Gênero na Modernidade Tardia. Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p. 77-98, 2005.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos das histórias**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (org.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 30ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, jul./dez., 1990.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das mulheres e das relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

CAPÍTULO 11

A PROSTITUIÇÃO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: NOÇÕES E DIMENSÕES

Eliana de Matos Paes
Mariléa Borges

RESUMO


Neste artigo, analisar-se-á a compreensão da prostituição na sociedade capitalista elaborando-se um recorte histórico desde o seu surgimento até a sua atualização aos padrões da vida social burguesa. Abordaremos os aspectos sócio-históricos da formação da prostituição, até os estigmas que a contornam na sociedade atual, em meio ao preconceito com o qual as prostitutas são obrigadas a lidar em seu cotidiano. No desenvolvimento deste estudo também estão relatadas as características que envolvem a prostituição, com seus sentidos e significados numa sociedade de classes sociais excludentes, além de relatar as diferenças entre os temas polêmicos que contornam as mulheres prostitutas e seu trabalho, como o tráfico de mulheres, o abuso e a exploração sexual e graves impasses vivenciados pela mulher prostituta no decorrer de sua atividade laborativa. Para realizar a pesquisa, percorremos por autores da crítica social que tratam a prostituição como questão social necessária de intervenção estatal e direitos sociais básicos. Elaboramos uma pesquisa de bases bibliográfica e documental, incluindo, nestes acervos, relatos de experiência de prostitutas militantes pelo respeito a essa forma de trabalho. Na conclusão da pesquisa, chega-se ao entendimento de que a prostituição é uma prática laborativa que, além de muito antiga, está relacionada a questões muito complexas da vida e da natureza social humana. E, que hoje, moldada aos padrões capitalistas, precisa ser dignificada pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Estigma. Moral burguesa. Prostituição. Sociabilidade burguesa.

PONDERAÇÕES INICIAIS

A prostituição é um dos temas que a moral burguesa tenta esconder da sociedade e do próprio sistema. E isso a transforma em manifestação social de intensa gravidade e contradições prejudiciais a vida da mulher que exerce a prostituição.

Debate-se, neste artigo, o processo de formação social da prostituição na sociedade capitalista, abordando-se um recorte histórico sobre o desenvolvimento dessa profissão em meio a expansão da sociedade moderna, com traços de caráter social e econômico, legitimamente estigmatizados pela moral burguesa e não reconhecida como uma atividade laborativa que segue os padrões da sociabilidade capitalista, com suas estratégias de dominação escamoteada de várias formas, inclusive o comércio do corpo. Partindo deste princípio, o texto está estruturado em três partes, cujo conteúdo aborda desde o surgimento da prostituição até a



compreensão que podemos tecer sobre esta profissão carregada de contradições sociais que ainda luta para ser reconhecida.

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROSTITUIÇÃO FEMININA NO MUNDO CAPITALISTA

Segundo Carloni e Engler (2016) a prostituição nem sempre existiu. Talvez, na Pré-história o sexo fosse algo livre. No entanto, em meados dos anos 2400 a.c. surge a prostituição entrelaçada com a religião, onde os cultos a uma deusa-amante exigiam o casamento de um homem com uma prostituta sagrada, que se dava através de homens ou mulheres castrados, com intuito de rejuvenescer e entrar em um processo de fertilidade, do rebanho e da terra.

Já nos hábitos orientais, eram oferecidas aos hóspedes dos templos, as mulheres que ali moravam, em forma de mostrar a hospitalidade daquele ambiente. acolhida algumas vezes retribuída com um pagamento em dinheiro, que era levado aos santuários por fiéis que buscavam completar seus ritos. A partir de então a prostituição se tornou um negócio que gerava renda. Nesse ramo, alguns empresários, conhecidos como chefes do estado no oriente médio, passaram a abrir suas próprias casas de prostituição, mercado existente até a atualidade.

No processo de realização da prostituição, de acordo com Fonseca (1996), a vida de prostituta está dividida em dois ciclos. No primeiro, quando as mulheres são novidade no ambiente, são as mais novas e, assim, conseguem mais clientes e um pagamento melhor que as demais, além de conseguirem empregos em locais melhores como boates e casas de show. No segundo, quando as mulheres já alcançaram uma idade avançada, estão há mais tempo no ramo. Estas são as menos procuradas e conseguem trabalhos em locais de baixo valor comercial, como bares e casas de prostituição.

Para Pereira (1976), entre as muitas faces da prostituição, o tráfico de mulheres adolescentes e até mesmo crianças é uma das mais cruéis. É esse o espaço onde os mal-intencionados operam para adquirir dinheiro. Pois, além de aliciarem mulheres que já vivem nesse meio, eles também aliciam pessoas com sonhos de trabalhar em outros países como artistas, modelos, e muitos sonhos que são completamente aniquilados, Pereira elucida ainda, que não é fácil o enfretamento contra o tráfico de pessoas para os fins de prostituição.

Quando se adentra nesse assunto tão pouco debatido e, muitas vezes velado à maioria da sociedade, é importante ressaltar que a prostituição enquanto uma profissão que se faz de livre e espontânea vontade e por maiores de idade é totalmente diferente da exploração sexual e do tráfico humano, principalmente de crianças e adolescentes, cuja ocorrência deve ser

combatida, pois quando se explora, uma pessoa para conquistar lucros, está-se cometendo um crime de violência sexual aos envolvidos.


Assim foi estabelecido pelo Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o primeiro dentre os demais congressos realizados sobre esse determinado tema. Segundo Lima e Miranda (2020), este congresso ocorreu em Estocolmo em 1996 e foi um marco importante contra a exploração sexual infanto-juvenil em escala mundial, por se tratar de uma reunião de líderes políticos, órgãos das Nações Unidas, especialistas no tema, e demais representantes que se comprometeram a cumprir ações de combate a esse crime, comumente praticado conjuntamente com a pornografia e o tráfico de crianças e adolescentes. Violações graves contra os direitos da criança e do adolescente, que infringem princípios básicos dos direitos à integridade física, à integridade psíquica e à integridade moral, conforme preconiza os art. 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ECA, 2017, p. 16).

Ressaltamos que, assim como no caso da exploração contra crianças e adolescentes, as medidas de combate também adentram contra a exploração de todos os indivíduos, considerando essa prática como crime. Assim como aponta o Código Penal, no Capítulo V – Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual Mediação para servir a lascívia de outrem Art. 227. Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena — reclusão, de um a três anos. § 3o Se o crime for cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Rufianismo Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena — reclusão, de um a quatro anos, e multa (BRASIL, s/d).

Portanto, a diferenciação da Exploração Sexual e do Tráfico humano para a Prostituição como profissão, se explica no fato de a prostituição poder ser exercida por maiores de 18 anos e sem prestar serviços para terceiros com objetivos de obter lucro. Já no caso da exploração sexual, a vítima não opera de livre e espontânea vontade, pelo contrário, presta serviços para terceiros obterem lucros com sua atividade sexual.




Assim como afirmam Pereira e Feijó (2014), em alguns países as prostitutas pagam impostos para exercer seu trabalho, como na Suíça, e em outros, como na Alemanha, elas são tratadas como algo corriqueiro e legalmente reconhecidas, tendo acesso a direitos trabalhistas, podendo assim se combater a exploração sexual de forma mais eficaz, além de controlar a disseminação das doenças sexualmente transmissíveis, mesmo que os bordéis e os ambientes públicos sejam restritos a essa profissão. Nessas sociedades, a prostituição pode ser exercida livremente em locais apropriados, assim como também ser anunciada em jornais e sites.

Todavia, para se entender melhor essas situações instaladas no campo da prostituição enquanto problema do sistema capitalista, torna-se coerente explicar sobre esse aparelho econômico e o que ele representa na sociedade. Segundo Montenegro e Araújo (2014) esse modo de produção teve sua origem na Europa Ocidental no século XVI, porém sua consolidação se deu no final do século XVIII, onde seu avanço atingiu o meio industrial. Em um contexto mais amplo, foi uma evolução econômica que, assim como as políticas e sociedade, passou por transformações.

A partir do surgimento do capitalismo surge também a burguesia, dona do capital e dos próprios meios de produção, em outras palavras, a classe dominante. Em contrapartida, há o proletariado, que graças a força de trabalho, tem a condição de ser assalariado. No sistema capitalista, o proletário recebe o suficiente para manter a própria subsistência, o que ocorre através da venda de sua mão de obra. Esse sistema econômico gira em torno da obtenção de lucros e da mais-valia, que se conserva através da operários baratos, sendo esse, o resultado da extração da mais-valia.

O número de pessoas que usufruem dos frutos desse sistema é extremamente insignificante em comparação a quantidade de trabalhadores que detêm apenas os produtos de sua mão de obra ofertada ao capitalismo, intensificando assim a própria pobreza e as demais expressões da questão social, já que não há divisão igualitária. A desigualdade que abrange esse sistema, afeta vários setores da existência humana, incluindo a prostituição.

O Serviço Social também tem sua contribuição na compreensão desse debate. De acordo com Carloni e Engler (2016), o Serviço Social traz uma visão ampla da realidade social. E, por ter como ponto de estudo o próprio homem enquanto sujeito coletivo e individual, tal campo de estudo consegue apreender que o homem e a mulher, no sistema capitalista, além de viverem de forma mecanizada, são absorvidos pela cultura e pela moral burguesa apreendida



cotidianamente no contexto social, que os diluem na dinâmica da sociedade, embora cada um tenha suas particularidades e sua própria autonomia,

Esses fatos têm sua importância em relação ao estudo do homem e da mulher, pois eles não são seres pensantes que só reproduzem ações, assim sendo, a prostituta que usa do seu corpo para trabalhar também tem suas particularidades no que concerne a manter suas necessidades básicas pessoais, familiares e de todo o seu contexto particular.

Consequentemente, o Serviço Social traz a contribuição de um olhar que tange para a realidade como um todo, ou seja, de ver o ser humano como parte de um grupo e como indivíduo único e não somente pessoas que reproduzem ações esparsas e/ou particulares.


Enquanto seres autônomos que têm seu próprio tempo para realizar seus afazeres, os humanos se tornam complexos o suficiente para se diferenciar e compreender que a mulher que usa o sexo como forma de trabalho é um ser humano autônomo e protagonista de sua própria existência, pois todo ser humano precisa produzir os bens necessários à sua subsistência, assim como afirma Marx (1985, p. 153) “uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir”. Mesmo que muitos sejam cientes dessa realidade, a sociedade capitalista é forjada de individualidade, assim também como preconceitos envolvendo cor, sexo e gênero em meio a valores que esse sistema impõe na existência humana.

Em contrapartida, quando se trata da autonomia e liberdade no sistema capitalista, Rosenfield (2003) defende que nesse sistema, o trabalhador é colocado como objeto e não como sujeito. Portanto, para se garantir a qualidade de uma produção, todos devem executar o trabalho da mesma maneira, no qual se impõem regras e normatização para se organizar o trabalho.

Simultaneamente a autonomia mergulha os trabalhadores na ambivalência, uma vez que não é uma autonomia “real”, ela é um instrumento de regulação entre criação e norma. A criação e o ato de liberdade são arrancados de seu autor para integrar a regra de execução das tarefas com vistas à sua otimização. De um lado, a autonomia é liberdade, de outro, ela é normatização”. (ROSENFELD, 2003, pg. 358)

Nesse sentido, se adentra uma vez mais na questão da importância da legalização da prostituição, pois só assim as pessoas que a exercem terão acesso aos direitos trabalhistas, o que proporciona a aproximação com uma autonomia capaz de prover a seguridade e a liberdade, mesmo que de forma mínima.

Para Pereira (1976) o surgimento da prostituição, se deu a partir do momento em que foi criado o dinheiro, momento em que a mulher passa a ser tratada como uma mercadoria. Com o avanço das máquinas e o crescimento do capitalismo, a prostituição também aumentou




significativamente e com ela o tráfico de mulheres para uso de seus corpos, o que levou o Estado a punir as “decaídas” — a primeira casa de prostituição, ou como era chamada na época a casa de tolerância na França, onde mulheres eram forçadas a trabalhar 20 horas por dia para seus “donos”, além de serem submetidas a bebidas alcoólicas. Já com o passar dos anos e o amadurecimento da sociedade, o escravagismo sexual foi inovado e as mulheres já trabalhavam algumas horas no dia e outras à noite, elas podiam se inscrever para trabalhar pagando algumas quantias pelo local de trabalho.

Quando se trata da liberdade e do próprio trabalho, a relação homem e mulher é profundamente circundada por discriminação. Isso ocorre, como afirmam Cisne e Silvana (2018), desde o surgimento do sistema capitalista, fundamentado no patriarcado e elaborado através da ideia de que, aos indivíduos homens é dado papel de provedor, além dos espaços públicos que são expropriados das mulheres.

Saffioti (2004) ressalta que o patriarcado serve aos interesses do capitalismo e da burguesia, tendo sua base material e social explicitada na divisão sexual do trabalho, vinculado à questão do capitalismo. Por um bom período, as mulheres eram responsáveis pelos serviços domésticos e sexuais prestados aos seus companheiros, com o passar dos anos e o adentrar das mulheres no mercado de trabalho essa submissão das mulheres aos homens eram explicitadas nos salários inferiores ao dos homens. Portanto, mesmo realizando a mesma função, o capital era menor para as mulheres. Ou seja, no contexto geral, o patriarcado é o poder político do homem, onde há graus diferenciados de dominação e exploração sobre as mulheres.

A figura masculina ocupa lugar principal como responsável pelos círculos de economia, religião, política, guerra, comércio, entre outras. Por esses aspectos, pode-se notar que o homem está no centro das principais atividades sociais públicas. Isso porque o patriarcado é utilizado como sistema de exploração e opressão contra a mulher, ou seja, se configura como uma lógica que estabelece a naturalização do reconhecimento do homem como sujeito de direito em lugar privilegiado, em detrimento da figura feminina como subalterna. Mas como as autoras pontuam, não se trata de um sistema estabelecido de forma natural, mas estando de acordo com a finalidade de controle dos corpos femininos, principalmente.

Em relação a prostituição, Carloni e Engler (2016) relatam que no sistema capitalista, baseado no patriarcado, a sociedade burguesa com seus valores morais de bases religiosas, atua de forma conveniente em meio a esse sistema econômico, político e cultural atual, onde a mulher prostituta é tratada de forma preconceituosa e discriminatória, além de outras questões



que envolvem idade, e cor, onde essas indiferenças limitam um debate amplo sobre essa categoria específica e cria uma barreira para o acesso aos seus direitos como prostituta e mulher.


É importante esclarecer que esse contexto se dá principalmente por conta do sistema patriarcal e arcaico existente, onde a desigualdade se formou desde que o homem é homem, pois ao mesmo cabe o papel de provedor da família, além do acesso aos espaços públicos, ele também é responsável pelas atividades relacionadas a economia, religião, política, guerra e comércio.

Ressaltando que as prostitutas tentam conciliar a profissão com a família, Fonseca (1996) destaca que a grande maioria mantém segredo em relação aos seus trabalhos, pois a família nunca aceita. Algumas têm maridos, filhos e todo um contexto longe de seus trabalhos, ocupação essa que mesmo com toda uma estrutura em grandes boates com seguranças e outros ambientes, é algo perigoso nesse ramo. Em sua maioria, as mulheres sofrem violência constantemente, principalmente em relação a própria saúde, como o uso da camisinha. Muitos de seus clientes entram em acordo na recepção e ainda assim recusam o uso do preservativo e a violência acaba acontecendo. Ou seja, é uma profissão que envolve risco, mas que muitas vezes é o único meio de ganhar dinheiro dessas mulheres, que normalmente têm baixa escolaridade, são negras e de famílias carentes, mas que tentam melhorar suas vidas.

A violência contra a mulher, segundo Saffioti (1994), pode acontecer de várias maneiras. O homem no geral é colocado como macho alfa, algo construído historicamente e onde cabe adentrar com a discussão sobre gênero, pois nesse contexto a mulher é mera reprodutora, um pedaço de carne para satisfazer o homem sexualmente. A autora também relata que entram nessa perspectiva os fundamentos que justificam, para a sociedade, a violência contra a mulher, seja ela psicológica ou física. O homem trata a mulher como sua propriedade, no caso da prostituição, por algumas horas, violando acordos e gerando a agressividade.

Dentre as violências que as mulheres prostitutas sofrem, está a violência institucional, que se trata da “Violência praticada por qualquer agente que aja em nome do Estado, nas instituições prestadoras de serviços públicos (hospitais, postos de saúde, delegacias, poder judiciário, escolas etc.), tanto por ação quanto por omissão” (SOUTO, 2020, p. 23).

Souto (2020) afirma que a violência institucional se trata de uma agressão praticada por quem deveria cumprir com seus juramentos no âmbito profissional, ou seja, oferecendo atendimento reparador ou preventivo, pois em sua maioria, a pessoa que sofre a violência seja ela física, ou psicológica, leva meses pra fazer a denúncia, esperando encontrar um ambiente




acolhedor e atenção humanizada, dentre outros aspectos que compõem a reparação de danos, porém acabam sofrendo outras violências. Na violência institucional, pessoas sem capacitação prejudicam um atendimento de suma importância, utilizando-se do preconceito no momento do atendimento, o que acarreta mais dados vitimais.

Os locais onde a mulher que exerce a prostituição mais sofre a violência institucional são nos órgãos de saúde, pois segundo Aquino, Ximenes e Pinheiro (2010), o preconceito é um fato existente até os dias atuais, quando se trata da prostituta e da disseminação das doenças sexualmente transmissíveis, sendo considerada até como uma ameaça a população. Isso porque durante os primeiros anos de surgimento das doenças sexualmente transmissíveis, no caso as IST/Aids, associaram essas mulheres com a disseminação do vírus, assim também para com homo/ bissexuais. As mulheres prostitutas, no entanto, sempre estiveram inseridas nas campanhas de Saúde Pública, vinculadas às ações preconceituosas, que as denominavam como portadoras da IST/Aids, o que interfere no atendimento e no acesso a saúde pública, mesmo nos dias atuais, já que a prostituta aparece coberta por rótulos que intensificam o preconceito, até por parte dos profissionais de saúde, profissionais que deveriam zelar pela execução de um serviço de qualidade, longe de preconceitos e pré-julgamentos.

Conforme afirmam Carloni e Engler (2016), a prostituição nem sempre existiu, pois na pré-história o sexo era praticado de forma livre, onde o desejo pelo ser masculino, ou o contrário, era a única coisa levada em consideração, desde que fosse recíproco. Como por exemplo, as mulheres selvagens que não tinham a figura masculina como seu domesticador, pelo contrário, elas viviam como os homens de forma independente, podendo ter mais de um parceiro sexual de acordo com suas vontades e desejos e não eram consideradas prostitutas, pois, não cobravam por isso.

No Egito, a sociedade tinha uma estrutura onde muitos operários trabalhavam para o faraó. E com o distanciamento de suas famílias, o aumento comercial e o início da vida urbana, passa a existir um lugar propício a prostituição, mesmo que o sexo fosse considerado sagrado, ao ponto de a prostituta não ser vista de forma degradante.

Ainda com base em Hérítier (2012), Carloni e Engler (2016), estes explanam que quando ocorria o abuso ou estupro de uma mulher o pagamento era realizado da mesma maneira aos familiares da moça, no caso, aos homens de sua casa, já que em tese o prejuízo era maior para a família do que para a moça, pois ela perdeu boa parte de seu valor como futura moeda de troca. Quando essa violência acontecia em meio a algum cenário de guerra, esse pagamento



era feito para a própria mulher, para que ela não questionasse a situação, ou seja, a mulher era realmente tratada como um objeto, onde podia se fazer o que o homem quisesse com ela, mesmo contra a sua vontade e depois apenas pagar, a considerando de fato um objeto de troca.

Embora tenha acontecido de forma lenta e, muitas vezes, sangrenta, várias das conquistas atuais se deram pelo movimento feminista, atualmente, por exemplo, a mulher ocupa cargos políticos onde tempos atrás não tinham nem o direito ao voto, além de ocupar altos cargos no mercado de trabalho, que eram apenas masculinos, e o poder de escolha de seus próprios parceiros conjugais ou até em optar por não estabelecerem relações e a procriação, um avanço emancipatório e social para a categoria feminina.

Neste mesmo viés, vê-se que o trabalho das profissionais do sexo mostra ligação com estes dois vieses principais, quais sejam, a saída da mulher do lar, para o mercado de trabalho de âmbito público e também de um trabalho acobertado pela moral societária, para seu desvelamento e exposição pública, impondo, muitas vezes, o poder do feminino”. (CARLONI; ENGLER, 2016, p.123).

No caso da realidade sócio-histórica brasileira, nota-se que é descrita como uma sociedade entrelaçada com a desigualdade social, fruto do sistema capitalista que contribui para o aumento das expressões da questão social afetando de fato toda uma categoria como a própria relação de gênero, onde o homem é o gênero que detém a moral e os bons costumes e por isso é o ser superior enquanto o sexo feminino lhe é subalterno e cabe a mulher as tarefas de casa e ao seu companheiro as relações políticas e sociais.

Os reflexos dessa relação de subalternidade e desigualdade, mesmo em meio a algumas conquistas alcançadas pelas mulheres, ainda não foram vencidos. Um dos problemas está no tratamento da prostituição como um contexto invisível pelo próprio estado, que muitas vezes nega às prostitutas o papel de detentoras de seus direitos, por conta da própria moral da sociedade contemporânea.

O VALOR SOCIOECONÔMICO DA PROSTITUIÇÃO

Mesmo que o Ministério do Trabalho tenha regulamentado a prostituição como uma forma de ocupação, mediante a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), somente no ano 2002 que ela passou a fazer parte desse documento que trata de reconhecer, nomear e codificar as ocupações existentes no mercado brasileiro (BRASIL, 2008). Com base nessas afirmações, ainda se nota muita dificuldade para se executar a prostituição de forma livre, pois, mesmo que as mulheres prostitutas consigam trabalhar “livremente”, as casas de prostituição onde elas atuam são consideradas atualmente ilegais, ou seja, não há um local específico para se trabalhar,

chegando a um impasse onde muitas vezes essa profissão-ocupação é marginalizada. Porém, não é considerado crime. O que é um avanço, dentre outros, como:

Trabalhar por conta própria, na rua, “em bares, hot.is, rodovias e em garimpos. A profissão é livre para maiores de dezoito anos. As áreas de atuação são: batalhar programas, minimizar as vulnerabilidades, atender clientes, acompanhar clientes, administrar orçamentos, promover a organização da categoria e realizar ações educativas no campo da sexualidade. (PEREIRA; FEIJÓ, 2014, p. 42).

O único direito que, de fato, lhe é permitido ter acesso, é a aposentadoria como trabalho informal. Ou seja, em sua maioria, a prostituição ainda é vista como a última opção de trabalho, o que entra em dissensão com a opinião da autora Gabriela Leite, já que, segundo ela, todas as pessoas vendem uma certa parte do seu corpo.


[...] O maior preconceito é porque trabalhamos com sexo. Sexo é o grande problema, é o grande interdito das pessoas. E nós trabalhamos, fundamentalmente, com fantasia sexual, esse é o verdadeiro motivo da existência da prostituição. É um campo imenso. É uma babaquice dizer que só puta vende o corpo! E vender sua cabeça, quanto custa? O operário vende o braço, quanto custa? Todo mundo vende sua força de trabalho, que está com seu corpo. (LEITE, 2009, p. 14).

Essa mesma autora foi prostituta por escolha própria, deixando de lado a faculdade de sociologia e seu próprio emprego de secretária muito bem qualificada, segundo os relatos de sua própria biografia “Filha, Mãe, Avó e Puta” de 2009, na qual ela relata que a prostituição é existente e deve receber a atenção necessária por parte do Estado, com direito de receber as devidas políticas públicas.

Silva e Costa (2019) compreendem que a prostituição, mesmo sendo exercida, ou vivenciada como ocupação, por maiores de idade e de livre e espontânea vontade, ainda assim, permanece sendo uma atividade considerada ilegal. Enquanto qualquer outra relação que não perpassa por essas duas situações, a prostituição deixa de ser uma ocupação ilegal e passa a ser considerada como violência, abuso ou exploração sexual.

De acordo com Simões (2010), uns dos principais objetivos das prostitutas é o reconhecimento da prostituição como uma profissão-ocupação, sob o apoio das associações de prostitutas de diversos países. E no Brasil, especificamente, busca-se o apoio do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Paralelamente a arena formada em torno da descriminalização das relações de trabalho no universo da prostituição, o Ministério do Trabalho se empenhava para inserir a atividade na última edição de sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O novo inventário das ocupações brasileiras seria publicado em 2003, mas foi também naquele ano de 2002 que os delegados do MT reuniram-se em um hotel, em Copacabana, com dez prostitutas representantes das cinco regiões do país –norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste – para cumprirem a tarefa de definição da atividade a partir das condições gerais do seu exercício, das competências 39 pessoais exigidas e dos recursos materiais necessários para o seu pleno desempenho. (SIMÕES, 2010, p. 41).



Esse âmbito de trabalho também tem vários perfis, como homens e mulheres cis e trans, bem como são vários os locais e setores para se exercer a prostituição. Além do que, é comum e evidente encontrarmos a prostituição praticada por pessoas que trabalham nas ruas, como por exemplo, as atrizes e atores de filmes da indústria pornográfica, strip teasers, além das prostitutas virtuais, de bares, boates, entre outros locais.

Barreto (2008), em sua pesquisa observou que, embora muitos tenham uma opinião formada ou idealizada sobre a prostituição, pouco se sabe, por exemplo, que esse trabalho não está restrito somente ao ato de realizar ou manter relação sexual com o sujeito. Assim como já citado no texto, há diversas formas de se exercer a prostituição, como através dos meios de comunicação, videochamadas, e na própria indústria pornográfica, que envolve vídeos diários de atores para o ato específico do sexo, seja entre casais homossexuais, heterossexuais, assim como os acordos pessoais, nos quais muitas vezes essa etapa não é executada, como no caso de somente acompanhar seu cliente.

Deste modo, essa profissão não é restrita somente a praticar ato sexual, pelo contrário, existem saberes que são necessários para se estar nesse meio, como o saber seduzir, alcançar satisfação do cliente em relação ao seu ego, a forma de se atrair os clientes, a negociação do valor de seu trabalho, entre outros. Algumas mulheres levam até dois anos para se adaptarem a alguns métodos e estratégias de como executar um bom trabalho.

Mesmo que a situação das prostitutas não sejam as mais favoráveis possíveis, em meio a sociedade atual, há um avanço significativo com o passar dos anos. A passos lentos principalmente em relação a liberdade sexual, quando se trata do legislativo, é possível notar uma organização em defesa dos direitos das prostitutas. Foi em meados do século XX que uma organização com a participação de prostitutas começou a reivindicar direitos sociais, cidadania e o reconhecimento dessa categoria como trabalho, somente em 1990 que há um avanço para essa profissão através de um debate mais amplo sobre a categoria.

Em 1970, algumas prostitutas passaram a ser chamadas de trabalhadoras do sexo. No entanto, depois de um processo de aceitação de enfrentamento do preconceito, no qual as mesmas sofreram ou sofrem, principalmente depois de uma epidemia de aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, foi adotado a terminologia de prostitutas, pois além de mostrar amplamente sua categoria de trabalho também é uma forma de não sentir vergonha de si mesmo. (ALVAREZ; TEIXEIRA RODRIGUES, 2001).

A PROSTITUIÇÃO NOS PARÂMETROS DO VALOR MORAL BURGUÊS

Desde a época da ditadura militar mulheres que trabalhavam como prostitutas, sofreram diversas retaliações, como o fechamento de suas casas de trabalho, o uso da força bruta dos policiais, toque de recolher, e muitas outras formas de opressão, conforme relata Lourdes Barreto²⁴ Evidente que essa não é a melhor opção quando assunto é essa profissão:

A prostituição, no entanto, não é um problema de polícia, como erradamente se acredita. É problema social, com aspectos policiais. A prostituição, se não infringir a lei, é cidadã, com os seus direitos constitucionais íntegros. A intervenção da polícia, ainda que feminina, será sempre no sentido de complicar o problema, não o equacionar. (PEREIRA, 1976, p.126).


Esses fatores foram e ainda são presentes na vida das prostitutas, por conta da discriminação direcionada de uma parte da sociedade, que age conforme a ideologia dominante do sistema capitalista e seus falsos valores morais, onde o ser diferente é tratado de forma preconceituosa mediante a esse sistema.

O reflexo da discriminação que essas mulheres sofrem e a luta de perpassarem anos nessa labuta de exercer um trabalho acompanhado de tanto preconceito e julgamento é muito forte e determinante no seu estilo de vida. E, mesmo sendo consideradas apenas uma pequena parte da sociedade, é evidente que com o passar dos anos elas ainda resistem, ainda que uma parcela de cidadãos moralistas as continue julgando como imorais, elas permanecem em meio a sociedade e precisam ser vistas como parte dessa população, pois:

O Estado tem sua existência em função dos cidadãos. Todos os indivíduos são titulares dos direitos fundamentais, sem que haja qualquer distinção. Ao marginalizar o segmento social dos/das profissionais do sexo estamos violando o texto da constituição que aponta como objetivo a erradicação da marginalização; a promoção do bem-estar de todos; a inviolabilidade da liberdade, da igualdade e da segurança. A atual situação de ilicitude da profissão. Um ato de inconstitucionalidade causada pela inércia do poder legislativo e é uma forma de excluir e marginalizar um determinado segmento social da sociedade que sofre fortes preconceitos [...] (PEREIRA; FEIJÓ, 2014, p. 53 a 54).

As mulheres no geral são tratadas como objetos em meio ao sistema capitalista. As prostitutas, em si, têm um agravante que é o estereótipo de mulher da vida e, por isso, é tratada de forma mais preconceituosa, onde a ideia de objeto é mais aprofundada. Isto é algo que acompanha a identidade da mulher em meio a esse sistema, desde a maternidade, o trabalho,

²⁴ Militante e prostituta que exerceu a profissão por 53 anos, uma entre as muitas mulheres que foram presas no período do Estado Militar, além de fazer parte do movimento que buscava alcançar a reabertura da zona, local propício a prostituição no estado do Pará, na cidade de Belém.




cor, e principalmente quando envolve a sexualidade, evidenciando que o julgamento ou pré-julgamento da identidade da mulher foi construída socialmente e culturalmente por um sistema arcaico que sempre priorizou o homem como o “ser” detentor de direitos e poderes diante das mulheres.

Segundo Assunção (2014), em estudo realizado com mulheres prostitutas de Lagoa do Bebedouro/PI, essas mulheres sofrem um pré-julgamento da sociedade, que as veem de forma marginalizada, ou seja, as avaliam como transgressoras da moral burguesa e seus princípios, tratando o sexo como forma de trabalho, somente por terem sua imagem associada ao sexo. Portanto, a elaboração da identidade feminina vive em constante dificuldade, pois viver ou ter uma opinião que vá contra os valores dessa sociedade patriarcal é extremamente difícil, haja vista que ao se decidir pela prostituição automaticamente a mulher passará por diversos julgamentos, mesmo que atualmente a sociedade considere a mulher mais livre e proprietária de vários direitos. No entanto, quando se trata da questão que envolve a liberdade sexual, esse processo ainda é revestido de vários preconceitos e julgamentos.

Para Pereira (1976) quando se trata do tema prostituição, há três referências possíveis para se compreender o significado dessa ocupação. A primeira é a abolição — como indicativo exclusão da prostituição, identificada como um tipo de ato libidinoso e imoral. A segunda se trata da legalização, entendendo a intervenção do Estado como o melhor caminho para a sociedade reconhecer a prostituição como atividade existente e necessitada de políticas públicas e não de punição. A terceira é a criminalização, a exemplo do caso de alguns países como Estados Unidos e a Rússia, onde ocorre punição para esse delito, e mesmo com essas retaliações a sua existência não é amenizada.

Quando se trata do Brasil, ainda o consideram um país proibicionista, pois legalmente não há direitos voltados a essa classe, portanto, não há amparo legal para quem exerce essa profissão. A prova de que a criminalização não é o melhor caminho é justamente o exemplo dos países onde não há a legalização da classe e a prostituição não diminuiu, pelo contrário, só permanece mais complicada de realizar, pois as “decaídas” precisam burlar a lei, correndo o risco de serem presas, além de ficarem expostas nas ruas. O tráfico de mulheres cresceu, pois muitas das decaídas que estavam à mercê da pobreza e em busca de trabalho, passaram a ser aliciadas para trabalhar em outros países visando mais lucro o que ocasionou apenas mais trabalho para o Estado, que precisa desenvolver formas de combate ao tráfico de pessoas.



Pereira (1976), também destaca que é importante pensar que liberar e lançar a prostituta à própria sorte também não é o caminho, mesmo que para a sociedade a prostituta exerça uma profissão imoral, ela não está realizando algo ilícito, ela tem o direito de trabalhar e estar onde quiser, mas assim como as demais profissões, tem a necessidade de amparos legais.


Fazendo uma reflexão de que a sociedade capitalista é um lugar totalmente competitivo, Pereira (1976) enfatiza que não se olha mais as pessoas como seres humanos, e sim pelos seus rótulos. A mulher da vida é tratada com vadia, a mulher que escolheu a vida fácil ou com o olhar de pena por sua realidade. Ninguém olha para as mulheres nas calçadas como mãe de família ou alguém que precisa do seu sustento, sendo a prostituição o meio que elas escolheram ou foram obrigadas a se adequar, ninguém reflete sobre como elas chegaram até ali e muito menos reconhecem o papel do sistema capitalista e do Estado nesse contexto. E como já foi citado, só existe a prostituição porque existe o prostituidor, o homem que busca a servidão de seus instintos através dessas trabalhadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o desinteresse do Estado pela dignidade da mulher prostituta. Do mesmo modo temos o descaso da sociedade preconceituosa e moralista para com a mulher popularmente considerada “de vida fácil”, fato este que contribui para desvalorização e criminalização da prostituição, pois tudo o que foge da moral da sociedade burguesa é duramente menosprezado.

A mulher prostituta no decorrer dos anos recebeu várias nomenclaturas, todas no intuito de diminuí-la, como vagabunda, suja, criminoso, dentre outros, e no final é tratada como mercadoria descartável em meio ao capitalismo e ao sistema patriarcal. Mulheres no geral sofrem em meio a sociedade burguesa, porém, quando se trata da mulher exercendo a prostituição o preconceito é dobrado. A imensidão de relatos de ex-prostitutas perseguidas pelas ações policiais em meio a ditadura militar e até mesmo atualmente é um exemplo desse sofrimento.

Mesmo com todo preconceito e discriminação sofrida, a prostituição é considerada indispensável a própria ordem social, porque sempre vai existir quem pague pela prostituta. Apesar dos poucos avanços que englobam essas mulheres, há o fato de a prostituição não ser considerada crime de acordo pelo próprio direito penal brasileiro, além de ser considerada uma ocupação pelo Ministério do Trabalho e do Emprego desde 2002 reconhecendo a categoria das “Profissional do Sexo” segundo a CBO.



Entretanto, a falta de organização e pressão aos parlamentares acompanhadas pelo senso comum impregnado de moral religiosa, tornaram a decisão dos parlamentares pragmáticas, rejeitando o Projeto de Lei nº. 98, de 2003, mesmo que previsto na própria constituição a liberdade de se exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão, portanto a não aprovação do projeto mencionado é a contradição dos princípios constitucionais que pregam a liberdade e a igualdade, dando mais enfoque para a exclusão social dessa categoria.

Consequentemente, mesmo apontados alguns avanços, quando se trata do tema prostituição, a sociedade é forjada a discriminar e rejeitar a aprovação dessa categoria como corpos portadores de direitos, livres, e donas de suas próprias decisões.

Ao abordarmos a prostituição, a primeira definição feita pelo senso comum é a ideia de trabalho fácil. Entretanto, essa não é uma realidade para todas, haja vista que, para quem exerce a prostituição, principalmente nas ruas, sofre constante preconceito, criminalização, violência física e psicológica, tanto por parte dos clientes, quanto da sociedade em geral,

Com os fechamentos das casas de prostituição, as pessoas que trabalhavam nesses locais estão à deriva nas ruas, sujeitas a todos os tipos de perigos. Não basta apenas fechar as casas de prostituição no intuito de combater a exploração sexual e sim pensar em políticas públicas para as pessoas que exercem a prostituição, pois muitas a exercem por questão de necessidade, não é simples falar sobre essa ocupação, assim como não é fácil exercer a prostituição em meio a atual sociedade, porém é uma categoria existente há décadas e que tem a necessidade de ser vista, ouvida, e compreendida por parte do estado, porque assim como Gabriela Leite, as demais pessoas que de fato escolheram exercer essa função, seja por necessidade financeira, seja pela praticidade ou por opção sem agravante, precisam ser respeitadas como cidadãs.

Diante da compreensão da prostituição na sociedade burguesa como um fenômeno comum e de fácil acesso, embora marcado por contradições penosas a quem a exerce, chega-se à conclusão de que se trata de uma categoria legítima e concreta, pertinente patente à existência humana e assim deve ser também uma atividade desenvolvida socialmente por portadores de direitos. Por isso é necessário argumentar sobre esses temas, justamente para que se busquem estratégias para lidar com mais essa “minoría” explorada pela dominação burguesa, visando um mundo melhor para as pessoas que sobrevivem desta ocupação, para que tenham seus direitos sociais devidamente garantidos, de modo a se alcançar o tão esperado respeito e dignidade humana como prostituta.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, G.; TEIXEIRA RODRIGUES, M. **Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de saúde (HIV/Aids)**. Revista de Ciências Sociais, v. 32, n.1/2, p. 53-68, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

AQUINO, P. S., XIMENES, L. B., PINHEIRO, A. K. B. **Políticas públicas de saúde voltadas à atenção à prostituta: breve resgate histórico**. Enfermagem em Foco 2010, Ceara

ASSUNÇÃO, R. C. B. **Entre a maternidade e a prostituição: identidade feminina e relações de poder em “A chave do amor” de Assis Brasil**: Letras em Revista, Teresina, 2014.

BARRETO, L. **Prostituição, Gênero e Sexualidade: Hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte**, agosto de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego** – MTE. Portal do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, 2008. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.js>

CARLONI, A. R; ENGLER, H. B. R. **Prostituição Feminina: notas sobre relações sociais de gênero** - Serviço Social & Realidade, Franca, v. 25, n. 2, 2016.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 8).

Estatuto da criança e do adolescente. – Brasília: Senado Federal, **Coordenação de Edições Técnicas**, 2017. 115p. Conteúdo: Lei nº. 8.069/1990. ISBN: 978-85-7018-885-4

FONSECA, C. **A dupla Carreira da mulher prostituta**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro n. 1, 1996.


HÉRITIER, F. **L’origine de la prostitution**. Paris: Antenne OLF 54, 2012.

LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta. A história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, S. M; MIRANDA. R. L. **O art. 218-B do Código Penal e sua evolução legislativa**. Abril de 2020 <https://esaoabsp.edu.br/Artigo?Art=182>.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MONTENEGRO, C. V e M. C. G de ARAÚJO **Capitalismo e Questão Social**. Cadernos de Graduação, Ciências humanas e sociais, Maceió, v. 2, novembro, 2014.



PEREIRA, A. G. **Estudos sobre prostituição: uma revisão da bibliografia sobre o tema e sua inserção no campo dos estudos de gênero.** Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, A. **Prostituição: uma visão global.** 2.ed. Rio de Janeiro, Pallas, 1976.

PEREIRA, J. B.; FEIJÓ, M. E. V: **Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana.** Caderno de graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT – Alagoas. 2014.

ROSENFELD, L. Cinara: **Autonomia outorgada e relação com o trabalho: liberdade e resistência no trabalho na indústria de processo.** Porto Alegre, 2003. p. 350-378.

SAFFIOTI, H. I.B. **Violência de Gênero no Brasil atual.** Estudos Feministas. n.e. 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIMÕES, S. S. **Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil.** Revista De Antropologia Da UFSCar. (2010).

SILVA, F. P. A. & COSTA, L. A. Fialho; **A Batalha: Construção de saberes de mulheres que exercem a prostituição em Salvador-Bahia.** Florianópolis, 2019.

SOUTO, S. E. **Violência contra as mulheres: Da violência psicológica à violência institucional.** Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, 2020.

CAPÍTULO 12

O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E AS POSSIBILIDADES DE RUPTURAS NO PODER PATRIARCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Camila Welikson
Leonel Azevedo de Aguiar

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica que realizou, com foco na questão de gênero, um breve levantamento de estudos sobre o Programa Bolsa-Família (PBF) e sua relação com a questão do trabalho doméstico não remunerado. A revisão da literatura sobre essa intersecção possibilita descrever como se construiu e prevaleceu uma determinada percepção cultural que motiva comportamentos desfavoráveis ao sexo feminino em associação a um programa social de governo. A análise do *corpus* pesquisado está circunscrita a discussão sobre a hipótese de uma ruptura imprevista no processo de subjetivação que o Programa Bolsa Família talvez possa operar na lógica do poder patriarcal, especificamente em relação ao trabalho doméstico não remunerado.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; feminismo; patriarcalismo; trabalho doméstico não remunerado; Programa Bolsa-Família.

INTRODUÇÃO

O feminismo é uma presença sólida na Contemporaneidade, estabelecida como visão de mundo e como crítica social e epistemológica. Uma de suas mais importantes pautas de luta social é a dissociação do trabalho doméstico ao sexo feminino. Desde o início da Modernidade até nossa Contemporaneidade, entretanto, lavar e passar roupa, fazer a comida, varrer a casa e cuidar das crianças são atividades percebidas pela sociedade como parte integrante da “natureza” do sexo feminino. Tal percepção atravessou o pensamento iluminista do século XVIII, foi enraizada na cultura de diversos países, inclusive latino-americanos, e reforçada nas sociedades neoliberais atuais. Perpetuou-se na cultura como um *habitus*, expressão cunhada por Bourdieu (2005) para designar os princípios geradores de práticas distintas e distintivas, ou seja, processos de socialidade que produzem capital cultural incorporado.

Este capítulo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre como autoras e autores brasileiros analisaram essa percepção cultural – que motiva comportamentos desfavoráveis ao sexo feminino – associada a um programa social, o Programa Bolsa Família (PBF). Os trabalhos analisados apontam que o fato desse programa social vincular a mulher às responsabilidades domésticas ocasionou repúdio de setores do movimento feminista. Contudo,


apesar das inúmeras críticas ao PBF, o que ocorre – conforme pretendemos demonstrar neste estudo de caso – talvez possa ser uma mudança no assujeitamento feminino em uma relação de poder baseada no gênero.

Como propõe Foucault (1993), o poder está ligado a uma questão de enfrentamento e é preciso buscar uma nova forma de investigação sobre ele a partir das resistências que o contrapõem. Seria natural, portanto, pensar o tema abordado aqui a partir do feminismo, da luta contra o machismo e contra o sexismo. Mas Foucault (1989) afirma, também, que o poder opera em diferentes níveis, desde os interpessoais e íntimos até os níveis dos mais altos escalões da sociedade e que todas as formas de poder não derivam do Estado, mas se estruturam por meio dele. Sendo assim, nossa proposta é refletir sobre um enfrentamento não planejado do poder que envolve a participação do Estado e, curiosamente, recebeu a crítica de quem, usualmente, se apresenta como resistência ao poder masculino sobre as mulheres. Nossa análise será focada na discussão sobre a hipótese de uma inesperada ruptura que o Programa Bolsa Família opera na lógica de poder do homem sobre a mulher – o poder patriarcal –, em especial, em relação a questão do trabalho doméstico.

CONSTRUÇÃO DO PAPEL DA MULHER

A modernidade trouxe mudanças importantes para os papéis de gênero no mundo ocidental. Com a industrialização, surgiu uma nova organização econômica e social e uma separação bem definida entre o espaço público e o espaço privado. À mulher, foi atribuída a tarefa de cuidar da casa e das crianças, funções do domínio privado, enquanto o homem assumiu as tarefas do domínio público: o político e o econômico. Dentro desta divisão de papéis, solidificou-se a falsa ideia de mulheres frágeis, dependentes da proteção masculina

Não foi sempre assim. Gerner Lerda (1986) relata, em *The creation of Patriarchy*, que nos estágios pré-históricos da cultura, o Estado Selvagem e o Estágio de Barbárie, como definiu Engels, as mulheres eram livres, respeitadas e reconhecidas como a grande força de seu clã. Se, por um lado, elas já eram, de fato, associadas à casa, por outro lado, esta associação tinha um sentido de domínio, força e autonomia, numa estrutura em que eram elas quem ditavam a ordem doméstica. Conforme Lerda, Engels (1961) defende, no clássico *A Origem da Família, Propriedade Privada e do Estado*, que os primeiros seres humanos viveram em sociedades não hierárquicas, sem opressão às mulheres. A ideia de uma sociedade sem classes e sem dominação masculina provocou um amplo debate acadêmico no campo das ciências sociais, inclusive entre as feministas, e é considerada, por muitos, uma ideia já ultrapassada. No entanto, apesar de



algumas já reconhecidas deficiências das teorias de Engels, a importância deste trabalho é incontestável. De acordo com Gerda Lerner, teórica feminista, ao identificar uma derrota histórica mundial do sexo feminino, o autor nos ajuda a compreender a posição das mulheres na sociedade e na História. De fato, o controle sobre a sexualidade das mulheres é bem fundamentado por Engels e suas ideias ainda encontram espaço entre várias feministas, por isso, consideramos importante considerá-lo neste trabalho.

No processo de desenvolvimento rumo à fase da civilização, a produção e os animais tornaram-se riquezas e como tal deveriam ser protegidos. Estava aberto o caminho para a criação da propriedade privada. E quando ocorriam separações conjugais, rebanho e ferramentas de trabalho ficavam com os homens, portanto, os bens valiosos não pertenciam às mulheres.

Desta forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido e o foi (...). Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Nada sabemos a respeito de como e quando se produziu essa revolução entre os povos cultos, pois isso remonta aos tempos pré-históricos. Mas os dados reunidos (...) acerca dos numerosos vestígios do direito materno demonstram plenamente que tal revolução ocorreu (MARX e ENGELS, 1961, p. 47-48).

Para Engels, o fim do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo e esta revolução permitiu a passagem para uma sociedade patriarcal, em que o homem se apoderou da direção da casa, enquanto a mulher tornou-se simples instrumento de reprodução. O governo do lar perdeu seu caráter social. A mulher passou a cuidar da casa sem ganhar espaço na indústria social e, portanto, não conseguiu ganhar sua vida de maneira independente. Neste momento, consolidou-se também a monogamia. Afinal, para assegurar a herança aos filhos, a mulher deveria ser fiel e, para tanto, estava entregue aos poderes do parceiro, sem reservas. Nesta relação, apenas o homem poderia romper laços. A monogamia marcou, então, o início do período em que o bem-estar e o desenvolvimento de um – do homem – se dava às custas da dor e da repressão de outro – da mulher.

Engels e Marx (1961) escreveram que a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. A esta afirmação, Engels acrescentou que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS e MARX, 1961, p. 55). A família

individual moderna foi construída a partir de uma espécie de escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher. Engels, que não se intimidou ao colocar o dedo na ferida, explicou, de forma clara, que, nesta estrutura, o homem é o burguês e a mulher é o proletário.

Mas para um outro pensador, não devemos resumir o poder dos homens sobre as mulheres a uma questão de classe. Foucault (1993) defendia que o assujeitamento, ou seja, a sujeição das mulheres ao poder dos homens, não está relacionado a este tipo de exploração. Para ele, a mulher foi transformada em sujeito – no sentido de estar assujeitada a um tipo específico de poder – porque existe um ato que, quando praticado, se realiza e interfere na sociedade e nas relações sociais. E ele só é praticado e se realiza porque, em primeiro lugar, está baseado em saberes proclamados como soberanos. De fato, “no caso das mulheres, o destino estava traçado havia muito tempo: seriam escravas domésticas, emudecidas quase completamente pelos laços ambíguos estabelecidos no interior dos ambientes privados” (REGO; PINZANI, 2014, p. 23). É importante lembrar:


O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por ele (FOUCAULT, 1989, p. 183).

O conceito proposto por Foucault nos faz perceber que o poder se exerce dentro de uma rede de relações sociais. “Mais do que isso, a micropolítica e a macropolítica não estão separadas na sociedade. Ao contrário, interpenetram-se, mostrando, cada uma, força para transformar a outra” (SAFFIOTI, 2019, p. 157). Com base neste pensamento é que devemos refletir sobre o trabalho doméstico não remunerado.

O TRABALHO DOMÉSTICO

A família é o produto do sistema social e é também reflexo do estado de cultura deste sistema. Paralelamente à construção do papel da mulher devido a interesses econômicos, construiu-se culturalmente a sua imagem a partir de uma noção de inferioridade natural. Pensadores iluministas reforçavam a divisão de papéis, distinguindo o espaço familiar do espaço civil e impondo às mulheres a responsabilidade pelas atividades na esfera doméstica. Na Inglaterra e na França, a extensão do capitalismo comercial reforçou a sua sujeição, especialmente a partir do século XVIII:

As mulheres casadas tinham perdido boa parte de qualquer personalidade legal independente que tivessem tido antes e tinham menos direito legal de tomar decisões próprias sobre seus dotes e seus bens do que anteriormente. Mulheres proprietárias



eram cada vez menos envolvidas em assembleias políticas locais e regionais. Mulheres trabalhadoras de famílias prósperas começavam a abandonar o trabalho produtivo e aquelas de famílias pobres cada vez mais ocupavam as posições mais mal remuneradas do mercado de trabalho. Isto não quer dizer que as mulheres não tivessem acesso informal ao poder ou que tivessem perdido o papel vital na economia nesses séculos, mas o caráter daquelas relações estava em crise (DAVIS, 1990, p. 108-109).

Teorias foram elaboradas sobre a diferença sexual com base na distinção preliminar entre a esfera pública e privada, em que o argumento principal era de que mulheres possuíam determinadas características morais que poderiam ser reforçadas no cenário certo, ou seja, dentro de casa:


Rousseau combinou sua crítica da fraqueza moral e sexual das mulheres com a crença de que elas poderiam agir como fontes de inspiração moral e orientação se lhes fosse permitido florescer em seus mundos domésticos. Os pensadores iluministas defendiam que a esfera doméstica poderia servir como um papel positivo para mulheres, um papel baseado em uma afirmação de diferença, mais do que similaridade, com os homens (HALL, 2013, p. 91-92).

No século XIX, este pensamento ganhou força. O jornalista e político inglês William Cobbett foi seu ferrenho defensor. Dizia que as mulheres só poderiam se tornar merecedoras de respeito a partir de suas habilidades domésticas. Se fosse incapaz de cozinhar não era de confiança, dizia ele. “O consenso radical de Cobbett colocava a mulher firmemente na esfera doméstica” (HALL, 2013, p. 92).

Conceitos semelhantes imperaram no Brasil desde o período colonial – quando o serviço da Casa Grande estava destinado às escravizadas – até os dias atuais. A combinação de ideias patriarcais com ideias capitalistas permitiu o surgimento da tese de que o trabalho doméstico é um trabalho natural das mulheres e que não tem valor; portanto, não deve ser remunerado. Esta tese, por sua vez, possibilitou a reprodução do próprio modelo capitalista e tornou-se, na análise de Silvia Federici (2019), a manipulação mais dissipada e a violência mais sutil já perenizadas pelo capitalismo contra um setor da classe trabalhadora.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado (FEDERICI, 2019, p. 42).

O trabalho reprodutivo é aquele necessário para a reprodução da espécie humana, o que inclui a gravidez e o parto, portanto, algo que pertence naturalmente à mulher. No entanto, também é considerado trabalho reprodutivo aquele que garante a sobrevivência humana, ou seja, a alimentação, cuidados físicos e sanitários, manutenção do espaço e dos bens domésticos. Estas atividades acabam por também ser naturalmente atribuídas à mulher e não são



reconhecidas na esfera econômica e social, diferentemente do trabalho produtivo (assalariado), que é aquele trabalho que modifica o valor de uso das mercadorias, o que gera riqueza material e não material.

A reprodução da falsa verdade sobre o trabalho doméstico não remunerado ser uma ocupação natural do sexo feminino está associada a uma dinâmica que aniquila direitos sociais, econômicos e, principalmente, políticos:

A divisão sexual do trabalho doméstico, em seu entrelaçamento com a organização do trabalho assalariado no capitalismo, explicaria, por exemplo, o fato de a jornada de trabalho “normal” ser aquela de um indivíduo liberado do trabalho cotidiano necessário para sua própria manutenção. Se considerarmos o fato de que estão em questão o acesso ao tempo livre e à renda, teremos uma base para o entendimento de que as possibilidades de participação no sistema político não variam apenas segundo a posição socioeconômica relativa da unidade familiar (medida, por exemplo, pela renda média familiar e pelo tipo de ocupação à qual o chefe da família tem acesso), mas guardam correspondência com as hierarquias *de gênero* (BIROLI, 2018, p. 30).


A divisão sexual do trabalho é realmente uma arapuca para as mulheres. As hierarquias de gênero nas quais se sustenta a sociedade brasileira contemporânea impulsionam limitações e desvantagens que regem suas trajetórias.

Para quebrar com a percepção de que a mulher é o sexo frágil é necessário, inicialmente, perceber que as definições não são estáticas. Como afirma Bourdieu (2005), conserva-se ou transforma-se o mundo social, conservando-se ou transformando-se as categorias de percepção deste mundo social. Não é possível mudar as relações entre os sexos enquanto prevalecer a ideia de que um é fraco e o outro é forte, de que um é emocional e o outro racional, de que um pertence à vida pública e o outro à vida doméstica. Enquanto estas categorias permanecerem e atribuírem sentido à vida social, não será possível mudar a vida social e é justamente para tentar quebrar com esta lógica, que os movimentos feministas se organizam e atuam.

Ainda segundo Bourdieu (2005), o campo político é formado por várias lutas simbólicas e seus agentes utilizam capitais desiguais e poderes simbólicos desiguais. É importante entender que o campo político é uma espécie de “jogo” de disputas e as mulheres que participam dele precisam obedecer à mesma lógica para buscar ampliação de capital político e trabalhar pautas que possibilitem a elas uma maior visibilidade.

REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS

Ao longo da História, houve mulheres que escaparam dos papéis tradicionalmente definidos para o sexo feminino, mas sobre elas não se jogou nenhum holofote. O papel da mulher – como personagem e como produtora de conhecimento – não era sequer considerado até meados do século XIX. No pensamento ilustrado do século XVIII, por exemplo, o discurso



político e histórico foi construído com base em um sujeito abstrato e, fundamentalmente, masculino.

A chamada primeira onda feminista de meados do século XIX deu início a uma mudança, representada com a luta das mulheres pelo direito ao voto e à participação na política e na vida pública. De acordo com Adriana Piscitelli (2009), foi a partir da luta social que emergiu uma contribuição teórica indispensável para o pensamento social. Aos aspectos que, historicamente, fizeram parte das reivindicações feministas (em relação à dominação masculina), uniram-se noções teóricas que tinham como objetivo mostrar que distinções entre feminino e masculino pertencem ao campo social.


Foram muitos os avanços desde então, mas, foram muitos também os obstáculos. No Brasil, a exclusão das mulheres do “mundo da educação” retardou a consciência política e, conseqüentemente, atrasou suas demandas por direitos e pela cidadania. A primeira grande Lei Educacional de 1827 – portanto, três anos após a Constituição de 1824 – estabelecia currículos diferentes para meninos e meninas. A elas, estava vedado estudo de frações e geometria, por exemplo, limitando-se o ensino das quatro operações básicas.

Nas discussões que antecederam a elaboração da Constituição Republicana Brasileira, de 1891, muitos deputados criticavam fortemente o sufrágio feminino, com a alegação de que a mulher era naturalmente inferior. A decepção com a Constituição, que negou o voto às mulheres, incentivou a organização de grupos feministas no Brasil.

As mulheres tiveram conquistas nas décadas seguintes, entre elas a aprovação, em 1932, do novo Código Eleitoral que garantiu, com restrições, o direito de voto feminino, a inserção dos “direitos das mulheres” na Carta da ONU, em 1945 – uma conquista protagonizada pela brasileira Bertha Lutz –, a igualdade do dever ao voto para ambos os sexos, independentemente da instrução, na Constituição de 1946 e a aprovação do Estatuto da Mulher Casada, de 1962, em que a mulher deixou de ser legalmente representada pelo marido.

A partir dos anos 1970, com a segunda onda feminista, reivindicações e mobilizações políticas e sociais irromperam por toda a Europa e também nos Estados Unidos, e ocorreu a emergência de um debate histórico acerca da mulher, o que contribuiu para que ela fosse percebida como agente integrante da narrativa histórica.

Apesar da batalha para fugir da tríade “maternidade/casamento/lar”, a ideia de que a mulher deve buscar um “bom casamento” e assumir a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pela educação dos filhos continua praticamente inabalável. Para combater esse



pensamento, já na década de 1970, autoras feministas debatiam sobre o trabalho doméstico não remunerado. Silvia Federici publicou o artigo “Salários contra o trabalho doméstico”, em 1975, em que propunha o pagamento de salários para estas tarefas. Mas o problema persiste.


O Instituto de Pesquisa Datafolha realizou uma série histórica sobre a participação dos brasileiros na economia do país. A pesquisa demonstrou que, estatisticamente, era e ainda é insignificante a parcela masculina que responde ter como principal função os serviços domésticos. De acordo com os dados apresentados, em 1993, 19% da população declaravam sua ocupação como “do lar” – termo apresentado pelos próprios entrevistados. Em 2019, a parcela da população que se declarou “dona de casa” caiu para 7%, conforme pesquisa do Datafolha publicado no site do jornal Folha de São Paulo em na edição de 6 de agosto de 2019 (PARCELA, p. 24, 2019).

Estes números podem, a princípio, indicar uma conquista das mulheres, mas uma análise mais apurada mostra que não se identificar como “dona de casa” não significa que elas estejam indo para o mercado de trabalho e abandonando as tarefas domésticas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as mulheres separam 21,3 horas semanais para cuidar da casa e de outras pessoas, enquanto os homens separam metade desse tempo para as mesmas atividades (IBGE, 2019).

Muitas mulheres ingressaram no mundo do trabalho fora de casa, mas continuaram a lavar, cozinhar, passar roupa, cuidar dos filhos e limpar a casa. A diferença é que agora assumem esta função à noite, de manhã ou nos finais de semana. Os dados revelam que o problema do trabalho doméstico não remunerado é ainda mais dramático para as mulheres atualmente porque elas dedicam mais horas ao trabalho, seja ele produtivo ou reprodutivo.

O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA

Neste cenário, em 20 de outubro de 2003, a Medida Provisória 132 – convertida em lei em 9 de janeiro do ano seguinte, pela Lei Federal 10.836 – estabelecia o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com o objetivo de ajudá-las a superar a situação de vulnerabilidade e pobreza, garantindo o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Famílias pobres são definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 89,01 a R\$ 178,00 e famílias extremamente pobres são aquelas com renda per capita de até R\$ 89,00.




Para ser beneficiária do PBF, a família precisa ter em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes ente 0 e 17 anos. O benefício, que varia entre R\$ 41,00 e R\$ 205,00, para ser liberado, depende de contrapartidas: no caso de existência de gestantes, é necessário o comparecimento às consultas de pré-natal, conforme calendário preconizado pelo Ministério da Saúde; também exige-se a participação em atividades educativas ofertadas pelo Ministério da Saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável, no caso de inclusão de nutrizes (mães que amamentam); é imperioso, ainda, manter em dia o cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos, haver acompanhamento da saúde de mulheres na faixa de 14 a 44 anos; e, por fim, é indispensável a frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos.

Famílias beneficiárias do PBF precisam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, cujas informações coletadas são declaradas pela pessoa responsável da unidade familiar que deve ter 16 anos ou mais e ser preferencialmente do sexo feminino. A pessoa responsável pelo Cadastro Único é também a titular do PBF, ou seja, quem tem autorização para o saque do benefício.

A regra que liga a mulher ao benefício já existia em outros programas de transferência de renda condicionada e tem como base análises empíricas sobre gastos domiciliares que indicam um reforço da utilização do dinheiro em prol da família quando o benefício é condicionado à mulher. Portanto, do ponto de vista administrativo, a decisão governamental seguiu, para o PBF, a lógica já fundamentada e aplicada anteriormente. Como resultado, mais de 90% das famílias beneficiárias têm mulheres como titulares (BARTHOLO et al., 2020).

O uso instrumental da mulher gera algumas condenações, principalmente por parte de grupos feministas, que acusam o Estado de se basear na percepção de que, dentro da divisão sexual do trabalho, o sexo feminino é responsável pelo trabalho reprodutivo. Entre as críticas, está: a) reforço da naturalização do papel feminino de cuidado; b) aumento da responsabilidade e do tempo gasto pela mulher com a saúde e educação dos filhos; c) falta de apoio às mulheres mais velhas para que ampliem o leque de escolhas sociais; d) distanciamento do trabalho produtivo, gerador de independência e autonomia. Em poucas palavras, a mulher é usada como instrumento, mas não é o foco do programa social.

Ao observar como operam os esquemas de inteligibilidade e controle capazes de constranger a autonomia de mulheres empobrecidas beneficiárias do Bolsa Família, Ângela Cristina Salgueiro Marques e Angie Biondi (2018) evidenciam de que forma o governo de




corpos femininos envolve a produção de técnicas e narrativas que percebem as mulheres empobrecidas como desviantes a serem punidas ou recompensadas por seus modos de vida, julgados como dignos ou indignos. As autoras perguntam se, entre a biopolítica e a biopotência, as vulnerabilidades podem produzir práticas de resistência. Para Marques e Biondi, as possibilidades de subjetivação permitidas a estas mulheres “aparecem previamente determinadas por sua inserção geográfica, sua condição de vida, sua raça e por ideologias que as inserem e as restringem ao contexto doméstico, à maternidade, à subserviência do trabalho precário” (MARQUES; BIONDI, 2018, p. 234).

Marques e Biondi recorrem a trabalhos de Fassin (2006, 2009, 2010, 2015) para compreender o modo como se dá atualmente o acesso às políticas sociais dos governos, denominado biolegitimidade. Segundo as autoras, a biolegitimidade aponta que a produção de direitos, de reconhecimento e de acesso a serviços e atendimento por parte do Estado estão atreladas ao modo como o Estado disponibiliza atendimento aos sujeitos precários,

exigindo deles enunciados e formulários que atestem um status, uma condição, uma internalização da dependência e uma total rendição aos aparelhos de correção e controle. Exibir-se, exibir a precariedade, relatá-la em narrativas de vulnerabilidade como destituidora de agência e possibilidade de subsistência, formulários padronizados e entrevistas com assistentes sociais são exemplos de processos biolegitimadores em que também o corpo é usado como “fonte de direitos”, numa espécie de exigência a priori da pré-condição para o acesso a políticas sociais. Quanto mais deteriorados forem os corpos e os locais de moradia, mais aptos parecem estar os sujeitos a receberem benefícios. Os agentes institucionais, não raro, exigem provas narrativas ou físicas das dificuldades, dos fracassos e da inaptidão para justificar a necessidade, misturando mérito e compaixão (MARQUES. BIONDI, 2018, p. 241).

Apesar do objetivo do PBF não ser a equidade de gênero e apesar das críticas de que, neste programa, a mulher é vista em seu papel tradicional de cuidadora, os resultados dessa política pública resultam em mudanças significativas da estrutura de poder entre sexos dentro das famílias que recebem tal auxílio monetário. Não se pode negar, por exemplo, que o acesso à renda é capaz de amplificar o poder de decisão da mulher, o que dá a ela, conseqüentemente, mais autonomia, ao assumir participação na provisão financeira, função tradicionalmente masculina. Existe a hipótese – não comprovada – de que a o menor índice de doenças em crianças por conta dos cuidados de saúde leva à redução do tempo que as mulheres gastam dedicando-se ao tratamento dos filhos (REGO; PINZANI, 2014).

No campo dos direitos reprodutivos femininos, as pesquisas realizadas (BARTHOLO et al., 2020) também indicam maior autonomia decisória sobre o próprio corpo, maior frequência ao sistema de saúde, maior conhecimento sobre uso de métodos contraceptivos,



maior conscientização de seus próprios direitos e maior exercício do direito de decidir sobre sua fecundidade.


Há, ainda, uma percepção bastante curiosa entre os próprios beneficiários do Bolsa Família. Além da crença de que a mulher é a maior conhecedora das necessidades dos filhos e da casa, o valor recebido é reconhecido como uma contribuição dela ao orçamento doméstico, portanto, presume-se que é dela o direito de decidir como gastá-lo. Essa situação lhe permite uma segurança financeira que reduz sua dependência em relação ao parceiro e aumenta o sentimento de respeito próprio e os questionamentos em torno da autoridade masculina tradicional. Portanto, crescem as possibilidades de rompimento de relacionamentos abusivos, violentos ou simplesmente indesejados. Já em relação ao trabalho remunerado:

De um lado, é incontestável o papel do trabalho remunerado para a independência e a autonomia femininas, de forma que dedicar menos tempo a ele, e mais tempo ao espaço doméstico, significaria fortalecer o papel tradicional da mulher como provedora de cuidados. Porém, se esse trabalho é precário e mal remunerado, seu caráter promotor de independência fica comprometido, e uma menor dedicação das beneficiárias a este tipo de engajamento produtivo poderia indicar que o programa permite reduzir a sujeição feminina a relações de exploração no mercado de trabalho e, neste sentido, ampliar o leque de escolhas para as mulheres (BARTHOLO et al., 2019, p. 19).

Ricardo Antunes (2009), ao estudar os infoproletários e a precarização estrutural do trabalho, aponta que, nas últimas décadas, houve um aumento significativo do trabalho feminino – em especial entre as mulheres de baixa renda – que representa mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados em situações de precarização e desregulamentação. O processo de feminilização do trabalho não significa necessariamente conquistas das mulheres ou direitos iguais para ambos os sexos, acontecendo um movimento inverso, que resulta em remuneração e direitos sociais frequentemente menores.

Rego e Pinzani (2014) acreditam que o programa possibilite que mulheres rejeitem trabalhos desvalorizados, sub-remunerados e precários e busquem por empregos com reais direitos trabalhistas, o que significa uma total ruptura da histórica precarização do trabalho feminino. Para estes autores, o PBF é o início de um processo de rompimento com a cultura da resignação e o fim da sensação constante de que a miséria é uma sina.

Constatamos uma mudança profunda na subjetividade das mulheres beneficiárias. O futuro deixa de ser imutável e pré-determinado, a eterna repetição da miséria e do sofrimento atávicos, e se torna (...) uma opção e um desafio para nossa geração. Essa abertura de novas possibilidades no futuro representa um aumento de liberdade, se a identificarmos, como nos ensina Amartya Sen, com o incremento da capacidade de escolha, isto é, da capacidade de projetar a própria vida. (REGO; PINZANI, 2014, p. 237)



Se, por um lado, o PBF gera uma instrumentalização da mulher, por outro lado, o elo que se cria entre a mulher e o Estado produz um maior sentimento de cidadania e participação política, já que o Estado a reconhece como detentora de direitos e deveres, como alguém que existe politicamente. A mera necessidade de tirar documentos civis para a inscrição no programa já implica em uma sensação de visibilidade e pertencimento da sociedade. O PBF é, portanto, um passo enorme para o reconhecimento da cidadania das mulheres como sujeitos.

O PBF, então, ajuda a quebrar um poder simbólico fortemente enraizado na sociedade e, com isso, os efeitos reais produzidos por ele começam a se transformar. Não estamos falando aqui em uma revolução que abala os alicerces sociais, até porque, como explica Bourdieu (2005), a destruição do poder simbólico supõe o aniquilamento de crenças e ainda estamos longe de chegar neste ponto, mas, há sem dúvida, uma mudança. Mudança pequena e, talvez, pouco significativa, mas ainda assim, uma mudança no *habitus*, produtor da História das mulheres a partir da História da humanidade, desta história incorporada, quase uma natureza. A cultura existente nos corpos das pessoas começa a sofrer pequenas alterações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista buscou ações que melhorassem a situação da mulher. Muitas ativistas, inclusive, defenderam um – quase utópico – pagamento pelo trabalho doméstico. Quando o Programa Bolsa Família surgiu vinculado ao sexo feminino foi criticado por diversos destes movimentos por apenas instrumentalizar a mulher e reforçar seu papel de dona de casa.

Entretanto, o programa, mesmo sem ter sido criado com este objetivo, acabou funcionando como um impulsionador dos direitos da mulher, tirou-a do papel de sujeitada para ocupar o papel de sujeito, no sentido de cidadã dona de sua própria liberdade e autonomia e acabou por realizar, mesmo que de forma não intencional, a remuneração do trabalho doméstico.

Com o PBF, as mulheres tiveram uma alternativa para fugir das posições mais precárias e mais mal remuneradas do mercado de trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que tiveram uma garantia financeira para exercer as funções domésticas, papel já imposto a elas pela sociedade.

O direcionamento do benefício do programa social ao membro do sexo feminino da família permitiu a quebra da lógica de dominação e poder que dá ao homem a sensação de sentir-se no direito de controlar a parceira e até de agredi-la física e/ou verbalmente. O PBF, portanto, alterou involuntariamente esta lógica, concretizando uma das antigas demandas

feministas e alterando as relações de poder e sujeição entre homens e mulheres dentro de várias famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARTHOLO, Leticia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cadernos Pagu**, n. 55, dez. 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FASSIN, Didier. Souffrir par le social, gouverner par l'écoute: une configuration sémantique de l'action publique. **Politix**, v. 1, n. 73, p. 137-157, 2006.

FASSIN, D. Another politics of life is possible. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.

FASSIN, D. Évaluer les vies: essai d'anthropologie biopolitique. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 1-2, n. 128-129, p. 105-115, 2010.

FASSIN, D. **At the heart of the state**: the moral world of institutions. Londres: Pluto Press, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; HUBERT, Dreyfus. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p. 231-249.

HALL, Catherine. La historia de Samuel y Jemima: género y cultura en la Inglaterra del siglo XIX. **Mora**, v. 19, n. 2, p. 88-110, jul./dez. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestre Móvel - PNADC/M**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>. Acesso em 10 nov. 2019.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, jan. 2000, p. 191-206.

LERDA, Gerner. **The creation of Patriarchy**. Nova York: Oxford University Press, 1986.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; BIONDI, Angie. O enquadramento biopolítico de mulheres empobrecidas em fotografias jornalísticas sobre o programa Bolsa-Família. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life, 2018. p. 225-244. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1m4icSBgkmvwTlklgpOPS0Mkt4gRx0bx8/view>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961, v.3.

PARCELA da população que se declara dona de casa cai para 7% em 26 anos. **Folha de São Paulo**, ano 99, n. 32.998, p. A24, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/parcela-da-populacao-que-se-declara-dona-de-casa-cai-para-7-em-26-anos.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Ed.Unesp, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**. Formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

YOUNG, Kate. Reflexiones sobre cómo enfrentar las necesidades de las mujeres. In: GUZMÁN, Virginia et al. (Eds.). **Una nueva mirada: género en el desarrollo**. Lima: Flora Tristán/ Entre Mujeres, 1991.

CAPÍTULO 13

DIÁLOGOS E NARRATIVAS NA REDE: A EXPRESSÃO DO GÊNERO NA CIBERCULTURA²⁵

Fábio dos Santos Coradini

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como as narrativas referente as questões de gênero estão sendo construídas nas interfaces digitais, em especial na rede Youtube, entendendo essas ações como uma manifestação política, social e científica na cibercultura. Em um primeiro momento, será apresentado um referencial teórico capaz de teorizar diálogos sobre o gênero disponíveis em espaços digitais de grande concentração online de indivíduos, contextualizar os conceitos da cibercultura dentro do campo de atuação e promover a análise de discurso das diversas narrativas apresentadas no decorrer do desenvolvimento do estudo. Baseando-se nas transformações da cultura de acesso a virtualidade, torna-se possível acerca dos impactos sociais compreender o quanto estar conectado tornou-se uma forma de evidenciar papéis sociais. A vista disso, podemos afirmar que o ciberespaço como interlocutor da comunicação precisa ser habitado, explorado, vivenciado, investigado e acima de tudo compreendido. As redes de conexão digital funcionam como um campo de divulgação das mais diferentes temáticas, entre eles iremos destacar as narrativas de gênero construídas nas mais diferentes orientações teóricas e que fundamentam a existência de muitos grupos que se encontravam ocultos socialmente, como por exemplo, as comunidades LGBTIQ+. Para além das questões que norteiam as características das comunidades, o propósito deste trabalho se fundamenta em propor um olhar e compreender esse fenômeno no campo da cibercultura.

Palavras-chave: Cibercultura, Narrativas, Rede, Gênero, LGBTIQ+.

PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura, Gênero, Sexualidade, Narrativas, Rede.

INTRODUÇÃO

“Nasci menino, nasci menina” e quem define esse nascimento é a sociedade e o tempo ao qual estamos inseridos, olhamos assim para o órgão genital para sermos enquadrados como homem ou mulher. Butler (2015) afirma que a cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. Para a compreensão das análises das narrativas de gênero na cibercultura, faz-se necessário entender questões peculiares sobre o direcionamento da base teórica no processo investigativo. Quando falamos de narrativa, temos de esclarecer o seu significado. De acordo com Stephens (1992), esta constitui-se a partir da imbricação de três componentes: História – abrange as personagens envolvidas em determinados acontecimentos, num espaço e tempo determinados e possibilita uma primeira


²⁵ GPDOC/UFRRJ – Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura

interpretação do que é contado; Discurso – forma específica como qualquer história é apresentada; Significação – uma interpretação de segundo nível que o ouvinte/leitor/espectador obtém a partir do inter-relacionamento da história e do respectivo discurso.

Compreender o ciberespaço e sua relação com o gênero, nos propicia entender quem são os corpos que se apresentam para a cocriação desses diálogos que são capazes de promover mudanças sociais. Através destas expressões no ciberespaço, que também pode ser chamado de “rede” (LEVY, 1999, p. 14). Para entender o fenômeno dos diálogos de gênero e suas performatividades na cibercultura, nos permitirá compreender as narrativas construídas a partir das vivências experimentadas e praticadas no cotidiano, assim como os personagens de sua constituição. Para além do digital, as práticas são vivenciadas e espelhadas em uma ótica no ciberespaço, fundamentada por importantes questões, como a sua propagação em rede. Estas histórias precisam ser catalogadas, registradas e etnógrafadas.

Nesse campo de possibilidades, a cibercultura segundo Santos (2009), vem promovendo novas possibilidades de socialização e aprendizagens mediadas pelo ciberespaço e, no caso específico da educação, pelas interfaces digitais de aprendizagem. Ainda, de acordo com a autora “o ciberespaço é muito mais que um meio de comunicação ou mídia. Ele reúne, integra e redimensiona uma infinidade de mídias [...]. A rede é a palavra de ordem do ciberespaço. O gênero construído na cibercultura, se estabelece em um diálogo com os corpos físico e digitais presentes nesta relação, ou seja, de acordo com Louro (2000, p. 6) “os corpos ganham sentido socialmente, e dessa forma, a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. Louro (2000, p. 7) continua afirmando que com as possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. Em contrapartida, as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

A proposta desenvolvida analisará como as narrativas construídas perante o gênero na cibercultura são apropriadas para os debates contemporâneos. Neste sentido esta proposta se fundamenta no sujeito que se encontra disponível na rede, com construção de falas apropriadas, acessíveis e de formação social, que ao serem estudadas são capazes de nortear os cortes epistemológicos nos discursos em um determinado tempo histórico. As performances do gênero no palco da cibercultura se fundamenta no pertencimento, ou seja, para existir precisamos pertencer a algum lugar, comunidade, espaço, família, território, e analisando diretamente a realidade de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais, essa lacuna ainda de perfaz em



muitas vidas. Em contrapartida, o digital se estabelece como objetivo de existência, de estudo das relações de gênero, da identidade de gênero e de suas expressões, dialogando com as diversas construções históricas e sociais na espaço cibercultural.

Compreendemos assim que todas as temáticas antes discutidas no material impresso, se transportaram para o espaço digital, local que se tornou palco para controvérsias entre o bem o mal, pois grande parte da massa navegante necessita de maturidade de acesso, porém proporcionou a muitos a apropriação do lugar de fala, da existência, do pertencimento e do posicionamento. Dentre essas questões que norteiam a inexistência social de alguns grupos, destacamos nesta pesquisa o direcionamento para o gênero e todas as suas performatividades.

Perante estas relações de construção da história do gênero e da cibercultura que iremos traçar um caminho etnográfico entre o real e o virtual, justamente para que possamos entender a partir de qual momento os espaços digitais foram protagonistas na condução de uma nova realidade, estamos falando da necessidade de pertencimento social.

Analisando esse movimento histórico, Scott (1995) nos lembra que definir gênero, contudo, é muito mais complexo do que seguir padrões biológicos, uma vez que os fatores que presidem a adesão ao feminino ou ao masculino são subjetivos, múltiplos e complexos. Assim, a identidade de gênero não está diretamente relacionada à estrutura física. Ela se torna uma moldura mediada pelas convivências experimentadas, individuais, subjetivos e em um coletivo social.

De acordo com Louro (2000, p. 6) “os corpos ganham sentido socialmente, e dessa forma, a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. Então, de acordo com Caminha e Ferreira (2016) a partir do salto qualitativo da cibernética nas últimas décadas, dito de outro modo, a tecnologia avançada, a realidade virtual e a dinâmica cultural nos colocaram em um estado para além do humano, em um lugar do qual "surge um novo problema filosófico: redefinir o que é ser humano" (COUTO, 2013, p. 175).

Podemos entender que a essa redefinição de ser humano, se estabelece em uma linha de acronia e atopia, conforme afirma Chauí (2017), ou seja, a tecnologia, segundo ela, reduz o espaço ao “ponto” – atopia – e o tempo ao “instante” – acronia, o que gera crises justamente por sermos “seres temporais e espaciais”. Neste sentido Chauí (2017) afirma que atopia e acronia são formas de existências. Essa existência entre o real e o virtual, se perpetua para o ciberespaço, local onde o usuário poderá deixar suas visões, opiniões e imagens do mundo.

Através destas expressões no ciberespaço, que também pode ser chamado de “rede” (LEVY, 1999), o ciberespaço deve ser concebido não apenas como uma infraestrutura material ou suporte tecnológico, mas como um conjunto de informações e de usuários que habitam esse espaço e o alimentam de informações. A cibercultura pode assim ser definida como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 14).

Santos (2019) defini cibercultura como:

A cibercultura é compreendida como cultura contemporânea, na qual a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos se dão na interface cidade-ciberespaço, emergindo assim novos arranjos espaçotemporais e, com eles, novas práticas educativas e de formação (SANTOS, 2019, p. 20).


Para Lévy (1999), a cibercultura é a expressão de uma nova forma cultural universal que difere das que a precedem – como a ciência, as religiões bíblicas e os direitos humanos – por ser constituída sob a indeterminação de qualquer sentido global ou totalizante.

Nesta relação entre a cibercultura e o ciberespaço, as discussões e narrativas construídas sobre as relações de gênero e tudo o que se entende em torno desta temática, disponibilizaram em rede a democracia da comunicação, aonde seres repletos de repertórios de vivências puderam expressar as suas demandas, anseios, perturbações, militâncias, análises, enfim, a rede permitiu que as vozes ciberculturais fossem reconhecidas como instrumentos de empoderamento e que segundo Lemos (2008) isso acontece através da liberação do polo de emissão, onde novas formas de relacionamento social, de disponibilização da informação e articulação da rede são construídas e assim reconfiguram a paisagem comunicacional do digital.

Para entender o fenômeno dos diálogos de gênero e suas performatividades na cibercultura, este trabalho se direciona em compreender como as narrativas construídas a partir das vivências experimentadas e praticadas no cotidiano, assim como os personagens de sua constituição se estabelecem para além do digital, onde as práticas são vivenciadas e espelhadas em uma ótica no ciberespaço, fundamentada por importantes questões, como a sua propagação em rede. Estas histórias precisam ser catalogadas, registradas e etnógrafas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, adotou-se uma proposta de abordagem qualitativa através dos estudos e pesquisa no/do/com o cotidiano. A pesquisa se perpassou por uma revisão sistêmica da literatura sobre o assunto em questão e mergulhará no cotidiano das redes digitais,



buscando estabelecer contato com as interfaces digitais da Web 4.0, produtoras de conteúdo, canais com temática específica em gênero e as realizações de rodas de conversa e entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Essa abordagem buscará delimitar estratégias para a preparação de uma pesquisa construtiva, baseada nas experiências e vivências dos praticantes envolvidos. As interfaces digitais serão fontes de uma pesquisa etnodigital, capaz de desenvolver estudos no campo da antropologia digital e das mediações socioculturais, que possui como objetivo a investigação sobre os usos desses espaços como redes de sociabilidades.


De acordo com Larrosa (2002, p. 19) o que vou lhes propor aqui é que exploremos juntos outra possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, “pensar a educação a partir do binômio *experiência/sentido*”. Larrosa (2002, p. 21) afirma que a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, enquanto o sentido ou sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. De certa forma, o sentido nos estabelece em uma ligação direta com o modo como nos posicionamos diante de nós mesmos, diante dos outros e do espaço em que atuamos.

A discussão dos autores que se debruçaram na área sobre gênero, identidade e diferença tornam-se essenciais nessa construção do arcabouço teórico dessa pesquisa. Ressalta-se que nos estudos nos/dos/com os cotidianos, a pesquisa se construirá através de um diálogo e observações constantes, que se fundamentarão nas inquietações de quem vive os desafios e problemas sociais e institucionais, portanto, os *espaçostempos* vividos e experienciados por estes indivíduos, são extremamente importantes e ricos de sentidos.

Nesta compreensão do cotidiano e do mundo, ambos precisam serem sentidos, mergulhados, vivenciados, partilhados e praticados pelo pesquisador, de forma que os dados possam lhe permitir acessar a sua rede de tessituras e conviver com suas experiências. Compreendendo que mergulhar no cotidiano vivenciado dos militares será o passo mais importante para a construção de narrativas reais.

Por se tratar de uma pesquisa em construção, alguns procedimentos precisam ser destacados para que o campo metodológico possa ser entendido em seu amplo espaço de pesquisa e condução dos métodos.

Neste primeiro momento o trabalho estará pautado na busca por uma densa análise bibliográfica, baseada em levantamentos de literaturas que teorizem as questões de gênero e cibercultura, assim como os campos de pesquisa-formação da investigação. Os grupos focais, assim como os sujeitos da pesquisa, serão identificados através de uma análise e estudo prático



no digital, buscando entender como esses praticantes desenvolvem e constroem narrativas do gênero na cibercultura. Trata-se de um primeiro momento da investigação em que o processo da etnografia digital será um dos elementos norteadores para a integralização da teoria com as interfaces digitais.

A pesquisa passará por uma revisão sistêmica da literatura sobre o assunto em questão e mergulhará no cotidiano das redes digitais, buscando estabelecer contato com as interfaces digitais da Web 4.0, produtoras de conteúdo, canais com temática específica em gênero e a estruturação de contatos através de rodas de conversa e entrevistas com os sujeitos da pesquisa. As rodas de conversa e entrevistas poderão ocorrer presencialmente ou virtualmente, respeitando as condições dos sujeitos de pesquisa. Serão disponibilizados instrumentos diversos para a coleta de dados, através das gravações (áudio e vídeo) e por narrativas orais. Neste sentido, o momento de coleta de dados concebe o processo de ensinar e pesquisar a partir do compartilhamento de narrativas, imagens, sentidos e dilemas dos praticantes e pesquisadores pela mediação das interfaces digitais concebidas como dispositivos de pesquisa-formação. Destaca-se os possíveis grupos/sujeitos e objetos da pesquisa: interfaces digitais produtoras de conteúdo de gênero; sujeitos de pesquisa com canais na interface *Youtube*; sujeitos de pesquisa ativistas e/ou militantes da causa LGBTQI+; sujeitos de pesquisa da cibercultura e ambientes virtuais produtores de conteúdo das relações de gênero.

Após a fundamentação dos envolvidos no processo da pesquisa, os registros da coleta de dados serão mediados pelo *App Evernot*, interface da Web 4.0, que permite a emancipação da escrita pelo digital, funcionando como um diário online no campo investigativo. Os registros da coleta de dados, assim como os fichamentos dos levantamentos bibliográficos de literatura, serão registrados em um diário online e de campo. Segundo Santos (2014) as interfaces evoluíram bastante em termos de convergência de mídias e linguagens. Numa mesma interface podemos produzir conteúdos hipermidiáticos conectando textos, com imagens e sons. Além disso, estas interfaces comunicam-se diretamente com outros softwares e redes sociais da internet. Esse diário de campo será um dispositivo de caráter pessoal que permitirá refletir e registrar os fatos ocorridos durante a pesquisa, articulando a investigação com os registros e análises envolvidas na construção dos conceitos e preocupações da pesquisa. Poderá ser utilizado qualquer dispositivo multirreferencial, capaz de dialogar com o sujeito e o pesquisador.


RESULTADOS

Visando a construção de uma pesquisa baseada em narrativas de gênero na cibercultura, faz-se necessário entender questões peculiares sobre o direcionamento da base teórica no processo investigativo. No ano de 1990, o livro “Problemas de Gênero”, da filósofa pós-estruturalista Judith Butler provocou euforia e protagonizou a concepção teórica de uma nova teoria denominada “Teoria *Queer*”, além de ocasionar cientificamente um corte epistemológico nas questões de gênero perante a sociedade tradicional. De acordo com Figueiredo (2018) ao questionar a distinção sexo/gênero e ao problematizar a razão de o sujeito do feminismo ser “as mulheres”, Butler apontava para a chamada “heterossexualidade compulsória” imposta pelas instâncias reguladoras do poder, ou seja, pelo discurso hegemônico.

Butler (2010) afirma que a sociedade deveria se posicionar perante a construção variável da identidade, e que isso não incluiria apenas as lésbicas, mas também transexuais e os intersexuais. Temos aqui a concepção construtiva de todas as identidades. De acordo com a autora, não é possível que exista apenas uma identidade: ela deveria ser pensando no plural e não no singular.

Partindo dessas questões, esta pesquisa se propõe a estudar as questões das relações de gênero e suas expressões na cibercultura, fundamentando-se na Teoria *Queer* de Judith Butler e nas contribuições científicas sobre a sexualidade estabelecidas por Michel Foucault e Guacira Lopes Louro. Para a apropriação de levantamento de dados, será utilizado como campo de pesquisa as interfaces digitais produtoras de conteúdo, como por exemplo *Youtube*.

A relação entre a cibercultura e as narrativas sobre o gênero construídas em rede, nos permite entender para além de um fenômeno social constituído pela internet, mas sim a concretização de espaços de lutas e pertencimento de grupos excluídos por uma cis-heteronormatividade. “Nasci menino, nasci menina” e quem define esse nascimento é a sociedade e o tempo ao qual estamos inseridos, olhamos assim para o órgão genital para sermos enquadrados como homem ou mulher. Butler (2015) afirma que a cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. Algumas pessoas vivem em paz com o gênero que lhes foi atribuído, mas outras sofrem quando são obrigadas a se conformar com normas sociais que anulam o senso mais profundo de quem são e quem desejam ser, pois para essas pessoas é uma necessidade urgente criar as condições para uma vida possível de viver. Butler ainda afirma que o seu compromisso é se opor as ofensas que diminuam a chance de alguém viver com alegria e dignidade.




Como processo conclusivo da investigação, os resultados dos estudos se fundamentarão na construção de um aplicativo chamado inicialmente de *App “Cibergender”*, que visará mapear e agregar por meio de geolocalização informações e conteúdos dos acontecimentos na comunidade LGBTQI+. A intenção será organizar uma biblioteca social de conteúdo, com assuntos que possam estar enquadrados em diversas categorias, como por exemplo, eventos, shows, exposições, livraria entre outras, todos voltado apenas para o público LGBTQI+. A geolocalização entraria como apropriação da mobilidade ubíqua, permitindo ao usuário explorar pelo *app* a cidade fisicamente e virtualmente quando estiver em movimento, mediado pela realização de cadastro, que o permitisse inserir sugestões e indicações de diferentes conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa na cibercultura requer aprofundamento nas práticas dos envolvidos. Santos (2019, p. 20) afirma que os “sujeitos de pesquisa não são meros informantes, são praticantes culturais que produzem culturas, saberes e conhecimento no contexto da pesquisa”. Nesse sentido esta proposta de pesquisa se torna relevante ao buscar entender e compreender em sua pesquisa-formação como as narrativas de expressão de gênero foram sendo construídas e vivenciadas na rede. Tal fato se aplica a partir de um olhar que entenda que os sujeitos desta pesquisa possuem uma relação íntima com o digital seja ela de empoderamento, aceitação, reconhecimento, compromisso e de luta pela vida. York (2020) inicia a sua dissertação de mestrado “TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação” afirmando que muitas de nós, e este “nós” faz concordância, mais com sentido descritivo de pertencimento. As performances do gênero no palco da cibercultura se fundamenta no pertencimento, ou seja, para existir precisamos pertencer a algum lugar, comunidade, espaço, família, território, e analisando diretamente a realidade de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais, essa lacuna ainda de perfaz em muitas vidas. O digital se fundamenta como objetivo de existência para muitos, então será com enfoque nas pessoas e na humanização que teremos um diferencial científico no processo de construção desta pesquisa.

Nessa direção, o objeto de estudo as relações de gênero, a identidade de gênero e suas expressões, construções históricas e sociais na cibercultura promove um constante diálogo com a fenomenologia dos lugares de falas construídos no digital pela comunidade LGBTQI+. Tornou-se relevante promover uma análise do discurso das diversas narrativas perante as interfaces e performances do gênero, que serão identificadas e estudadas durante a sua construção e constituição em rede através das interfaces digitais.



Para compreender o contexto e o espaço temporal a qual estávamos inseridos, partimos assim de diversos questionamentos, sendo eles: aonde iremos encontrar esses sujeitos? quais as suas experiências? o que entendem de cibercultura? porque falam de gênero? são militantes ou apenas interessados em dialogar com as temáticas? como são construídas as narrativas de gênero em rede? qual público realmente desejamos alcançar? existem estratégias que relacionam a prática nas redes com as práticas sociais? qual a relação entre a pesquisa, a formação e a cibercultura? a relação das narrativas de gênero se direcionam para o ativismo ou militância? qual a importância do ativismo em rede?

Os *espaçotempos* são entendidos como aqueles em que historicamente foram construídas as linguagem e expressões sociais, dessa forma, pretendemos navegar pelos mais diversos ambientes virtuais e sociais, que sejam capazes de fornecer material para a condução da pesquisa. Inicialmente a plataforma *Youtube* será fonte de uma pesquisa etnodigital, que seja capaz de desenvolver estudos no campo da antropologia digital e das mediações socioculturais, que possui como objetivo a investigação sobre os usos desses espaços como redes de sociabilidades.

As interfaces digitais observadas e etnograficamente compreendidas em seu tempo, estão articuladas dentro da Web 4.0. Dessa forma, torna-se importante contextualizar o que são interfaces da Web 4.0, concordando com o que expõe Santos (2017) a qual afirma que esta web é um conjunto de soluções/artefatos que estão na internet, no que entendemos por web, mas que estão também na cidade, através da internet das coisas, da Inteligência Artificial, e até dos próprios processos de produção de bens, serviços e conhecimento, a exemplo das *startups*, dos *fablabs*, do *co-worker*, das mídias locativas, das tecnologias que levam as informações das cidades para o ciberespaço e vice-versa.

Percebemos que mesmo com toda a emancipação digital, grande parte dos usuários ainda vivem sitiados em suas bolhas, se apropriando apenas de conteúdos do seu interesse, não permitindo a diversidade do conhecimento e restringindo as possibilidades da cibercultura, que busca justamente promover o acesso as mais diferentes formas de conteúdo, respeitando as mais diversas ambiências criativas e cocriações do sujeito em rede.

Portanto, o reconhecimento da complexidade dessas construções em rede, ser perfazem em prática sociais capazes de promover grandes transformações positivas em relação ao gênero, lugar em que precisaremos dialogar com as problemáticas que se tornam instrumentos de desserviço à sociedade. Sendo assim, compreender os fenômenos da cibercultura e como sua

construção histórico-social ocorreu é parte integrante do processo de exploração e investigação digital desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. (2010). Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, J. (2015). Conferência Magna do I Seminário Queer: cultura e subversões da identidade. São Paulo, Brasil: Sesc Vila Mariana. <https://youtu.be/TyIAeedhKgc>.

CAMINHA, T. & FERREIRA, D. M. (2016). Um Corpo Tecnogênico Para A Era Da Cibercultura: Efeitos Sobre O Sexo E O Gênero. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Vol.55 no.2 Campinas May/Aug. 2016. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132016000200483.

COUTO, E. S. (2013). Corpos modificados: o saudável e o doente na cibercultura. In: LOURO, G. L.; Felipe, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

CHAUÍ, MARILENA. (2017). Espaço, tempo, mundo virtual. Canal Café Filosófico – Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=4Qj_M6bnE-Y.

FIGUEIREDO, E. (2018). Desfazendo o Gênero: a teoria queer de Judith Butler. *Revista Criação e Crítica, USP, São Paulo*, n. 20.

LARROSA, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação* [online], n.19, pp.20-28.

LEMOS, A. (2008). As estruturas antropológicas do ciberespaço. In: *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina.

LÉVY, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.


LOURO, G. L. (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica.

SANTOS, E. (2009). Educação Online para além da EaD: um fenômeno da cibercultura. Braga, Portugal: Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. <https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos>.

SANTOS, E. (2014). Diário online, cibercultura e pesquisa-formação multirreferencial. *Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola ENDIPE- UECE*, 2014. Ebook ISBN: 978-85-7826-296-9. <http://www.uece.br/endipe2014>.

SANTOS, E. (2017). Entrevista com Edméa Oliveira dos Santos. *Teccogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, TIDD | PUCSP, São Paulo*, n. 16, p. 10-28, jul-dez.

SANTOS, E. (2019). *Pesquisa-formação na cibercultura / Edméa Santos*. – Teresina: EDUFPI.



SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

STEPHENS, J. (1992). Language and ideology in children's literature. Longman Publishing.

YORK, S. W. (2020). TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação de Mestrado. <https://www.nuqueer.org/bibliotecadigital>.

CAPÍTULO 14

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Fabiola Pereira Machado da Silva
Mareli Eliane Graupe

RESUMO


Este trabalho possui como objetivo conhecer os estudos sobre o fenômeno da violência, especialmente as produções acadêmicas com abordagens referentes às violências de gênero nas escolas no contexto da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). As buscas foram realizadas no banco de dados *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)* com o recorte temporal de 2019 a 2021. Foram localizados cinco trabalhos com os temas apontados. É uma pesquisa com abordagem qualitativa e foi realizada uma revisão de literatura sistemática. É urgente e necessário pesquisar sobre as violências de gênero, pois as diferentes formas de violência se agravaram durante a pandemia do COVID-19. A escola como sendo um lugar de socialização exerce um papel importante para o desenvolvimento de uma cultura de enfrentamento das diferentes manifestações de violências, se converte no principal espaço de identificação. Portanto, é necessário a interação entre alunos e professores para que as crianças e adolescentes possam falar e serem ouvidos, que possam encontrar na escola um espaço de escuta confiável e seguro, promovendo impacto positivo no processo de ensino e aprendizagem. Reiteramos que é fundamental refletir, debater o presente tema para criar ações de enfrentamento e combate às violências de gênero, ao preconceito, à discriminação e a todas as formas de violência nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Violências de gênero. Pandemia (COVID-19). Escolas.

INTRODUÇÃO

O trabalho possui como objetivo conhecer os estudos sobre o fenômeno da violência, especialmente as principais produções acadêmicas com abordagem sobre violência de gênero nas escolas no contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). A pesquisa é de abordagem qualitativa (FLICK, 2013), trabalhando com textos e coletas de informações referentes ao tema.

Para situar o debate conceitual e projetar a produção realizada sobre as violências de gênero nas escolas, contemplando aquelas ocorridas no período da pandemia, ou seja, as violências familiares contra crianças, realizamos uma revisão sistemática de literatura (CORDEIRO *et al.*, 2007). Por meio desta, foi realizado o levantamento e a identificação das produções acadêmicas na biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*.



A violência de gênero é um fenômeno social e histórico, presente na organização e dinâmica das sociedades, com estéticas, incidências e enfrentamentos de modo particular, relacionados ao conjunto de conhecimentos científicos e políticas sociais. Saffioti (2001, p. 01) aborda a “Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”.

Se por um lado a escola é um dos espaços de expressão das violências, por outro, é um espaço marcante na vida dos sujeitos, e de identificação do fenômeno. É um lugar fundamental de socialização e para o desenvolvimento de uma cultura de paz e de enfrentamento das diferentes violências.

Nas duas últimas décadas o fenômeno ganha projeção acadêmica e midiática, estando presente recorrentemente nos noticiários. Em 2014, nacionalmente, é veiculado os resultados do “Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas: falam os Jovens”, realizado pela FLACSO- Brasil, OEI, MEC, e a violência sexual no espaço escolar, constatada por Santos *et.al.* (2018). O primeiro estudo aponta o Brasil no topo do ranking de violência contra professores/as, repetindo-se entre os/as alunos/as. Santa Catarina (SC), igualmente, tem a violência no espaço escolar registrada nos noticiários, basta um breve levantamento nos veículos de comunicação do Estado, e acesso ao site do Governo de Santa Catarina.

O cenário de pandemia causada pelo Coronavírus pode afetar diretamente crianças que sofrem violência dentro de suas próprias casas. Portanto, é necessário que a sociedade, especialmente a escola estar atenta para suspeita ou evidências de violências escolar e familiar com crianças, fazer levantamentos de dados, estudos visando proteção, minimização dos danos e impedindo perpetuação das violências.

DESENVOLVIMENTO

A partir dessas questões citadas acima, apresentaremos os resultados da pesquisa referentes aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos em torno da temática, violência de gênero nas escolas no contexto da pandemia COVID-19.

A busca sistemática da literatura foi realizada com descritores relacionados às violências de gênero nas escolas no contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19). Os descritores referentes à revisão sistemática foram “Violências de gênero”; “COVID-19”; “Pandemia”, “Coronavírus”; “Educação”, “Educação infantil”, “Violência com crianças” no título, usando operador booleano AND, e palavras entre aspas.

Dos resultados recuperados pelo banco de dados SCIELO, foram selecionados cinco artigos publicados de 2019 a 2021. A busca sistemática está sintetizada no quadro abaixo:

Quadro 1- Resultados da busca sistemática.

Descritores	Resultados
“violência de gênero” AND “pandemia	11
"Violência com crianças" AND "Pandemia"	4
“Violência de gênero” AND “Educação infantil”	3
“Violências de gênero” AND “coronavírus”	4

Fonte: As autoras, 2021.

Para crivar alguns arquivos da pesquisa, os critérios foram obtidos pela análise dos títulos e dos resumos dos artigos conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Artigos do Banco de Dados *Scielo*.

Nº	Autor	Título	Banco de dados Endereço de referência e data de acesso (site de busca)
1	Levandowski, Mateus Luz; Stahnke Douglas Nunes; Munhoz Tiago; Hohendorff Jean Von, Silva Roberta Salvador.	Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil.	https://www.scielosp.org/pdf/csp/2021.v37n1/e00140020/pt Acessado em: 30/05/21
2	Barbosa, Jeanine Pacheco Moreira; Lima, Rita de Cássia Duarte; Martins, Gabriela de Brito; Lanna, Solange Drumond; Andrade, Maria Angélica Carvalho. Data de publicação: 14/05/2020	Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela covid-19.	https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328/592 Acessado em: 30/05/21
3	So, Karen Namie Sakata; Egry, Emiko Yoshikawa; Apostólico, Maíra Rosa; Wazima, Cinthya Midori.	Vídeos institucionais podem contribuir ao debate para o enfrentamento da violência doméstica infantil?	https://www.scielosp.org/pdf/csc/2016.v21n8/2347-2356/pt Acessado em: 30/05/21
4	Estrela, Fernanda Matheus; Soares, Caroline Fernandes Soares; da Cruz, Moniky Araújo; da Silva, Andrey Ferreira; Santos Jemima Raquel Lopes; Moreira, Tânia Maria de Oliveira; Lima, Adriana Braitt, Silva, Márcia Gomes. ARTIGO Ciênc. Saúde coletiva. Set/2020.	Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe.	https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRh/?format=pdf&lang=ptf Acessado em: 30/05/21
5	Platt Vanessa Borges, Guedert Jucélia Maria, Coelho Elza Berger Salema.	Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia.	https://www.scielo.br/j/rpp/a/Ghh9Sq55dJsr6tsJsHCfTG/?format=pdf&lang=pt . Acessado em: 04/07/21

Fonte: As autoras, 2021.

Os dados pesquisados apontam várias questões pertinentes ao tema violência e, para aprofundá-lo é importante contextualizar o que é violência, como identificar as violências de gênero, suas formas de manifestação no ambiente educacional, especialmente no contexto da




pandemia da COVID-19.

O artigo, “Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil” de Mateus Luz Levandowski, Douglas Nunes Stahnke, Tiago N. Munhoz; Jean Von Hohendorff, Roberta Salvador Silva (2021), analisou as taxas de notificações de violência contra crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 2015 a 2020 e as alterações devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19). O estudo conclui que o distanciamento social devido à pandemia reduziu 70% as taxas de notificações dos casos de violência infanto-juvenil devido à subnotificação, no período de maior índice de distanciamento social no Estado (março e abril de 2020). Os autores apontam a necessidade de melhoria nas estratégias para identificação dos casos suspeitos de violência durante a pandemia, bem com o planejamento e ações intersetoriais (como saúde, proteção social, justiça e segurança pública) rápidas e específicas, garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes.

No artigo de Jeanine Pacheco Moreira Barbosa, Rita de Cassia Duarte Lima, Gabriela de Brito Martins Santos, Solange Drumond Lanna e Maria Angélica Carvalho Andrade intitulado “Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela Covid-19” (2020), aborda-se o aumento das violências domésticas durante o isolamento social em tempos de pandemia, partindo das contribuições dos estudos interseccionais e da filosofia da diferença. Foi descrito como o isolamento social, entendido como uma intersecção afeta as mulheres, a violência que as oprime, a separação das pessoas e dos recursos sobretudo a invisibilidade histórica da violência doméstica, legitimada pelas instituições e ampliada durante a pandemia.

O artigo “Vídeos institucionais podem contribuir ao debate para o enfrentamento da violência doméstica infantil? ”, produzido por Karen Namie Sakata So, Emiko Yoshikawa Egry, Maíra Rosa Apostólico e Cinthya Midori Wazima (2019), teve como objetivo identificar o potencial de criticidade dos vídeos sobre o enfrentamento da violência infantil nas perspectivas das categorias Geração e Gênero.

Para os autores, a violência infantil ocorre predominantemente no ambiente doméstico e intrafamiliar, e o principal agressor está dentro da própria família. O ambiente familiar torna-se um espaço privilegiado para sua ocorrência por favorecer relações desiguais de poder pelos padrões patriarcais de hierarquia, submissão e dominação entre masculino e feminino, adultos e crianças.




Os resultados dos estudos mostraram que os vídeos se constituem como materiais com potencial para reflexões e críticas nos processos de educação e, também, como estratégias de formação com foco no enfrentamento da violência doméstica infantil considerando as perspectivas de gênero e de geração.

No estudo “Pandemia da Covid-19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe”, Fernanda Matheus Estrela, Caroline Fernandes Soares e Soares, Moniky Araújo da Cruz, Andrey Ferreira da Silva, Jemima Raquel Lopes Santos, Tânia Maria de Oliveira Moreira, Adriana Brait Lima e Márcia Gomes Silva (2020) fazem um estudo exploratório na análise de publicações de órgãos institucionais da rede pública de saúde e produções científicas referentes à pandemia da COVID-19. Refletem os impactos da pandemia com base na literatura analisada, revelando que os marcadores sociais relacionados à gênero, raça e classe que apresentam condição vulnerabilizadora à exposição da doença. As autoras observam a necessidade da implantação de estratégias de melhoria de vida dessas pessoas durante e pós a pandemia, bem como a adoção de políticas socioeconômicas, ampliando o acesso a melhores condições de saúde, educação, moradia e renda.

No artigo intitulado “Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia, Vanessa Borges Platt, Jucélia Maria Guedert e Coelho Elza Berger Salema (2021), fazem um estudo visando avaliar e comparar as notificações de violências infanto-juvenil disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Estado de Santa Catarina, pré e pós-pandemia do novo coronavírus. A partir dos resultados foi concluído a necessidade da sociedade estar atenta para a suspeita e evidência dos casos de violências contra crianças e adolescentes, e ainda as autoras ressaltam a importância de propiciar formas acessíveis, eficazes e seguras, como incentivo para as denúncias, a notificação e o rápido atendimento dos casos, para a proteção das vítimas, impedimento da perpetuação da violência.

Após a descrição dos resultados dos trabalhos publicados nos últimos dois anos, consideramos relevante aprofundar o conceito de violência educacional, segundo as autoras Rocha (2014), Abramovay *et al.* (2002, 2012, 2016) e Priotto e Boneti (2009).

A violência é considerada um fenômeno inerente à condição humana e à vida social. Portanto, seu conceito é histórico, amplo, multifacetado e complexo, pois sua manifestação aponta particularidades ou configurações em cada contexto sociocultural de forma plural. “[...] sem dúvida podemos dizer também que sua dimensão não é única. Por isso, é legítimo configurá-la na relação macro e micro” (ROCHA, 2014, p. 77). Segundo Rocha, a



macroviolência é marcada pelas guerras e genocídios, enquanto que a microviolência expressa-se de muitas formas nas vivências sociais cotidianas, inclusive a violência simbólica (ROCHA, 2014).


Segundo Priotto e Boneti (2009, p. 162) é chamado de “violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros [...]”. Segundo a/o autor/a, a violência pode ser praticada “por, e entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar” (PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 162). Com isso, a educação escolar tem convivido com uma situação paradoxal, ou seja, tendo como finalidade o desenvolvimento humano, contraditoriamente, testemunha crescente manifestação do fenômeno da violência desumanizante “na”, “da” e “contra” a escola.

Para Rocha (2014), a violência da escola é institucional e simbólica, podendo refletir o tratamento dado às/aos alunas/os por meio de atitudes desdenhosas, racismo, preconceitos de gênero e sexual, atos considerados injustos por estes alunos, dentre outros, fazendo com que a violência na e à escola, ocorram como uma manifestação reativa frente a essas diferentes reações. Assim, a manifestação da violência no espaço escolar não pode ser vista unilateralmente, mas de diferentes ângulos, dadas as condições nas quais os diferentes e múltiplos fatores influenciam e se expressam.

Abramovay *et al.* (2002), cita a violência doméstica como motivo de muitos jovens deixarem a família. Nos relatos de meninos e meninas, é um pai ou padrasto que espanca, um abuso. Muitos dos jovens tiveram contato com a violência de forma direta ainda no ambiente familiar sendo vítimas de maus-tratos pelos próprios pais.

Para a autora a violência doméstica é “um elemento desencadeador do que poderia ser denominado cadeia de violências ou reprodução de violências.” Neste sentido, “pais e mães violentos que têm os filhos como suas vítimas, que, por sua vez, se tornariam violentos, fazendo outras vítimas”. (ABRAMOVAY *et al.*, 2002, p. 51).

A escola pode ser um lugar confiável e de amparo nas diversas situações de violência, mas o que se observa é que na verdade “As escolas deixaram de ser um local de proteção aos alunos, e um espaço que já foi considerado “sagrado”, no sentido de merecer cuidado e respeito.”. (ABRAMOVAY *et al.*, 2016, p. 72).



Segundo Abramovay, “para compreender a dinâmica das relações sociais na escola, faz-se necessário observar como os alunos constroem seus vínculos, sejam com seus pares ou com aqueles que representam a instituição escolar.” (ABRAMOVAY, 2006, p. 84). A autora destaca a potencialidade de trabalhá-las nas escolas como antídotos contra os tipos de violências.

Além da relação dialogal com as/os alunas/os, a parceria com as suas famílias, incentivando a participação dos pais é importante para melhorias na escola, o estreitamento das relações entre professoras/es, alunas/os e suas famílias é algo fundamental, pois estes microsistemas são agentes de transformação. (ABRAMOVAY, 2006).

Freire contribui ao chamar atenção para “o clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente” (FREIRE, 1996, p. 103). A relação de respeito, atenção às subjetividades, a prática do diálogo, o reconhecimento da diversidade, o ato de repensar as relações sociais no espaço escolar são instrumentos na prevenção e ao combate da violência.

A temática demanda a atenção de todos profissionais que interagem nas escolas, para identificação dos diferentes tipos de violências que acontecem no diariamente, principalmente no contexto atual, a importância da escola ser um local seguro, de amparo para crianças e adolescentes vítimas de violência no âmbito doméstico, escolar ou comunidade.

Observar o espaço escolar, entender as causas e consequências da violência é o primeiro passo para seu enfrentamento e para romper o ciclo de violência é necessário ser orientado na perspectiva da educação em Direitos Humanos, garantir essa educação “é assegurar o aprendizado para a convivência baseada em práticas democráticas e em atitudes de respeito aos direitos fundamentais e de não-discriminação”. (ABRAMOVAY *et al.*, 2012, p. 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos conhecer os estudos realizados sobre violência de gênero nas escolas e as alterações no contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

A pesquisa proporcionou olhares sobre as questões de violências de gênero nas relações hierárquicas de subordinação e desigualdade nas famílias e no contexto da pandemia, pois o distanciamento social contribui para este cenário, com as mudanças de rotina, desemprego, estresse, problemas agravados com o período pandêmico que as crianças presenciam no

ambiente familiar estando mais sujeitas às violências, pois o isolamento reduz as chances de defesa, dificulta o pedido de socorro a alguém próximo.

Analisando os estudos postos, fica evidente a relevância do papel da escola, que se converte no principal espaço de identificação das diferentes manifestações de violência, é, portanto, necessário a interação entre alunas/os e professoras/es para que as crianças e as/os adolescentes possam falar e serem ouvidos, que encontrem na escola um lugar confiável e seguro, promovendo impacto positivo no processo de ensino e aprendizagem.

É fundamental debater o presente tema no momento atual, refletir conjuntamente (família, professoras/es e alunas/os) para criar ações de enfrentamento e combate à violência, ao preconceito, à discriminação e a todas as formas de violência no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas entre violências**. Brasília: UNESCO, 2006.

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Conversando sobre violência e convencia nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO -Brasil, OEI, MEC, 2012.

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens**. Rio de Janeiro: FLACSO -Brasil, OEI, MEC, 2016.

BARBOSA, J. P. M.; LIMA, R. C.; MARTINS, G. de B.; LANNA, S. D.; ANDRADE, M. A. C. **Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela covid-19**. Data de publicação: 14/05/2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328/592>>. Acessado em: 30/05/21.

BONETI, L. W., PRIOTTO, E. P. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

CORDEIRO, A. M. *et al.* **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. Rev. Col. Bras. Cir., v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

ESTRELA, F. M.; SOARES, C. F. S.; DA CRUZ, M. A.; DA SILVA, A. F.; SANTOS, J. R. L.; MOREIRA, T. M. de O.; LIMA, A. B.; SILVA, M. G. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. Artigo Ciênc. Saúde coletiva. Set/2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRh/?format=pdf&lang=ptf>>. Acessado em: 30/05/21.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEVANDOWSKI, M. L.; STAHNKE D. N.; MUNHOZ T.; HOHENDORFF J. VON, S. R. Salvador. **Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil**. Cad. Saúde Pública 2021, Volume 37 N° 1. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2021.v37n1/e00140020/pt>>. Acessado em: 30 mai. 2021.

PLATT, V. B., GUEDERT J. M., COELHO E. B. S. **Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia**. Original Article. Rev. paul. pediatri. 39. 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/Ghh9Sq55dJsrg6tsJsHCfTG/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 04/07/21.

ROCHA, J. S. da. **Castigo e crime: Adolescentes criminalizados e suas interações com as condutas de risco, a educação e o sistema de justiça**. 2014. 297 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu (16) 2001: p.115-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2021.

SO, K. N. S.; EGRY, E. Y.; APOSTÓLICO, M. R.; WAZIMA, C. M. **Vídeos institucionais podem contribuir ao debate para o enfrentamento da violência doméstica infantil?** Ciência & Saúde Coletiva Ago. 2016, Volume 21 N° 8 Páginas 2347 - 2356 Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csc/2016.v21n8/2347-2356/pt>>. Acessado em: 30 mai. 2021.

CAPÍTULO 15

ATÉ QUE A MORTE OS SEPARE: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO RELIGIOSA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Thaís de Matos Barbosa
Rita Cristiana Barbosa

RESUMO

Este trabalho apresenta uma abordagem acerca da visão religiosa do casamento e da posição da mulher nessa união, com relação à violência doméstica (VD). Buscou-se analisar a visão da mulher sobre a VD percebida em seus relacionamentos e como os seus líderes espirituais conduzem essa situação em seu local de culto, bem como elas enxergam sua tomada de atitude sobre uma óptica religiosa. Para esse estudo, foram aplicados questionários com mulheres, possíveis vítimas de violência doméstica e possíveis religiosas, totalizando 58 questionários válidos. Para a geração dos resultados foi utilizada análise estatística de média e desvio padrão dos construtos no programa estatístico SPSS, o qual mostrou resultados de grau de dispersão elevado e médias baixas, que deixaram evidente a não concordância dessas respondentes com os elementos em questão, entretanto foi encontrado várias contradições que sugerem algumas conclusões como: a maioria das mulheres não concebem determinados tipos de violências e muitas mulheres ainda creem na mudança de atitudes do outro por força da fé em Deus e orientação de lideranças religiosas.


PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica. Violência Conjugal. Religião. Religiosidade.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica/conjugal é um dos problemas sociais vivenciados entre os relacionamentos humanos e que, devido à pandemia, ganhou ainda maior destaque. Até a década de 1980, era tida como uma questão da intimidade do casal, o que legitimava o poder masculino sobre o feminino, ganhando evidência após o destaque dado a denúncias de assassinatos, utilizando-se a justificativa de “legítima defesa da honra” (BICALHO, 2001; PRORE, 2011).

Dentro desse contexto, a violência conjugal é considerada um problema de saúde pública que traz sequelas ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da vítima e sua família; sendo, na verdade, uma agressão complexa, com aspectos sociais, psicológicos e legais (ANGELIM, 2004).

A violência contra as mulheres não se resume apenas a agressão física: agressões psicológicas, patrimoniais, sexuais, morais são comuns nesse universo antes da agressão física propriamente dito, sendo que a maioria delas ocorre no contexto familiar e doméstico, onde as



vítimas possuem algum tipo de parentesco com os agressores, caracterizando-as como tal (VILHENA, 2009).

Dentro de uma construção patriarcal de sociedade, é mister que se perceba a necessidade de mudança de um contexto social. Ao olharmos para a transição histórica da mulher, várias foram as conquistas alcançadas nos últimos anos: o direito ao voto, ao divórcio, a trabalhar sem a autorização do marido, mas, no concernente à violência doméstica, ainda não houve grandes avanços.

As relações abusivas apresentam diversas sintomatologias que são ignoradas e as consequências disso são mulheres com traumas não só físicos, mas psicológicos, sociais, financeiros, patrimoniais e sexuais. Segundo Nakamo e Lettiere, (2011, p.?), “a violência doméstica ou de gênero afeta a integridade biopsicossocial da vítima”, podendo causar transtornos do desenvolvimento e reações físicas como desordens menstruais, problemas gástricos e circulatórios, ansiedade, depressão, suicídio, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), entre outros.

Esse tópico ganhou maior visibilidade no Brasil a partir do caso de Maria da Penha que, após inúmeras agressões de seu companheiro e uma tentativa de homicídio, ficou paraplégica. Tal fato ocasionou a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que trouxe às mulheres significativas mudanças quanto ao olhar jurídico acerca do fato. A lei conceitua em seu artigo 5º como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

Contudo, segundo Machado (2004) as raízes da violência de gênero estão no machismo, isto é, na noção de superioridade do homem baseada na força, tornando a violência de gênero uma manifestação como controle das mulheres e rivalidade entre os homens.

No que diz respeito à religião, estudos nessa área são relativamente recentes. Priore (2011) aponta como um dos maiores desafios o fato de a variável “religião” não ser considerada tão relevante, se comparada às demais: gênero, sexualidade, raça, classe, nacionalidade, entre outras. Entretanto, consideremos a variável religião tão central quanto o gênero, no debate da violência doméstica, já que as religiões são um campo de investimento masculino com discursos e práticas marcados por essa dominação (BUSIN, 2011).

Nesse estudo, o tema da religião e a visão do feminino será trazido de maneira a esclarecer a visão judaico-cristã acerca da mulher. Inicialmente é realizada uma revisão de

literatura apresentando um pouco de contexto histórico da mulher e das representações dela e do casamento a partir da religião. Em seguida é apresentado os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na sequência é demonstrado a discussão dos resultados, encerrando-se com algumas ideias conclusivas.

A MULHER E A RELIGIÃO: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A discussão de gênero e religião, na cultura ocidental, tende a apresentar a mulher como a portadora do mal, cabendo a ela a submissão, o medo e a culpa, devendo-se ressaltar que, historicamente, na cultura patriarcal ocidental, não eram vistos como crimes os espancamentos e assassinatos a mulheres, mas sim como uma situação normal, e conforme supracitado, a prática era aceita e enaltecida (ASSIS et al., 2021).

A supremacia masculina se dá desde os primórdios da humanidade, a partir do momento em que o homem enxerga a sua função biológica reprodutora e surge, então, o casamento (MURARO, 2020). Nas sociedades ancestrais, a força física era algo necessário à sobrevivência, mas as mulheres possuíam “o privilégio dado pelos deuses de reproduzir a espécie” (MURARO, 2020, p. 5). Sendo assim, a “inveja do útero” é, nas sociedades patriarcais, suplantada pela “inveja do pênis”, visto que a mulher possuía o poder biológico, mas o homem, em contrapartida, foi desenvolvendo o poder cultural à medida que as tecnologias foram avançando.

Essas construções sociais foram, aos poucos, enfraquecendo a visão acerca do feminino e colocando a mulher em uma posição de inferioridade. O *Malleus Maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras), escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, acentua essa óptica ao dizer:

Que há de ser mulher senão uma adversária da amizade, um castigo inevitável, um mal necessário, uma tentação natural, uma calamidade desejável, um perigo doméstico, um deleite nocivo, um mal da natureza pintado de lindas cores [...] O vocábulo mulher é usado para indicar a lascívia da carne. Conforme é dito: “Encontrei uma mulher mais amarga que a morte e uma boa mulher subordinada à concupiscência carnal [...] [As mulheres] são mais crédulas; e, já que o principal objetivo do Diabo é corromper a fé, prefere então atacá-las [...] As mulheres são, por natureza, mais impressionáveis [...] Possuidoras de língua traiçoeira, não se abstêm de contar às suas amigas tudo que aprendem através das artes do mal [...] As mulheres intelectualmente são como crianças [...] A mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis [...] É animal imperfeito, sempre decepciona e mente [...] Portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la – fenômeno que se conforma à raiz da bruxaria [...] E, com efeito, assim como em virtude da deficiência original de sua inteligência, são mais propensas a abjurarem da fé, por causa da falha secundária em seus afetos e paixões desordenados também almejam, fomentam e infligem vinganças várias, seja por bruxaria, seja por outros meios [...] As mulheres possuem também memória fraca; e nelas a indisciplina é um vício natural: limitam-se a seguir seus impulsos sem qualquer senso do que é devido [...] [São] mentirosas por natureza [...]

Consideremos também o seu andar, sua postura e o seu hábito, onde reside a vaidade das vaidades (p. 114-8, 120).


Como se vê, há a tendência de reincidir sobre a mulher uma tempestade de coisas danosas, não só a ela, mas a humanidade inteira por meio dela. Assim também, a Igreja Católica se baseia na ideia de um Deus-pai todo poderoso e um filho-homem carismático que vem salvar a humanidade do pecado original, cometido por obra de incontinência moral de uma mulher, demonstra que não há equidade entre os gêneros desde a criação do mundo (BUSIN, 2011).

A mulher passa a ser vista como um ser perigoso, defeituoso e facilmente corrompido através da reprodução de um discurso do patriarcado. No Gênesis, o Jardim das Delícias é a construção arquetípica da harmonia entre o ser humano e a natureza, que é quebrada a partir do momento em que a mulher prova do fruto proibido da árvore do conhecimento e o oferece ao homem e, assim, Deus pune o homem e a mulher, trazendo à mulher o sofrimento no parto e, ao homem, o trabalho. Ou seja, ao colocar a mulher como responsável pela Queda Original e, a partir daí, submetida ao homem, define que a submissão da mulher se deu por culpa dela – é, portanto, merecida – e coloca as mulheres como responsáveis por todos os sofrimentos e males da humanidade (BUSIN, 2011).

Deve-se observar que a árvore do conhecimento representa também o bem e o mal. “O progresso do conhecimento gera o trabalho, e por isso o corpo tem que ser amaldiçoado, porque o trabalho é bom” (MURARO, 2020, p. 21). Entretanto, o homem só consegue acesso ao conhecimento a partir da transgressão às leis divinas – que lhe é oferecida pela mulher. Faz-se sentido, então, as punições do sagrado: ao conseguir o conhecimento, o homem tem que sofrer, pois o trabalho o escraviza, e por isso o homem escraviza a mulher. A relação homem-mulher-natureza perde o seu equilíbrio natural e se torna uma relação de dominação.

Muraro (2020) diz que duas observações merecem ser feitas: a primeira é que o pivô das duas tragédias, a individual e a coletiva, é a mulher; e a segunda, que o conhecimento dissociado e abstrato que daí por diante será o conhecimento dominante, mas sim o conhecimento do bem e do mal, vem da experiência concreta do prazer e da sexualidade, o conhecimento totalizante que integra inteligência e emoção, corpo e alma, enfim, aquele conhecimento que é especificamente, na cultura patriarcal, o conhecimento feminino por excelência.

A opressão às mulheres é histórica, tanto em ações isoladas como coletivas e podem ser observadas em diversos momentos da nossa história. Russell e Alexander (2019) observam que o domínio do masculino na religião, na literatura e no direito criou um simbolismo e uma



mitologia especiais acerca das mulheres, que se caracterizaram por uma ambivalência tripartite: a mulher pura e virgem; a mulher mãe e carinhosa; e a mulher megera maléfica e carnal. À mulher, só restava um caminho: a busca pela santidade através do espelho de Maria; aquelas que não estivessem dentro desse viés eram vistas como demoníacas e deveriam ser exterminadas – o espelho de Eva.


Devido a essa visão deturpada, milhares de mulheres foram queimadas e enforcadas durante a Idade Média, pelos tribunais civis (na Inglaterra) e eclesiásticos (no continente europeu). Católicos e evangélicos fizeram uma verdadeira temporada de “caça às bruxas” durante quatro séculos, e textos como o *Canon Episcopi*, de meados de 900 d.C, e o *Malleus Maleficarum*, do século XV, apenas reforçaram a imagem negativa que pairava sobre o gênero feminino. O *Canon Episcopi* dizia que:

Algumas mulheres pecaminosas são pervertidas pelo Diabo e desencaminhadas por ilusões e fantasias induzidas por demônios, pelo que acreditam que cavalgam à noite em animais na companhia de Diana, a deusa pagã, e de uma horda de mulheres. Acredita que no silêncio da noite percorrem distâncias enormes. Dizem obedecer às ordens de Diana e, em certas noites, são convocadas para servi-la [...] Muitas outras pessoas também acreditam ser isso verdade, embora seja um erro pagão crer na existência de qualquer outra divindade além do Deus uno [...] Tais fantasias são introduzidas nas mentes de pessoas sem fé, não por Deus, mas pelo Diabo. Pois Satã tem o poder de transformar-se na figura de um anjo de luz. Nessa forma, ele captura e escraviza o espírito de uma infeliz mulher e transforma-se em várias pessoas diferentes. Mostra ao espírito perturbado dessa mulher coisas estranhas e pessoas desconhecidas, e o conduz em fantásticas jornadas. Tudo isso acontece somente no espírito, mas pessoas sem fé acreditam que tais coisas aconteçam também no corpo (p.76-77).

É importante observar que a mulher, nesse período, passa de “doadora da vida, símbolo da fertilidade para as colheitas e os animais” (KRAMER; SPRENGER, 1993, p. 16), a um simples objeto manipulável pelo homem. E como não bastasse dominá-la, teria que culpá-la pelas suas transgressões, sendo considerada como “a primeira e a maior pecadora, a origem de todas as ações nocivas ao homem, à natureza e aos animais” (KRAMER; SPRENGER, 1993, p. 16). Nesse período, devido à ausência de educação formal dada à população em geral, o conhecimento que seus descendentes apreendiam advinha do sistema patriarcal.

A mulher e a modernidade

Com o advento do mercantilismo, a partir do século XVI, e sua intensificação, no século XVIII, com o surgimento da máquina a vapor, o modo de produção sofre alterações e, conseqüentemente, a estrutura social também passa por intensas transformações. Com a industrialização, os homens passam ao papel de “provedores do lar”, saindo de suas casas para às fabricas, deixando suas mulheres no lar. Segundo Muraro (1993), surge então a figura da



dona-de-casa e da mãe dedicada e sofredora” (p. 1331). Novamente, as mulheres são “radicalmente excluídas do domínio público que se cria a infância com regras próprias de conduta, educação, vestuários e gestos que conhecemos hoje” (MURARO, 1993, p. 1331).

A mulher retorna ao seu papel de procriadora, e o lar se torna um ambiente em que o amor está sempre presente – ou deveria estar. Para Muraro (1993), a mulher virtuosa passa a ser a rainha. E os pilares da sua nova feminilidade são: a pureza, a piedade, a religiosidade e a submissão.

No século XIX, quando se iniciam os primeiros movimentos pelos direitos femininos, Silva (2021) explicita que o principal objetivo das reivindicações das mulheres era a supressão do patriarcado, iniciando-se, portanto, o primeiro movimento feminista. As sufragistas lutavam pelo fim da escravidão e, depois, uniram-se aos movimentos sindicais.


Segundo Muraro (1993), nesse período também surgiu novas classes de trabalhos para as mulheres “datilógrafas, telefonistas, professoras primárias, secretárias, balconistas, pequenas representantes da indústria de roupas femininas” (MURARO, 1993, p. 1476). As sufragistas incentivaram os sindicatos comandados pelas mulheres, isso porque, as classes sindicais que representavam as mulheres eram comandadas pelos homens.

Vale lembrar que, “após o final do período medieval formou-se um tipo de núcleo econômico familiar na qual as mulheres dividiam seu tempo entre trabalhar fora e dentro de casa”, mas tinham que manter seus afazeres domésticos em dia e o anonimato, daí o início da exploração da mão de obra feminina, desvalorizada e mal paga (MARCONDES, 2021, P. 1).

Entretanto, ainda no século XX, o mundo passou por duas grandes guerras mundiais. Com isso, as mulheres precisaram ocupar os postos de trabalho deixados pelos homens. Durães (2009) alude que as mulheres “trabalhavam nas fábricas para sustentar a família e começavam assim a ter uma jornada dupla de trabalho: uma na fábrica outra em casa” (p. 138). Ao final da guerra, elas retornaram ao lar, deixando os seus empregos para os seus maridos.

Silva (2021) explica que:

Ademais, surge novamente na segunda metade do século XX, os movimentos feministas. Uma das causas do sucesso do feminismo é a sua desqualificação para o mercado de trabalho, problema esse gerado há anos. Isso faz com que as mulheres reivindiquem os seus direitos. Nos anos setenta, as mulheres iniciadas no mercado e recebidos seus salários, não se calam mais. Começam a levantar questões sobre a qualidade de suas relações com os homens, passam agora a quer ter orgasmos e não serem consideradas mais como objetos (p. 24).



Infelizmente, também em pleno século XXI, mesmo com todas as evoluções conquistadas pelas mulheres, ainda há um longo caminho a ser percorrido em uma sociedade patriarcal, em que elas ainda sofrem devido à aspectos de submissão e são julgadas por suas decisões.

O casamento na visão religiosa

A luta das mulheres, ao longo da história, não há dúvidas, proporcionou-lhes muitas conquistas (VILHENA, 2009). Diversos foram os direitos conquistados por elas durante os séculos XIX e XX: direito ao voto, ao trabalho fora de casa, aos estudos, entre outros.


Entretanto, o casamento, enquanto instituição, ainda se perpetua fortemente na sociedade. Silva (2021) nos mostra que, com o passar dos anos e a modernização da sociedade, ainda se tem a institucionalização do patriarcalismo e a ideia da família tradicional (pai, mãe e filhos) e, nessa relação, a esposa e os filhos estão submissos a vontade do homem, denominado cabeça da casa por muitas religiões, pois o homem é considerado o guia da tomada de decisões e, assim tem sido desde que o homem tomou conhecimento da sua participação na reprodução humana, surgindo então o patriarcalismo.

A inferiorização da mulher através do discurso religioso – reforçado pela visão patriarcal – é fortalecido, visto que, durante a Idade Média, a mulher era vista como um ser que deveria ser dominado e que poderia levar o homem à perdição, e essa fala é mantida até os dias de hoje, em nossa sociedade, quando, por exemplo, em traições, as pessoas tendem sempre a culpabilizar a mulher em maior escala do que o homem que trai a companheira.

Gomes e Freire (2005) relatam que a mulher foi criada para fazer companhia ao homem, em um papel auxiliar e secundário, remetendo, ainda, à origem do homem e da mulher segundo a Bíblia e, reportando-se ao mito de Lilith, a qual seria a primeira mulher criada por Deus logo após criação de Adão, pontuando que ela fora expulsa do paraíso por não aceitar o domínio de Adão sobre si e seu corpo, questionando a ordem “natural” das coisas.

Souza (2019) diz que:

a concepção do casamento como união para a vida toda, haja o que houver, a noção de hierarquia familiar em que o homem manda e a mulher obedece, a socialização dos homens para a dominação e das mulheres para a sujeição, são alguns dos muitos elementos que compõem a complicada equação da violência de gênero em nossa sociedade e que extrapola as paredes da casa. As mulheres são socializadas para a submissão, a obediência, a dependência, o cuidado com o outro, enquanto os homens são socializados para exercer poder, serem obedecidos, temidos e serem independentes. Nesse processo, enquanto os homens são objetivados como seres autônomos e com poder, as mulheres são objetivadas como seres dependentes e sem poder (p. 21).



Dessa forma, “o que se experimenta na casa é fruto de uma cultura que produz e naturaliza as hierarquias de gênero [...]” (SOUZA, 2019, p. 21). O patriarcado apenas ganha mais força e se consolida na sociedade através de uma diminuição do poder da mulher, que é reforçado pelo discurso da família, da escola, do Estado, da mídia e da religião, a partir do momento em que se reforça a ideia de o que ocorre dentro das casas é de foro íntimo e pessoal daqueles que lá vivem.

Faz-se interessante observar que as religiões, no geral, e mais especificamente as judaico-cristãs, apresentam o conceito do lar como local seguro e sagrado, devendo ser mantido acima de tudo” (KROB, 2016, p. 209). Entretanto, é necessário afirmar que boa parte das agressões e violências de gênero ocorrem dentro da própria residência da vítima, o que diverge desse pensamento. Souza (2014) nos alude ao fato de que o inventário das formas de violência que se encerram na intimidade do lar permite desmitificar a casa como o lócus do amor, o lar doce lar, apregoado em inumeráveis contos de fada, novelas e filmes.

Sendo assim, o discurso do “*Até que a morte nos separe*” e “*O que Deus uniu, jamais o homem o separe*”, dito em diversas cerimônias matrimoniais, encerra uma concepção de casamento como união indissolúvel e que, em diversos casos no nosso país, terminam, infelizmente, em feminicídio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Descrição da amostra

A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários estruturados com mulheres religiosas e vítimas de violência da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, resultando em 58 respondentes válidas. Quanto aos procedimentos estatísticos empregados, utilizou-se uma análise exploratória descritiva da amostra e dos constructos. Tais procedimentos foram executados no *software* estatístico SPSS, na versão 18. Para esse texto, será considerado apenas 10 constructos, dentre os 28 do total: 18 sobre Violência Doméstica (VD) e 10 sobre Religião (RLE) definidos durante a investigação. Dentre os escolhidos, 3 referem-se a VD e 7 a RLE.

Sobre o perfil dos sujeitos de pesquisa percebe-se que a maior quantidade de respondentes se encontra dentro dos católicos, com 43,1%, seguido pelos evangélicos, que totalizaram em 27,6%, seguidos pelos espíritas, que somaram 8,6%, candomblecistas e umbandistas totalizaram 1,7% e, por último, demais religiões, que equivalem a 19% da amostra. Nesse contexto, pode-se ressaltar que houve participação dos mais diversos grupos religiosos, sem qualquer restrição:

Tabela 1 - Descrição da variável religião.

Religião	Frequência	Percentual
Católicos	25	43,1
Evangélicos	16	27,6
Espíritas	5	8,6
Candomblecistas / Umbandistas	1	1,7
Outras religiões	11	19,0
Total	58	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Esse resultado está em consonância com a afirmação de Busin (2011) de que o catolicismo, que se instaurou no Brasil em 1500, por herança da colonização portuguesa, e foi a religião oficial do país desde a sua primeira Constituição, em 1824, até 1890, quando a liberdade religiosa foi instituída por decreto, continua sendo a principal declaração religiosa no país. Igualmente pesquisa liderada pelo Datafolha, em 2019, constatou que 50% da população brasileira se declara católica (O GLOBO, 2020).

Ainda sobre o perfil dos sujeitos, a maioria das mulheres estão entre 30 e acima de 40 anos, o maior número afirma ter concluído o ensino superior, tendo, inclusive, alguns pós-graduadas como especialistas, mestres e doutoras, e, em maioria, não tem filhos. Algumas tem um ou dois filhos, não tendo havido nenhuma com mais de três filhos. Eles vivem, majoritariamente, em áreas urbanas, em imóveis próprios ou alugados.

Análise dos constructos *Violência Doméstica (VD) 2, 3 e 5*

Quanto ao constructo *Violência Doméstica*, esse possuía 20 questões em que as respondentes teriam de relatar suas experiências quanto à vivência ou não da violência doméstica. Entende-se aqui que a violência doméstica vai além da violência física; fala-se de violência psicológica, patrimonial, moral, sexual e financeira:

Quadro 01 – Análise do construto *Violência Doméstica*.

Dados sobre violência doméstica	
VD1	O autor já ameaçou você ou outro familiar usando faca ou arma de fogo?
VD2	Você já sofreu algumas dessas agressões físicas?
VD3	Você já sofreu algumas dessas agressões? (Patrimonial/psicológica...)
VD4	Já registrou ocorrências policiais anteriormente envolvendo essa mesma pessoa?
VD5	Você já sofreu algumas dessas agressões físicas? (PARTE 2)
VD6	O autor já usou de ameaças ou agressões para evitar a separação?

VD7	O autor já obrigou você a fazer sexo ou praticar atos sexuais sem sua vontade?
VD8	As ameaças ou agressões físicas têm se tornado mais frequentes ou mais graves nos últimos seis meses?
VD9	O autor já descumpriu medidas protetivas anteriormente?
VD10	O autor já ameaçou ou agrediu seus filhos, familiares, colegas de trabalho, pessoas desconhecidas ou animais de estimação?
VD11	O autor fica mais violento quando está sob efeito de álcool ou outras drogas?
VD12	O autor tem alguma doença mental comprovada por avaliação médica?
VD13	O autor já tentou ou ameaçou suicidar-se?
VD14	O autor está desempregado ou possui dificuldades financeiras graves?
VD15	O autor tem acesso a armas de fogo?
VD16	O autor já quebrou seus objetos pessoais ou objetos da casa?
VD17	O autor não reconhece os comportamentos agressivos dele contra você ou contra outras pessoas?
VD18	O autor faz uso de álcool ou outras drogas?
VD19	Os filhos já presenciaram as agressões?
VD20	O autor já ameaçou ou agrediu os filhos ou animais de estimação com a finalidade de atingi-la?

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

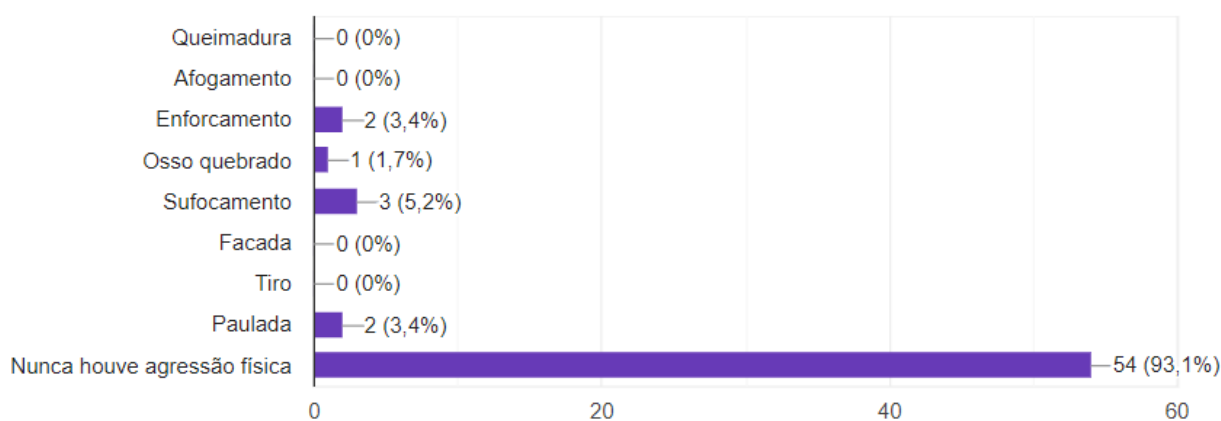
Vale salientar, quanto à análise dos resultados, que não foram retiradas as médias e desvios-padrões dos construtos VD2, VD3 e VD5 por serem questões com mais de uma opção e serão estes o objeto de análise desse artigo.

A maior média se apresenta na variável VD1, mas, ainda assim, ela está abaixo de 7, constituindo um baixo grau de concordância com essa afirmação. As demais variáveis apresentam o mesmo comportamento, estando todas com um grau de concordância baixo para a amostra. Quanto ao desvio padrão, as variáveis VD1, VD6, VD7 e VD19 apresentaram grau de dispersão acima de 3, o que é considerado alto.

Análise dos constructos VD2, VD3 e VD5

Ao analisar a variável VD2, percebe-se que a maioria revela nunca ter sofrido qualquer tipo de agressão física (54 respondentes). Entretanto, o número total de respondentes é de 58, sendo assim, foi feita a análise do constructo por respondente e percebeu-se que três respondentes afirmaram que nunca sofreram agressões físicas, mas foram sufocadas, e uma delas além do sufocamento, ainda sofreu pauladas, o que mostra que, na realidade, esse número de não-agredidas é ainda menor.

Figura 01 – Análise da variável VD2.

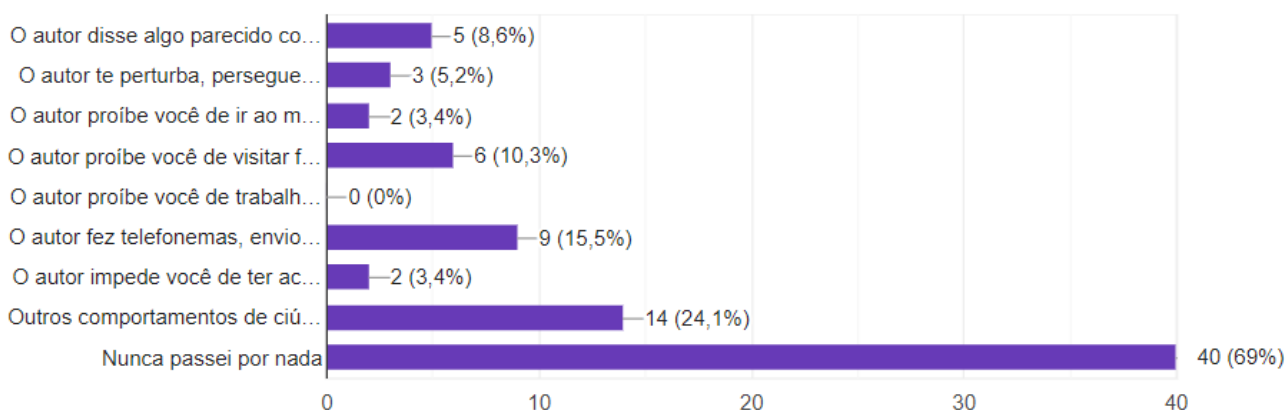


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Já se é percebido que formas de violência psicológica doméstica são difíceis de serem identificáveis pela vítima, pois estas podem não serem reconhecidas como tal. É comum serem “associadas a fenômenos emocionais frequentemente agravados por fatores tais como: o álcool, a perda do emprego, problemas com os filhos, sofrimento ou morte de familiares e outras situações de crise” (SILVA, COELHO, CAPONI, 2007). Contudo, parece que as respondentes desta pesquisa, também atribuem a mesma forma de pensar ao não conceber um ato de agressão corporal como uma forma de violência.

Outro fato que chama a atenção se remete à variável VD3: 40 respondentes afirmaram que nunca passaram por qualquer outro tipo de agressão – patrimonial, psicológica, moral e financeira. Entretanto, os dados mostram exatamente o oposto. Há um número considerável de respondentes (14) que ressaltam outros comportamentos de ciúme.

Figura 02 – Análise da variável VD3.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Há de se fazer uma ressalva aqui quanto a esses dados: muitas mulheres não enxergam esses sinais como violência e acham até saudável sentimentos de ciúme, o que pode, de certa

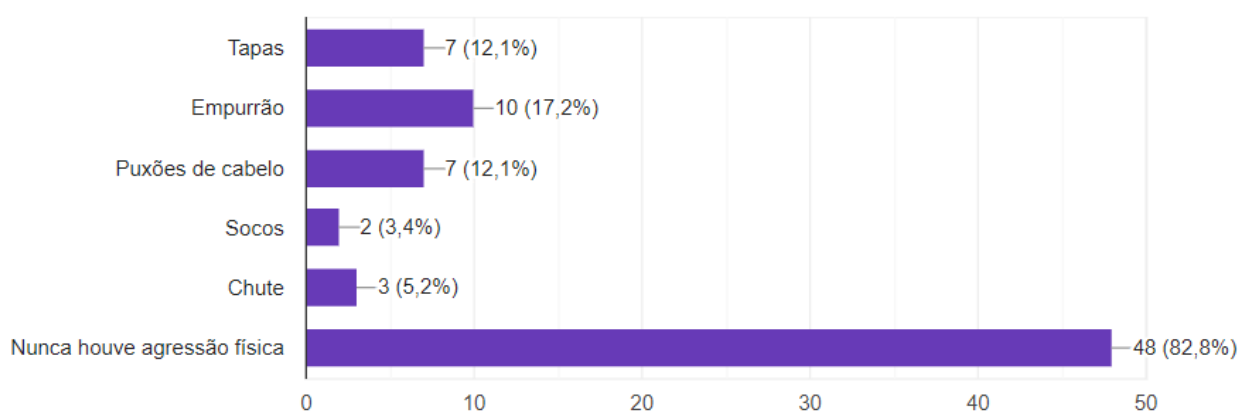
maneira, ter criado um viés nessa questão, mas, ao analisar as seguintes, não há dúvidas de que mesmo as mulheres que relataram não sofrer qualquer tipo de violência, sofrem com envio de mensagens e ligações excessivas no trabalho, perseguição, proibição de visitas à família, proibição de ter acesso às contas bancárias e ao dinheiro e o mais grave, a declaração de posse: diz que “se você não for minha, não será de mais ninguém”.

Ou seja, o que se percebe nessa variável é que boa parte das respondentes não conseguem enxergar esses sinais como formas de violência doméstica e início ou instalado relacionamento abusivo e tóxico, que pode, sim, levar à violência com danos físicos graves e ao feminicídio.

Silva, Coelho e Caponi (2007) chamam a atenção para o papel da mídia em ressaltar a violência doméstica apenas na sua forma mais aguda, com danos físicos graves ou óbito e que a ocorrência da violência física sempre vem com a presença da violência psicológica.

A variável VD5 tem resultado semelhante a VD2, em que 48 respondentes afirmam que jamais sofreram quaisquer tipos de agressão física, entretanto ao cruzar os dados, nota-se que há uma discrepância, visto que há, entre esses números, respondentes que sofreram agressões físicas, tais como puxões de cabelo, tapas, empurrões, socos e chutes.

Figura 03 – Análise da variável VD5.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

É importante ressaltar, mais uma vez, o dado recorrente nessa variável, de que algumas mulheres, em alguns casos, não enxergam empurrões como uma agressão física, entretanto é um dos sinais iniciais referentes a um relacionamento abusivo e deve ser levado bastante em consideração.

Análise do constructo *Religião*

No constructo *Religião*, aqui atribuída a sigla REL, foram feitas as seguintes perguntas conforme Quadro 03. Aqui, buscou-se entender o grau de religiosidade das respondentes, bem como a frequência com que elas iam aos seus locais de culto. Além disso, verificou-se ainda o grau de intimidade com seus líderes e a confiança nas suas palavras e no livro sagrado referente a fé professada.

Quadro 03 – Análise do construto *Religião*.

Dados sobre religião	
REL1	Quantas vezes por semana frequenta a igreja?
REL2	Exerce algum cargo dentro da sua religião?
REL3	Caso não exerça nenhum cargo, participa ativamente da vida na comunidade?
REL4	Como a liderança da sua religião age acerca da violência doméstica?
REL5	Você busca o seu líder espiritual como confidente, para aconselhamento?
REL6	Você aceita tudo o que o seu líder espiritual diz?
REL7	Você acredita em tudo que o livro sagrado da sua religião diz?
REL8	Você acredita que a mulher deve ser submissa ao homem?
REL9	Você tem medo de separar e ser castigada por Deus?
REL10	Você tem medo de denunciar e ser castigada por Deus?

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na tabela 8, verificou-se que tanto a média como o desvio padrão das variáveis foi abaixo de 7, o que gera o grau de concordância baixo às afirmações. Quanto às médias, faz-se interessante destacar alguns pontos importantes. As variáveis REL6, REL8, REL9 e REL10 apresentaram as maiores médias. Ao analisar a variável REL6, apenas 7 respondentes afirmam aceitar o que o líder espiritual diz. Isso pode ser reflexo do que encontramos na variável REL1, cujo desvio padrão é o mais alto, indicando um alto grau de dispersão da variável: nota-se que em REL1, um número significativo de respondentes relatou não frequentar a igreja/local de culto da sua religião.

A variável REL8, REL9 e REL10 apresentaram médias de baixa concordância, mas um desvio padrão considerado baixo, indicando um grau de dispersão da variável pequeno. Dentro dessas três variáveis, analisando-as separadamente, percebeu-se que 8 respondentes acreditam que a mulher deve ser submissa ao homem, conforme indicam os preceitos bíblicos; essas

mesmas respondentes também indicaram, na variável REL3, exercerem cargos religiosos dentro dos seus locais de culto, o que pode justificar, de alguma forma, essa resposta.

Tabela 8 - Descrição da variável Religião.

Variável	Média	Desvio padrão
REL1 ²⁶ : Quantas vezes por semana frequenta a igreja?	1,72	0,83
REL2 : Exerce algum cargo dentro da sua religião?	1,84	0,36
REL3 : Caso não exerça nenhum cargo, participa ativamente da vida na comunidade?	1,93	0,52
REL5 : Você busca o seu líder espiritual como confidente, para aconselhamento?	1,72	0,45
REL6 : Você aceita tudo o que o seu líder espiritual diz?	1,88	0,32
REL7 : Você acredita em tudo que o livro sagrado da sua religião diz?	1,55	0,50
REL8 : Você acredita que a mulher deve ser submissa ao homem?	1,86	0,34
REL9 : Você tem medo de separar e ser castigada por Deus?	1,95	0,22
REL10 : Você tem medo de denunciar e ser castigada por Deus?	1,98	0,13

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

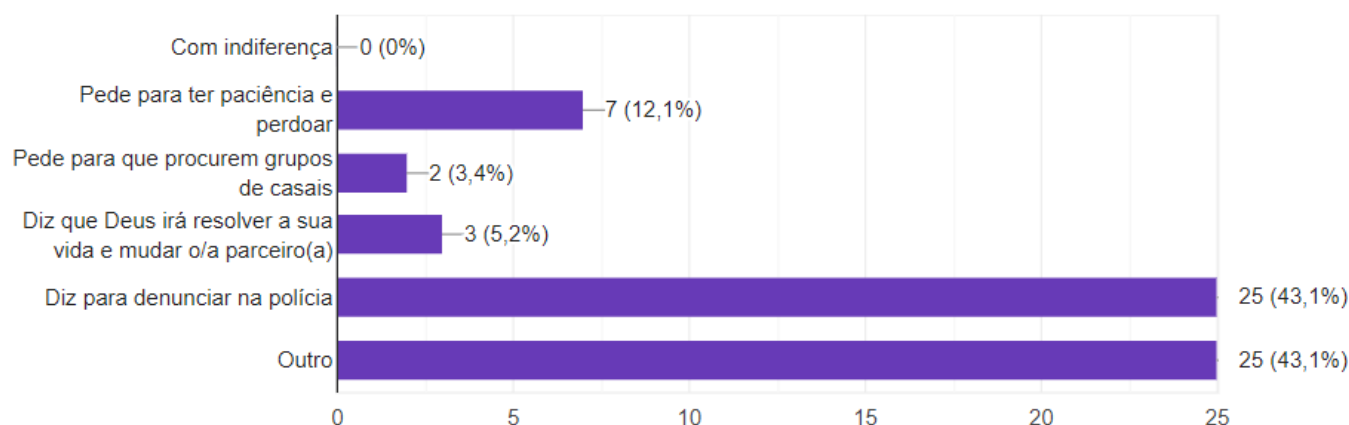
Um fato interessante nas variáveis REL9 e REL10 é que há respondentes que afirmam ter medo de denunciarem e serem castigadas por Deus, mas ainda é menor do que o medo de se separarem e serem castigadas por Deus, que obteve um maior número de respondentes. A maior parte das mulheres afirmaram não terem medo de denunciar nem de se separarem e serem castigadas por Deus. Faz-se importante observar esses resultados juntamente com a variável REL7, em que a maioria das respondentes afirmam não acreditarem em tudo o que o livro sagrado de sua religião diz, e com a REL6, em que afirmam não acreditarem em tudo o que o seu líder espiritual fala, o que pode reforçar o resultado das duas últimas variáveis.

Análise da variável REL4

Na variável REL4, perguntou-se as respondentes de que forma o seu líder religioso lida com as denúncias de violência doméstica e que atitudes que ele solicita que a vítima tome.

²⁶ REL – Religião

Figura 04 – Análise da variável REL4.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Analisando a variável, a maioria das respondentes afirmaram que seu líder espiritual aconselha a denunciar à polícia ou outra forma (que pode ser desde sair de casa e buscar ajuda a qualquer outra ação de cunho religioso ou não).

Mas, é importante destacar a quantidade de mulheres que responderam que o líder pede para ter paciência e perdoar as agressões, bem como os que pedem que busquem grupos de casais e que dizem que Deus irá mudar a vida e o parceiro. Essa postura encontra ressonância nos estudos de Souza (2014) quando apresenta a história de duas mulheres que sofriam vários tipos de violência doméstica e só contavam para o padre, que nunca fez nada. Segunda a autora, ela “não foi ouvida e muito menos repercutida porque não foi considerada em sua condição de sujeito” (SOUZA, 2014, p. 6), algo já debatido nesse texto sobre a visão da mulher na religião e na sociedade ao longo dos tempos. A questão atual é: se a religião chega a lugares que o Estado não alcança, no lar (BUSIN, 2011; SOUZA, 2014), por que a religião legitima a cadeia de dominação baseada no poder patriarcal cruzando os braços ou fechando os olhos para os casos de violência doméstica?

Ainda assim, faz-se interessante observar uma mudança de mentalidade dos líderes espirituais que, mesmo dentro da sua fé e crença, orientam as mulheres a fazerem o civilmente correto, que é procurar a polícia, sendo nenhum deles indiferente a situação. Isso demonstra alguma transformação nas atitudes de alguns líderes. Souza (2014, p. 7) alerta que, como a religião é o segundo lugar permitido para as mulheres, uma extensão de suas casas, lideradas por pessoas que em geral são as primeiras a conhecerem os ‘segredos de família’, a questão da violência doméstica “precisa ser levado a sério pelas instituições religiosas e pelo poder público, pois pode significar a diferença entre a vida e a morte”. E é preciso ainda a prestação de acompanhamento efetivo e apoio de tais líderes, caso as mulheres assumam seus conselhos.

CONCLUSÃO E OBSERVAÇÕES DE PESQUISA

A violência doméstica vem, há tempos, alijando mulheres e causando danos dos mais diversos em suas vidas, tanto no âmbito microssocial (sexual, físico, psicológico, moral e social), como no macrossocial. Durante séculos, elas vêm em processo de luta pelos seus direitos e pelo fim da submissão ao poder patriarcal.

Esses cruzamentos entre gênero, religiosidade, família e violência são bem abrangentes e precisamos abrir, cada vez mais, possibilidades para maiores investigações acerca desse fenômeno de complexa compreensão.

Uma das dificuldades dessa investigação foi o número ainda restrito de estudos sobre esses temas. Há estudos somente sobre religião ou somente sobre violência doméstica, mas ainda são poucos os estudos conectando esses dois temas relevantes. É importante ressaltar que, através da história, a religião foi um fator de destaque para o processo de submissão das mulheres e de fortalecimento da imagem do homem, inclusive reforçando discursos de violência através dos seus escritos sagrados e textos inquisitórios.

O estudo mostrou que muitas das respondentes não seguem à risca suas religiões, nem acreditam piamente em tudo o que o seu líder espiritual e seu livro sagrado dizem. Além disso, observou-se que os líderes religiosos, independentemente de suas crenças, orientam suas vítimas a denunciarem as agressões, mas que, ainda assim, há mulheres que têm medo de serem castigadas por Deus tanto se denunciarem como se buscarem a separação, certamente por não receberem nada a mais de seus líderes fora o aconselhamento. Algumas, inclusive, relatam serem ainda dependentes financeiramente dos seus maridos, o que dificulta a tomada de decisão, e quanto a isso, nem o Estado nem as instituições religiosas oferecem apoio efetivo.

Retomando ao estudo, um ponto interessante a ser investigado em pesquisas futuras é quanto à relação de agressão em grupos LGBTQIA+, pois os questionários apenas informam que as respondentes foram agredidas por quem chamamos de “autor”, não deixando claro se essas vítimas foram agredidas por companheiras. Faz-se interessante analisar, em estudos futuros, a possível relação entre religião e esses grupos.

O presente estudo buscou fortalecer as pesquisas nessa área ainda tão carente de aprofundamento científico e mostrou que ainda temos um longo caminho pela frente no enfrentamento da violência de gênero no país e da mudança de paradigma do patriarcado.

REFERÊNCIAS

ABREU, V. O. **O estudo literário do novo testamento: gêneros literários nos contextos do cristianismo primitivo.** Disponível em: <<https://klineeditora.com/revistajesushistorico/arquivos8/artigo-vitor.pdf>>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

ANGELIM, F. **Construindo novos discursos sobre a violência doméstica: uma articulação entre a psicologia clínica e a justiça.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, UnB, Brasília, 2004.

ARAÚJO, M. F. **Gênero e Violência.** São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

ÁVILA, A. **Para conhecer a Psicologia da Religião.** São Paulo: Loyola, 2007.

BASTOS, I. J. **A visão do feminino nas religiões afro-brasileiras.** Recife: Caos, 2009.

BICALHO, E. **A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero: mulheres pentecostais e carismáticas.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Departamento de Filosofia e Teologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001. BOURDIEU, P. **A Dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero. **Rever.** Ano 11. Nº 01. Jan/Jun 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6032> Acesso em: 24 de ago. de 2021.

GOMES, N. P.; FREIRE, N. M. **Vivência da Violência Familiar: homens que violentam suas companheiras.** Rev. Bra. Enfermagem, 58(2), 176-179. mar./abr. 2005.

GUIMARÃES, F. **“Mas ele diz que me ama”:** Impactos da história de uma vítima na vivência de vivência conjugal entre outras mulheres. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, UnB, Brasília, 2009.

KRAMER, H. SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras;** tradução de Paulo Fróes – 30ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

LETTIERE A, NAKANO AMS. **Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento.** Rev. Latino-Am. Enfermagem [Internet]. Nov./Dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/pt_20.pdf Acesso em: 20 de dez. de 2021.

MACHADO, Lia Zanotta (2004). Masculinidades e Violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: Mônica Raisal Schpun (Org.). **Masculinidades.** 1 ed. São Paulo/Santa Cruz do Sul: Boitempo/Edunise, p. 35-78.

MARCONDES, Letícia. A mulher no mercado de trabalho: uma linha do tempo que você precisa conhecer. Safe.space, 2021. Disponível em: <https://safe.space/conteudo/> Acesso em: 20 de jan. de 2022.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica. In KRAMER, H. SPRENGER, J. O **Martelo das Feiticeiras**; tradução de Paulo Fróes – 30ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020

NASCIMENTO, C. L. **A relação entre a religião protestante (e suas variadas denominações) e a violência doméstica contra a mulher**. Monografia (Curso de Serviço Social). Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, UFF, Rio de Janeiro, 2016.

O GLOBO. **Datafolha: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião**. 13/01/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-10-nao-tem-religiao-24186896> Acesso em: 31 de jan. de 2022.

PRIORE, M. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2011.

RODRIGUES, C. C. L. **Lilith e o arquétipo do feminino contemporâneo**. n/d

RUSSELL, J. B.; ALEXANDER, B. **A história das bruxas** (trad. Álvaro Cabral, William Lagos). – 2 ed. – São Paulo: Aleph, 2019.

SILVA, J. S. P. **Quebrando o silêncio: Violência conjugal no contexto da Igreja Adventista de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Amazônico, UFAM, Manaus, 2018.

SILVA, T. C. **A violência doméstica no Brasil e a visão religiosa: uma quebra de paradigma da submissão da mulher**. Monografia (Curso de Direito). Escola de Direito e Relações Internacionais, PUCGOIÁS, Goiás, 2021.

SILVA, Luciane Lemos; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface** (Botucatu) 11 (21) • Abr 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?lang=pt> Acesso em: 01 de fev. de 2022.

SOUSA, J. A. **Fatores associados à violência conjugal no município de João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Modelo de Decisão e Saúde). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, UFPB, João Pessoa, 2013.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Eu não sou mulher”: violência doméstica e ética cristã. **Revista Caminhando** v. 19, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 2014.

VILHENA, V. C. **Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Humanidades e Direito, Faculdade Metodista de São Paulo, SP, 2009.

CAPÍTULO 16

RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA E INFÂNCIA: REVISÃO SISTEMÁTICA E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

João Paulo Hergesel

RESUMO

Este capítulo é um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido para o Bacharelado em Biblioteconomia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), no 2.º semestre de 2021, sob orientação do professor tutor Jean Fernandes Brito. Dentre as competências e habilidades inerentes ao profissional da Biblioteconomia, um dos segmentos que desperta a atenção pelo impacto social direto é o da organização de ações culturais, direcionadas para o desenvolvimento humanístico da comunidade em que a biblioteca se encontra. Por esse motivo, acredita-se que conhecer publicações acadêmico-científicas ligadas a essa temática, reunindo e categorizando o material de pesquisa, tende a servir como norte para estudos mais densos, ramificados do trabalho realizado. Este artigo, portanto, tem como objetivo geral analisar as publicações científicas no âmbito nacional que enfoquem o relacionamento entre bibliotecas e infância. Para realização desta pesquisa, utiliza-se o método da pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico, ancorado na revisão sistemática e de análise bibliométrica, tendo como plataforma de busca a BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação. O percurso metodológico consistiu em busca, coleta, leitura seletiva e discussão. Os resultados apontaram que somente quatro artigos, nos últimos cinco anos, dedicaram-se a estudos sobre esse assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas. Infância. Revisão sistemática. Análise bibliométrica.

INTRODUÇÃO

As bibliotecas, enquanto instituições de informação aberta ao público, têm um compromisso com a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Nesse sentido, o desenvolvimento de algumas ações culturais – ou seja, “[...] aquelas que nos remetem à arte, entretenimento e ação interativa, sendo a biblioteca e seus usuários os agentes criadores e participativos do processo cultural e não o objeto em si” (MATTOS, 2020, p. 49) – podem ser direcionadas para o público mais jovem, em especial as crianças.

Com a ciência de que “a produção científica pode ser mensurada e avaliada por meio da bibliometria [...]” (BENKENDORF; MOMM; SILVA, 2018, p. 207) e de que a bibliometria estuda os “[...] aspectos quânticos da informação aplicados em diversas áreas” (MATTOS, 2019, p. 14), propõe-se uma revisão bibliométrica sobre a relação entre biblioteca e infância. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: Quais são os principais autores e abordagens utilizadas nas produções científicas brasileiras sobre a relação entre biblioteca e infância?

Este trabalho, portanto, tem como objetivo geral analisar as publicações científicas no âmbito nacional que enfoquem o relacionamento entre bibliotecas e infância. Como objetivos específicos, listam-se: exercitar as técnicas de revisão sistemática e análise bibliométrica na área de Ciências da Informação; identificar quais são os principais autores, locais de publicação e datas em que são produzidos trabalhos sobre biblioteca e infância; reconhecer quais são os principais teóricos referenciados, palavras-chave e periódicos dessas publicações; sondar quais assuntos têm sido mais bem discutidos dentro desse escopo e quais as lacunas ainda existentes.

Dentre as competências e habilidades inerentes ao profissional da Biblioteconomia, um dos segmentos que desperta a atenção pelo impacto social direto é o da organização de ações culturais, direcionadas para o desenvolvimento humanístico da comunidade em que a biblioteca se encontra. Quando direcionadas ao público infantil, vemos que diversas aberturas de caminho, como a formação de leitores e de espectadores teatrais, que tende a formar indivíduos mais críticos e reflexivos.

Diante dessa constatação, vê-se a relevância de compreender as relações estabelecidas entre as bibliotecas e o público infantil, sobretudo em âmbito nacional. Por esse motivo, acredita-se que conhecer publicações acadêmico-científicas ligadas a essa temática, reunindo e categorizando o material de pesquisa, tende a servir como norte para estudos mais densos, ramificados do trabalho realizado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão sistemática com análise bibliométrica, já utilizada em pesquisas anteriores (HERGESEL, 2021), “[...] é uma metodologia rigorosa proposta para: identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca” (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011, p. 1261). Em outras palavras, “[...] é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84). Ademais, esse modo de investigação “[...] disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84).

Como objetivo, revisão sistemática com análise bibliométrica “responde a uma pergunta específica, que deve ser realizada de acordo com um projeto pré-estabelecido e ter uma hipótese para demonstrar ou rejeitar” (ARAUJO ALONSO, 2011, p. 1). Isso é, tais revisões “fornecem uma maneira meticulosa de encontrar estudos relevantes e de alta qualidade; e integrando suas

descobertas para fornecer uma imagem mais clara e abrangente do que qualquer estudo pode produzir” (GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2013, p. 4).

A escolha por esse tipo de pesquisa considera o fato de que as revisões sistemáticas são vistas como “investigações científicas em si mesmas e, assim como as demais revisões, elas são qualificadas como estudos observacionais retrospectivos, por alguns autores. Outros as situam em algum lugar entre os estudos experimentais e observacionais” (CORDEIRO; OLIVEIRA; RENTERÍA; GUIMARÃES, 2007, p. 429). Além disso, “as revisões sistemáticas oferecem um meio importante de considerar o insight cumulativo de grandes e complexos corpos de pesquisa de maneira transparente e rigorosa” (VICTOR, 2008, p. 4).

Para que se realize esse tipo de análise, “os componentes desse protocolo são: a pergunta da revisão, os critérios de inclusão, as estratégias para buscar as pesquisas, como as pesquisas serão avaliadas criticamente, a coleta e síntese dos dados” (GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004, p. 551). Ou seja, é necessário um “planejamento da revisão (identificação da necessidade de uma revisão; desenvolvimento de um protocolo de revisão)” (KITCHENHAM, 2004, p. 3, tradução livre), além de “realização da revisão (identificação da pesquisa, seleção de estudos primários; avaliação da qualidade do estudo; extração e monitoramento de dados; síntese de dados) e relato da revisão” (KITCHENHAM, 2004, p. 3).

METODOLOGIA

As pesquisas de revisão sistemática e análise bibliométrica estão majoritariamente ancoradas na metodologia da pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico e abordagem quantiquantitativa. Esse tipo de pesquisa é considerado por Brasileiro (2021, p. 44) como aquela que “visa tornar determinado fenômeno mais familiar e ajudar o pesquisador a construir hipóteses” e na qual “o pesquisador faz levantamento bibliográfico, sondagem e observação”.

O percurso metodológico para a coleta pode ser descrito em cinco passos: 1) acessou-se a BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação; 2) digitou-se a dupla de palavras “biblioteca” e “infância” na barra de busca; 3) selecionou-se o item “todos”, para que a busca pudesse ocorrer tanto no título quanto no corpo do texto dos trabalhos indexados; 4) clicou-se no botão “pesquisar”; 5) elaborou-se um quadro com os resultados obtidos, para fins de leitura seletiva e estudo. A coleta ocorreu na primeira quinzena de dezembro de 2021.

RESULTADOS

A pesquisa retornou 22 resultados, os quais foram compilados no quadro 1 e identificados com números sequenciais (à esquerda).

Quadro 1 – Coleta de trabalhos envolvendo as palavras “biblioteca” e “infância”.

01	ABREU, Ana Caroline; BEDIN, Jéssica; SENA, Priscila Machado Borges. Mediação da leitura e literatura na educação infantil para o desenvolvimento integral. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , n. 2, v. 12, p. 89-108, 2021.
02	AGUIAR, Niliane Cunha. Organização da informação em bibliotecas escolares: contribuições para a competência informacional infantil. Biblioteca Escolar em Revista , n. 2, v. 1 n. 2, p. 31-44, 2012.
03	BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson José; SILVA, Rovilson José. Ensino da literatura infantojuvenil na graduação e pós-graduação em Ciência da Informação. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação , n. 2, v. 2, p. 124-137, 2015.
04	BRECKENFELD, Maria Cristina Oliveira; PIMENTEL, Edna Maria Sitônio. Biblioteca Popular de Casa Amarela: Uma Experiência de Biblioteca Comunitária. Cadernos de Biblioteconomia , n. 1, v. 6, 1983.
05	CONTRERAS, Jimena Mondragón. Una historia para una infancia. El discurso histórico en publicaciones periódicas infantiles de finales del siglo XIX en México. Boletín del Instituto de Investigaciones Bibliográficas (México) , n. 1, v. XIII, 2008.
06	CRISTO, Lahana Silva de; MACIEL, Milena Pelissari; NASCIMENTO, João Henrique de Oliveira; SILVA, Eduardo Valadares. Possibilidades de atuação da biblioteca escolar e conselho escolar na constituição da cidadania na infância. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , n. 3, v. 21, p. 697-706, 2016.
07	CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Biblioteca Infantil. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG , n. 1, v. 10, 1981.
08	FERREIRA, Francisca A. Fernandes; GOMES, Liliana Isabel Esteves. A Coleção Fotográfica da Casa de Infância Doutor Elysio de Moura: Preservação e Divulgação. Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal) , n. Especial, p. 127-140, 2020.
09	GIRALDO, Yicel Nayrobis; HENAO, Doris Liliana Henao; SÁNCHEZ, Sandra Inés Zuluaga; URREA, Margarita María Corrales. Tus historias me ayudan a crecer: relaciones entre biblioteca pública, lectura y primera infancia. Perspectivas em Ciência da Informação , n. 2, v. 18, p. 126-146, 2013.
10	GÓMEZ, José Rodrigo Zuluaga. Las bibliotecas en la edad temprana. Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia) , n. 2, v. 8, p. 13-18, 1985.
11	HOMMERDING, Nádia Maria dos Santos. Letramento Infantil na Biblioteca Escolar: desenvolvendo habilidades básicas para futuros leitores competentes. Biblioteca Escolar em Revista , n. 2, v. 4 n. 2, p. 33-52, 2016.
12	JONCEW, Consuelo Chaves; CENDÓN, Beatriz Valadares; AMENO, Nádia. Websurveys como método de pesquisa. Informação & Informação , n. 3, v. 19, p. 192-218, 2014.
13	LUCCA, Djuli Machado de; CALDIN, Clarice Fortkamp; RIGHI, João Primo Ramirez. O desenvolvimento da Competência Informacional nas crianças a partir da literatura infantil. Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação , n. 1, v. 13, p. 192-206, 2015.
14	MATOS, José Claudio Morelli; CALDIN, Clarice Fortkamp; JACINTHO, Eliana Maria Santos Bahia. Dewey e Lewis: a noção de crescimento e o valor da experiência literária para crianças. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , n. 2, v. 26, p. 1-13, 2021.
15	MOTOYAMA, Juliane Francischetti Martins; SOUZA, Renata Junqueira de. Bebeteca: espaço e ações para formar o leitor. Brazilian Journal of Information Science , v. 10, n. 3, 2016.

16	NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza. Reflexões sobre a mediação da informação na perspectiva dos usuários. Biblionline , n. 1, v. 7, 2011.
17	SENNA, Ana; BARBOSA, Maria de Fatima S. O.; SOUZA, Thaianne Almeida. Biblioteca infantil como lugar de encantamento. Revista Conhecimento em Ação , n. 1, v. 2, p. 108-125, 2017.
18	SOUZA, Aurea Celeste Pires de; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Competência em informação e as diferentes gerações. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 17, p. 1-20, 2021.
19	STOCKER, Claudia Teresinha. Biblioteca Pública Infantil de Sergipe: uma experiência com projetos de incentivo à leitura a partir da primeira infância. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 13, p. 1621-1632, 2017.
20	TAYLOR, Mitsi Westphal. Serviços Bibliotecários à infância em Florianópolis: situação atual. Revista de Biblioteconomia de Brasília , n. 1, v. 9, 1981.
21	VIDAL, Diana Gonçalves. Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966). Perspectivas em Ciência da Informação , v. 19, p. 195-210, 2014.
22	VILELA, Rafaela. Bibliotecas públicas infantis: histórias de ontem e hoje. BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação , v. 35, 2021.

Fonte: Elaboração própria.

A leitura seletiva descartou os trabalhos que: foram publicados anteriormente a 2018, visando concentrar a pesquisa nas produções mais recentes; estavam em língua estrangeira, considerando a necessidade de manter o foco nos aspectos da cultura brasileira; e que não estivessem diretamente relacionada ao tema. Dessa forma, restaram como material para discussão os artigos identificados pelos números 01, 14, 18 e 22.

DISCUSSÃO

O trabalho de Ana Caroline Abreu, Jessica Bedin e Priscila Sena (2021), publicado na InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, intitula-se *Mediação da leitura e literatura na educação infantil para o desenvolvimento integral* e tem como objetivo principal “[...] analisar a literatura infantil e sua mediação no desenvolvimento integral da criança, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 91). Como objetivos específicos, as autoras listam: “a) compreender a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação infantil; b) descrever a mediação da leitura e da literatura em biblioteca e; c) identificar práticas de mediação de leitura e literatura em biblioteca” (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 91).

As autoras utilizam o procedimento metodológico da pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, pautadas pelas orientações de Antonio Carlos Gil, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, com auxílio da Base de Dados em Ciência da Informação. A fundamentação teórica ocorre com base nos campos da literatura infantil, do desenvolvimento integral e das

mediações de leitura e literatura. Acerca dos itens explorados e das relações com o profissional de Biblioteconomia, as autoras defendem que:

Até o momento percebe-se importante a inserção da literatura para o desenvolvimento humano, e dentro da escola, a biblioteca é o local mais propício a este contato, sem fins canônicos. Assim, o desenvolvimento de ações na biblioteca para este público auxilia estes pequenos interagentes a ampliar suas habilidades e competências enquanto processo de compreensão de mundo, de construção de sujeitos ativos em sociedade, preparando-os culturalmente para tornarem-se protagonistas de suas vidas (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 95).

Com base nessa visão, as autoras defendem o desenvolvimento integral das crianças, logo em seus primeiros anos na escola: “[...] não é necessário estar alfabetizado para trabalhar o desenvolvimento integral na educação infantil, visto que este conceito do desenvolvimento é fundamental dentro das bibliotecas escolares” (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 95). Para esclarecer as distinções entre mediação de leitura e mediação de literatura, as autoras dizem que “[...] enquanto a primeira é um instrumento voltado para prática de alfabetização, para domínios dos códigos sociais, o segundo termo é direcionado para questões culturais, ampliação do conhecimento, curiosidade, imaginação, desvinculada ao trabalho de alfabetização escolar” (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 97).

Para as autoras, a biblioteca mostra-se fundamental na infância, dado que é nesse lugar que “o mediador é a bibliotecária ou o bibliotecário, que, com o uso de embasamento teórico em suas práticas, vai atuar para que a mediação seja uma ferramenta a mais no processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo e físico da criança” (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 98). Por esse motivo, as mediações de literatura realizadas na biblioteca envolvem, especialmente, “[...] o entrelaçamento entre o leitor e a leitura literária, e, quando se trata de literatura para crianças, ganha aspectos da ludicidade, voltada para despertar a curiosidade, criticidade, imaginação, criatividade, desvinculada a leitura da escolarização” (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 98).

Ao se concentrarem nas crianças de 0 a 5, Abreu, Bedin e Sena (2021, p. 105) consideram que “apesar de não serem alfabetizadas, a mediação pode ocorrer por intermédio do contato com o objeto livro para os bebês, através do tato podem explorar este material e se expressar através dos balbucios”, associando aos objetivos da BNCC para a Educação Infantil. Por fim, as autoras defendem a pertinência da biblioteca como parte integrante de toda escola: “[...] a biblioteca escolar deve estar também presente no Projeto Político Pedagógico da escola a qual faz parte, para que possa desenvolver seu trabalho de acordo com os ideais da instituição, oferecendo serviços que podem contribuir diretamente em toda comunidade escolar” (ABREU; BEDIN; SENA, 2021, p. 105).


O trabalho de José Claudio Matos, Clarice Fortkamp Caldin e Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho (2021), publicado na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, intitula-se *Dewey e Lewis: a noção de crescimento e o valor da experiência literária para crianças* e tem como objetivo geral “[...] refletir sobre a questão dos fundamentos da crítica da literatura infantil, especificamente quanto ao conceito de crescimento” (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 2). Para que ele seja atingido, os autores propõem uma reflexão dialógica “com o escritor e crítico literário C. S. Lewis que, em sua obra *Sobre Histórias* (2018), responde, segundo a interpretação defendida aqui, aos problemas da natureza e da crítica da literatura infantil de forma bastante original e bem argumentada” (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 2).

Os autores utilizam como procedimento metodológico a escrita ensaística, pautada pela pesquisa bibliográfica, com enraizamento nas leituras analíticas de textos teóricos e na interpretação crítica sobre essas publicações e ações a desenvolvidas. O percurso consistiu “[...] na interpretação crítica do discurso de Lewis, a fim de extrair elementos de uma noção de crescimento”, na constatação dessa ideia “[...] com a teoria do crescimento presente no pensamento de John Dewey, tendo especial consideração pela ideia de imaturidade, como condição de crescimento” (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 2).

Com base nos raciocínios de C. S. Lewis e John Dewey, os autores discutem a questão da maturidade e da necessidade de se evitar equiparar o leitor infantil como um leitor adulto e criar juízos de valores sobre isso. Em outras palavras:

A experiência do leitor imaturo não pode ser julgada pelos termos do leitor maduro. Aqui parece residir a dificuldade quanto à crítica do valor das obras que se destinam à leitura literária dos imaturos: usam-se critérios do leitor adulto para refletir sobre a experiência do leitor imaturo. Esta dificuldade pode ser melhor considerada (*sic*) a partir de um conceito positivo de imaturidade. A partir deste conceito, as dicotomias entre criança e adulto dão lugar a um fluxo contínuo e gradual de crescimento. Categorias fixas como “criança” e “infância” são substituídas por processos de continuidade, atenuando choques e conflitos causados pela rigidez das antigas categorias. (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 7).

Com base nisso, os autores entendem que “[...] as pessoas se encontrem em estágios diversos de crescimento, mas que não há um padrão uniforme de crescimento, pelo qual avaliar todas as pessoas” (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 10). Eles aplicam essa ideia à literatura, ao defenderem que “[...] não existe um padrão pelo qual avaliar qual leitura é recomendada para qual leitor, em vista do propósito desejável de contribuir para seu crescimento. Cada leitura e cada leitor precisam ser considerados em sua situação particular.” (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 10).



Nesse sentido, os autores recuperam as argumentações de Dewey, que visualiza “[...] o caráter estético, próprio das formas artísticas, está presente em diversos graus em todas as formas de experiência e vida cultural” (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 11). Aprofundando esse pensamento, Matos, Caldin e Jacintho (2021, p. 11) explicam que “[...] o que isso quer dizer é que há uma propriedade estética em toda experiência, embora seu caso mais radical e evidente seja o da arte”. De modo ainda mais direcionado, os autores explicam que: “Ao tratar do tema do crescimento, esta filosofia o faz em consonância com uma concepção estética que é construtiva, porque supõe um gradualismo em vez de uma repartição antagônica, entre a tonalidade estética de diversas atividades humanas” (MATOS; CALDIN; JACINTHO, 2021, p. 11).

O trabalho de Aurea Celeste Pires de Souza e Adriana Rosecler Alcará (2021), publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, intitula-se *Competência em informação e as diferentes gerações* e tem como objetivo “[...] caracterizar as diferentes gerações e verificar sua inserção em estudos relacionados à competência em informação” (SOUZA, ALCARÁ, 2021, p. 2). Tal objetivo está entrelaçado com o trabalho de conclusão de curso da primeira autora, cujo objetivo é “[...] entender a influência das diferentes gerações de estudantes na competência em informação e que está sendo realizada no contexto do curso de Biblioteconomia de uma universidade pública da região sul do Brasil” (SOUZA; ALCARÁ, 2021, p. 2).

As autoras utilizam como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico, calcado na pesquisa exploratória, a partir de quatro plataformas: 1) o Catálogo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina (UEL); 2) a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); 3) a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); e 4) o Google Acadêmico. A respeito das etapas para realização do trabalho, as autoras esclarecem:

Para a estratégia de busca foram utilizados os termos ‘competência em informação’ e suas variações (*information literacy*, competência informacional, habilidades informacionais), adicionando também, com uso de operadores booleanos, os termos específicos para as diferentes gerações – *Baby Boomers* e Gerações X, Y, Z e *Alpha*, sem delimitação quanto ao período de cobertura das publicações. Quanto aos critérios de seleção da literatura, levou-se em conta os textos que abordavam sobre as características das diferentes gerações, assim como àqueles que, de certo modo, estabeleciam alguma relação com a competência em informação. (SOUZA; ALCARÁ, 2021, p. 2).

As autoras fazem uma revisitação nas diferentes gerações. Para focar as crianças e adolescentes, concentra-se a leituras nas definições de Geração Z e Geração Alpha. Para as autoras, a Geração Z é composta por indivíduos que são:

- Digitadores contumazes com os polegares.
 - Multitarefa, imediatistas, afeitos às redes sociais.
 - Integradores digitais, possuem as maiores redes em termos numéricos e são moldados por seus pares.
 - Aprendem com rapidez, mas são dispersos em atenção.
 - Cautelosos e ansiosos; preocupados com a beleza.
 - Os mais bem preparados em termos de tecnologia e educação formal.
 - Não ficam muito tempo em uma empresa, buscam novidade.
 - Redução do consumo de tabaco e aumento considerável de álcool e drogas.
 - Querem promover um mundo desenvolvido de forma sustentável.
- (SOUZA; ALCARÁ, 2021, p. 12).

Já a Geração Alpha consiste em um público que tem como características:

- Será a maior e, tecnologicamente, a mais consciente, globalmente conectada e a mais influente.
 - Profissionalmente instáveis.
 - Uma em cada três mulheres não terá filho.
 - Aprendem ao mesmo tempo que se divertem, de maneira informal, em ambientes com jogos e interação, de forma autodidata.
 - Problemático e negativo para essa geração é o consumo de conteúdos dispensáveis e fúteis.
- (SOUZA; ALCARÁ, 2021, p. 12).

Com base nessas percepções e refletindo sobre a relevância desses estudos para os profissionais de Biblioteconomia, Souza e Alcará (2021, p. 15) aferem que “[...] a competência em informação, que inicialmente era restrita a habilidade técnica de busca e uso da informação, com o passar dos anos, com desenvolvimento de pesquisas, foi expandida e mudou o foco”. Contemporaneamente, despreendeu-se o foco “[...] do âmbito tecnológico e instrumental para refletir sobre as habilidades e o ser humano como um todo, em sua formação como cidadão, sua responsabilidade social, e em sua autonomia para tomar decisões” (SOUZA; ALCARÁ, 2021, p. 16).

O trabalho de Rafaela Vilela (2021), publicado em *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, intitula-se *Bibliotecas públicas infantis: histórias de ontem e hoje* e consiste no registro de registro de parte de uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo “discutir a biblioteca pública para infância a partir da análise de dois projetos de livro e de leitura” (VILELA, 2021, p. 121). Em sua pesquisa, a autora tem como objetos de estudos “[...] a Biblioteca Infantil do Distrito Federal, idealizada por Cecília Meireles, em 1934, e a Biblioteca Parque da Rocinha, centro cultural que privilegia a leitura em diferentes suportes, inaugurada em 2012” (VILELA, 2021, p. 124).

A autora, por meio de uma pesquisa prioritariamente bibliográfica, utiliza como procedimento metodológico o resgate histórico, manifestado pela descrição desses dois espaços, “[...] que surgem em diferentes contextos históricos e que apresentam ambientes que despertam encontros com a palavra escrita, com o teatro, com a mídia audiovisual e eletrônica – equipamentos culturais desejados, mas nem sempre acessíveis às classes populares” (VILELA, 2021, p. 124). Paralelamente a isso, Vilela (2021, p. 124) propõe a reflexão: “A biblioteca pode, além de um espaço público de cultura, ser também esse lugar para o exercício do pensamento?”.

Ainda considerada uma inovação pela autora, a Biblioteca Infantil do Distrito Federal, foi idealizada pela escritora Cecília Meireles, nome consagrado no âmbito da literatura infantil, e está “instalada no Pavilhão Mourisco, ficava localizada no final da avenida Beira Mar – atual enseada de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro” (VILELA, 2021, p. 124). De acordo com a pesquisadora:

A biblioteca era composta por nove sessões: livros, gravuras, cartografia, recortes, selos e moedas, música e cinema, atividades artísticas, propaganda e publicidade e pesquisa. Como ultrapassava os objetivos de uma simples biblioteca, pois oferecia, além de livros, atividades culturais como cinema, música e cartografia, o Pavilhão Mourisco logo se transformou num Centro de Cultura Infantil. (VILELA, 2021, p. 126).

O projeto, explica Vilela (2021), foi fechado em 1937, durante o período do Estado Novo, quando um interventor do governo constatou a presença de um livro com conotações comunistas: *As Aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain. De acordo com Vilela (2021, p. 127), “rapidamente, o acervo de livros da biblioteca foi enviado para uma escola pública localizada no bairro da Urca” e o prédio “transformou-se num ponto de coleta de impostos e, posteriormente, abandonado por vários anos até ser completamente demolido para a construção do Túnel do Pasmado” (VILELA, 2021, p. 128).

Quase 80 anos depois, surgiu a Biblioteca Parque da Rocinha, outro projeto inovador no sentido de bibliotecas públicas infantis. A respeito da arquitetura, Vilela (2021, p. 128) descreve que “o conceito da Biblioteca Parque foi construído a partir de experiências e projetos de livro e leitura desenvolvidos na Colômbia: as chamadas Parque Bibliotecas, que foram inauguradas em 2006 nas cidades de Medellín e Bogotá”. Em síntese, edificações desse tipo “[...] apresentam, além da concepção de leitura democrática e do aparato tecnológico como suporte, uma junção entre biblioteca e parque que objetiva a possibilidade da leitura em ambientes amplos, modernos e bonitos” (VILELA, 2021, p. 128).

Sua estrutura é composta por espaços midiáticos, espaços de convivência, cineteatro, café literário, cozinha-escola, ludoteca e a biblioteca em si, com acervo de mais de 12 mil livros. Vilela (2021, p. 129) situa: “Com cinco andares e totalizando uma área de 1,6 mil metros quadrados, a Biblioteca, inaugurada em junho de 2012, está situada na Estrada da Gávea, uma das principais ruas da comunidade, e funciona de terça a domingo, das 10h às 20h”. Tal projeto, assim como o idealizado por Cecília Meireles no passado, mostra que “a biblioteca pública pode e deve ser um espaço de inclusão social e cultural” (VILELA, 2021, p. 130).

Para a autora, “ambos os projetos retratam uma biblioteca inovadora, viva, que fomenta o encontro com a palavra escrita, o teatro, a mídia audiovisual e eletrônica. Equipamentos desejados, mas nem sempre acessíveis às classes populares” (VILELA, 2021, p. 130). Seguindo essa linha de raciocínio, Vilela (2021, p. 130) conclui que a existência de bibliotecas públicas infantis oferece “um caminho possível para a transformação de um país que ainda apresenta baixos índices de leitura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as publicações científicas no âmbito nacional que enfocassem o relacionamento entre bibliotecas e infância. Como forma de direcionar melhor o trabalho, elegeu-se a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) como plataforma de pesquisa e utilizou-se a dupla de termos “biblioteca” e “infância” para localizar os trabalhos que dialogassem com a temática estudada.

Ao exercitar as técnicas de revisão sistemática e análise bibliométrica na área de Ciências da Informação, percebeu-se que existem 22 publicações – entre artigos científicos, relatos de experiência e resenhas críticas – sobre a relação entre biblioteca e infância indexadas na referida base de dados. Dessas, somente quatro produções eram dos últimos cinco anos, em língua portuguesa e dentro do assunto esperado.

Ao identificar quais são os principais autores, locais de publicação e datas em que são produzidos trabalhos sobre biblioteca e infância, notou-se a prevalência desse tema em publicações de 2021, em periódicos exclusivamente da área de Biblioteconomia, mas produzidos por autores diversos. Ana Caroline Abreu, Jessica Bedin, Priscila Sena, José Claudio Matos, Clarice Fortkamp Caldin, Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho, Aurea Celeste Pires de Souza, Adriana Rosecler Alcará e Rafaela Vilela foram os nove pesquisadores localizados que versam sobre o tema.

Ao reconhecer quais são os principais teóricos referenciados, palavras-chave e periódicos dessas publicações, notou-se, novamente, uma instabilidade. Enquanto alguns trabalhos traziam conceitos mais gerais de literatura infantil e mediações de leitura com embasamento em documentos oficiais, outros eram mais centrados em técnicas de organização, classificação e compreensão da informação.

Por fim, ao sondar quais assuntos têm sido mais bem discutidos dentro desse escopo e quais as lacunas ainda existentes, viu-se um interesse maior na questão da produção literária destinada a crianças e as formas de abordagem e incentivo à leitura para junto desse público. Com isso, sentiu-se uma necessidade de expansão em pesquisas que indiquem atividades que funcionem (ou que devam ser evitadas) nas estratégias de mediação cultural infantojuvenil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Caroline; BEDIN, Jéssica; SENA, Priscila Machado Borges. Mediação da leitura e literatura na educação infantil para o desenvolvimento integral. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, n. 2, v. 12, p. 89-108, 2021.

ARAUJO ALONSO, Miguel. Las revisiones sistemáticas. **Medwave**, Madrid (Espanha), n. 11, [s. p.], 2011.

BENKENDORF, Shyrlei Karyna Jagielski; MOMM, Christiane Fabíola; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Fundamentos da biblioteconomia e ciência da informação**. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004.

GOUGH, David; OLIVER, Sandy; THOMAS, James. **Learning from research: systematic reviews for informing policy decisions: a quick guide**. London: Nestadez, 2013.

HERGESEL, João Paulo. Contribuições da revisão sistemática e bibliométrica (RSB) para os estudos de televisão: aplicabilidade do método em uma pesquisa exploratória sobre telenovela infantojuvenil. **Brazilian Journal of Policy and Development**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 40-48, 2021.

KITCHENHAM, Barbara. **Procedures for Performing Systematic Reviews**. Relatório Técnico – Grupo de Engenharia de Software, Departamento de Ciência da Computação, Keele University, Staffordshire (Reino Unido); Engenharia Empírica de Software, National ICT Australia Ltda., Sydney (Austrália), 2004.

MATOS, José Claudio Morelli; CALDIN, Clarice Fortkamp; JACINTHO, Eliana Maria Santos Bahia. Dewey e Lewis: a noção de crescimento e o valor da experiência literária para crianças. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, n. 2, v. 26, p. 1-13, 2021.

MATTOS, Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas. **Ações culturais e sociais em biblioteconomia**. Indaial: UNIASSELVI, 2020.

MATTOS, Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas. **Estudos métricos da informação**. Indaial: UNIASSELVI, 2019.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SOUZA, Aurea Celeste Pires de; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Competência em informação e as diferentes gerações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-20, 2021.

VICTOR, Liz. Systematic reviewing. **Social Research Update**, Guildford (Surrey, Reino Unido), n. 58, 2008.

VILELA, Rafaela. Bibliotecas públicas infantis: histórias de ontem e hoje. **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 35, 2021.

CAPÍTULO 17

O IMPACTO DA DINAMIZAÇÃO DA CIRCULAÇÃO PARA A ANÁLISE GEOPOLÍTICA

Leonardo Luiz Silveira da Silva
Larissa Santos Rocha da Silva

RESUMO


O capítulo em questão, localizado na interface entre a história e a geografia, visa refletir de que forma a dinamização da circulação espacial interfere na abordagem geopolítica. Os fluxos que se dispõem no espaço compõem o objeto de análise das redes, que envolvem fixos e eixos de circulação. O artigo parte do pressuposto que as relações entre fixos e fluxos de toda sorte constituem malhas que são a base para as redes e a territorialização do espaço. A importância dos fluxos para as relações internacionais não é um fato novo. Todavia, devido ao crescimento dessa importância e a penetração de atores não-estatais nos arranjos dos fluxos, há uma demanda em reorganizar o pensamento geopolítico, centrado em sua perspectiva seminal no realismo político. O caráter não homogêneo da distribuição dos fluxos faz com que pensemos no impacto do espaço relativo para o pensamento geopolítico. Além disto, o ordenamento dos fluxos têm realçado zonas interestatais e despedaçado imagens acerca de territórios nacionais vistos enquanto unidades coesas e homogêneas. Para além da materialidade das relações tangíveis, o artigo visa apresentar de que formas as relações em rede interferem intersubjetivamente nos indivíduos, deixando claro que a análise que leva em conta conjuntamente as dimensões materiais e imateriais da circulação constituem-se como o elixir geopolítico.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxos; Geopolítica; Estados.

INTRODUÇÃO

O comércio marítimo foi visto como um fator crucial no provimento do bem-estar e da força dos Estados. Esta era a posição de Alfred T. Mahan (2004) sobre a realidade do século XIX. Na lógica de Mahan, uma nação desprovida de fronteiras terrestres não é forçada a defender-se por terra e tampouco buscar a extensão do seu território por meio dela; *ipso facto*, terá vantagem em comparação à outra nação que possui limites continentais²⁷. Este raciocínio

²⁷ Lógica similar à ideia sobre o “poder parador das águas”, de Hans Morgenthau(2003). O “poder parador das águas” foi uma reflexão proposta por Morgenthau (2003) no livro *A política entre as nações*, quando aludiu ao papel dos oceanos como um dificultador para os inimigos invadirem arquipélagos como o Japão ou o Reino-Unido, ao mesmo tempo em que apontou que as nações insulares também sofrem com a logística demandada por uma guerra continental.



explicaria a posição privilegiada que a Inglaterra desfrutava enquanto poder marítimo em relação aos seus rivais. Além desta concepção, para Mahan o domínio militar dos mares representava o controle das rotas marítimas, unindo a hegemonia econômica à militar. Estas são as bases da tese do poder marítimo (KENNEDY, 1976).

Teorias geopolíticas podem tornar-se caducas de acordo com as mudanças de contextos históricos e geográficos. Na virada do século XIX para o XX, as teorizações possuíam forte base realista (SILVA, 2018a); contudo, a partir do ocaso da Guerra Fria, multiplicaram-se as interpretações que fogem ao escopo do realismo político, estimuladas pelas formas assumidas por um mundo em rearranjo. Um ponto frequentemente presente nas elaborações das teses não-realistas que se consagraram nos últimos 50 anos²⁸ é o aumento das interconexões entre os Estados e a ascensão de atores não-estatais relevantes na política internacional. Para além das conexões interestatais, uma variável passou a ser notada: a velocidade. Destaca-se neste particular a obra de Paul Virilio (2007), *Speed and Politics*, que analisa pontos importantes na relação entre poder e velocidade.

Na aurora do século XX, Halford Mackinder (1919; 2003) mostrou-se um revisionista, mas não por ter rompido com a base realista de pensamento. Depois de um século predominantemente reconhecido como de hegemonia inglesa (*pax britannica*), Mackinder colocou em xeque o privilégio do poder naval em detrimento do poder terrestre, contrariando as percepções então dominantes do século vitoriano que encontravam eco nas argumentações de Alfred T. Mahan (PARKER, 1998; MELLO, 1999; SEMPA, 2002; TUATHAIL, 2005). A reflexão de Mackinder se baseou, sobretudo, na percepção das diferenças entre fluxos marítimos e terrestres. O autor inglês é o ponto de partida deste artigo, que visa refletir de que forma a dinamização dos fluxos interferem na análise geopolítica. Para tanto, abordaremos como a velocidade e a expansão dos fluxos têm sido problematizadas nas relações envolvendo poder e espaço. Esta é uma discussão que perpassa pelas reflexões da categoria rede. Como

²⁸ Destacam-se, dentre outras, teorias ligadas ao Liberalismo da interdependência e ao Construtivismo. No interior da lógica da interdependência podemos citar a teoria da interdependência complexa de Robert Keohane e Joseph Nye (2012); a ascensão de Estados comerciantes de Richard Rosencrance (1986), a noção de Estados-Região de Kenichi Ohmae (1999). Já no idealismo construtivista, destacam-se Samuel Huntington (1997) e a tese do Choque das Civilizações, a noção de sistema internacional trazida por Alexander Wendt (1992), o mito do Estado-nação de Mikesell (1983) e a própria ideia da nação como comunidade imaginada de Benedict Anderson (2008).

consequência das distintas acelerações no espaço, somos convidados a abordar a relatividade espaço-temporal, bem como refletirmos sobre seu impacto geopolítico. Aprioristicamente adiantamos que falar sobre as redes de forma holística exige a contemplação dialética da materialidade e da imaterialidade, ou seja, dos fluxos tangíveis e mensuráveis e das consequências intersubjetivas da projeção das interconexões sobre corações e mentes.

MACKINDER E O PENSAMENTO SOBRE FLUXOS E VELOCIDADE

Halford Mackinder formulou a teoria do *Heartland*, que foi abordada em três de suas relevantes obras²⁹: “*The Geographical Pivot of History* (1904), *Democratic Ideals and Reality* (1919) e *The Round World and the Winning of the Peace* (1943) (PARKER, 1982). Mackinder vivia nos tempos de declínio relativo do poder inglês. Assim, via na ascensão do poder de potências terrestres uma ameaça ao domínio britânico baseado no poder marítimo (KEARNS, 2009). Nesse sentido, como teórico, Mackinder se consolida como um anti-Mahan (ARON, 2002).

A velocidade dos fluxos é parte fundamental na análise de Mackinder. A construção de ferrovias na Rússia czarina, com destaque para a ferrovia Transiberiana que tornou a visita à Vladivostok mais acessível a um russo ocidental, foi a razão confessada por Halford Mackinder para que este considerasse o grande potencial deste país em se tornar uma futura potência global (PARKER, 1982). Percebeu que o acesso do centro político econômico russo às longínquas extremidades territoriais tornou-se mais fácil, possibilitando diminuir o isolamento esplêndido da Península de Kamtchatchaka e a consolidação do porto de Petroplavovsk.

Evidenciamos que Mackinder destacou a preponderância do poder terrestre a partir do foco na questão da mobilidade. Em dado período da história, os mares puderam garantir ao homem a mobilidade com eficácia. Em suas palavras: “a mobilidade do oceano é a rival natural da mobilidade do camelo ou do cavalo no coração do continente” (MACKINDER, 2003, p.30). Contudo, com a evolução tecnológica nos transportes, Mackinder passou a considerar o uso das ferrovias como um dos pilares da preponderância do poder terrestre sobre o marítimo.

²⁹ Mesmo que já tenha se referido a uma área pivô no coração da Ásia na obra *The Geographical Pivot of History* de 1904, foi somente em 1919 em *Democratic Ideals and realities* que Mackinder passou a usar o termo *Heartland* (COHEN, 2009).

VELOCIDADE, FLUXOS, PODER E ESPAÇO


A preocupação dos geógrafos com o impacto da velocidade sobre a análise geográfica não é recente. Eric Dardel (2011) salienta que a navegação a vapor aproximou geograficamente a América da Europa. A aviação comercial, por sua vez, pôs ao alcance de Nova York ou de Londres todas as terras habitadas. O autor aprofunda o seu raciocínio completando:

Esse encurtamento do mundo perturbou todos os dados políticos e econômicos, criando uma interdependência planetária, ainda mais acentuada pelo telefone e pelo rádio. A intervenção dos Estados Unidos nas duas recentes guerras mundiais (sic) pressupõe um mundo reduzido pela tecnologia dos transportes. Certas paisagens terrestres, as plantações de seringueira na Malásia, ou as explorações petrolíferas no Texas, nasceram da luta contra as distâncias. A vida material de nossas populações europeias está sujeita a uma colheita ruim de trigo na Argentina ou, no Canadá, a um bloqueio das rotas marítimas de lã, do algodão ou da celulose (DARDEL, 2011, p.10-11).

Georges Benko (1999) argumenta que as acelerações das comunicações e da informação dão a ideia de que a história está nos nossos calcanhares: ampliou-se o horizonte geográfico da informação, ao mesmo tempo em que os intervalos temporais apresentam-se mais recheados de eventos, fazendo-nos ter dificuldade em hierarquizar a relevância dos fatos cotidianos. Outrora, em uma aldeia desconectada, “o sentido existia por si mesmo. Hoje somos convidados a dar um sentido a tudo, do terrorismo no Peru ao islamismo na Argélia” (BENKO, 1999, p.209). Torna-se tênue a linha demarcatória entre os particularismos e globalismos.

Se, para muitos, vivemos a era do globalismo e do “achatamento do mundo” (FRIEDMAN, 2005), imaginem então o que pode estar por vir mediante a instauração de maiores velocidades, barateamento dos transportes rápidos e, como consequência, a ampliação da fatia da população que se desloca semanalmente através de distâncias consideráveis. Mesmo que os transportes não sejam acessíveis a todos, como destaca Milton Santos (2012), dificilmente alguém estará imune aos efeitos, mesmo indiretos, das consequências de sua melhoria. É o mesmo que dizer que a maior velocidade nos deslocamentos interfere, inclusive, na realidade de quem não se desloca, pois propõe reorganização na esfera das amplas relações sociais. “Excluídos” podem permanecer “excluídos”, mas o próprio significado que se dá à exclusão está em movimento, ao sabor das mudanças registradas nas técnicas e tecnologias de transporte, a serviço da alardeada aniquilação do espaço por intermédio do tempo (HARVEY, 2004).

Após a Segunda Guerra Mundial, a geopolítica caiu em um limbo. A ascensão neopositivista na geografia (SMITH, 1979; JOHNSTON, 1986; HARVEY, 1986; CAPEL, 2013) rejeitou métodos que se afastavam do cânone das *hard sciences*. A apropriação de




metodologias associadas às ciências naturais conferiria um verniz de cientificidade aos trabalhos geográficos. O resgate da geopolítica nos anos 1970 se estabeleceu, grosseiramente, em dois âmbitos: o primeiro, na edificação de uma geopolítica crítica, que gravitava nos pressupostos da referenciada obra de Yves Lacoste (2005) *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*³⁰; o segundo âmbito foi estimulado pela revolução teórica e quantitativa ocorrida na geografia se fez sentir pelos geógrafos franceses que tinham acesso à literatura estrangeira. Claude Raffestin e André-Louis Sanguin passaram a produzir em temáticas filiadas à geopolítica no início dos anos 1970 utilizando como instrumento de análise as novas ferramentas quantitativas que se mostraram úteis para o entendimento da circulação no espaço. Nesse sentido, aprofundam-se as relações mensuráveis entre fluxos, velocidade e relações de poder.

Claude Raffestin (1980) na obra *Por uma geografia do poder* apresenta uma lógica que associa as redes ao processo de territorialização. Na abordagem do autor, fluxos diversos e entrecruzados formam malhas que territorializam o espaço. Foi uma forma didática encontrada por Raffestin para teorizar a sobreposição das categorias rede e território, servindo como modelo para gerações de geógrafos vindouras, incluindo no Brasil, já que sua obra conta com uma publicação em língua portuguesa desde o início dos anos 1980. Sanguin, por sua vez, orienta suas análises para as dinâmicas do espaço fronteiro, percebendo por meio dos fluxos os arranjos dinâmicos da territorialidade (SANGUIN, 2004a). De forma similar podemos encontrar os trabalhos de Arnaud Cuisinier-Raynal (2001), que permitiram a classificação tipológica das relações transfronteiriças por intermédio dos fluxos.

A vertente geopolítica de Raffestin, Sanguin e Cuisinier-Raynal foi rica na produção de modelos de circulação que unem fixos e fluxos produtores de redes de toda sorte. Estas redes, sobrepostas, atestam processos de territorialização e evidenciam laços relacionais de áreas que não raramente extravasam limites internacionais. O arranjo destas redes recebe forte influência das ações do Estado, como se vê nas políticas territoriais que incidem sobre as estratégias

³⁰ O movimento crítico foi mais amplo do que o que foi acomodado no interior da geopolítica, tornando-se um mainstream geográfico (MELS, 2003; CRESSWELL, 2010; CORRÊA, 2014; SEAMON; LUNDBERG, 2017).



zonas fronteiriças (SILVA, 2017). Todavia, relações informais e formais atuam à margem das estratégias do Estado, como se vê no balanço das economias de arbitragem³¹.

Nos anos 1970, em meio ao *détente* da Guerra Fria, verificou-se a expansão do comércio em escala global. Para além da ampliação da velocidade dos fluxos inter e intraestatais, precisamos considerar o aumento dos volumes e distâncias cobertas pela circulação de mercadorias, além da multiplicação de vetores. Em termos geográficos, podemos falar sobre um adensamento das redes, não somente mais difusas quanto espessas e pulsantes. É o ambiente internacional que permite o surgimento de teorias e reflexões sobre a interdependência dos Estados (JACKSON & SORENSEN, 2007). No contexto da interdependência, autores como Richard Rosencrance (1986) acreditam que o entrelace econômico diminui a possibilidade de ocorrência de conflitos interestatais, pois aumentariam os custos das guerras entre Estados. Há, todavia, ceticismo por parte de alguns (COPELAND, 2015).

Apesar da expansão das redes ser um processo de alcance global, é importante destacar que as mesmas não se dispõem homogeneamente pelo espaço. O desequilíbrio no processo de integração global poderia significar distintas possibilidades dos países recorrerem à violência no cenário internacional. Para pontuar tais diferenças, Joseph Nye Jr. (2002) dividiu o mundo em três grupos de países: o primeiro seria formado por Estados pobres e pré-industriais, que geralmente são remanescentes de impérios que entraram em colapso; o segundo grupo seria formado por países em processo de modernização e industrialização, tais como a Índia e a China; e o terceiro seria formado por sociedades pós-industriais que prevalecem na Europa, na América do Norte e no Japão. Para o autor, o uso da força é uma solução comum para o primeiro grupo, ainda aceitável para o segundo grupo e menos tolerável para o terceiro (NYE JR., 2012).

A expansão dos fluxos interestatais inspirou Keohane e Nye Jr. (2012) a elaborarem uma das teorias mais referenciadas das relações internacionais: a interdependência complexa. A existência de múltiplos canais de conexão entre Estados, incluindo a participação de instituições não-estatais, a diminuição do papel das forças armadas e não-hierarquização da agenda das relações exteriores produz a situação da interdependência complexa. Estas

³¹ são marcadas por lucros e perdas obtidas devido a diferenciais de câmbio e juros, diferenças nas legislações ambientais ou trabalhistas, de assimetrias nos regimes políticos ou normas institucionais. Estas diferenças exploram, legal ou ilegalmente, a existência dos limites internacionais (MACHADO, 2005).

características citadas contribuiriam para o estabelecimento de um ambiente mais cooperativo do que conflituoso.

Bertrand Badie (1999) – analisando o mundo no final do século XX – argumentou sobre a crise das soberanias estatais. Em sua visão, é crescente o fenômeno do aluguel de soberanias, que é caracterizado pela suspensão de itens das cartas magnas de Estados durante certo tempo a favor da atuação de um agente externo, como se vê no caso das exigências da FIFA e do COI como *conditio sine qua non* para as realizações da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Tendo todo este contexto em mente, é sempre importante lembrar que – assim como Milton Santos (2012) magistralmente teorizou – a globalização não é capaz de uniformizar o espaço. Temos como resultado advindo das diferenças técnicas e tecnológicas um mundo desigualmente riscado por fluxos; nós importantes que articulam áreas densamente riscadas por deslocamentos contrastam com regiões desprovidas de circulação. É esclarecedora a abordagem de Keinichi Ohmae (1999) sobre a existência de Estados-Região. Ohmae nos mostra que, sobretudo na contemporaneidade, fica evidenciada que Estados-Nação esconde-se em uma figura de linguagem. Pensando na política internacional, quando se fala no Japão, refere-se, de fato, à megalópole Tóquio-Yokohama; Assim como quando falamos de Brasil, referimo-nos ao eixo Rio-São Paulo. De forma grosseira, o que Ohmae quer dizer é que regiões específicas dos Estados-Nação concentram o poder político-econômico de toda a unidade territorial. Assim, áreas mais densamente marcadas pelos fluxos, são aquelas que concentram a população e a economia, numa correlação não absoluta entre estas duas variáveis.

A circulação mais expressiva ocorre onde existe estrutura para apoiar os fluxos. Fora destes eixos de transporte – que são verdadeiras calhas que escoam pessoas, mercadorias, informações e finanças – os fluxos apresentam-se morosos e custosos. Assim, precisamos considerar que, da mesma forma que o escoamento superficial busca preferencialmente escorrer em uma ravina de uma vertente, fluxos são direcionados para os transportes mais baratos e eficientes. Neste particular, a aceleração desempenha um papel fundamental na circulação. Territórios mais densamente cobertos por malhas (numa paráfrase a Raffestin) são mais territorializados; mais volumes circulando em menos tempo é a lógica que atende o sistema em que estamos inseridos. Isto significa dizer que, de Friedrich Ratzel à contemporaneidade algo de importante mudou na política internacional. É o tema que abordaremos no próximo tópico.


A CADUCIDADE DO *LEBENSRAUM*

Friedrich Ratzel, em uma visão simplista, é costumeiramente associado ao determinismo ambiental³² (PEET, 1985; PARKER, 1998; JOHNSTON, 2017), bem como à influência do darwinismo, visto que sua formação incluiu estudos na zoologia (TUATHAIL, 2005). Na obra *Geografia Política* de 1897, Ratzel “esboçou as leis naturais que governam a expansão territorial e o aumento dos Estados” (TUATHAIL, 2005, p. 29). Ratzel daria ainda uma importância especial para a posição geográfica em sua abordagem ao admitir que os Estados encravados no interior continental e dotados de amplos limites terrestres tenderiam a se expandir em direção ao mar, dominando ou anexando vizinhos mais fracos, enquanto que os Estados marítimos tenderiam a desenvolver suas esquadras e a criar colônias (ANDRADE, 1993). A associação com as ciências naturais na forma de elaboração do raciocínio ratzeliano, fica evidenciada neste trecho:

Ratzel colocou em voga a teoria do Estado como um fenômeno orgânico que estava sujeito às leis de crescimento e desenvolvimento. Estas eram leis que se relacionavam ao comportamento do Estado como uma entidade existente no espaço geográfico e nesse contexto ele examinou a natureza do Estado e seus requerimentos para o alcance da sobrevivência ou do sucesso. Fazendo isso ele aplicou a Teoria da Evolução nos Estados e comparou seus padrões de comportamento com os fenômenos orgânicos do mundo natural. O sucesso dos Estados sustentava Ratzel, era firmemente baseado em seu território e a continuidade do sucesso dependia da maximização de suas vantagens territoriais. Como primeiro passo para atingir o sucesso o Estado precisava assegurar um adequado espaço vital [Lebensraum] (PARKER, 1998, p.17).

O espaço vital (*lebensraum*) naturalizava a expansão territorial do Estado como condição para a sobrevivência no sistema internacional. Desta forma, a lógica “quanto mais espaço, mais poder” manifestava-se de uma forma quase linear no pensamento geopolítico. Por mais que a tese ratzeliana tenha sido questionada ao longo do século XX, é justamente

³² Richard Peet (1985) argumenta que um dos erros da abordagem ratzeliana foi o de estabelecer uma relação direta entre o solo e o Estado, em uma perspectiva determinista. Wanderley Messias da Costa (2013) relativiza, argumentando que esta relação não era tão exata quanto se supõe ser, pois o que estaria evidente no pensamento do autor é que o solo e os seus condicionantes físicos seriam “um dado geral, uma base concreta, um potencial enfim, cuja eficácia para o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo dependerá antes de tudo da sua capacidade em transformar esta potencialidade em algo efetivo” (COSTA, 2013, p.35). Rogério Haesbaert lamenta o rótulo que se atribui a Ratzel ao argumentar que “o que mais se difundiu das reflexões de Ratzel foi uma leitura excessivamente determinista que não faz jus ao conjunto do rico legado do autor” (HAESBAERT, 2021, p.30). Em abordagem similar, Alexandros Stogiannos (2019) minimiza a associação de Friedrich Ratzel com uma obsessiva leitura biológica do espaço e território. O raciocínio de Stogiannos passa justamente pelas nossas considerações iniciais neste tópico quanto à necessidade de consideração do *zeitgeist* ratzeliano. Segundo Stogiannos (2019), a palavra organismo, muito utilizada por Ratzel, era uma metáfora extremamente comum para a descrição de qualquer estrutura organizacional (na língua portuguesa ainda se observa o emprego da metáfora nesse sentido).




no movimento de descolonização africana e do Sudeste Asiático que é possível notar – para além das concepções teóricas – algo de novo nas relações entre espaço e poder. A cessão de territórios coloniais evidenciou a passagem do colonialismo para o neocolonialismo, da mesma forma em que o espaço vital caducou. As crescentes conexões em âmbito global passaram a construir uma lógica em que os custos de manutenção de colônias, sobretudo as ultramarinas, tornaram-se proibitivos. Por parte das antigas metrópoles, relações econômicas favoráveis realizadas a distância passaram a ser o alvo das políticas externas, em detrimento da ocupação formal das colônias.

Podemos falar que a dinamização dos fluxos por meio dos processos de aceleração, dispersão e alargamento (aumento do volume) tornaram-se mais importantes do que a própria expansão territorial. Paul Virilio nos permite falar sobre cronopolítica e poeticamente alardear sobre o fim da geografia (HAESBAERT, 2012; SANGUIN, 2014b). O triunfo sobre o tempo tornou-se mais glorioso do que o triunfo sobre o espaço; este é o fundamento para a caducidade do *lebensraum*.

O ESPAÇO RELATIVO E A ANÁLISE GEOPOLÍTICA

Reflexões filosóficas e interdisciplinares ganharam corpo ao longo do século XX questionando a hegemonia da autoridade científica positivista, permitindo-nos ver o espaço a partir de uma lógica para além do cartesianismo e das distâncias métricas (ALLEN, 2011; PAASI, 2011; MARTIN; SECOR, 2014), naquilo que nos referimos como espaço relativo. Construído por intermédio de percepções sociais e distâncias imaginadas (JACKSON, 2006) o espaço relativo contempla a premissa de que dois pontos podem ter distâncias diferentes dependendo da condição social ou de abstrações específicas entre indivíduos. David Crouch (2017) assevera que: “o espaço é relacional, subjetivo e pessoal” e apresenta-se como “um relativo produto de inter-relações conectado por meio de identidades e entidades que o provém de direções, escalas, sentidos, limites e diferença” (CROUCH, 2017, p. 4). Em um exemplo de grande teor didático, John Allen (2011) chamou a Palestina de território “distorcido”, já que se trata de uma porção do espaço marcada por severas restrições de circulação. É importante notar que são múltiplos os fatores que ajudam a distorcer o espaço: as limitações físicas, financeiras, políticas, psicológicas, se entremeiam com e nas redes relacionais, afetando e sendo afetados por atores humanos e não-humanos.



Como a teoria aqui disposta interfere na análise geopolítica? Como Raffestin, Sanguin e Cuisinier-Raynall teorizaram, os fluxos tem a capacidade de apresentar a espacialidade de processos de territorialização, demonstrando polarizações, espaços contestados e territórios alternativos. A geografia da circulação tem subsidiado pesquisas contemporâneas, incluindo os espaços reclamados de fronteira (SILVA, 2018b; SILVA; DINIZ, 2020). Em outro flanco de análise, a circulação promove as relações em rede, atuando em um campo menos tangível da análise geopolítica; neste flanco, é importante notar que o espaço de fluxos cria outra lógica perceptiva em substituição ao espaço cartesiano: os espaços afetivos e emocionais.

O afeto é um conceito identificado com as chamadas Teorias não-representacionais (PILE, 2010; ANDERSON, 2016; PAIVA, 2017; 2018) que possui pouca penetração no Brasil. Compreende-se que as relações em rede estabelecem um ambiente afetivo em que os corpos (humanos e não-humanos) provocam estímulos nos partícipes (ANDERSON, 2017). Por esta razão, apesar de não ser necessariamente sinônimos, as ideias de emoções e afetos são trabalhadas não raramente em conjunto (THRIFT, 2000). Deste modo, o afeto não é simplesmente pessoal ou interpessoal: é transpessoal, à medida que se desenha no relacionamento de muitos corpos. Assim, afeto se expressa ao mesmo tempo com e entre os corpos. É importante ressaltar que o afeto não é estático, pois acompanha o movimento dos corpos, modificando sua essência e intensidade ao sabor das distâncias e posições. Os deslocamentos espaciais, sobretudo para lugares nunca visitados, são ricos quando considerados na perspectiva da experiência e do ganho de sabedoria (SIMANDAN, 2013). Por esta razão, quando falamos na geografia da circulação e no rearranjo de redes, há uma dimensão que está além das relações materiais e que precisa ser observada no âmbito da análise geopolítica. Tem crescido, sobretudo na literatura anglófona, trabalhos geopolíticos que enveredaram pelo caminho das emoções e do afeto, como a *Geopolítica das Emoções* de Dominique Moïsi (2010) e as *Paisagens de Guerra* (SILVA; PASSOS, 2018). Não há como ignorarmos, em um mundo marcado pela expansão dos tentáculos das redes de circulação, os estranhamentos identitários (SILVA; DINIZ, 2019) e o papel do afeto para as relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições contemporâneas colocam a disposição dos fluxos como componentes indispensáveis na análise geopolítica. Redes, territórios, territorialização e desterritorialização são palavras que atuam em uma mesma dimensão analítica. O espaço de fluxos contemporâneo é marcado pela disposição heterogênea da difusão, volume e velocidade de fluxos, fazendo com que a velha lógica da análise do espaço cartesiano não consiga atender amplo espectro das demandas analíticas da geopolítica. Nesse sentido destaca-se a concepção do espaço relativo que distorce o espaço cartesiano: porções do espaço que exibem adensamento de redes contrastam com vazios mal assistidos pelos fluxos. A análise geopolítica deve levar em conta as distorções do espaço relativo para compreender os projetos nacionais de infraestrutura e integração, bem como levar em conta os alongamentos e encurtamentos provocados pelo acesso às estruturas de interconexões.

Redes heterogeneamente dispostas alongam e comprimem espaços de forma intersubjetiva, valorizam corredores de circulação e tornam determinados encurtamentos estratégicos como projetos de interesse nacional. Em nosso contexto contemporâneo é inviável analisar territórios como unidades coesas e homogêneas; a insistência nesta prática faz parte de uma geopolítica romântica, marcada pela predominância de figuras de linguagem em detrimento da acuidade analítica.

Sabe-se, todavia, que as considerações sobre o espaço de fluxos tendem a contrastar com tradicionais abordagens geopolíticas, centradas no cânone do realismo político. Afinal, a disposição das redes muitas vezes ignoram limites territoriais, seja pela participação de atores não-estatais no espaço de fluxos ou seja por uma ação cooperativa deliberada por parte do Estado. Deste modo, o arranjo dos fluxos colocam desafios às análises realistas rígidas por desenharem espaços interestatais tão poderosos ao ponto de serem informalmente autônomos. Esta é uma razão relevante para que o apego à ortodoxia realista apresente-se inadequado na geopolítica contemporânea.

Em outro viés de análise, para além da tangibilidade dos fluxos mensuráveis, existe a dimensão da intersubjetividade guiada pelos afetos e emoções, comuns em relações em rede. Existe um crescimento notável nos trabalhos geopolíticos voltados para esta temática, extremamente sensível nas práticas cotidianas e até mesmo nas relações entre povos e Estados. A materialidade e a imaterialidade advindas consequências da circulação não podem ser compreendidas como entidades apartadas. A Geopolítica precisa avançar na criação de modelos

e narrativas que consigam, de forma eficaz, contemplar as duas dimensões. Arriscamos dizer que a abordagem que aparta a materialidade da imaterialidade é um anacronismo epistemológico. A falsa dicotomia precisa ser substituída por uma dialética intermediadora que entrelace a materialidade e a imaterialidade em uma perspectiva una e retroalimentada, tal como muitos autores do período pós-virada cultural se apegam (COSGROVE, 1983; INGOLD, 1993; 2007; WALTON, 1995; BERQUE, 2012; BERQUE, 2017; SILVA, 2020; SILVA; SILVA, 2020; SILVA; GIL FILHO, 2020). A análise geopolítica só tem a ganhar com este entrelace. Que possamos pensar a respeito.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, John. Topological twists: Power's shifting geographies. **Dialogues in Human Geography**, v.1, n.3, p.283-298, 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANDERSON, Ben. Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.24, p.733-752, 2016.
- ANDERSON, Ben. Affect. (In): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-3, 2017.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. **São Paulo: Ática, 1993**.
- ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as nações. **Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002**.
- BADIE, Bertrand. **Um mundo sem soberania. Os Estados entre o artifício e a responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BENKO, Georges. Modernidade, pós-modernidade e ciência social. **Revista do Departamento de Geografia**, n.13, p.187-213, 1999.
- BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, verão, p.4-12, 2012.
- BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, inverno, 2017.
- CAPEL, Horácio. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. (in): Capel, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013.
- COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: The geography of international Relations**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2ªed., 2009.

COPELAND, Dale C. **Economic Interdependence and War**. New Jersey: Princeton University Press, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, v.4, n.1, p.37-46, 2014.

COSGROVE, Denis. Towards a radical cultural geography: problems of theory. **Antipode**, vol. 5, Issue I, p.1-11, 1983.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2013.

CRESSWELL, Tim. New cultural geography – an unfinished project? **Cultural geographies**, v.17, n.2, p.169-174, 2010.

CROUCH, David. Bricolage, poetics, spacing. **Humanities**, v.6, n.95, p.1-7, 2017.

CUISINIER-RAYNAL, Arnaud. La fronteira au Pérou entre fronts et sinapses. **L'espace géographique**. Paris, tome 30, p.213-230, 2001.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires e Niterói: Clacso e Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, David. **Explanation in Geography**. Bristol: Edward Arnold, 1986.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

INGOLD, Tim. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v.14, i.1, p.1-16, April, 2007.

JACKSON, Peter. Thinking Geographically. **Geography**, v.91, n.3, p.199-204, 2006.

JACKSON, Robert; SORENSEN, George. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e Geógrafos**. São Paulo: Difel, 1986.

JOHNSTON, Tom. Environmental Determinism. (in) Richardson, Douglas; et al. (eds). **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-3, 2017.

KEARNS, Gerry. **Geopolitics and Empire: The legacy of Halford Mackinder**. New York: Oxford University Press, 2009.

KENNEDY, Paul M. **The rise and fall of british naval mastery**. London: Penguin Books, 1976.

KEOHANE, Robert O. e Nye Jr., Joseph S. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 2012.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 9ª Edição, 2005.

MACHADO, Lia Osório. Estado, Territorialidade, redes, cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana (in): SILVEIRA, M. L. (org.). **Continente em chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.246-284, 2005.

MACKINDER, Halford J. **Democratic Ideals and realities**. New York: Henry Holt And Company, 1919.

MACKINDER, Halford J. The geographical Pivot of History. In: Tuathail, Gearóid Ó; Dalby, Simon; Routledge, Paul. **The Geopolitics Reader**. London: Routledge, 2003.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea Power upon history**. Blacksmack Online, 2004. Disponível em <http://www.blackmask.com>. Acesso em 1 de julho de 2020.

MARTIN, Lauren; SECOR, Anna J. Towards a post-mathematical topology. **Progress in Human Geography**, v.38, i.3, p.420-438, June, 2014.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo de geopolítica?** São Paulo: Edsup, 1999.

MELS, Tom. Landscape unmasked: Kenneth Olwig and the ghostly relations between concepts. **Cultural Geographies**, v.10, p.379-387, 2003.

MIKESELL, Marvin W. The myth of nation state. **Journal of Geography**, v.82, n.6, p.257-260, 1983.

MITCHELL, Don. **Cultural Geography: A Critical introduction**. Malden: Blackwell Publishing, 2000.

MOÏSI, Dominique. **The geopolitics of emotion**. New York: Anchor Books, 2010.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília – Clássicos IPRI, 2003.

NYE JR, Joseph S. **The paradox of american power: why the world's only superpower can't go it alone**. New York: Oxford University Press, 2002.

NYE JR., Joseph S. **O Futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PAASI, Anssi. Geography, space and the re-emergence of topological thinking. **Dialogues in Human Geography**, v.1, n.3, p.299-303, 2011.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018.

PARKER, Geoffrey. **Geopolitics: Past, Present and Future**. London: Pinter, 1998.

PARKER, W. H. **Mackinder – Geography as an aid to statecraft**. Oxford: Clarendon Press, 1982.

PEET, Richard. The Social Origins of Environmental Determinism. **Annals of the Association of American Geographers**, v.75, n.3, p.309-333, 1985.

PILE, Steven. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series**, v.35, n.1, p.5-20, January, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

ROSENCRANCE, Richard. **The rising of the trading State**. New York: basic Books, 1986.

SANGUIN, André Louis. Renascimento Institucional e o futuro da geografia política na França a partir da década de 1970. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial de Geografia e Geopolítica, p.63-81, 2014a.

SANGUIN, André Louis. Fim da geografia ou vingança da geografia? As sociedades humanas entre um mundo liso, um mundo pontudo ou um mundo plano. **Confins**, v.22, versão online, 2014b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEAMON, David; LUNDBERG, Adam. Humanistic Geography. (in) RICHARDSON, Douglas; *et al.* (eds). **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**, John Wiley & Sons, p.1-11, 2017.

SEMPA, Francis P. **Geopolitics: From de Cold War to the 21th century**. New Brunswick: Transaction publishers, 2002.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O papel das políticas territoriais especiais para a transformação das cidades de zona de fronteira: o caso das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. **Revista Redes**, v.22, n.1, p.74-101, 2017.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O desafio do novo mundo à Geopolítica Clássica. **Caminhos de Geografia**, v.19, n.65, p.257-268, Março, 2018a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v.10, n.2, p.25-47, 2020.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. **O papel das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija na intermediação das relações entre o Brasil e a Bolívia.** Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Estereótipos transfronteiriços: olhares entrecruzados de bolivianos e brasileiros das cidades-gêmeas de Guajará-mirim (BRA) e Guayaramerín (BOL). **Geografia em Questão**, v.12, n.2, p.176-203, 2019.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; DINIZ, Alexandre Magno Alves. **Nem o rio nos separa: articulações nacionais e transnacionais entre as cidades-gêmeas de Guajará-Mirim (BRA) e Guayaramerín (BOL).** Belo Horizonte: Letramento, 2020.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; PASSOS, Jamerson Sérgio Rezende. A pluralidade das paisagens de guerra. Natal: **Revista de Geopolítica**, v.9, n.2, p.13-28, 2018.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; SILVA, Juarez Augusto Silveira da. A (i) materialidade do limite e da fronteira. **Para Onde!?** v.14, n.1, p.13-30, 2020.

SILVA, Márcia Alves Soares da; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Sobre o conceito de espaço vivenciado: refletindo as espacialidades a partir das experiências emocionais. **Geograficidade**, v.10, n.especial, p.153-168, Outono, 2020.

SIMANDAN, Dragos. Learning Wisdow Through Geographical Dislocations. **The Professional Geographer**, v.65, n.3, p.390-395, 2013.

SMITH, Neil. Geography, Science and post-positivist modes of explanation. **Progress in Human Geography**, v.3, i.3, p.356-383, 1979.

STOGIANNOS, Alexandros. **The genesis of geopolitics and Friedrich Ratzel: Dismissing the myth of the Ratzelian Godeterminism.** Cham: Springer, 2019.

THRIFT, Nigel. Afterwords. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.18, i.2, p.213-255, April, 2000.

TUATHAIL, Gearóid. O. **Critical geopolitics.** London: Routledge, 2ªEdition, 2005.

VIRILIO, Paul. **Speed and Politics.** Boston: MIT Press, 2007.

WALTON, Judy R. How Real(ist) can you get? **Professional Geographer**, v.47, i.1, p.61-65, 1995.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v.46, p.394-419, 1992.

CAPÍTULO 18

DIAMANTINO: ENTRE A HISTÓRIA DO ESPLendor DO OURO E DIAMANTE ÀS MEMÓRIAS PERDIDAS

Jaqueline Da Silva Alencar
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
Kauane De Oliveira
Loreny França De Ratier
Emily Camille Alves Rosário

RESUMO

O presente artigo resulta de reflexões realizadas durante a execução de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso-Campus Avançado Diamantino. Tal projeto foi executado entre 01/08/2020 e 30/09/2021 e intitula-se “Estudo e Valorização da Memória e do Patrimônio Histórico Cultural de Diamantino”. O objetivo do artigo é apresentar o projeto, como o mesmo foi desenvolvido e seus resultados. Cabe referir ainda que as reflexões resultantes dos estudos teóricos, bem como da pesquisa de campo, foram fundamentais para compreendermos que o projeto ultrapassou os limites de seus objetivos e nos levou a uma reflexão mais profunda acerca da necessidade de políticas públicas de valorização do Patrimônio Histórico Cultural de Diamantino e da memória coletiva.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio; Memória; Diamantino; História

INTRODUÇÃO

Diamantino é uma das cidades mais antigas do estado de Mato Grosso tendo sido precedida apenas por Cuiabá e Vila Bela. A criação de Diamantino sob o nome de Arraial data de 1728, apenas seis anos após a fundação de Cuiabá e nesse caso considera-se mais antiga que Vila Bela, que é de 1748. Como a criação do município de Diamantino só foi realizada em 1820, hoje ela representa a terceira cidade mais antiga de Mato Grosso, posição que ainda é bastante considerável em termos históricos. Consideramos em nossa pesquisa a data de surgimento do Arraial (1728), a mesma considerada e comemorada pelo povo diamantinense e portanto a partir dessa data, em 2022, Diamantino estará completando 294 anos de história, de vida pública, de história e cultura.

A realização do projeto foi motivada pela necessidade de ações que promovam reconhecimento e valorização do Patrimônio Histórico e Cultural, sobretudo em um contexto local de uma cidade histórica que carrega em sua paisagem urbana, nas manifestações artísticas, na linguagem, nos costumes, nos ditos populares e na culinária, na arquitetura, na religiosidade, traços importantes de uma cultura e de uma história que precisam ser preservada e valorizada.

Diamantino não importa apenas para sua população mas também reflete em sua história traços da história regional e nacional. A história de Diamantino está relacionada ao período da história do Brasil que conhecemos como ciclo da mineração, que teve seu auge no século XVIII. Diamantino foi ainda tema de estudo de alguns importantes viajantes cientistas que tiveram sua passagem marcada pelo interesse no registro sobretudo sobre seus aspectos físicos, no cotidiano e na população. Dentre esses viajantes citamos Hércules Florence³³, Aimé-Adrien Taunay³⁴, com a Expedição Langsdorff³⁵ (1827) Francis Castelnau³⁶(1844), Bartolomé Bossi³⁷ (1867) e a Comissão Roosevelt-Rondon³⁸ (1914).

O objetivo inicial da pesquisa era desenvolver o projeto tomando como metodologias a pesquisa bibliográfica, documental e oral, buscando através da história oral e memória coletiva, conhecer, divulgar, e promover a valorização do patrimônio histórico cultural, material e imaterial de Diamantino. Devido à pandemia da Covid-19 decidimos não trabalhar com as entrevistas para preservar a saúde da equipe e principalmente dos entrevistados, que eram pessoas idosas. Quando ad escolha dos depoentes para as entrevistas privilegiamos o critério geracional, ou seja, era nossa intenção ouvir os moradores mais antigos do município.

A partir desse redirecionamento passamos a focar a pesquisa nos museus locais de Diamantino: Casa Memorial dos Viajantes, já prevista nas metas, e o Museu Langsdorff, incluído posteriormente além dos casarões do centro histórico.

³³ Antoine Hercule Romuald Florence, conhecido como Hercule Florence ou Hércules Florence, (Nice, 29 de fevereiro de 1804 — Campinas, 27 de março de 1879), foi um inventor, desenhista, polígrafo e pioneiro da fotografia suíço-brasileiro. 1º de maio de 1824, chegou ao Brasil a bordo da fragata *Maria Thereza*, aportando no Rio de Janeiro, tendo realizado expedições importantes pelo interior do país, tendo participado da Expedição Langsdorff.


³⁴ Aimé-Adrien Taunay (Paris, 1803 — Vila Bela da Santíssima Trindade, 5 de janeiro de 1828) foi um artista francês que se mudou ainda jovem para o Brasil. Seu trabalho principal envolveu a ilustração científica, realizada em destacadas viagens de cunho exploratório realizadas no século XIX

³⁵ Uma das mais importantes incursões científicas realizadas no Brasil no século XIX, a Expedição Langsdorff foi patrocinada pelo Império Russo.

³⁶ François Louis Nompar de Caumont LaPorte, conde de Castelnau (25 de Dezembro de 1810 - 4 de Fevereiro de 1880) foi um naturalista inglês que esteve em serviço da França. De 1843 a 1847, com dois botânicos e um taxidermista, cruzou a América do Sul, do Peru ao Brasil, seguindo o Amazonas e os sistemas do Rio da Prata.

³⁷ O genovês Bartolomé Bossi (1819-1890) é conhecido em Mato Grosso e no Brasil pela expedição que realizou nesta então província, durante o ano de 1862.

³⁸ A Expedição Científica Rondon-Roosevelt ocorreu entre 1913-1914, visando seguir o curso do rio da Dúvida (depois da expedição denominado rio Roosevelt), a fim de determinar se o mesmo era ou não afluente do Amazonas, e teve como líderes o Marechal Cândido Rondon e Theodore Roosevelt




Pretendíamos realizar a divulgação da pesquisa através de uma exposição fotográfica que aconteceria de forma itinerante, que iniciaria pelo campus do IFMT-Diamantino e seguiria para demais escolas, para os museus e demais espaços públicos em que encontrássemos abertura. No entanto, acabamos por decidir produzir uma exposição virtual, mais adequada ao momento delicado que estávamos, e ainda estamos, vivendo de alta contaminação das variantes do coronavírus. O material impresso produzido durante a realização da pesquisa, uma placa e 50 banners fotográficos, estão armazenados na Coordenação de Pesquisa do Campus e será usado no momento mais adequado para a retomada da exposição presencial.

A equipe de pesquisa, sob coordenação da primeira autora desse texto, foi constituída por três bolsistas CNPQ do Ensino Médio Integrado, um discente do ensino superior do IFMT-Campus Diamantino, fotógrafo colaborador voluntário, um discente do ensino superior da Universidade do Estado de Mato Grosso, e também técnico administrativo do IFMT-Campus Diamantino, também colaborador voluntário. Também contribuíram muito para a realização da pesquisa os funcionários dos museus de Diamantino, da Fundação Cultural de Diamantino, bem como da Secretaria de Educação e Cultura do município de Diamantino.

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA

O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Constituem patrimônio, portanto, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública. (Constituição de 1988, in: página do IPHAN, consultado em: 13/06/2020).




Sobre preservação da Memória e Patrimônio Histórico referimo-nos também aos elementos que constituem a identidade de um povo, ao conceito de identidade, seja ele cultural, social, econômico, artístico ou até mesmo religioso. Desta forma segundo o historiador francês Jacques Le Goff (1990), a memória acaba por estabelecer "um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha". Este vínculo que se torna afetivo, possibilita que essa população passe a se enxergar como sujeitos da história, que possuem assim direitos como, também deveres para com a sua localidade.

Quando referimos direitos e deveres não estamos apenas discutindo o âmbito privado da responsabilidade que cada de um de nós temos em relação a preservação de nosso patrimônio público, seja ele de natureza histórica ou no sentido mais amplo como um espaço de uma praça ou uma carteira escolar. Aqui referimo-nos ao dever e muito mais que isso, ao direito, que temos em partilhar das memórias que um bem histórico permite conhecer. Para isso um povo, ou um indivíduo que compõe esse povo, pode e deve, demandar ações que lhes permitam acessar esses direitos. É nesse sentido que os projetos de tombamento de construções antigas, de criação e reestruturação de museus e de investimento em programas de educação patrimonial consistem. São fundamentais tanto para o processo de reconhecimento identitário quanto de apresentação de demandas por políticas públicas, ambas, permitindo a consequente preservação e valorização do patrimônio histórico cultural.

Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso desenvolveram um importante trabalho denominado Patrimônio Histórico: como e porquê preservar, uma cartilha que resulta de um grupo de estudos do Conselho Regional de Engenharia-CREA-SP. O referido trabalho responde a um importante questionamento que está diretamente relacionado a com as reflexões que o projeto permitiram fazer. Para tal eles nos perguntam: porque preservar? A resposta é simples e segue,

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens. A preservação e o reuso de edifícios e objetos contribuem para a redução de energia e matéria-prima necessárias para a produção de novos.(2008, p.15).




Os mesmos autores ainda contribuem quando nos explicam o que preservar. “Todos os bens de natureza material, imaterial, e ambiental, que possuam significado histórico, cultural e sentimental e seja capaz, no presente ou no futuro, contribuir para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu. (GHIRARDELLO e SPISSO, 2008, p.15-16).

Além de compreender o significado de patrimônio e nos explicar o que é preciso preservar, os autores expõem sobre a importância dos processos de tombamento para a garantia da preservação do patrimônio e da memória.

O tombamento é um conjunto de ações, realizadas pelo poder público que tem, por finalidade, preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização. O tombamento é uma imposição legal e sem ele não existe garantia de preservação, embora somente ele não seja suficiente para evitar a perda dos bens. O dispositivo legal é, sem dúvida, extremamente importante para proteger os bens, sobretudo da especulação imobiliária, mas, para além disso, é preciso também buscar recursos para que eles sejam mantidos, restaurados e até mesmo para evitar sua deterioração.

O tombamento no Brasil começou no início do século passado, com o Decreto-Lei nº 25 de 1937. Naquele momento foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN. Esse órgão nasceu da necessidade de proteger os monumentos e cidades antigas das especulações imobiliárias e reformas urbanas. Atualmente o órgão se denomina Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional e possui mais de 20 mil edifícios e mais de 80 conjuntos urbanos e sítios arqueológicos tombados, além de objetos, obras de arte, documentos, dentre outras.

Diamantino não possui nenhum bem tombado pelo IPHAN sendo que verificamos a existência do Processo nº 1813 em fase de instrução, e iniciado em 2016, para o tombamento do Centro Histórico. Destacamos, no entanto que existem três tombamentos pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso: a Portaria nº13/2003 que reconhece o valor histórico cultural da Casa Canônica e Igreja Matriz de Diamantino; e a Portaria nº46/2006 que destaca a importância do Centro Histórico de Diamantino.



Vale referir ainda que embora haja esses dispositivos legais que garantam a preservação dos bens tombados, nota-se o grande abandono que o conjunto arquitetônico de Diamantino recebe, sobretudo se observarmos a quantidade de construções em ruínas, e os mais recentes desabamentos. Ainda é comum a descaracterização das construções, bem como anúncios de venda com informação de autorização para demolição. Além das construções podemos observar que, além das estruturas físicas dos museus, seus acervos estão sob o perigo das más condições de conservação.

Importância histórica de Diamantino-MT

Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, tanto bibliográfica quanto documental e de campo, percebemos a riqueza do Patrimônio de Diamantino. O município se revela extremamente diversificado em suas características físicas, paisagens naturais, fauna e flora e principalmente suas características arquitetônicas de caráter histórico.

A cultura imaterial de Diamantino também se revelou imensurável quando observamos a literatura, a música, a dança, os hábitos alimentares, as artes e todas as manifestações da cultura local observadas no decorrer da pesquisa. Prova disso é que o município foi tema de interesse de vários cientistas viajantes, anteriormente citados, que passaram pela região, desde o século XVIII, e realizaram registros, sobretudo sobre as características naturais, a cultura e a população.

Os relatos e registros desses viajantes são acessíveis e amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas como podemos observar pelo interesse de pesquisadores como José de Moura e Silva (2008), João Carlos Barrozo (2007 e 2008) e Charles Barboza Queiroz (2013), dentre outros que se debruçaram sobre a história do município. Ressaltamos ainda o interesse de artistas identificados/as na pesquisa de campo como o poeta Nicolas Bher e as artistas plásticas Mylene Paese e Maria das Dores Vital que possuem obras retratando a história e cultura de Diamantino.

Ainda sobre a importância histórica, bem como as hipóteses sobre a origem de Diamantino, destacamos as informações constantes na obra Diamantino: 283 anos onde Silva (2011) refere que:

A criação do município, então sob o nome de ‘villa’, na data de 23 de novembro de 1850 é uma afirmação válida. No entanto, a criação de ‘villa’ não implicava em determinação de território, pois, nos velhos tempos- Diamantino veio de lá-, estabelecia-se apenas a sede do município, sem limites [...]. Diamantino recebeu delimitação do território municipal no dia 28 de junho de 1850. [...]Muito antes de ser município, Diamantino era apenas um arraial, com direito público concedido pelo governo português após descobrirem ouro na região, em 18 de setembro de 1728.

Sobre a origem de Diamantino, o povo, considera a data da descoberta do ouro como data oficial de comemoração. Considerando o dia 18 de setembro de 1728, portanto, 121 anos antes de sua oficialização como território municipal. Sobre a origem do povoamento do território e sua dimensão o autor afirma que não é possível estabelecer, com precisão a data dos primeiros, mas que sabe-se que cabe aos povos indígenas Parecis o feito primordial. As pesquisas encontram indícios de chegada do primeiro povo indígena em Diamantino 5.000 anos antes de 18 de setembro de 1728.

Silva, 2011 ainda aponta que,

[...] A história de Diamantino apresenta novelas de ciclos interpenetrantes que poucos municípios podem apresentar. [...] os ciclos históricos mais importantes são: regime governamental oficial, religião católica, extração mineral, navegação do Arinos, extração vegetal, agropecuária, finanças, demografia [...]. Outro veio histórico diamantinense vem a ser o de potência regional, conjugando extração mineral com produção vegetal de poaia e borracha. Por um tempo aliou o desempenho produtivo com a “Navegação Paranista”, nome derivado de Pará. A navegação paranista gastava menos tempo aos cuiabanos do que a via rio Madeira. (p.8)

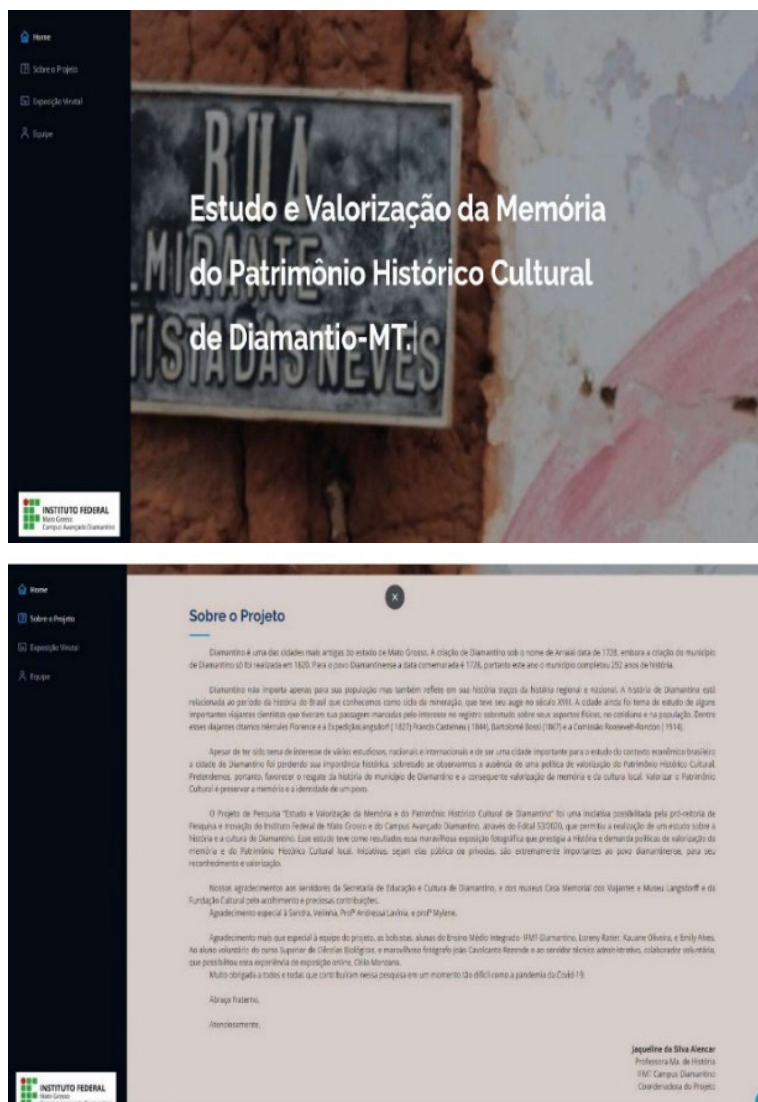
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE DIAMANTINO: A URGÊNCIA EM VALORIZAR E PRESERVAR

Durante nossa pesquisa foram produzidas mais de mil fotografias, tanto das fachadas e conjunto urbano quanto dos museus e seus acervos. Com isso tivemos intenção de produzir o máximo de registros possível dos elementos constituintes do patrimônio de Diamantino, sobretudo material, bem como de suas condições atuais. Foram selecionadas sessenta fotografias que agrupamos em quatro coleções que compõem a exposição virtual. Produzida como produto do projeto de pesquisa, foi criado um site (<https://0qqnprzyveas8texdmnc5a-on.driv.tw/projeto-valorizacao-patrimonio-diamantino/>) em novembro de 2021, na ocasião do encerramento da execução, e realizada uma exposição fotográfica virtual com quatro coleções. As coleções intitulam-se: Arte e História; Viajantes; Cultura Material, História e Memória; e Memórias Perdidas. Essas coleções não constituem apenas fotografias, mas permitem profundas reflexões sobre a urgência de investimentos na garantia da preservação das

construções mais antigas do município, bem como os museus e seus acervos. Conversamos ainda com os escassos servidores dos dois museus, e da Fundação Cultural de Diamantino, sobre os quais discorreremos a seguir, e pudemos observar in loco, as péssimas condições em que desenvolvem seus trabalhos, a falta de recursos e a difícil tarefa de manter viva a memória de Diamantino diante de tamanho descaso do poder público.

Na sequência apresentamos algumas imagens da exposição virtual antes referida:

Imagem 1- Pagina de Abertura do Site.



Fonte: Acervo do Projeto (2021).

Ao acessar o site o visitante visualizará a imagem acima que representa uma fotografia focada de um casarão da primeira metade do século XIX, localizado em uma das ruas do centro histórico, a rua Almirante Batista das Neves. Em cima da imagem, destacado em branco, o título do projeto de pesquisa, que é o mesmo nome dado à exposição virtual.

A imagem ao lado, o texto que explica o projeto, e faz uma abertura para a exposição que vem na sequência e propõe ao visitante a reflexão que o projeto permite: a grandeza da história e cultura do município de Diamantino e a necessidade de preservar e manter viva essa memória.

Ao clicarmos na exposição virtual, descrita na faixa escura à esquerda, abrirá quatro imagens que constam na abertura das quatro coleções de fotografias. A primeira é uma fotografia de um quadro da artista Mylene Paese, que compõe uma coleção constante no acervo da Casa Memorial dos Viajantes e representa a extração da borracha, um dos ciclos econômicos de Diamantino que teve seu auge após a decadência da extração mineradora. A segunda, uma fotografia de uma das obras do acervo do Museu Langsdorff, uma pintura dos indígenas da etnia Bororo, de Aimé-Adrien Taunay, 1827. A fotografia na parte superior direita é o mesmo casarão focado na imagem de abertura do site, como podemos observar em estado de completo abandono. A última imagem que o visitante visualizará, na parte inferior direita, é uma fotografia da fachada central da Casa Memorial dos Viajantes, um museu com os mais variados acervos que pudemos observar.

Na página referida o visitante terá acesso a um link denominado “acessar” abaixo de cada uma dessas imagens que o levará às demais fotografias em destaque em cada coleção, bem como um texto explicativo e reflexivo que tem como objetivo informar, sensibilizar e ensinar a, todos que tiverem acesso, a demandar por mais ações de preservação e valorização desse rico patrimônio.

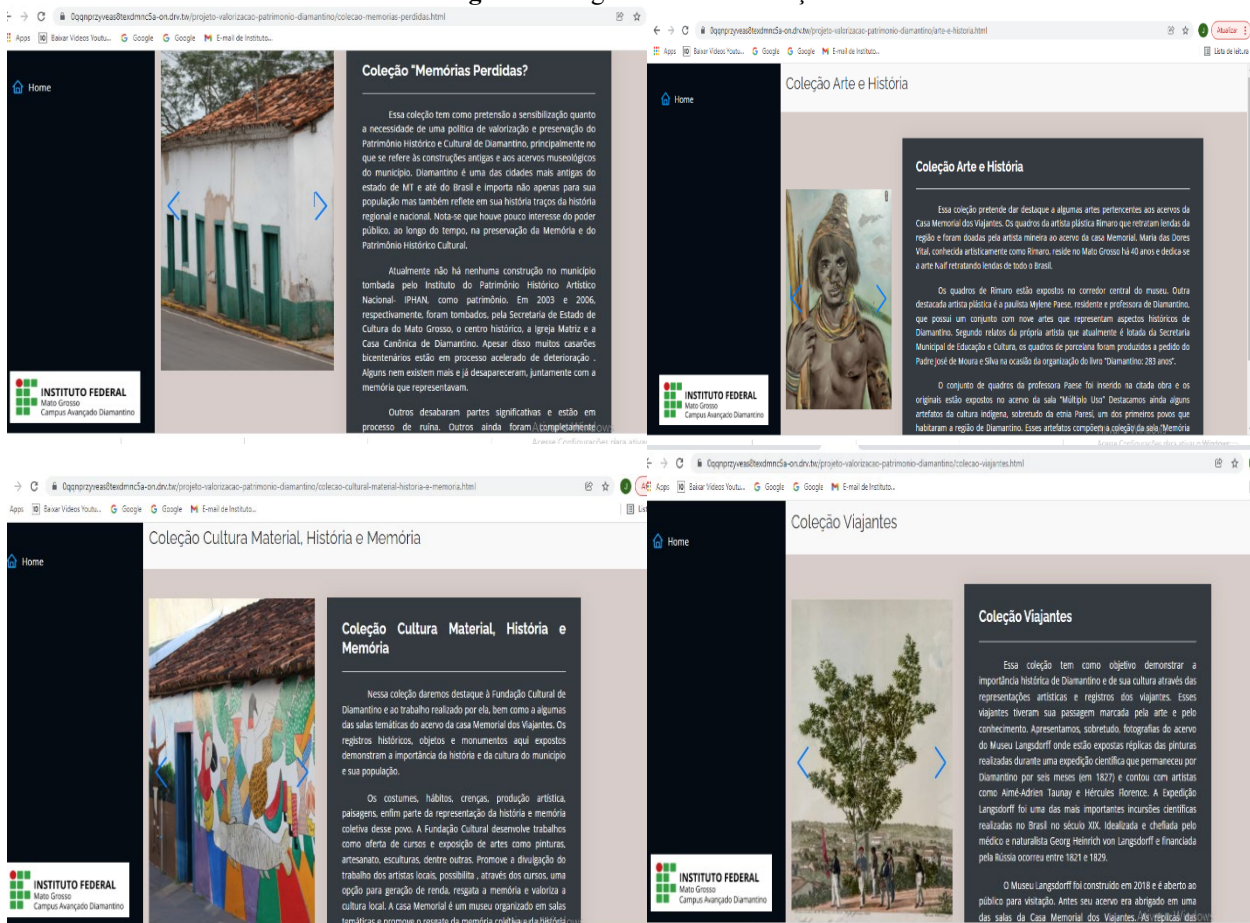
Imagem 2- Pagina do Site.



Fonte: Acervo do Projeto (2021).

A seguir as imagens e os textos que se abrem ao clicar em cada uma das coleções:

Imagem 3 - Pagina do Site – Coleção.




Fonte: Acervo do Projeto (2021).

Fundação Cultural de Diamantino

A Fundação Cultural de Diamantino foi criada em 1989 e atualmente é uma entidade sem fins lucrativos gerida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Diamantino. É abrigada em um dos casarões mais antigos do centro histórico. Seu prédio, passou por algumas reformas em razão de problemas estruturais, sendo a última no final do ano passado quando o telhado estava desabando. Foram feitos reparos e pintura nova, por ocasião do aniversário do município em 17 de setembro de 2021.

A Fundação Cultural desenvolve trabalhos como oferta de cursos e exposição de artes como pinturas, artesanato, esculturas, dentre outras. Promove a divulgação do trabalho dos artistas locais, possibilita, através dos cursos, uma opção para geração de renda, resgata a memória e valoriza a cultura local. De acordo com informações dos funcionários, que na pesquisa de campo foram ouvidos, a fundação é uma associação de artesãos que praticamente




sobrevive da renda gerada pela venda das artes produzidas durante a oferta de cursos. Há um pequeno investimento nos materiais básicos para a operacionalização dos cursos e atividades ofertadas e este provém do Fundo Municipal de Cultura gerido pela Secretaria a qual está submetida.

Casa Memorial dos Viajantes

A Casa Canônica foi construída em 1932 com o objetivo de abrigar os missionários da Companhia de Jesus. O prédio possui traços da arquitetura colonial e foi construído em blocos de adobe, piso em tábuas elevadas do chão e telhado de madeira com telha de barro. Pertencente à Prelazia de Diamantino, a sede paroquial foi tombada em 2003 pelo Estado de Mato Grosso pelo seu valor histórico cultural. Em 2007 foi revitalizada e transferida à administração municipal onde foi criada a Casa memorial dos Viajantes. Um museu com uma grande diversidade em seu acervo, atualmente possui cinco salas temáticas e diversos acervos nos corredores de todo o prédio.

Destacam-se acervos que expõem fotografias das missões da igreja católica em Diamantino de 1939 a 1940; conjunto de objetos religiosos doados pela igreja católica, além das artes sacras, sendo possível entender a forte presença da igreja desde a fundação do município, inclusive exercendo forte influência na educação desde então. O museu também conta com uma sala de artefatos de cultura indígena, sobretudo àquelas que viveram e ainda vivem na região como os Parecis. Muitos desses artefatos se perderam com o passar do tempo, de acordo com declarações de servidores do museu, não apenas nesse acervo como nos demais. Não há na Casa, computador, livro de registros de entrada e saída de itens e nem câmeras de segurança, o que facilita a perda das obras. Além disso, o museu não possui ventilação e nem iluminação adequadas, tendo que passar boa parte do tempo com as janelas abertas o que expõe a ações como furtos e até mesmo as intempéries da natureza. Outro fator relevante observado é que muitos dos itens constantes no acervo são oriundos de doações de famílias tradicionais do município e até viajantes que passaram pela região. “Alguns doam e tomam” como mencionou a única servidora efetiva presente no museu na data de nossa visita. Cabe referir ainda que nas datas de nossa pesquisa de campo a porta central estava interditada por risco de desabamento, situação que permaneceu até o final de nossa visita.

Ainda no que se refere a acervo há uma sala intitulada “Sala dos ex- intendententes”, que além das fotografias de todos os ex-prefeitos desde 1942 até 2021, também estão os objetos de garimpo como a bateia (com pinturas que mostram o uso desse objeto por negros escravizados).



A casa ainda possui acervos, sendo dois deles chamados de “Sala de Rondon”, onde são expostos mapas, pesquisas e objetos que reportam linhas telegráficas e a Expedição Roosevelt-Rondon, que ocorreu pouco antes da inauguração das linhas telegráficas, no início do século passado. Outro interessante acervo se chama “Sala de Múltiplo”, composta por utensílios, móveis, artes plásticas e até uma baioneta utilizada durante a Guerra do Paraguai, em terras Matro-grossenses. Ao lado da Casa Memorial dos Viajantes está a construção da Igreja Matriz, que iniciou sua construção em 1820 e só foi terminada em 1865. Houve ainda uma reconstrução em 1955, com alterações significativas em sua arquitetura. Atualmente ela mantém o estilo deste último ano tendo sido apenas restaurada.


Ambas as construções, a casa paroquial e a igreja católica matriz, são tombadas como patrimônio histórico cultural apenas pela esfera estadual.

Museu Langsdorff

O Casarão de Terige Vanni, localizado na rua João Batista, em Diamantino MT, foi construído há mais de 200 anos por pioneiros no período em que as atividades mineradoras eram intensas na cidade. Tombado como patrimônio histórico de Diamantino, o casarão foi vendido em 2013 para a prefeitura devido ao seu valor histórico e cultural. O objetivo era restaurá-lo e transformá-lo em um museu, que seria dedicado à exposição de registros da Expedição Langsdorff. A construção já estava em avançado processo de deterioração antes de ser adquirida pela prefeitura. Antes mesmo que a restauração ocorresse, devido a intensas chuvas e longo período de abandono o casarão desabou em 2014 e sobraram apenas destroços. Após o desabamento o Ministério Público de Mato Grosso impetrou ação civil pública por negligência contra a então gestão municipal.

No lugar do antigo casarão foi edificada uma construção moderna, cuja estrutura é semelhante às construções do tempo de mineração e dos demais casarões existentes na cidade. A arquitetura do novo prédio construído, embora possua o mesmo estilo colonial, possui acentuadas diferenças da construção original.

Assim como o casarão Terige Vanni dezenas de outras construções históricas do centro de Diamantino correm efetivo risco e a cada dia que passa um pouco da memória se perde. Esse ano de 2022 mais um casarão veio ao chão após as fortes chuvas e o descaso das sucessivas gestões que têm passado pelo município e que têm ignorado veementemente o valor histórico dos bens materiais do município. O casarão, que já havia sido alvo de desabamento



anteriormente, no ano de 2011 acidentando um operário, voltou a desabar sem que nada fosse feito 11 anos depois.

Inaugurado no ano de 2018, o Museu Langsdorff é um espaço cultural dedicado a abrigar e expor ao público os registros iconográficos feitos por integrantes da Expedição Langsdorff, quando estes passaram pelo território da Vila de Diamantino em 1828. O museu abriga um conjunto de obras que representam réplicas dos quadros constituídas por desenhos, pinturas, e mapas produzidas pelos naturalistas e ilustradores que integraram a Expedição Langsdorff. Uma das maiores expedições científicas que existiram no Brasil e contou com artistas como Hercules Florence, Aimé-Adrien Taunay e Johann Rugendas.

Os registros originais estão armazenados em São Petersburgo, na Rússia. Entre as principais temáticas retratadas nas imagens estão diversos elementos da fauna e da flora, como árvores, plantas, folhas, frutas, pássaros, répteis, peixes e mamíferos. Também são observados muitos lugares por onde passaram os viajantes e as pessoas que neles encontraram, como estradas, rochedos, cachoeiras, quintais de casas, pessoas andando nas ruas, aldeias, diferentes etnias indígenas, suas pinturas e adornos, grupos de nobres e populações negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter sido tema de interesse de vários estudiosos, nacionais e internacionais e de ser um município importante para o estudo do contexto econômico brasileiro, o município de Diamantino foi perdendo sua importância histórica, sobretudo se observarmos a ausência de uma política de valorização do Patrimônio Histórico Cultural.

A centralidade que o município ocupou não se identifica mais, tão pouco a rica constituição do mesmo descrita em relatos de inúmeros viajantes. Salientamos que esses relatos são muito conhecidos e apreciados nos locais de origem dos viajantes, na sua grande maioria na Europa, sendo freqüente a busca de informações sobre as expedições estrangeiras, por parte de estudiosos da matéria radicados no exterior, que não encontram respaldo para a efetiva investigação, in loco, dos caminhos pelos quais qual passaram os naturalistas citados no texto.

Cabe destacar uma expressiva invisibilidade e apagamento da memória coletiva no município, pouco sensível a esse passado tão rico. Nesse contexto é urgente investimentos em políticas públicas que valorizem a memória e o patrimônio histórico em todas as suas dimensões, cabendo destacar a importância da escola e da educação patrimonial para viabilizar esse processo.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos. Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna. Cuiabá: NERU/ CNPq/ SMEC de Diamantino, 2002.

_____. Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino. Cuiabá: EdUFMT; Editora Tanta Tinta, 2007. 256p.

_____. A viagem de Cuiabá a Diamantino no século XIX. Relatos dos Viajantes: Florence, Bossi, Castelnau, Badariotti, Von Den Steinen. In: Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul., 2012.

CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius De Lamonica. Centro Histórico de Cuiabá: patrimônio do Brasil. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

FERREIRA, João Carlos V.; SILVA, Pe José de Moura E. Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes. Cuiabá: 2008. 144p

. _____. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001. 660 p.

GHIRARDELLO, Nilson e SPISSO, Behatriz. Patrimônio Histórico: como e porquê preservar? Bauru- SP: Canal 6, 2008, p.13-16.

HALBWACHS, Maurice. Mémoire Collective. Paris: PUF, 1950 (Memórias Coletivas. São Paulo:2006.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional. Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>, Acesso em : 13 jun.. 2020.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: A Memória Evanescente. In: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tânia R. (orgs.). O Historiador e Suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2009;

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAP, 1990.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tânia R. (orgs.). O Historiador e Suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2009;

QUEIROZ, Charles Barbosa. A Vila de Diamantino de 1805 a 18625: o olhar dos viajantes. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós Grduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SILVA, José de Moura. Diamantino: 283 anos.Cuiabá: Entrelinhas, 2011

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

DIAMANTINO RECEBE ACERVO DE OBRAS DA EXPEDIÇÃO LANGSDORFF disponível em <http://www.secel.mt.gov.br/-/diamantino-recebe-acervo-de-obras-da-expedicao-langsdorff> Acesso em 10 de jul.2021

BENS TOMBADOS E PROCESSOS DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO - MATO GROSSO (Atualização: 17/11/2017) disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mato_grosso_bens_tombados_2017.pdf Acesso em 10 de jul.2021

PREFEITURA REFORMA O PRÉDIO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE DIAMANTINO disponível em <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=254472¬icia=prefeitura-reforma-o-predio-da-fundacao-cultural-de-diamantino> Acesso em 10 de jul.2021

SEC INAUGURA CASA MEMORIAL DOS VIAJANTES EM DIAMANTINO disponível em <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/sec-inaugura-casa-memorial-dos-viajantes-em-diamantino> Acesso em 10 de jul.2021

EXPOSIÇÃO VIRTUAL DA EXPEDIÇÃO LANGSDORFF disponível em <https://www.diamantino.mt.gov.br/langsdorff/Galeria-Expedicao/> Acesso em 10 de jul.2021

A CASA MEMORIAL DOS VIAJANTES disponível em <https://www.diamantino.mt.gov.br/casamemorial/> Acesso em 10 de jul.2021

EX-GESTORES TÊM BENS BLOQUEADOS POR RUÍNA DE CASARÃO HISTÓRICO disponível em <https://mp-mt.jusbrasil.com.br/noticias/430826677/ex-gestores-tem-bens-bloqueados-por-ruina-de-casarao-historico> Acesso em 10 de jul.2021

PROJETO-VALORIZACAO-PATRIMONIO-DIAMANTINO/COLECAO-VIAJANTES disponível em <https://0qqnprzyveas8texdmnc5a-on.driv.tw/projeto-valorizacao-patrimonio-diamantino/colecao-viajantes.html> Acesso em 10 de jul.2021

CASARÃO DESABA EM CIMA DE OPERÁRIO NO CENTRO DE DIAMANTINO disponível em https://www.reporternews.com.br/noticia/68502/Casarao_desaba_em_cima_de_operario_no_centro_de_Diamantino Acesso em 10 de jul.2021

EXPEDIÇÃO LANGSDORFF disponível em <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf> Acesso em 10 de jul.2021

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO

2

JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO

2

JOÃO PAULO HERGESEL
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022